**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Walter Angelo Fernandes Aló

# Acolher, proteger e denunciar: a atuação das redes de solidariedade brasileiras aos exilados do Cone Sul durante as ditaduras de segurança nacional (1976-1988)

Rio de Janeiro
2022

Walter Angelo Fernandes Aló

# Acolher, proteger e denunciar: a atuação das redes de solidariedade brasileiras aos exilados do Cone Sul durante as ditaduras de segurança nacional (1976-1988)

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Profa. Dra. Érica Sarmiento da Silva

Coorientador: Prof. Dr. Ricardo Antônio Souza Mendes

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

A453 ALÓ, Walter Angelo Fernandes.
Acolher, proteger e denunciar: a atuação das redes de solidariedade brasileiras aos exilados do Cone Sul durante as ditaduras de segurança nacional (1976-1988) / Walter Angelo Fernandes Aló. – 2022.
232 f.

Orientadora: Érica Sarmiento da Silva.
Coorientador: Ricardo Antônio Souza Mendes.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Institu to de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ditadura – Cone Sul – Teses. 2. Exilados – Cone Sul – Teses. 3. Refugiados políticos – Cone Sul – Teses. 4. Solidariedade – Aspectos religiosos – Cristianismo – Teses. I. Silva, Érica Sarmiento da. II. Mendes, Ricardo Antônio Souza. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDU 321.64

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Walter Angelo Fernandes Aló

**Acolher, proteger e denunciar: a atuação das redes de solidariedade brasileiras aos exilados do Cone Sul durante as ditaduras de segurança nacional (1976-1988)**

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 13 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora:

_____

Prof.ª Dr.ª Érica Sarmiento da Silva (Orientadora)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Prof. Dr. Ricardo Antônio Souza Mendes (Coorientador)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Prof. Dr. André Nunes de Azevedo

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Prof. Dr.ª Samantha Viz Quadrat

Universidade Federal Fluminense

_____

Prof. Dr.ª Elisa de Campos Borges

Universidade Federal Fluminense

_____

Prof.ª Dr.ª Marly Vianna

Universidade Federal de São Carlos

Rio de Janeiro

2022

**DEDICATÓRIA**

Meu pai, *in memoriam*. Saudades.

Dr. Cândido Feliciano P. Neto, *in memoriam*

Meu neto Théo, com esperança.

## AGRADECIMENTOS

Na longa caminhada que culminou na presente tese, preciso agradecer a muitas pessoas.

Agradeço à professora Silene de Moraes Freire, do Faculdade de Serviço Social da UERJ e do Programa de Estudos de América Latina e Caribe- PROEALCUERJ pela acolhida, gentileza e orientação acadêmica, iniciada nos tempos de mestrado.

Agradeço aos colegas professores e professoras da Escola Técnica Estadual República- Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro FAETEC pela camaradagem e a "força" de muitas conversas inspiradoras. Agradeço aos meus alunos pela alegria, aprendizagem e a esperança compartilhadas cotidianamente na busca por uma educação pública de qualidade, inclusiva e cidadã.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UERJ pela oportunidade de ingresso e o desenvolvimento da minha pesquisa, bem como às professoras e aos professores pelas manhãs e tardes de aulas e de diálogos extremamente valiosos. Agradeço também à Secretaria do Programa e aos seus servidores (as), sempre solícitos e eficientes em suas orientações.

Agradeço à senhora Fernanda Coelho, corajosa militante brasileira pela democracia e pelos direitos humanos, pessoa fundamental na trajetória dessa pesquisa. E aos argentinos, uruguaios, paraguaios e brasileiros que viveram as tramas e os dramas do exílio e da luta antiditatorial no Brasil das décadas de 1970 e 1980. O meu muito obrigado por compartilharem suas memórias e histórias, ainda que traumáticas.

Agradeço ao Centro de Documentação e Informação Científica-CEDIC, da Pontifícia Universidade Católica-PUC-SP, na figura da competentíssima Ana Célia Navarro de Andrade, pelos vários encontros e conversas sobre o Clamor, bem como ao Centro de Documentação e Memória-CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP, pela receptividade.

Agradeço por tudo aos meus orientadores: Ao professor Ricardo Mendes, Coorientador, pela gentil recepção no início do curso, pelas aulas prazerosas e os enriquecedores encontros de orientação. Agradeço, e muito, a minha Orientadora, a Professora Érica Sarmiento por não desistir deste orientando, em meio aos meus contratempos, equívocos e "furos" no cronograma de atividades. Agradeço pelos ricos aportes teóricos, metodológicos e bibliográficos ao longo desses anos. Agradeço ainda a ela pelo convívio e, não menos, pela sua generosidade. Por último agradeço aos amigos e à família

pelo estímulo. Agradeço à minha mãe, irmã, filha, filho e esposa, Ana Paula, pelo apoio constante e a compreensão com as minhas muitas ausências. Muito obrigado.

## RESUMO

ALÓ, Walter Angelo Fernandes. **Acolher, proteger e denunciar**: a atuação das redes de solidariedade brasileiras aos exilados do Cone Sul durante as ditaduras de segurança nacional (1976-1988). 2022. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A presente tese busca reconstituir a trajetória das redes brasileiras de acolhimento e proteção pouco conhecida pela historiografia e que se formaram em solidariedade aos exilados políticos do Cone Sul, em trânsito pelo Brasil durante as décadas de 1970 e 1980. O objeto de pesquisa é a atuação da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul- Clamor e do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina-CBS. Tais redes, com seu ativismo transnacional e promoção das denúncias das violações aos direitos humanos praticadas pelas ditaduras, contribuíram para o desgaste e o ocaso dos regimes de segurança nacional e para os processos de redemocratização no subcontinente, ao longo dos anos 80, ainda que com características gerais de tutela. Também é importante ressaltar que os expoentes dessas redes, entre outros, foram os Cardeais Dom Eugênio Sales e Dom Paulo Evaristo Arns, além do Reverendo Jaime Wright. Para resgatar a influência das redes de proteção e acolhimento, a tese relata a história de homens e mulheres que, em meio à ditadura brasileira, fizeram a escolha política pela defesa e pelo apoio aos expatriados sul-americanos. No Brasil, eles continuaram a luta antiditatorial e a busca pelas liberdades democráticas nos seus países, constituindo-se como força militante fundamental no ativismo das Redes. Assim, pelo sentimento de solidariedade, a escolha política e a trajetória dos agentes de resistência foram permeadas por renúncias e angústias, ônus pessoais e familiares, alegrias e esperanças. Porém, sobretudo, pela solidariedade.



Palavras-chave: Ditaduras de segurança nacional. Cone Sul. Exilados. Refugiados. Brasil. Anos 70 e 80. Redes de solidariedade.

## ABSTRACT

ALÓ, Walter Angelo Fernandes. **Receive, protect and report:** the action of brazilian solidarity networks to South Cone exiles during the national security dictatorships (1976-1988). 2022. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This thesis endeavours to reconstruct the journey of Brazilian receiving and protecting networks that were formed in solidarity with Southern Cone politicians in exile, in transit across Brazil during the 1970s and 1980s, relatively unknown by the historiography. In particular, the work of Caritas Archdiocesan of Rio de Janeiro, the Defense Committee of Human Rights for the Southern Cone Countries Clamor, and the Brazilian Committee of Solidarity with the Peoples of Latin America – CBS, which had exponents, among others, figures such as the Cardinals Dom Eugênio Sales and Dom Paulo Evaristo Arns, besides Reverend Jaime Wright. Political and humanitarian networks, that through their transnational activism and promotion of denunciations of human rights violations committed by dictatorships, contributed to the deterioration and the decline of the national security regimes and the achievement of re-democratization processes in the subcontinent throughout the 1980s, with general characteristics of guardianship, though. It tells the story of men and women, during the Brazilian dictatorship, who made the political choice to defend and receive the Southern American expatriates. Expatriates, while in Brazilian exile, continued the anti-dictatorship fight and the struggle for the return of democratic freedom to their countries, and turned into a fundamental militant force in the activism of the Networks. Choices and journeys permeated by renunciations and distresses; personal and family burdens; joys and hopes. And, above all, by solidarity.



Keywords: Exiles. Refugees. National security dictatorships. Southern Cone. Solidarity networks. Brazil in the 1970s and 1980s.

## RESUMEN

ALÓ, Walter Angelo Fernandes. **Acoger, proteger y denunciar**: la actuación de las redes brasileñas de solidaridad con los exiliados del Cono Sur, durante las dictaduras de seguridad nacional (1976-1988). 2022. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

La presente tesis se propone reconstituir la trayectoria de las redes brasileñas de acogida y protección que se formaron en solidaridad con los exiliados políticos del Cono Sur, en tránsito por Brasil durante las décadas de 70 y 80, poco conocida por la historiografía. El objeto de investigación es la actuación de la Cáritas Arquidiocesana de Río de Janeiro, del Comité de Defensa de los Derechos Humanos para los Países del Cono Sur - Clamor y del Comité Brasileño de Solidaridad a los Pueblos de América Latina-CBS. Dichas redes, con su activismo transnacional y promoción de las denuncias de las violaciones a los derechos humanos practicadas por las dictaduras, contribuyeron al desgaste y ocaso de los regímenes de seguridad nacional y a los procesos de redemocratización en el subcontinente, a lo largo de los años 80, aunque con características generales de tutela. Además, es importante resaltar que los exponentes de estas redes, entre otros, fueron los Cardenales Dom Eugênio Sales y Dom Paulo Evaristo Arns, además del Reverendo Jaime Wright. La tesis, para rescatar la influencia de las redes de protección y acogida, considera también importante relatar la historia de hombres y mujeres que, en medio de la dictadura brasileña, hicieron la elección política por la defensa y acogida de los expatriados sudamericanos. En Brasil, ellos continuaron la lucha antidictatorial y la búsqueda de las libertades democráticas en sus países, constituyéndose como fuerza militante fundamental en el activismo de las redes. Así, por el sentimiento de solidaridad, la trayectoria y la elección política de los agentes de resistencia fueron permeadas por renuncias y angustias, cargas personales y familiares, alegrías y esperanzas.



Palabras-clave: Dictaduras de seguridad nacional. Cono Sur. Exiliados. Refugiados. Brasil. Años 70 y 80. Redes de solidaridad.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES


Figura 1 Questionário preliminar do ACNUR para solicitação de refúgio. Rio de Janeiro, em articulação com o Clamor (SP). Acervo: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP..... 111

Figura 2 ONU reconhece serviços prestados por Dom Eugênio à causa dos refugiados no Cone Sul. https://domeugeniosales.webnode.com.br/dom-eugenio-e-os-refugiados..... 130

Figura 3 Boletim CLAMOR, março de 1980. Acervo Fundo Clamor, CEDIC, PUC – SP..... 135

Figura 4 Clamor atuando junto ao governo da Suíça para reassentamento de família argentina. Acervo: Clamor, CEDIC/PUC-SP..... 142

Figura 5 Solicitação de acesso aos arquivos do Clamor, encaminhada pelo Cardeal Arcebispo de Buenos Aires, em 2008. Acervo: Fundo Clamor-CEDIC/PUC-SP ..... 146

Figura 6 Solicitação de acesso aos arquivos do Clamor, encaminhada pelo Cardeal Arcebispo de Buenos Aires, em 2008. Acervo: Fundo Clamor-CEDIC/PUC-SP ..... 157

Figura 7 Campanha contra a proposta da nova Lei de Estrangeiros brasileira. junho de 1980. Acervo: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória –- UNESP..... 160

Figura 8 Ato CBS contra a visita de Videla a São Paulo. Agosto de 1980. Acervo: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória -CEDEM, Univ. do Estado de SP-UNESP..... 162

Figura 9 Mural de denúncia da questão dos desaparecidos políticos na Argentina. Acervo de Aton Fon Filho..... 163

Figura 10 Madres da Praça de Maio em S P com o CBS e o Clamor durante a Semana Mundial do Preso Político e Desaparecido-Maio de 1983. Acervo de Aton Fon Filho..... 164

Figura 11 Luiz Eduardo Greenhalgh (Clamor) e Lula com as Madres-ato em São Paulo na Semana Mundial dos presos políticos e desaparecidos. Maio de 1983. Acervo de Amélia Uzin..... 164

Figura 12 Ato CBS, Madres da Praça de Maio e COSPLAM contra a ditadura argentina e a guerra das Malvinas, no Rio de Janeiro. Abril de 1982. Acervo: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, UNESP..... 168

Figura 13 Manifesto CBS em repúdio aos sete anos da ditadura militar argentina. Março de 1983. Coleção CBS. CEDEM, da Univ. do Estado de SP-UNESP..... 171

Figura 14 Manifesto CBS em repúdio aos sete anos da ditadura militar argentina. Março de 1983. Coleção CBS. - CEDEM, -UNESP..... 183

Figura 15 Jaime Wright e o Clamor atundo em apoio a uma família uruguaia na busca do filho detido-desaparecido na Argentina. Acervo: Fundo Clamor, CEDIC/PUC-SP..... 184

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---|---|
| AAA | Aliança Anticomunista Argentina (Triple A) |
| AALADH | Associação de Advogados Latino Americanos pelos Direitos Humanos |
| ABI | Associação Brasileira de Imprensa |
| ACNUR | Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados |
| AI | Ato Institucional |
| ANDES | Associação Nacional de Docentes de Instituições de Ensino Superior |
| ARENA | Aliança Nacional Renovadora |
| CBA | Comitê Brasileiro Pela Anistia |
| CBS | Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina |
| CBSMPMLPA | Comitê Brasileiro de Solidariedade às Mães da Praça de Maio e Lutas do Povo Argentino |
| CEBES | Comunidades Eclesiais de Base |
| CEDEM | Centro de Documentação e Memória UNESP-SP |
| CEDIC | Centro de Documentação e Informação PUC-SP |
| CELAM | Conferência Episcopal Latino Americana |
| CELS | Centro de Estudos Legais e Sociais |
| CESE | Coordenadoria Ecumênica de Serviços |
| CFDPRP | Comissão dos Familiares Detidos-Desaparecidos e Presos por Razões Políticas |
| CIDH | Comissão Interamericana de Direitos Humanos |
| CIE | Centro de Inteligência do Exército |
| CJP | Comissão de Justiça e Paz |
| CLAI | Conselho Latino Americano de Igrejas |
| CLAMOR | Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul |
| CMI | Conselho Mundial das Igrejas |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| CNEDHU | Centro Jaime Wright de Estudos, Pesquisas e Documentação em Direitos Humanos |
| CNTU | Confederação Nacional dos Trabalhadores Uruguaios |
| COLUPAD | Comitê de Solidariedade a Luta do Povo Argentino pela Democracia |
| CONADEP | Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas |

| | |
|---|---|
| CONARE | Comitê Nacional de Refugiados |
| CONIC | Conselho Nacional das Igrejas Cristãs |
| COPACHI | Comitê de Cooperação da Paz |
| COSPLAM | Comitê de Solidariedade aos Povos Latino Americanos |
| CSPCAC | Comitê de Solidariedade aos Povos da América Central e Caribe |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores |
| DINA | Direción Nacional de Inteligencia |
| DOI-CODI | Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna |
| ELN | Exército de Libertação Nacional |
| ERP | Exército Revolucionário del Pueblo |
| ESG | Escola Superior de Guerra |
| ESMA | Escola Superior de Mecânica Armada |
| FEDEFAM | Federação Latino Americana de Associações de Familiares de Detidos-Desaparecidos |
| FENIP | Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas |
| FNT | Frente Nacional do Trabalho |
| IPB | Igreja Presbiteriana do Brasil |
| IPU | Igreja Presbiteriana Unida |
| ISER | Instituto de Estudos da Religião |
| ITT | Internacional Telephone and Telegraph |
| JCR | Junta Coordinadora Revolucionária |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| MEB | Movimento de Educação de Base |
| MIR | Movimiento de Izquierda Revolucionária |
| OEA | Organização dos Estados Americanos |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PCBR | Partido Comunista Brasileiro Revolucionário |
| PDT | Partido Democrático Trabalhista |
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PRN | Processo de Reorganização Nacional |
| PT | Partido dos Trabalhadores |

| | |
|---|---|
| PUC-SP | Pontifícia Universidade Católica SP |
| SERPAJ | Serviço de Paz e Justiça |
| TYSAED | Trabalhadores e Sindicalistas Argentinos Exilados no Brasil |
| UBES | União Brasileira de Estudantes Secundaristas |
| UE | União Europeia |
| UEE | União de Estudantes Estaduais-SP |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| UNESP | Universidade Estadual de São Paulo |
| UP | Unidade Popular |

**SUMÁRIO**


| | | |
|---|---|---|
| | **INTRODUÇÃO**..... | 14 |
| 1 | **A CONDIÇÃO EXILAR COMO TEMA DE INVESTIGAÇÃO**..... | 35 |
| 1.1 | **Considerações iniciais**..... | 35 |
| 1.2 | **O uso dos conceitos: deslocados, migrantes, exilados, refugiados, asilados**..... | 37 |
| 1.3 | **A especificidade do exílio político**..... | 43 |
| 1.4 | **Cone Sul e ditaduras: um exílio massivo e serial**..... | 47 |
| 2 | **A SOLIDARIEDADE NÃO TEM FRONTEIRAS: EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NO CONE SUL**..... | 59 |
| 2.1 | **Em nome da segurança nacional**..... | 61 |
| 2.2 | **Uma cultura política solidária e de resistência**..... | 76 |
| 2.3 | **Redes e laços de solidariedade continentais e transnacionais**..... | 82 |
| 3 | **AS REDES BRASILEIRAS DE ACOLHIMENTO, PROTEÇÃO E DENÚNCIA**..... | 102 |
| 3.1 | **A Igreja Católica à época da ditadura: clero progressista x clero conservador**..... | 104 |
| 3.2 | **Dom Eugênio Sales e a Rede Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro**..... | 112 |
| 3.3 | **O Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul Clamor**..... | 132 |
| 3.4 | **O Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina-CBS**..... | 146 |
| 4 | **UMA DÉCADA DE LUTAS: O LEGADO POLÍTICO E HUMANITÁRIO DAS REDES DE SOLIDARIEDADE BRASILEIRAS**..... | 177 |
| 4.1 | **‘Comunista ou ecumenista’?** ..... | 177 |
| 4.2 | **“Era o que tinha que ser feito”: a solidariedade como uma escolha política**..... | 188 |
| 4.3 | **“Valeu à pena!”: entre o ônus pessoal e a opção pelos direitos humanos**.... | 193 |
| | **CONCLUSÃO**..... | 198 |
| | **REFERÊNCIAS**..... | 203 |
| | **APÊNDICE A -** Antecedentes dos golpes de estado e da irrupção das ditaduras de segurança nacional no Cone Sul (1954-1976)..... | 215 |

## INTRODUÇÃO

Abro a introdução desta tese com duas ressalvas. A primeira, que pode também ser encarada como um pedido de compreensão, uma vez que a tese foi escrita, em mais de 2/3 de seu conteúdo, em meio à impactante pandemia de Covid-19 que assolou o Brasil e o mundo.

Em função da pandemia, tive que me deslocar cotidianamente e dar suporte emocional e material à minha mãe, 78 anos, bem como à minha irmã, portadora de necessidades especiais, junto à obrigatoriedade de conciliação com a rotina de docência em duas escolas.

Certamente não fiquei imune ao esgarçamento mental e à angústia desse tempo pandêmico, assistindo à perda de vizinhos, colegas de trabalho, amigos e familiares, assimilando física e psicologicamente todas essas dores e temores.

Também conto com a compreensão da impossibilidade de expandir a consulta a outros arquivos, fontes, realização de entrevistas e ampliação de leituras. Em suma, a elaboração do texto poderia ter sido feita de forma mais abrangente, possivelmente mais qualificada e relevante para a historiografia brasileira e sul-americana.

A segunda ressalva é sobre a chamada operação historiográfica. Estudar temas como ditaduras no contexto de um governo disruptivo como o que se estabeleceu no Brasil em 2018 foi bastante difícil, para não dizer angustiante, em meio às ações de esgarçamento da institucionalidade democrática e à contaminação da cultura política e de expressivos segmentos da sociedade pelas ideias de extrema direita. Mas perseveramos.

Pois bem, a tese que ora submeto ao crivo deste Programa de Pós-Graduação é fruto de um esforço de pesquisa de aproximadamente treze anos. Após a conclusão do mestrado nos anos 2000, cuja dissertação focou no processo de redemocratização chilena, liderado pela Concertación Nacional do final da década de 80, vi-me em um hiato de produção acadêmica, mergulhado então em atividades profissionais de docência e de administrador escolar.

Sem dúvida, ao longo do trabalho da dissertação de mestrado, a questão dos fluxos de exilados e de refugiados produzidos pelo regime pinochetista me chamou a atenção, como uma das faces mais visíveis e dramáticas da violência política das ditaduras sobre os cidadãos, a exclusão de dissidentes, interrupção de vidas, derrotas de projetos políticos. Enfim, processo de desenraizamento cultural e produção de traumas. Então, após ingressar, em 2018, no Doutorado em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) segui com um projeto fiel à seguinte linha: estudar a expressiva corrente exilar produzida pelas ditaduras de

segurança nacional do Cone Sul, sobretudo a partir de 1973, então direcionada para o Brasil, sintomaticamente, também ditatorial.

Todavia, optei em abordar a questão do exílio nesse período historicamente delimitado a partir de um ângulo bem específico: a *opção política* pela solidariedade e pelo humanitarismo, contando a história pouco conhecida de dezenas de homens e mulheres, brasileiros, sul-americanos, que *escolheram*, em uma época de radicalismo ideológico e de extrema violência política estatal, se engajar no acolhimento aos expatriados, em defesa da democracia e dos direitos humanos.

Homens e mulheres que militaram em redes de solidariedade brasileiras conectadas à outras redes regionais e transnacionais. Pessoas que se dedicaram ao trabalho de acolhimento e de proteção aos milhares de exilados políticos sul-americanos que transitaram e ou ficaram no Brasil, fugindo do terror da ditadura, entre 1976 e 1988. Um exílio massivo, aliás uma prática institucionalizada, um mecanismo de exclusão da esfera política e social recorrente na história da América Latina.

Foi justamente a trajetória e a história desses ativistas e de suas heterogêneas redes de solidariedade, em suas jornadas de militância antiditatorial e de defesa dos direitos humanos, sustentando iniciativas de apoio aos expatriados sul-americanos, com os inalienáveis medos, angústias e renúncias pessoais e familiares inerentes a essa *escolha*, que buscamos compartilhar. Uma trajetória construída por intermédio da atuação de três Redes de Solidariedade Brasileiras: A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, sob a liderança do polêmico e conservador Cardeal Dom Eugênio Sales, e os paulistanos Comitê de Defesa dos Direitos Humanos Para os Países do Cone Sul (Clamor), sob o *guarda-chuva* do progressista Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina (CBS).

Buscamos demonstrar que a Cáritas, o Clamor e o CBS desempenharam um importante papel no desgaste político das ditaduras de segurança nacional do Cone Sul, promovendo, além do acolhimento e da proteção aos exilados e refugiados, a denúncia, em escala internacional, das violações aos direitos humanos e dos crimes promovidas por aqueles regimes, sendo uma espécie de porta voz de dezenas de entidades humanitárias latino-americanas cerceadas pelo arbítrio estatal. Propusemos também a revisão da interpretação historiográfica que situa o controvertido e ambivalente Cardeal Dom Eugênio Sales como um ator insensível e omisso em relação às violações e aos crimes perpetrados pelas ditaduras brasileira e sul-americana, visto inclusive como colaborador do regime. A despeito da

declarada ortodoxia doutrinária e da arraigada posição anticomunista, procuramos lançar luz sobre a silenciosa e pouco estudada contribuição do Cardeal na acolhida e na proteção dos milhares de exilados e refugiados do Cone Sul que transitaram em solo carioca.

Tentamos identificar que, apesar da dicotomia pós Concílio Vaticano II:

clero progressista - Dom Paulo Evaristo Arns

clero conservador - Dom Eugênio Sales

houve cooperação e colaboração entre os dois cardeais e seus colaboradores no trabalho de assistência aos exilados, configurando um caráter ecumênico, sobretudo a partir da atuação do Reverendo Presbiteriano Jaime Wright e do financiamento do Conselho Mundial das Igrejas. Configurou-se, assim, um verdadeiro trabalho humanitário que evidenciou a estreita cooperação e o intercâmbio entre as três redes de solidariedade brasileiras, por exemplo, na realização de atos públicos, no compartilhamento de informações, na busca de suporte material e jurídico, visibilizando a ativa participação dos *exilados-militantes*, conceito chave nesta tese, militando, não raramente, em mais de uma das redes.

Almejamos, ainda, sustentar que as redes de solidariedade brasileiras foram eficazes nas tarefas de articulação e de angariamento de apoio internacional político e financeiro para a *questão do exílio e do refúgio* no Cone Sul, contribuindo para salvar e reassentar centenas de cidadãos paraguaios, bolivianos, uruguaios, chilenos e, sobretudo, argentinos.

E não menos importante, nos legando, ao longo de uma década de atuação, um patrimônio político e humanitário, memória e registro inestimável dos “anos de chumbo” no continente, contribuindo, no âmbito da cultura política latino-americana, para o fortalecimento dos valores da liberdade, da democracia e dos direitos humanos.

## II

A presente investigação baseou-se na análise de diversos tipos de fontes. Analisamos a documentação histórica selecionada, realizamos entrevistas com protagonistas e contemporâneos às redes, visitamos a bibliografia especializada acumulada e utilizamos ainda a referência factual e cronológica do material jornalístico. Os principais acervos históricos que percorremos foram os depositados no Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da

Universidade do Estado de São Paulo, como a coleção CBS, em suporte textual e no Centro de Documentação e Informação Professor Casemiro dos Reis Filho – CEDIC, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, especificamente o fundo Clamor, com dimensão e suporte iconográfico, sonoro e textual, local da maior massa documental que analisamos.

Os documentos do fundo Clamor foram acumulados como decorrência da sua atuação rotineira, constituindo parte expressiva do seu arquivo. Com o fim das atividades oficiais do Grupo em 1991, seus arquivos foram entregues à guarda da Dra. Michael Nolan, integrante do Comitê, que os repassou, parcialmente, ao Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva, da Arquidiocese de São Paulo. Posteriormente, a equipe de profissionais do CEDIC/PUC-SP identificou que outras frações dos documentos produzidos pelo Clamor ficaram em poder de alguns militantes, principalmente Luiz Eduardo Greenhalgh, Jaime Wright, Jean Rocha e Michael Nolan. Estavam em posse de um rico acervo constituído por boletins mensais, produzidos em inglês, espanhol e português, dossiês de presos políticos, detidos, torturados, desaparecidos e crianças sequestradas pelas ditaduras, além de cartazes de diversos movimentos de defesa dos direitos humanos da América Latina, resoluções e atas de reuniões, manuscritos administrativos, etc. Também se encontravam relatórios de atividades, correspondências expedidas (e recebidas) a chefes de Estado e autoridades religiosas, inclusive o Papa João Paulo II, parlamentos, órgãos internacionais de direitos humanos, como a Anistia Internacional e o Alto Comissariado da ONU para os refugiados (ACNUR).

É importante registrar que a partir da detenção do general Pinochet em Londres, em 16 de outubro de 1998, e do pedido de sua extradição para julgamento na Espanha pelo desaparecimento (tortura e genocídio) de cidadãos daquele país durante a ditadura chilena, o noticiário internacional passou a repercutir, quase que cotidianamente, os fatos e os personagens daqueles tempos de extremismo e violência na América do Sul.

A arrojada atitude do Juiz Baltasar Garzón, invocando o princípio da extraterritorialidade e a jurisdição internacional, resgatando do Pós-Segunda Guerra o conceito de crime contra a humanidade, produziu um fecundo momento de rediscussão dos "passivos" deixados pelas ditaduras de segurança nacional nos países do Cone Sul, expressa em questões como a dos desaparecidos, a revisão das anistias e indultos, a responsabilização criminal dos torturadores, o sequestro de filhos/as de militantes, entre outras. E a opinião pública brasileira não ficou alheia a esse importante debate, uma vez que o período entre 1964 e 1985 passou a ser revisto com grande interesse da imprensa. Como consequência, a imprensa passou a destacar questões como a participação das forças armadas nacionais na

Operação Condor (o general João Figueiredo, então chefe do SNI teria sido o "homem brasileiro" nas articulações iniciais no Chile), os centros de tortura, os desaparecimentos, assassinatos e toda a sorte de violência patrocinada pelo regime dos generais presidentes.

E verificou-se uma corrida aos arquivos disponíveis, que pudessem conter evidências das ações criminosas daqueles regimes discricionários. O CEDIC/PUC-SP, por sua vez, registrou significativo aumento nas solicitações de consulta, inclusive de estrangeiros. O objetivo foi buscar peças para subsidiar processos judiciais de indenização e reparação contra os Estados ditatoriais do Cone Sul, que acabaram por subsidiar documentalmente os trabalhos de apuração das Comissões da Verdade sul-americanas e da própria Comissão Nacional da Verdade brasileira, além de suas Comissões estaduais, entre 2011 e 2014.

Registre-se o nosso desapontamento em função da negativa da Arquidiocese do Rio de Janeiro em facultar a consulta aos arquivos do Cardeal Dom Eugênio Sales, ainda classificados como confidenciais. Tivemos acesso a um reduzido lote deles, disponibilizados digitalmente, composto basicamente de correspondências e fotos. Realizamos também consulta ao Fundo DSI/MJ-Divisão de Segurança Interna/SNI- Ministério da Justiça, no Arquivo Nacional.

Ao longo da pesquisa, obtivemos a informação de que a valiosa documentação produzida pela Rede de solidariedade Cáritas Arquidiocesana-RJ, entre 1976-1982, teria sido levada pelo ACNUR-ONU para o escritório de Buenos Aires, "pista" que, lamentavelmente, não conseguimos confirmar. Versões informais dão conta que esse acervo teria se perdido por ocasião da mudança da sede da Caritas do bairro da Glória para o seu atual endereço, no Maracanã.

Submetemos esses acervos ao crivo da operação historiográfica e ao diálogo com as fontes dos campos do direito, do jornalismo, da sociologia e também com a análise das memórias dos militantes, das entidades de defesa dos direitos humanos, das instituições religiosas, sobretudo as de matrizes cristã católica e protestante. Recorremos à crítica de fontes documentais, testemunhais, jornalísticas e bibliográficas, numa investigação teórica interpretativa, pautada pela metodologia de permanente construção-reconstrução das abordagens, oportunizando, em consequência a ampliação da bibliografia sobre o tema.

Utilizamos amplamente o recurso das entrevistas, uma vez que, pelo tempo decorrido, nos foi possível coletar testemunhos de personagens que participaram da trama do Clamor, da Caritas Arquidiocesana RJ e do CBS, bem como de ativistas e simpatizantes das

redes, de exilados, de refugiados e de membros de organizações humanitárias. Portelli[1] nos mostrou que a essência da história oral é a resistência, a busca de vozes representativas e das narrativas incômodas. O historiador oral transita entre os fatos e a subjetividade, submetendo as verdades interiores e as memórias ao crivo da verificação, cotejamento e análise, dialogando, inclusive, com as fontes escritas/documentais tradicionais. Mas principalmente explora os silenciamentos, os esquecimentos e as omissões, as construções de sentido.

Entretanto nem toda entrevista se converte em história oral. Daí, cuidados metodológicos e epistemológicos serem importantes na escrita da história. Faz-se essencial um certo distanciamento crítico e sensibilidade para processar as memórias traumáticas, por exemplo, ou para cotejar os relatos de quem esteve no 'rodamoinho dos acontecimentos' com as outras visões possibilitadas pela pluralidade de fontes.

Analisar esses testemunhos de pessoas vivas remeteu-nos ao campo escorregadio da história recente, do tempo presente, das memórias individuais e socialmente construídas e compartilhadas. Nessa condição de relatos, os cuidados éticos também são indispensáveis. Nosso objeto de estudo perpassa por essas memórias traumáticas, no 'passado que não passa', na resistência que busca verdade, justiça e reparação em um continente, especificamente no Cone Sul, que viveu mais de uma década de arbítrio e ditaduras criminosas.

As fontes bibliográficas e jornalísticas elencadas foram de grande valia na contextualização histórica daqueles anos de arbítrio e desterro no Cone Sul. No Arquivo Metropolitano Dom Duarte - SP, tivemos acesso às edições do famoso Semanário *O São Paulo*, da Arquidiocese de São Paulo, trincheira de denúncias das violações aos direitos humanos. Na Biblioteca Nacional reavivamos o cotidiano factual daquele período através da cobertura jornalística dispensada por periódicos como *O Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*, este último publicou, em 2000, entrevistas de Dom Eugênio Sales que confrontaram a historiografia brasileira[2]. A partir de então o período ditatorial brasileiro e sul americano ganha novos elementos de análise. Pela primeira vez, decorrida mais de uma década do fim das ditaduras, o Cardeal Dom Eugênio Sales se pronunciou publicamente sobre a sua atuação no acolhimento aos exilados/refugiados do Cone Sul nas décadas de 70 e 80. Dessa forma, a interpretação historiográfica dominante que

[1] PORTELLI, Alessandro – In: FLIER, Patrícia (Coord.) – *Histórias detrás de las memórias:* um ejercicio colectivo de história oral. La Plata, UNLP/FaCH. 2018. P.13

[2] Jornal do Brasil. 25 de maio de 2000. Entrevista a Fritz Utzeri.

identificava Dom Eugênio como “amigo da ditadura” encontrou uma oportunidade de crítica e de revisão.

O levantamento da produção acadêmica do tempo das ditaduras no Cone Sul foi obtido através da consulta de teses de doutorado e de dissertações de mestrado produzidas no Memorial da América Latina, na USP, na PUC/SP, UNICAMP, UFRS, UFMG UERJ e UFRJ. Visitamos ainda a biblioteca do Seminário São José, vinculado à Arquidiocese do Rio de Janeiro, garimpando bibliografia e pesquisando boletins informativos arquidiocesanos das décadas de 70 e 80. O acesso às fontes iconográficas efetivou-se através do manuseio de fotografias da época, cedidas por militantes das redes e ainda as enviadas pelas famílias argentinas, uruguaias, chilenas, bolivianas e paraguaias à Dom Paulo Arns, ao Clamor e ao CBS, na esperança de reencontrar os entes queridos desaparecidos e ou exilados. Nesse universo, algumas eram de crianças argentinas e uruguaias nascidas e sequestradas durante as detenções dos pais. Algumas delas tiveram seus rostos estampados nos calendários para os anos de 1983 e 1984, produzidos através do financiamento do Clamor, em parceria com as Mães e Avós argentinas da Praça de Maio, para ampla divulgação internacional da situação e manutenção da memória. Consultamos ainda alguns vídeos com depoimentos do Cardeal Dom Eugênio Sales sobre o trabalho de acolhimento aos exilados e aos refugiados no Rio de Janeiro, produzidos logo após a sua aposentadoria sacerdotal e pouco antes de sua morte, em 2012.[3]

## III

Nossa escolha teórica foi analisar a condição exilar de acordo com a proposição de Coraza de Los Santos, como uma subcategoria das mobilidades forçadas[4], como componente do fenômeno migratório, especificamente como uma migração forçada por razões políticas.

[3] Vídeo- Globonews Dossiê. Outubro de 2010. https://www.youtube.com/watch?v=QgIObdnM0Wc; Vídeo- Rede Vida. Novembro de 2010. https://www.youtube.com/watch?v=Qi-mAbbGN5U; Vídeo- Arquidiocese do RJ. 15 de julho de 2012. https://www.youtube.com/watch?v=vh292BNsNU0;Vídeo- Refugiados políticos. Setembro de 2010. https://www.youtube.com/watch?v=UkGsQcL8T8E

[4] CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique. ¿De que hablamos cuando nos referimos a las movilidades forzadas? Una reflexión de la realidad latinoamericana. Revista Estúdios Políticos- nº 57. Colombia, Universidad de Antioquia, 2020.

Bruno Groppo foi um dos teóricos que também refletiu acerca da dimensão política e compulsória do exílio, destacando seus antecedentes mais significativos na tragédia humanitária do refúgio massivo da Primeira Guerra Mundial. Diz Groppo em sua obra *Os Exílios Europeus no Século XX:*

> O exílio político é visto como um componente de um fenômeno muito mais amplo, o dos refugiados, que atingiu um desenvolvimento espetacular a partir da Primeira Guerra Mundial e que, após ter sido um problema essencialmente europeu na primeira metade do século, tornou-se, em seguida, um problema mundial, permanecendo como tal até os nossos dias.5

Pablo Yankelevich situa na emergência da modernidade política e no surgimento dos Estados-nações a constituição dos vínculos entre nação, nacionalidade e direitos políticos e sociais e este mesmo Estado tem o poder jurídico de outorgar ou negar cidadania a quem nele nasce. Assim, gozar de uma nacionalidade é precondição para ter direitos. Exilar, desterrar, banir, é revogar essa nacionalidade. É privar o cidadão do direito de ser protagonista na esfera política e social, produzindo apátridas, pois "Esse domínio do soberano sobre a figura da exclusão, fundando o direito sem considerar-se nele, encontra uma de suas formas mais extremas e agressivas no ato de revogar direitos, limitar ou negar cidadania, exilar e, por suposição, assassinar."[6]

Com a expatriação e o exílio, o cidadão, o nacional detentor de direitos jurídicos inerentes à condição de pertencimento a um Estado, é jogado ao limbo, tornando-se um apátrida, comprometendo sua sociabilidade, alienando-se gravemente de sua identidade. Uma vez órfão compulsório da sua nacionalidade, resta a proteção e a acolhida internacional formal (ACNUR, por exemplo) ou dos organismos da sociedade civil (ONGs, redes humanitárias leigas ou religiosas, etc).

Nesse cenário, destacam-se os modelos propostos por Sznajder[7] para a análise do fenômeno exilar: o "triangular", a partir das conexões entre o país expulsor, o exilado e o país anfitrião, com as relações causais entre a ditadura e o exílio e entre a democracia e o exílio, e o "quadrangular", onde insere-se um novo transformador elemento, a esfera pública internacional, âmbito do político, de exposição mundial do "problema" dos exilados e dos

---

5 GROPPO, Bruno- Os Exílios Europeus no Século XX. Revista Diálogos. Universidade Estadual de Maringá, Paraná. DHI/PPGH. V.6, 2002, p.2.

6 YANKELEVICH, Pablo- *Estudar o Exílio*. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos Cruzados*; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2011. pp.12 e 13

7 SZNAJDER, Mario- *Os Exílios Latino Americanos*. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos Cruzados*; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2011. p. 65.

refugiados. Utilizaremos amplamente o modelo quadrangular na construção da presente tese, pois foi nessa esfera pública internacional que se desenrolou a continuação e a ressignificação da resistência às ditaduras no exílio, na original *arena exopolítica*, espaço de ativa atuação dos *exilados-militantes*. Esse modelo favorece uma discussão bibliográfica panorâmica, já que encontramos no Brasil escassa produção sobre a questão do exílio político e, mais ainda, sobre a atuação das redes brasileiras e latino americanas de proteção e acolhimento aos exilados do Cone Sul nos anos 1970-1980. Por outro lado, nas demais nações da América do Sul, sobretudo na Argentina, há tradição e volume na produção historiográfica sobre o exílio político. Exemplo deste maior acúmulo dos nossos vizinhos no estudo do tema pode ser identificado através dos trabalhos, entre outros, de historiadores como Pablo Yankelevich e Silvina Jansen[8]. E também de Maria Soledad Lastra[9], Mario Ayala[10], Marina Franco[11], Mario Sznajder e Luis Roniger[12], Ana Buriano Castro, Silvia Dutrenit Bielous e Daniel Vázquez Valencia (Editores)[13] e Gabriela V. Izquierdo[14]. Boa parte desta produção que últimos anos pôde ser compartilhada pela realização das *Jornadas de Trabalho - Exílios Políticos do Cone Sul no Século XX*.[15]

Observando a produção historiográfica brasileira sobre o exílio político durante o regime civil militar iniciado em 1964, verificamos que até o final da década de 90 eram

[8] Uma obra clássica, verdadeiro balanço historiográfico da produção argentina e latino-americana do exílio, é YANKELEVICH, Pablo e JENSEN, Silvina (compiladores). *Exílios:* destinos y experiencias bajo la dictadura militar. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007.

[9] Entre outros trabalhos podemos citar *Migración política de retorno en la redemocratización. Primeros contrapuntos entre los casos de Argentina y Uruguay*. In Jornadas de Trabajo- Exilios Políticos del Cono Sur em siglo XX. La Plata. 2012. Http:// jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar/ponencias

[10] Destaque-se Los exilados argentinos en Venezuela y sus prácticas de activismo transnacional. La construcción de la Federación Latinoamericana de Asociaciones de familiares detenidos y desaparecidos (1978 – 1982). In Jornadas de Trabajo-Exilios Políticos del Cono Sur em siglo XX. La Plata. 2012. Http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar/ponencias.

[11] FRANCO, Marina- A "Solidariedade" ante os exílios dos anos 1970: reflexões a partir do caso argentino na *França.* In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos Cruzados*; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2011. pp.91-115.

[12] SZNAJDER, Mario & RONIGER, Luis- La política del destierro y el exilio en América Latina. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica. 2013.

[13] CASTRO, Ana Buriano; BIELOUS, Silvia Dutrénit & VALENCIA, Daniel Vázquez (Editores)- Política y memoria; a cuarenta años de los golpes de Estado en Chile y Uruguay. Ciudad de México: FLACSO/Instituto Mora.2015.

[14] IZQUIERDO, Gabriela V. – Gobiernos de facto y movimientos sociales por los derechos humanos; el movimiento organizado de las madres de plaza de mayo en Argentina. Mauritius: Editorial Acadêmica Espanhola. 2018.

[15] Organizada pela Universidade Nacional de La Plata – UNLP / FaHCE, realizou seu primeiro encontro em suas próprias dependências, em 2012. A segunda edição, em parceria com a Universidade de La República – UDELAR, ocorreu no Uruguai, em Montevideo, 2014, a terceira na Universidade do Chile e no Museu da Memória e dos Direitos Humanos, em Santiago do Chile, 2016 e a quarta na Universidad del Sur, em Bahia Blanca, Argentina, em 2018. A quinta jornada, prevista para o Colégio do México e o Instituto de Investigações Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México, em 2020, em função da pandemia de covid-19, foi reprogramada para 2021.

escassos os trabalhos sobre o tema[16]. Samantha Viz Quadrat traça um panorama dessa realidade:

> Os trabalhos sobre o exílio no Brasil têm dado ênfase às experiências espanhola, portuguesa e italiana da primeira metade do século XX. Nos últimos anos, tem ganhado destaque também a presença de cidadãos do continente africano, que começaram a chegar em meados da década de 1970 e ao longo dos anos passaram a ocupar o maior número de casos no país. Contudo, há outro movimento de exílio que ainda conta com poucos estudos. Trata-se da presença de latino-americanos, especialmente do Cone Sul, que durante as últimas ditaduras civis usaram o país como passagem ou como lugar de permanência. Argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios cruzaram as fronteiras brasileiras por terra ou ar, de forma legal ou não. Não se tem um número exato de quantos cidadãos vieram ou passaram pelo Brasil. Estima-se em milhares de homens e mulheres de todas as idades; crianças; famílias inteiras. Alguns recém libertados dos centros de tortura e/ou com parentes presos, mortos ou desaparecidos.[17]

Entretanto, na década seguinte, houve um incremento nas discussões sobre a questão, redundando no aumento dos trabalhos acadêmicos e na diversificação das linhas de pesquisa e nos recortes[18]. A partir de 2010, ocorreu uma expansão significativa na produção, com o aparecimento de artigos, teses e dissertações bastante originais[19], inclusive com trabalhos recentes[20].

---

16 Talvez o trabalho de maior importância no período seja ROLEMBERG, Denise. *Exílio. Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record. 1999.

17 QUADRAT, Samantha Viz. *Memórias do Exílio Argentino no Brasil*. Trabalho apresentado no X Encontro Nacional de História Oral; Testemunhos: história e política. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CFCH. Recife. 2010. p. 1.

18 SANJURJO, Liliana Lopes. *Narrativas do exílio argentino no Brasil; nação, memória e identidades*. UNICAMP/ IFCH. Dissertação de mestrado. 2007. Neste trabalho a autora analisa a migração de argentinos para São Paulo e Campinas em dois momentos distintos: no período da violência política pós-golpe militar de 1976 e no final de 2001, em meio à grande crise econômica que atingiu a Argentina, focando no êxodo de jovens profissionais. E ainda SORBILE, Rosana Núbia- *No olvidamos, no perdonamos, no nos reconciliamos; a construção e a atuação das organizações de familiares de desaparecidos políticos na Argentina e no Brasil (1973-1976)*. USP/PROLAM. Dissertação de mestrado. 2002 e MARIANO, Nílson Cesar- Montoneros no Brasil: terrorismo de estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos. PUC-RS/PPGH. Dissertação de mestrado. 2006

19 Entre outras podemos citar: FERNANDEZ, Jorge Christian- *Anclaos em Brasil; a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989).* UFRS/PPGH. Tese de doutorado. 2011; MARQUES, T.C.S.- *Militância política e solidariedade transnacional; a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979).* UFRS/PPGCP. Tese de doutorado. 2011; MOREIRA, Júlia Bertino- *Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010).* UNICAMP/IFCH. Tese de doutorado. 2012; PEZZONIA, Rodrigo- *Exílio em português; política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982*). USP/PPGHS. Tese de doutorado. 2017.

20 CAMPANHOLO, Bárbara Geromel – *Antes do refúgio: a história não contada da Cáritas Arquiodicesana do Rio de Janeiro (1976-1982).* UFF/PPGH. Dissertação de mestrado. 2019 e FRAGA, Guilherme Barboza – *Clamores contra as ditaduras do Cone Sul: O Grupo Clamor e a solidariedade em defesa dos perseguidos políticos e seus familiares.* UFRS/PPGH. Dissertação de mestrado. 2020.

Quadrat que coordenou também, a partir de 2006, o Projeto "Exílio Argentino no Brasil Ditatorial", desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Contemporâneos – NEC, vinculado à Universidade Federal Fluminense (UFF), produzindo importantes textos sobre o tema[21]. O NEC organizou ainda, em 2009, o "Seminário Internacional Caminhos Cruzados: História e Memória dos Exílios Latino-americanos no século XX", que reuniu 16 pesquisadores brasileiros e estrangeiros em Niterói, Rio de Janeiro.[22] Houve produção acadêmica sobre o tema oriunda também de São Paulo, especificamente na USP, datada de 2000, através da dissertação de mestrado *Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos Para os Países do Cone Sul*, da historiógrafa Ana Célia Navarro Andrade. O trabalho de Andrade mescla a contextualização histórica do grupo com a descrição arquivística do acervo/fundo Clamor.

Na linha das reminiscências dos militantes, destacamos as obras *Da Esperança à utopia: Testemunho de uma vida*, autobiografia do Cardeal D. Paulo Evaristo, enfocando, entre outros aspectos, as lutas pelos direitos humanos no Brasil e na América Latina e *Dom Paulo Evaristo Arns; um homem amado e perseguido*, de Evanize Sydow e Marilda Ferri, biografia autorizada do Cardeal, ancorada em diversos depoimentos de contemporâneos, com o inequívoco enfoque na questão dos "bons combates" pela prevalência dos direitos humanos.

E também *O Cardeal da Resistência; as muitas vidas de Dom Paulo Evaristo Arns*, de Ricardo Carvalho, além de *Meditación del Exilio*, de Julio C. Raffo[23]. Merece destaque também o livro *Jaime Wright, o pastor dos torturados*, de Derval Dasilio, que resgata a trajetória religiosa, essencialmente ecumênica e política deste Pastor presbiteriano, um dos mais importantes personagens na defesa dos direitos humanos e na articulação das redes de solidariedade brasileiras, especialmente através do grupo Clamor.

Na extensa obra *A Ditadura Encurralada*; *o sacerdote e o feiticeiro*, de Élio Gáspari, há menção à fundação do grupo paulistano Clamor, em 1978, com os apoios dos prestigiados

---

[21] Podemos citar os seguintes artigos: *Caminhos e Descaminhos do Exílio Argentino no Brasil (2007); Solidariedade no Exilio: os laços entre argentinos e brasileiros.* In IV Jornadas de História Reciente - Universidad Nacional de Rosario – Argentina (2008) e Memórias do Exílio Argentino no Brasil, no X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: História Política. Recife / Brasil (2010).

[22] Os textos apresentados no seminário foram organizados por QUADRAT na obra *Caminhos Cruzados; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2011.

[23] RAFFO, Julio C. – *Meditación del Exilio*. Buenos Aires: Editorial Nueva América.1984. Julio Raffo, argentino, natural de Mendoza, advogado, professor. Trabalhou no Rio de Janeiro como professor na PUC, Universidade Santa Úrsula e Cândido Mendes / IUPERJ e também como assessor do ACNUR na cidade. Juntamente com outros exilados argentinos, foi fundador do Comitê de Solidariedade às Mães da Praça de Maio e Povo Argentino-COSPLAM, no Brasil

Cardeais Paulo Evaristo Arns e Eugênio Salles, que emprestaram autoridade no comando de suas respectivas redes de solidariedade aos exilados e aos refugiados do Cone Sul.

O trabalho de Paulo César Gomes, *Os Bispos Católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem (1971-1980)*, foi de grande valia para a compreensão do ambiente político de polarização ideológica que atingiu a Igreja Católica brasileira, desde a base até a cúpula, durante a vigência da ditadura. Sobretudo o impacto causado na doutrina social da igreja a partir do Concílio Vaticano II e da teologia da libertação, cindindo o clero em visões e atuações pastorais e políticas rotuladas de progressistas e conservadoras.

Ainda no tocante à atuação e ao posicionamento da igreja católica brasileira no período ditatorial, sobretudo na construção da memória de resistência institucional ao arbítrio, destacamos o artigo de Jessie Jane Vieira,[24] apresentando inclusive com um dos raros estudos sobre o papel político e pastoral do controvertido Cardeal Dom Eugênio Sales naquele contexto histórico.

A argentina Maria Soledad Catoggio aporta uma significativa contribuição[25] em relação ao ativismo das instituições religiosas sul americanas na trama humanitária de defesa dos direitos humanos, descortinando a relação das mesmas com os grupos brasileiros de acolhimento e proteção aos exilados e refugiados, no âmbito da grande rede transnacional de solidariedade das décadas de 1970-1980.

Destacamos ainda o livro *Clamor; a vitória de uma conspiração brasileira*, de Samarone Lima. O livro de Lima, datado de 2003, é uma revisão e ampliação da dissertação de mestrado do mesmo (2000)[26], incorporando novas informações coletadas em viagens ao Chile, Argentina e Uruguai ao período de atuação do Clamor, como depoimentos de antigos integrantes do Comitê, de funcionários do ACNUR, de dirigentes do Conselho Mundial das Igrejas, das avós argentinas da Praça de Maio e de outros personagens vinculados à trama do Comitê.

---

[24] VIEIRA, Jessie Jane. Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil. Passagens: Revista de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 3, n. 2, maio/agosto 2011.

[25] CATOGGIO, María Soledad- *La trama Religiosa de las Redes Humanitarias y del Activismo Transnacional en las Dictaduras del Cono Sur de América Latina*. In: JENSEN, Silvina e LASTRA, María Soledad (orgs.) – *Exilios, militancia y represión*: Nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta. Argentina, La Plata: EDULP, 2014.

[26] LIMA, Samarone - A Penumbra compartida. São Paulo. Dissertação de mestrado. USP/PPGIAL. 2000. Ainda em 2000 destacamos ANDRADE, Ana Célia Navarro de. Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: FFLCH/USP, 2000.

Ricamente ilustrado com fotos da época, o trabalho de Samarone Lima foi até o início da década de 2010[27] a única obra e estudo específico sobre a trajetória do Clamor, até o lançamento, em 2018, do livro *Solidariedade não tem fronteiras; a história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras sul-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor*, de autoria de Jan Rocha, uma das fundadoras e militante de primeira hora do Comitê.[28]

## IV

Nossa fundamentação teórica baseia-se no conceito de cultura política**,** ou seja, no campo de ocorrência de alguns fenômenos simbólicos da dimensão do político, uma vez que a política não é monopólio do poder, estando enraizada na formação social de um povo. Nesse sentido, F. Delich afirmou que "... se o Estado fosse o único âmbito da Política, as ditaduras seriam invulneráveis, se reproduziriam a si mesmas infinitamente" [sic...].[29]

Ao vivenciar e refletir acerca do sistema e das instituições formais de representação política, vislumbrando seus aspectos ideológicos e engendrando crenças, valores, comportamentos e atitudes de adesão a uma mesma leitura do real, a sociedade civil promove a socialização da política, a consolidação de uma cultura de participação cidadã. Encaradas em um amplo contexto geográfico e temporal, gestadas a partir de singulares experiências históricas, desde as lutas de independência e a formação dos estados nacionais do início do século XIX, as culturas políticas das diversas formações sociais da América Latina obviamente não possuem a mesma conformação institucional. Todavia houve uma peculiaridade que conferiu uma certa unidade à cultura política dessas diversas sociedades, sobretudo entre as décadas de 60 e 80: a militarização da política, a despolitização da sociedade e o recurso do exílio e do banimento como instrumentos de "fazer política", de

---

[27] Destacamos: ALÓ, Walter Ângelo Fernandes. *Solidariedade não tem fronteiras: a trajetória do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos Para os Países do Cone Sul* - CLAMOR (1978-1991). *Jornadas de Trabajo Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX*, La Plata, 2012; FRAGA, Guilherme. Barbosa. *A solidariedade não tem fronteiras: o grupo Clamor e a rede de direitos humanos na resistência às Ditaduras do Cone Sul*. TCC, UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2012 e PADRÓS, Enrique Serra- CLAMOR: a solidariedade contra o terrorismo de Estado e a Operação Condor. Revista Projeto História, PUC-SP, v. 50, pP. 50-85, 2014.

[28] ROCHA, Jan - *Solidariedade Não Tem Fronteiras;* a história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras sul-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor. São Paulo: Outras Expressões. 2018

[29] DELICH, Francisco. *Teoría y Practica Política en Situaciones de Dictadura.* In: Crítica y Utopia nº 8. Buenos Aires: CLACSO, 1982.

exclusão política, cujo período mais radical e prolongado deu-se, no contexto da Guerra Fria, sob a justificativa de uma pretensa "ameaça comunista" e da necessidade de redimensionamento da segurança nacional.

Por outro lado, consideramos que o traço distintivo da atuação de entidades humanitárias como o Clamor, a Cáritas Arquidiocesana RJ e o CBS em nossa na cultura política autoritária e militarizada foi o comportamento de resistência e de solidariedade, com ativa participação no processo de denúncia e de desgaste das ditaduras de segurança nacional do Cone Sul, bem como na revitalização da sociedade em meio às lutas pela redemocratização.

> A cultura política refere-se a uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos – como orgulho nacional, respeito pela lei, participação e interesse por política, tolerância, confiança interpessoal e institucional – que afeta o envolvimento das pessoas com a vida pública. A teoria postula que essas orientações têm longa duração no tempo e, assim, que elas influenciam os cidadãos a aceitarem ou não o regime democrático como sua alternativa preferencial. [30]

Os estudos sobre a cultura política convergem para ratificar o vínculo entre a sociedade e o seu sistema político de representação, sob a intermediação do campo das ideias. Rene Remond afirma que "... o que se chama, às vezes, de cultura política e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política, é um poderoso revelador do *ethos* de uma nação, do gênio de um povo." [31]

Já Norbert Lechner enfoca que "... estudar a cultura política equivale a estudar a trama cultural sobre a qual descansam as instituições políticas, pois a cultura política é produto da ação política. Vale dizer que as instituições dependem da cultura política, como também contribuem para formá-la."[32]

## V

Acreditamos que a pertinência historiográfica da presente tese decorre do fato que as experiências exilares de milhares de cidadãos do Cone Sul nas décadas de 70 e 80 e a trajetória dessas três redes de solidariedade é praticamente ignorada pela história política

---

[30] MOISÉS, José Álvaro- *Cultura política, instituições e democracia; lições da experiência brasileira*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, vol. 23, nº 66, 2008. p.6

[31] REMOND, Rene (org.) - *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV. 1996, pp. 449-450.

[32] LECHNER, Nobert (org.) - *Cultura Política y Democratización.* Santiago: CLACSO, 1987, p. 10.

brasileira, para não falar dos segmentos da opinião pública nacional, da grande imprensa e dos consumidores de livros didáticos.

Comparado a outros eventos da história brasileira, como a ditadura civil-militar (1964-1985), a questão das migrações forçadas por razões políticas, onde inserem-se os fenômenos do exílio e do refúgio, de certo não ocupa uma posição de destaque na produção historiográfica nacional.

Segundo Pezzonia[33], tal relegação, talvez um posicionamento 'inconsciente' da historiografia, poderia ser derivada de uma visão que enxergaria os exilados como 'militantes de segunda classe', com um papel menor em relação 'aos que ficaram', nas lutas e na resistência à ditadura. O que Daniel Aarão Reis chamou de 'mito da terra'[34].

Confrontado com os nossos vizinhos latino americanos, sejam do México ou do Cone Sul, contrasta o volume e a diversidade da produção e dos estudos sobre o exílio. Tal fato talvez resida na peculiaridade das experiências históricas vividas por essas sociedades, onde o contato com os regimes ditatoriais e consequentemente com o desenraizamento do exílio, seja sob a condição de expatriado ou praticando a acolhida solidária, gestou nessas culturas políticas um grau maior de compromisso democrático e de "zelo" humanitário.

Nesse sentido, refletir e produzir sobre a condição exilar e as relações da mesma com os inconclusos processos de redemocratização experimentados pelo subcontinente ao longo da década de 80 tornou-se uma prática gradativamente crescente na historiografia e nas ciências sociais desses países, sobretudo a partir dos anos 90.

As trajetórias do Clamor, da Cáritas Arquidiocesana e do CBS capturaram a experiência recente de toda uma geração (nossos avós, pais, irmãos, amigos) na luta pelo retorno das liberdades democráticas e pela prevalência dos direitos humanos, num período nefasto da vida política latino-americana, povoada ainda por feridas abertas em vários países da região.

Nossa hipótese central fundamenta-se na ideia de que, em uma América Latina onde a ideia de integração entre os povos é uma utopia desde o Libertador Simon Bolívar,

---

33 PEZZONIA, Rodrigo- *Exílio em português; política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982*). USP/PPGHS. Tese de doutorado. 2017. p. 20

34 O 'mito da terra' seria "...uma determinação difundida entre os militantes segundo a qual, no exterior e, portanto, 'fora da prática', não se devia opinar e muito menos decidir sobre os rumos da luta. Ao contrário, cabia-lhes esperar as orientações vindas da terra, de quem estava na prática". In: ROLLEMBERG, Denise- *Exílio, entre raízes e radares*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record. 1999. p.140

paradoxalmente a solidariedade surgiu em um momento de desespero, na denúncia das violações cometidas pelas ditaduras de segurança nacional e nas lutas pela redemocratização. Uma identidade reconhecida e vivida na dor do exílio, construída cotidianamente pela militância política e humanitária de homens e mulheres, brasileiros (as) e exilados (as), em atuação-conexão nas redes de solidariedade.

A própria democracia restaurada na região a partir de meados dos anos 80 foi incapaz, até o os nossos dias, com suas tutelas militares, anistias, pacificações nacionais, pontos finais e caducidades das pretensões punitivas do estado, de abrir caminho para a (re)construção de uma sociedade que possa desfrutar simultaneamente da prosperidade econômica e da justiça social, eliminando os padrões estruturais de concentração de renda e de desigualdade social.

A luta de diversas pessoas e entidades que militaram nessas redes de solidariedade pelo resgate e a preservação da democracia não pode ter sido em vão. Suas experiências podem balizar o caminho das sociedades, sinalizar, como em toda trajetória, para o 'preço' pago por uma geração na manutenção da democracia, da liberdade e da garantia dos direitos humanos.

Foi acreditando nessa conjunção, articulando o legado político e humanista para a cidadania e preenchendo uma lacuna na produção da historiografia política brasileira, com novos aportes, estreitando o diálogo institucional, teórico e metodológico com esses centros de maior acúmulo e produção sobre a temática do exílio político, principalmente no Cone Sul, que depositamos nossa crença e os nossos melhores esforços na construção da tese.

Ultrapassar os limites de divulgação do mundo acadêmico, com a singularidade de uma abordagem histórica original, fazendo uma "boa história", com responsabilidade e compromisso social, também são outros desafios que nos motivam extremamente

Se lograrmos êxito, poderemos contribuir para a urgente discussão da temática dos direitos humanos, do exílio e do refúgio, fenômeno cada vez mais recorrente no mundo globalizado, gerados pelas guerras, violência, perseguição política, intolerância religiosa, xenofobia, perseguição por orientação sexual, atuação de gangues criminosas, além dos desastres ambientais e climáticos.

Deslocamentos forçados também fortemente impulsionados na atualidade pela implementação de políticas neoliberais em diversos países do mundo, contribuindo para o aumento dos graus de exploração econômica e de precarização das relações de trabalho, acentuando a desigualdade e a vulnerabilidade social.

Temos a convicção de que é imperativo reafirmar a herança civilizatória das liberdades democráticas e da defesa dos direitos humanos, aqui expressas na reconstituição da

trajetória e no legado político destas três redes de solidariedade brasileiras, sobretudo quando o mundo se encontra sob a ameaça de forças políticas reacionárias e da extrema direita. Particularmente, a democracia no Brasil dos quatro últimos anos, perigosamente, tais forças conseguiram alcançar o controle da institucionalidade estatal.

VI

Organizamos o corpo da tese em quatro capítulos, dos quais apresentamos a seguir um panorama.

**Capítulo 1**- *"A Condição exilar como tema de investigação*", analisaremos o exílio político como tema de investigação no âmbito das ciências sociais, focando as diferenças e as semelhanças do fenômeno com outros movimentos de mobilidade forçada, como as migrações internas e externas, os deslocamentos internos involuntários, o refúgio, etc. Indissociável do fenômeno migratório, caracterizaremos o exílio como uma migração ou deslocamento forçado motivado por razões políticas. O exilado é antes de tudo um expatriado, um excluído da esfera política pela ação do Estado Nação por regimes autoritários, que se outorgam o direito de privar cidadãos de uma nacionalidade em virtude de dissenções políticas, ideológicas, religiosas, etc.

Discutiremos também, mais especificamente, no contexto das ditaduras de segurança nacional que assolaram o Cone Sul entre as décadas de 60 e 80, a originalidade desse exílio, em suas variantes massiva e serial. Massiva, que gerou no continente deslocamentos populacionais em levas até então nunca vistas, produzido pelo somatório de migrações, tanto voluntárias (pessoais/familiares) como forçadas, estas últimas motivadas pelo instinto de liberdade e sobrevivência. Serial e subsequente, visto a violência dos golpes e das ditaduras sequenciais, provocando deslocamentos emergenciais de um lugar de exílio a outro, uma vez que muitos dos governos anfitriões tornaram-se posteriormente expulsores, como foi a realidade vivida pelos brasileiros no Chile pinochetista em 1973, ano de início da diáspora dos exilados latino-americanos, como pelos uruguaios na Argentina, a partir do golpe de 25 de março de 1976.

No **apêndice**, traçaremos um panorama dos processos históricos nacionais que, em tempos de Guerra Fria, produziram rupturas institucionais, traduzidas em golpe de estado em "efeito dominó", como Brasil (1964), Bolívia (1964), Uruguai (1973), Chile (1973) e Argentina (1976), erigindo ditaduras que expurgaram e excluíram politicamente milhares de

latino-americanos, desenraizados, banidos e exilados como solução enraizada na cultura política autoritária e militarizada do continente. Ditaduras ideologicamente sustentados na doutrina de segurança nacional, a partir de conceitos como *inimigo interno*, *fronteiras ideológicas* e *ameaça comunista*, que cooptaram e atrelaram a elite política e econômica sul americana aos interesses geopolíticos dos EUA.

**Capítulo 2- "***A solidariedade não tem fronteiras: em defesa dos direitos humanos no Cone Sul"*, focalizaremos na análise da chamada 'nova sensibilidade humanitária', uma vez que o caráter serial do exílio político sul-americano possibilitou a colocação da questão do exílio e do refúgio na arena global, na esfera pública internacional. Na prática ocorreu o fortalecimento do discurso de defesa dos direitos humanos, posicionando, nas décadas de 70 e 80, a agenda humanitária como relevante na sociedade civil, como um problema público.

Analisaremos ainda como nessa mesma cultura política latino-americana autoritária gestaram-se também traços e comportamentos de resistência e de solidariedade, com ativa participação no processo de denúncia e de desgaste das ditaduras do Cone Sul, bem como na revitalização da sociedade civil em meio às lutas pela redemocratização.

Examinaremos como, no contexto de avanço da Operação Condor, a "multinacional do terror", aos dissidentes políticos e, sobretudo, com a violência e a brutalidade desencadeada pelo golpe civil militar argentino em 1976, produzindo ondas de banidos e exilados, formaram-se, concomitantemente, laços e redes de solidariedade continentais e transnacionais de acolhimento e de proteção aos exilados, promovendo a denúncia do terror de estado e dos crimes praticados pelas ditaduras, gerando uma grande visibilidade na esfera pública e política internacional para a questão do exílio e do refúgio, mobilizando grupos sociais tanto nos países expulsores como nos países anfitriões.

Demonstraremos que essas redes foram as mais ecléticas possíveis, desde as desencadeadas por ações informais e solidárias de indivíduos e coletivos, passando pela atuação e o engajamento de grupos de compatriotas e de sociabilidade no exílio, agências nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos, ONGs, organizações civis dos países anfitriões, partidos políticos, associações profissionais e de classe e Igrejas, notadamente cristãs, católica e protestantes.

**Capítulo 3- "***As redes brasileiras de acolhimento, proteção e denúncia*"**,** reconstituiremos detalhadamente a atuação, pouco estudada na historiografia política nacional, de três redes de solidariedade brasileiras de acolhimento, proteção e denúncia em apoio aos exilados do Cone Sul, que entre meados das décadas de 70 e 80, começam a receber

e apoiar milhares de desterrados paraguaios, bolivianos, uruguaios, chilenos e, em fuga e em trânsito pelo Brasil.

Redes como a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, sob a liderança do ortodoxo Cardeal Dom Eugênio Sales, o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos Para os Países do Cone Sul – Grupo Clamor, sediado em São Paulo, sob a "proteção" do progressista Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina – CBS, também paulistano.

Destaque-se que naquele contexto de Guerra Fria, de polarização, as figuras de Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Eugênio Sales, foram as protagonistas de um embate político e eclesiástico no seio da Igreja Católica Brasileira, entre progressistas e conservadores, sobre a atuação e o posicionamento pastoral e político da instituição no tocante a questão social. Atuar como presbíteros ou políticos? E a própria participação da Igreja Católica nos movimentos sociais do período, sobretudo na luta contra as ditaduras, esteve deveras condicionada por essa dicotomia.

Uma das características marcantes da atuação dessas três redes de solidariedade brasileiras foi o contínuo suporte institucional, político e financeiro prestado pelas igrejas cristãs, tanto a católica como as protestantes, em âmbito nacional e, principalmente, internacional, com forte viés inter colaborativo e ecumênico.

**Capítulo 4-** *"Uma década de lutas: o legado político e humanitário das redes de solidariedade brasileiras"* destacaremos o legado político, jurídico e humanitário das redes de solidariedade brasileiras e de seus militantes em uma década de atuação em prol dos direitos humanos, da democracia e da liberdade. Militantes que fizeram a escolha política pela solidariedade continental, a despeito do ônus pessoal inerente.

Nesse sentido assinalaremos a importância da atuação do Reverendo Presbiteriano Jaime Wright, personagem dos mais ativos na luta contra as ditaduras do Cone Sul, inclusive a brasileira, e na denúncia internacional de crimes, símbolo da escolha política de uma geração pela solidariedade, protagonista, ao lado do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, no *Projeto Brasil Nunca Mais.*

De forma esquemática podemos dizer que as três redes de solidariedade aqui apresentadas tiveram uma trajetória que obedeceu, em linhas gerais, o seguinte percurso: da segunda metade da década de 70 até 1984-1985 vivenciaram a fase de combate às ditaduras; depois, e até o final da mesma década, transitaram para o papel de guardiãs da memória de resistência ao Estado de exceção.

A fase de combate caracterizou-se pela ação política e militante de denúncia contra o arbítrio das ditaduras, simultaneamente acolhendo e protegendo material e juridicamente os exilados em trânsito e ou em clandestinidade, luta que ocorreu em estreita articulação e cooperação com diversas organizações congêneres latino-americanas e com o apoio de entidades internacionais, leigas e, principalmente, religiosas.

Inclusive foi o Clamor, em conjunto com exilados argentinos no Brasil, que confeccionou a "Relação de Desaparecidos Argentinos", que foi a base da listagem oficial da Comissão Nacional dos Desaparecidos Políticos – CONADEP, no início do governo Raul Alfonsín.

Com o avanço paulatino, embora tutelado, dos processos de redemocratização no Cone Sul, quando as liberdades civis e o funcionamento das instituições foi sendo resgatado, com as organizações de direitos humanos locais, recuperando a voz, as redes brasileiras foram lentamente desmobilizando-se, encerrando suas atividades ao longo da segunda metade da década de 80.

Tornaram-se centros de memória e referência testemunhal e documental da resistência contra as ditaduras, nos legando acervos fundamentais como os depositados no Centro de Documentação e Informação Professor Casemiro dos Reis Filho – CEDIC-, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, especificamente o fundo CLAMOR, e o no Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo, como a coleção CBS.

Identificaremos como as ações das redes de solidariedade brasileiras contribuíram para a consolidação na cultura política latino-americana das últimas três décadas de um sentimento de "*no olvidamos, no perdonamos, no nos reconciliamos*", fortalecendo na região as lutas por demandas dolorosas, na justiça de transição, pela memória, verdade e reparação.

Além da revisão das leis de anistia e a responsabilização dos agentes estatais, civis e militares, por crimes contra a humanidade, como os desaparecimentos-assassinatos e a tortura de cidadãos. Acervos que legitimaram e subsidiaram os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade brasileira, entre 2011 e 2014, bem como de similares estrangeiras.

O Clamor e o CBS estiveram engajados em diversas causas políticas e humanitárias na sociedade brasileira no final dos anos 70 e ao longo da década de 1980, como as campanhas públicas pela anistia política e as Diretas, já!. Além de batalhas no Parlamento brasileiro pela reformulação da Lei de Estrangeiros do governo Figueiredo e a revisão da Lei da Anistia.

Bem como ainda a extinção da Lei de Segurança Nacional, a tipificação do crime de tortura, a redação da Lei de Refúgio e de Asilo, a abertura dos arquivos do período ditatorial e nos próprios debates da questão dos direitos humanos na Constituinte brasileira de 1987-1988. Apesar de centrarem seu campo de atuação no Cone Sul, as redes apoiaram as causas pela democracia em âmbito internacional, denunciando violações e exigindo a garantia e o respeito aos direitos humanos em regiões como a América Central, Ásia e África.

# 1. A CONDIÇÃO EXILAR COMO TEMA DE INVESTIGAÇÃO

> "A experiência definidora do exílio é ser arrancado do lugar, da família, de todo o agradável e familiar, e pela força ser lançado em um mundo frio e hostil, seja porque o agente da expulsão fosse um anjo de Deus ou NKVD de Stálin. A palavra em si abrange conotações de dor e de alienação, da entrega da pessoa à angustiante força de anos de infrutífera espera. Foi Victor Hugo quem afirmou que o exílio é *um longo sonho de [retorno à] casa*".
>
> John Simpson- *The Oxford book of exile*.

## 1.1 Considerações iniciais

Em 2020, o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA) divulgou o relatório *Internacional Migration 2020 Highlights* destacando que, entre os anos de 2000 e 2020, o número de pessoas deslocadas pelas fronteiras internacionais, em fuga de conflitos, perseguições e violências, vítimas de graves violações dos direitos humanos, aumentou de 17 para 34 milhões, correspondendo a aproximadamente 16% do contingente de migrantes internacionais mundiais durante esse período[35]. Países como Síria, Afeganistão, Congo, Sudão do Sul, Venezuela e Mianmar são os tristes campeões dessa diáspora, em meio a fronteiras fechadas e à crescente xenofobia, em mais de 160 países. Somam-se ao fenômeno os dados dos deslocados internos, em tempos de pandemia da Covid-19, que já ultrapassaram os 16 milhões, atingindo majoritariamente Etiópia, Sudão, Moçambique, Iêmen, Afeganistão e Colômbia. Esta realidade agravou-se também no México e na América Central, com mais de 1 milhão de migrantes forçados de guatemaltecos, salvadorenhos, haitianos, nicaraguenses e mexicanos, expulsos pela crise econômica e pelo desemprego e fugindo da violência das gangues e do crime organizado.

No capítulo mais recente das migrações e dos deslocamentos forçados assistimos à crise humanitária advinda da guerra da Ucrânia-Rússia-OTAN, que já produziu mais de 4 milhões de refugiados, estimando-se que cerca de 1,5 milhão destes são crianças e adolescentes, com projeções do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados-ACNUR de atingir mais de 5 milhões a médio e longo prazo, com levas e mais levas de pessoas buscando entrada nos países fronteiriços.

---

[35] SARMIENTO, Érica. *Migrações Forçadas, resistências e perspectivas: América Central, México e Estados Unidos (2016-2020).* São Paulo: Editora Intermeios, 2021, p.41.

A expatriação dessa massa de pessoas em escala global, classificadas pelo sistema internacional como refugiadas, constitui sem dúvida um dos maiores dramas e desafios para a humanidade no século XXI, em função de todos os seus desdobramentos sociais, políticos, econômicos, culturais, humanitários e o consequente impacto nas relações internacionais e interestatais, redimensionando e acirrando inclusive o discurso político xenófobo, racista e de anti-imigração das forças políticas da extrema direita mundial.

Érica Sarmiento corrobora a relevância e a gravidade da questão dos deslocamentos e das migrações forçadas na atualidade, uma vez que:

> As migrações forçadas representam, no século XXI, um dos maiores desafios de ordem moral a ser enfrentado pelos estados-nação, em meio ao que se considera a maior crise humanitária da contemporaneidade. Milhares de pessoas deixam os seus lugares de origem, em longos e tortuosos trajetos, seja por terra, seja por mar, mediante o olhar perplexo de cidadãos que se sentem, em sua grande parte, ameaçados, por esses desterrados do sistema capitalista global.[36]

E ainda porque essa massa de homens, mulheres e crianças, verdadeiros "perdedores da globalização", constitui a materialidade das experiências de rupturas e de traumas vividos, atualmente, em todos os continentes, pois esses

> Milhares de estrangeiros refugiados, asilados e indocumentados que percorrem regiões de várias partes do planeta, formam corredores humanos que interpelam os Estados, desafiam suas políticas austeras e testam os limites das políticas dos direitos humanos. É importante dizer que os deslocamentos não se restringem a um problema local, mas sim, a uma questão de natureza global. [37]

Moreira e Sala identificam algumas categorias componentes do fenômeno das migrações e dos deslocamentos forçados, como os refugiados, asilados, apátridas, deslocados internos e as migrações de crise e sobrevivência.[38] Entretanto trataremos aqui esses indivíduos, famílias e/ou grupos em trânsito corroborando o conceito mais amplo de *mobilidades forçadas,* entendida como esse movimento físico de pessoas de um lugar para

---

[36] Ibid., p.29.
[37] Ibid., p. 30.
[38] MOREIRA, Júlia Bertino e SALA, José Blanes- *Migrações Forçadas: categorização em torno dos sujeitos migrantes*, p. 17. In: JUBILAT, Liliana Lyra; FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; LOPES, Rachel de Oliveira (Orgs.) – *Migrações forçadas: conceitos e contextos.* Boa Vista, UFRR, 2018.
[39] CORAZA DE LOS SANTOS, pp.141-142.
[40] Idem, pp. 142-143.

outro, visando garantir os seu inequívocos direitos humanos à liberdade, integridade e dignidade, em última análise à própria sobrevivência.[39]

De acordo com Coraza de Los Santos existem múltiplos fatores que condicionam as mobilidades forçadas, combinando elementos econômicos, políticos, sociais e ambientais. Segundo o mesmo devemos pensar em modalidades, em subcategorias de mobilidades forçadas, como o exílio, as migrações forçadas, de âmbito externo (de um país para o outro) e os deslocamentos forçados internos.[40]

É no contexto do amplo campo semântico e conceitual das migrações forçados que situamos o nosso objeto de estudo e de pesquisa, analisando especificamente as migrações motivadas por dissidências e perseguições políticas durante o período das ditaduras de segurança nacional do Cone Sul, nas décadas de 1970 e 1980, que redundaram no expressivo trânsito de exilados desses países pelo Brasil, mais especificamente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. E sobretudo a atuação política e humanitária de dezenas de militantes pelos direitos humanos, atuantes nas redes de solidariedade brasileiras organizadas para a acolhida e a proteção à essa massa de cidadãos em fuga, como a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul-Grupo Clamor e o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina-CBS.

## 1.2 O uso dos conceitos: deslocados, migrantes, exilados, refugiados, asilados.

A história da humanidade é indissociável do ato de migrar. Deslocar-se pelos vários quadrantes do planeta, ao longo de milênios, foi a condição imperativa de sobrevivência e de continuidade da espécie, para os indivíduos e os grupos sociais em movimento, proporcionando trocas culturais entre os diversos povos ao longo do tempo.

A condição exilar, esse milenar estado de desterro e de expatriação de cidadãos, de revogação de uma nacionalidade e de desenraizamento e ruptura de identidades, conceito central da presente tese, mais especificamente em sua dimensão política, situa-se no âmbito desses inúmeros processos de grupos humanos trasladando, compreendidos no âmbito das migrações e dos deslocamentos populacionais forçados.

Yankelevich situa na emergência da modernidade política e no surgimento dos Estados-nações a constituição dos vínculos históricos entre nação, nacionalidade e direitos políticos e sociais, no qual este mesmo Estado tem o poder jurídico de outorgar ou negar cidadania a quem nele nasce. Assim, gozar de uma nacionalidade é precondição para se ter direitos.

Exilar, expatriar, desterrar, banir é revogar a nacionalidade. É excluir o cidadão do direito de ser protagonista na esfera política e social. É produzir apátridas, pois "esse domínio do soberano sobre a figura da exclusão, fundando o direito sem considerar-se nele, encontra uma de suas formas mais extremas e agressivas no ato de revogar direitos, limitar ou negar cidadania, exilar e por suposição assassinar."[41]

Com a expatriação e o exílio o cidadão, o nacional detentor de direitos jurídicos inerentes à condição de pertencimento a um Estado nacional, é jogado no "limbo", tornando-se um apátrida, comprometendo sua sociabilidade, alienando-se gravemente de sua identidade. Uma vez órfão compulsório da sua nacionalidade, resta a proteção e a acolhida pelas instâncias internacionais formais, pelo ACNUR-ONU, por exemplo, ou por intermédio dos organismos da sociedade civil, como Organizações Não Governamentais, redes humanitárias leigas ou religiosas, como a Cruz Vermelha internacional e a Cáritas Romana.

Situando analiticamente o fenômeno exilar em suas múltiplas dimensões e interações, destacam-se os modelos propostos por Sznajder[42]: o "triangular", a partir das conexões entre o país expulsor, o exilado e o país anfitrião, com as relações causais diretas entre autoritarismo e exílio e entre democracia e exílio, e o "quadrangular", onde insere-se um novo elemento, a esfera pública internacional, âmbito do político, de exposição mundial do "problema" dos exilados e refugiados, campo de luta extra solo pátria pela democracia e de sobrevivência do projeto político emparedado pela ditadura e pela violência.

Buscaremos a seguir identificar e distinguir alguns conceitos intercomunicantes e correlatos ao fenômeno e à própria condição exilar, em suas diferentes nuances, compreendidas a partir do dinamismo dos movimentos migratórios, dentro da complexidade e da diversidade dos deslocamentos populacionais induzidos pela dissidência e a perseguição políticas.

---

[41] YANKELEVICH, Pablo- *Estudar o Exílio*. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos Cruzados; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX.* Rio de Janeiro; Editora FGV, 2011. pp.12 e 13

[42] SZNAJDER, Mario- *Os Exílios Latino Americanos*. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos Cruzados*; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2011. p.65.

O fenômeno exilar é por definição intrinsicamente heterogêneo. Sua natureza, características e motivações gravitam a partir de divisas conceituais muitas vezes fluidas e comunicantes, tendo como eixo a dinâmica dos deslocamentos populacionais forçados. Para Roniger "trata-se de um fenômeno multifacetado que pode ser analisado de múltiplas perspectivas – históricas, sociológicas, psicológicas, culturais, antropológicas, econômicas, literárias, artísticas e geográficas."[43] Situa-se em um abrangente repertório de movimentos de pessoas, famílias e grupos que se veem condicionados ao deslocamento e à fuga de seus territórios, em diásporas, impelidos por razões imperativas, como as conjunturas econômicas e as da própria sobrevivência material, além da estreita conexão com as políticas de imigração e de recepção adotadas pelas nações mais desenvolvidas. Singulariza-se, contudo, pela motivação política, de exclusão de desafetos, de opositores:

> É verdade que o fenômeno do exílio existe dentro de um espectro mais amplo de fenômenos de indivíduos e grupos em deslocamento. Os seres humanos se deslocam através do espaço, do tempo e da cultura. A dinâmica de tal traslado situa os exilados perto de uma série de outros tipos humanos, como são os migrantes, os refugiados, os beneficiários de asilo, os cosmopolitas errantes, os nômades, os desempregados, as redes que formam as diásporas. Com frequência é difícil separar o exílio desses outros fenômenos. Contudo, o exílio propriamente dito tem uma conotação, gênese e consequências políticas.[44]

Rollemberg contribui também para situar a análise conceitual da condição do exílio e do exilado, do refúgio e do refugiado, corroborando a percepção de que os teóricos estão tramitando em um campo de estudo "escorregadio", de tênues delimitações, no âmbito dos movimentos migratórios forçados:

> Nos últimos anos, é cada vez mais evidente a fluidez dos limites das classificações de refugiado, exilado e migrante. A fome, a miséria, as doenças agravadas pelos conflitos armados, em diversas partes do mundo, sobretudo na África, e mais recentemente nos países do leste europeu, vem aumentando o êxodo em direção aos países mais ricos da Europa ocidental. Fica difícil e complexo estabelecer as fronteiras entre o migrante econômico e o refugiado político [...] No entanto algumas reflexões a respeito de distinções entre o refugiado e o migrante ajudam na discussão específica do exílio e do exilado. O que é o migrante? Em primeiro lugar, ele é caracterizado pelo aspecto econômico. A migração é motivada por pressões econômicas, assumindo também – e principalmente- um caráter social. Em geral, fala-se de uma partida 'voluntária', de uma 'escolha pessoal', em comparação às situações do refugiado e do exilado.[45]

---

[43] RONIGER, Luís - *Reflexões Sobre o Exílio Como Tema de Investigação: avanços Teóricos e Desafios*. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos Cruzados*; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2011. P..32 [44] -Ibid., p.39 .

[44] Ibid., p.39.

[45] ROLLEMBERG, op. cit., pp.41-44.

Ao trafegar pelas conexões e distinções conceituais entre os indivíduos e os grupos de migrantes, exilados e refugiados, Rollemberg destaca ainda os condicionantes econômicos e políticos desses fenômenos intercomunicantes, que incidem e continuam incidindo sobre as populações em deslocamento em diversas áreas do globo na atualidade:

> É significativo que o Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados – ACNUR também utilize o critério 'econômico' na diferenciação do migrante do refugiado, acrescentando ainda o 'desejo de mudança ou aventura', as 'razões familiares' ou os 'motivos de caráter pessoal'. O que seria específico do exilado classificado como refugiado? Sobretudo, o aspecto político. Por discordar do regime político e ou econômico vigente e muitas vezes enfrenta-lo, é perseguido institucionalmente. Com isso, surge um conflito, pois em geral o exílio atinge pessoas ligadas a um tipo de luta pela transformação de seu país".[46]

Definições e distinções que remetem também à categorização do refugiado e do refúgio, indissociável da figura de um migrante e de uma migração de tipo forçada, de um movimento real de pessoas e de grupos deslocando-se de um território para outro, pois trata-se, invariavelmente:

> De um migrante forçado a fugir de seu país de origem, devido a conflitos internos ou internacionais, instabilidade política, perseguições e outras situações de violência marcadas por violações de direitos humanos. O refugiado, logo, realmente precisaria de proteção de outro Estado-diferente de outras categorias, como o migrante voluntário-, posto que o seu Estado ameaçou ou, de fato violou, seus direitos ou, ainda, revelou-se incapaz de assegurá-los. Ao mesmo tempo, da maneira como foi edificada, tal categoria reforçou a tríade cidadão-território-Estado, relegando ao refugiado o lugar de deslocado, portanto, do *outsider*, do não cidadão, daquele que não possui pertencimento à nação, à medida que transita entre Estados soberanos.[47]

Groppo destaca que a questão dos refugiados começou a ganhar a esfera pública mundial após a Primeira Guerra (1914-1918), se tornando um problema para os estados nacionais e para a própria comunidade internacional, representada então pela Liga ou Sociedade das Nações[48], onde o fenômeno e a condição do exílio encontravam-se em posição subjacente à situação do refúgio.

Alude a esta grave questão que confrontou a Europa no alvorecer do século XX, o das ondas de deslocados forçados, em função da radicalização ideológica e da violência política, que culminaram em guerras civis e na Grande Guerra, contexto histórico onde a própria noção

---

[46] Ibid, pp.41 e 44.
[47] MOREIRA e SALA, op. cit., p.17.
[48] Foi uma organização internacional criada em 1919 pelo Tratado de Versalhes, propondo-se como mediadora da paz mundial entre as nações.

de refugiado configura-se, tentando abarcar a dimensão do drama humanitário estabelecido pelo fenômeno latente dos desterrados:

> As noções problemáticas de 'exilado', 'refugiado', 'emigrado', são difíceis de serem definidas de uma maneira inteiramente satisfatória. A noção de refugiado evoluiu muito desde o século XIX, época em que ela designava essencialmente os exilados políticos. Ela tornou-se ainda mais abrangente, mas também menos precisa em relação à representação do fenômeno que ela designa, na qual os refugiados e os exilados políticos são apenas um. O exílio se globalizou [...] se o exilado é geralmente um refugiado (e mais particularmente um refugiado político) – é, aliás, como refugiado que pode aspirar à atribuição de um estatuto juridicamente reconhecido –**,** nem todos os refugiados são exilados políticos. É, em todo caso, a questão dos refugiados, não aquela dos exilados políticos, que a comunidade internacional tentou regulamentar: existe, assim, um estatuto juridicamente reconhecido do refugiado, mas não um estatuto do exilado político.[49]

Três décadas depois, em um contexto histórico de maior e muito mais ampla destruição bélica e de profunda catástrofe humanitária, a Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto dos Refugiados, conhecida como Convenção de Genebra, de 28 de julho de 1951, debruçou-se sobre a sensível questão do tratamento internacional dispensado aos milhões de deslocados forçados europeus provenientes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), definindo a partir de então como pessoa refugiada:

> qualquer pessoa que, como resultado de acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e devido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, vinculação a determinado grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, devido aos referidos temores, não queria entregar-se à proteção de tal país; ou que, carecendo de nacionalidade e encontrando-se, em consequência de tais acontecimentos, fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou, devido aos referidos temores, não queira a ele regressar.[50]

Em 1961 o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados ratificou a referida Convenção, eliminando qualquer data limite. Todavia nem todo exilado se converteria em um refugiado, visto que esse *status* e a proteção jurídica internacional inerentes concedida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados-ACNUR está condicionada à análise e ao cumprimento de uma série de formalidades políticas e legais impostas pela ONU aos exilados demandantes de refúgio.

Procuraremos mostrar no capítulo 3 que a oficialização do pleito de refugiado nem sempre foi a opção de diversos exilados que transitaram e ou permaneceram no Brasil durante

---

[49] GROPPO, Bruno- *Os Exílios Europeus no Século XX*. *Revista Diálogos*. Universidade Estadual de Maringá, Paraná. DHI/PPGH. V.6, 2002. p. 74.

[50] Ibid., pp. 37-38 .

as ditaduras de segurança nacional no Cone Sul, das décadas de 1970 e 1980. Para muitos a clandestinidade foi fator de continuidade da luta política no exterior, no exílio. Ou ainda condição de segurança individual e das famílias, que não raro tinham permanecido no país de origem e dos próprios militantes na "penumbra" do exílio.

O estatuto do asilo é outra noção que se interliga ao conceito das migrações forçadas, tendo como centralidade a proteção internacional aos perseguidos políticos, cuja base legal é o respeito aos direitos humanos. Moreira e Sala traçam um histórico acerca da semântica da condição asilar no ocidente:

> Boa parte dos estudiosos considera que o vocábulo asilo procede possivelmente do composto grego *a* (partícula negativa) e *siolos* ou *silos* (força, violência), com que se designa o que não pode ser forçado ou violado. Posteriormente o vocábulo foi utilizado no latim como *asylum* designando um lugar inviolável ou mais precisamente um santuário. Desta forma, entendemos que se tratava de lugar onde não podia ser praticada violência, sob pena de afrontar os deuses. Na verdade, já encontramos traços da concepção religiosa do asilo em civilizações anteriores à grega, como no Antigo Egito ou na Mesopotâmia. A partir do século IV d. C. surge o asilo cristão na Europa, que renova o asilo pagão conservando as características principais. Não se dá somente devido à sacralidade do lugar de culto, mas também é fruto de um senso de dever que nasce da consciência cristã, que prega o amor ao próximo e, sobretudo, à ideia de remissão dos pecados. Com o nascimento do Estado, inicialmente, sob o signo da monarquia, a partir do século XV d. C., o instituto do asilo experimenta lenta evolução que acompanha o surgimento das relações diplomáticas. As Guerras de Religião e, principalmente, a Revolução Francesa são os responsáveis pela atual versão do instituto do asilo. Com o surgimento do Estado-Nação, o asilo passa, de forma gradual, a ser um direito do Estado e não mais um direito da pessoa. Quer dizer, a soberania estatal assume como prerrogativa, de forma exclusiva, a aceitação ou não de determinado indivíduo em seu território; desta forma, o asilo ficará na sua categorização atual à mercê do Estado e das suas razões[51].

Valadão acentua que o asilo se fundamenta em um ato discricionário e soberano de um Estado nacional em acolher e proteger em seu território e sob seu ordenamento jurídico cidadãos de outro país, excluídos por dissidência política, definindo-se como:

> A admissão, por um Estado, em seu território ou fora dele, no local de sua representação diplomática ou na residência do chefe desta última ou em seus navios ou nas suas aeronaves militares, de estrangeiro refugiado, perseguido em outro Estado por motivo político."[52]

---

[51] MOREIRA e SALA, op. cit., p. 22 e 23.

[52] VALLADÃO, Haroldo T. *Asilo territorial y asilo diplomático*. In: Comitê Jurídico Interamericano. *XII Curso de Derecho Internacional*. Washington: Ediciones Jurídicas de las Américas, 1986, p.237. A literatura das relações internacionais classifica esses dois estágios da condição asilar como, respectivamente, asilo territorial e asilo diplomático.

No sistema internacional de proteção aos perseguidos políticos hoje vigente, o acolhimento aos exilados ocorre exclusivamente por intermédio dos institutos do refúgio e do asilo. O refúgio como uma prática eminentemente do sistema europeu, sob a intermediação, proteção e fiscalização do Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados-ACNUR, que impõe obrigações ao Estado acolhedor.

É significativo verificar que "na língua inglesa (asilo e refúgio) são usados quase com o mesmo sentido as palavras refuge, *asylum* e *asylum seekers*"[53]. Sistema que não faz distinção entre asilo e refúgio, ou seja, costuma-se falar em solicitante de asilo e refugiado, este último assim denominado quando contemplado com o benefício. E ainda que o conceito de refúgio é decorrente do conceito de asilo que historicamente é uma política de acolhimento muito mais presente no sistema de proteção latino americano[54]. Talvez pelos arraigados traços de instabilidade política e institucional gerais de sua cultura política, onde o Estado de acolhida possui total autonomia para a formalização do ato legal de concessão de asilo a um cidadão estrangeiro, sem a fiscalização de um órgão internacional como a o ACNUR por exemplo.

A seguir discutiremos o fenômeno do exílio em sua especificidade eminentemente política, vinculada à ação discricionária e ditatorial de um Estado, de um governo ou regime de ocasião que nega a democracia, viola as liberdades civis e afronta os princípios elencados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Que utiliza o recurso do exílio de forma ordinária, como um eficiente método de exclusão política, como recurso para combater à dissidência política e ideológica, prática enraizada na cultura política latino americana desde a formação dos Estados Nacionais, no âmbito do nascente liberalismo doutrinário das primeiras décadas do século XIX.

## 1.3 A especificidade do exílio político

Conforme já aludimos, centraremos o foco na dimensão eminentemente política do fenômeno do exílio, entendido como uma subcategoria das mobilidades forçadas, todavia com inequívocas conexões com os condicionantes sociais conjunturais que, por exemplo, singularizam o migrante econômico. Exilado que passa a aspirar a condição de refugiado

[53] MOREIRA e SALA, op. cit. p.22.
[54] Ibidem, p.25.

quando constrangido pela perseguição política estatal e/ou paramilitar-criminosa, formalizando esse pleito junto ao ACNUR.

O exílio político, esta forma de migração forçada desencadeada por um ato unilateral de violência e de perseguição política, que coloca em risco a própria vida dos dissidentes, caracteriza-se pela indução compulsória, por uma decisão não voluntária de partir, de fugir, por parte de um indivíduo e ou de grupos acossados em sua segurança e liberdade. De acordo com Groppo:

> O exílio é uma forma de migração que se distingue das migrações ditas econômicas pelo seu caráter forçado: o exílio é uma migração involuntária daquele que teria sonhado ficar em seu país, mas que foi cassado ou que teve de deixá-lo para escapar às perseguições ou à ameaças graves. O objetivo dessa migração forçada é de salvaguardar a vida e a liberdade.[55]

Rollemberg, uma das pioneiras e das mais renomadas estudiosas do fenômeno do exílio no Brasil, destaca a estreita interação e a imbricação política e conceitual entre a condição de exilado e a de refugiado. Esta opção político-partidária e ideológica é assumida pelo primeiro e a consequente repressão institucional que o regime vigente lhe destinará em função da dissidência política. Transformará esse excluído de sua esfera política nacional em um (novo) ator político inserido na esfera pública internacional, oportunizando visibilidade e consequente solidariedade à sua luta pela redemocratização e ao projeto político solapado pela violência:

> O que seria específico do exilado classificado como refugiado? Sobretudo, o aspecto político. Por discordar do regime político e/ou econômico vigente e, muitas vezes, enfrentá-lo, é perseguido institucionalmente. Com isso, surge um conflito, pois em geral o exílio atinge pessoas ligadas a um tipo de luta pela transformação de seu país. O exilado define-se bem no dilema do escritor russo Andriei Bieli, perseguido nos anos 1930: "Não consigo viver fora desta Rússia e não consigo respirar nela."[56]

A singularidade e a força política de uma comunidade nacional de exilados reside justamente na conquista da visibilidade e da legitimidade mundial de sua "causa", estabelecida na esfera pública internacional, a partir do reconhecimento como refugiados políticos e do gozo da proteção do Sistema das Nações Unidas. A despeito de todos os ônus individuais e coletivos inerentes, fundamentalmente da ameaça à vida e à liberdade, a opção pela luta contra o *establishment* ditatorial no exílio e o peso da exclusão forçada da vida

---

[55] GROPPO, op. cit., p.71.

[56] ROLLEMBERG, op. cit. p. 44.

política nacional, com a consequente derrota de um legítimo projeto político para o seu país natal, é que justamente conferem identidade ao exilado:

> Pode ser expulso formalmente como banido, por exemplo, ou ser informalmente "empurrado para fora", devido a perseguições e ameaças do aparelho repressor. Nestes casos, a partida é a própria garantia de sobrevivência física. Mas há também situações em que, por não suportar o regime, os cerceamentos e o ambiente autoritário a que o país está submetido, o indivíduo acaba por partir [...]. Em suma, fundamental para a compreensão deste tipo de condição é o fato de ela ter referências políticas mais ou menos sólidas, concretizadas, na maior parte das vezes, numa prática afrontadora do sistema econômico e/ou do regime político. Os princípios políticos, embora possam ser reavaliados no exílio, -e frequentemente o são-, fortalecem o exilado, preparando-o para o enfrentamento de sua condição. O exilado tem um projeto sócio-político para a sociedade. É a derrota desse projeto, ao mesmo tempo individual e coletivo, ou as dificuldades consideradas intransponíveis para a sua implementação que o fazem exilado.[57]

Buscamos demonstrar até agora que o refugiado político é antes de tudo um exilado que, a partir da solicitação formal junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas Para o Refugiados – ACNUR passa a usufruir da proteção internacional desse sistema e, protocolarmente, é reassentado com garantias em um país anfitrião, uma vez que

> o refugiado não é ilegal. Os instrumentos jurídicos internacionais defendem o direito de requerer asilo. Reconhecer o *status* de refugiado significa ser reconhecido legalmente como um indivíduo que precisa de proteção de acordo com o direito internacional. Por conseguinte, não há literalmente nenhuma maneira de ser um *refugiado ilegal*.[58]

Proteção internacional que se ancora no princípio consagrado e fundamental do *nonrefoulement* ou da *não-devolução*, no qual um Estado não deve obrigar ninguém a retornar às fronteiras de um território onde a sua vida ou liberdade sejam ameaçadas, tal como previsto no artigo 33 da Convenção de 1951, considerado um dos mais importantes alicerces "para a proteção internacional dos refugiados, constitui um patrimônio do direito internacional dos direitos humanos e possui caráter *jus cogens*."[59]

Entretanto a continuidade da luta política do exilado-refugiado nessa nova esfera de luta política poderá enfrentar restrições legais, no contexto da política imigratória e da própria legislação da nação acolhedora e ou angariar, nesse contexto, o apoio de partidos políticos,

---

[57] Ibid., pp.44 e 45.

[58] BARBOSA, Raul Felix e RODRIGUES, Viviane Mozine- *Categorização de Refugiados: alguns limites das abordagens atuais*. p. 148-149. In: JUBILAT, Liliana Lyra; FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; LOPES, Rachel de Oliveira (Orgs.) – *Migrações forçadas: conceitos e contextos.* Boa Vista, UFRR, 2018.

[59] DUARTE, Mônica e ANNONI, Danielle- *Migração Forçada em âmbito internacional e a questão dos refugiados.* p. 101. In: JUBILAT, Liliana Lyra; FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; LOPES, Rachel de Oliveira (Orgs.) – Migrações forçadas: conceitos e contextos. Boa Vista, UFRR, 2018.

sindicatos e grupos humanitários da sociedade civil, em conexão com redes nacionais e globais constituídas em solidariedade política à sua causa e em defesa dos direitos humanos.

Apresentaremos mais amplamente nos capítulos 2 e 3 da presente tese como se desenvolveu essa militância política dos exilados nos países de acolhida e os seus inegáveis efeitos na contribuição para as lutas das sociedades civis sul-americanas na denúncia dos crimes e para a própria desestruturação dos regimes de segurança nacional, conduzindo aos processos de redemocratização de países como Bolívia, Argentina, Uruguai, Paraguai e o Chile ao longo da década de 80.

Para tanto reconstituiremos a atuação de três redes de solidariedade política e humanitária brasileiras e de seus militantes, nacionais e exilados, estes últimos a quem passaremos a denominar de *exilados-militantes*, constituídas em apoio aos expatriados e banidos por essas ditaduras, que transitaram e ou se fixaram no Brasil nas décadas de 70 e 80: as já citadas Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, o Grupo Clamor e o CBS, estes últimos baseados em São Paulo.

Redes de acolhimento e de proteção, que estabeleceram conexões regionais e internacionais com grupos políticos e humanitários os mais ecléticos possíveis, nas quais os exilados-militantes foram protagonistas no exílio da continuidade das lutas políticas de seus países de origem pela democracia, a liberdade e a prevalência dos direitos humanos, constituindo um novo campo político, de prática da *exopolítica*, uma original arena política para os exilados e os refugiados: [60]

> A distinção entre os refugiados políticos, no sentido restrito, e os outros é importante porque, muito frequentemente, o comportamento desses dois grupos difere consideravelmente. Os militantes políticos exilados se caracterizam, no geral, por um apego muito forte ao país de origem, em direção ao qual seu olhar fica voltado, e pela vontade de continuar a lutar contra o regime responsável pelo seu exílio: emigrados involuntários, eles aspiram ao retorno e, se eles continuam a luta no país de acolhida, é precisamente com o objetivo de mudar a situação política no país de origem a fim de poderem retornar. Essa atitude não favorece uma integração definitiva no país de acolhida[61]

É significativo ressaltar que identificamos ao longo da nossa pesquisa, tanto na análise do escopo documental como especialmente no leque de entrevistas efetivadas um número expressivo de exilados-militantes paraguaios, chilenos, uruguaios e, sobretudo argentinos, que atuaram destacada e simultaneamente em mais de uma das três redes de

[60] Segundo Stéphane Dufoix, o exopolítico representaria um espaço de oposição e de luta no exílio contra o regime no comando do país de origem.

[61] GROPPO, op. cit., p. 94

solidariedade brasileiras citadas, acolhendo e protegendo esses exilados, muitos dos quais seus compatriotas e denunciando os crimes e o terror de estado praticados por aquelas ditaduras de segurança nacional no período da Guerra Fria, o que explicitaremos no capítulo 3. E que a formalização da solicitação de refúgio junto ao ACNUR por parte de alguns desses exilados-militantes do Cone Sul que atuaram nas redes de solidariedade brasileiras, a despeito dos pré-requisitos exigidos pelo Alto Comissariado de renúncia dos postulantes à continuidade da atuação política no exílio e mesmo após o reassentamento em outro país, não inibiu a continuidade do engajamento político desses expatriados contra as ditaduras em solo estrangeiro.

Nas palavras de um desses exilados militantes que entrevistamos, um cidadão uruguaio que atuou na década de 80 em São Paulo pelo CBS, a despeito dos inerentes e conhecidos riscos de indeferimento do pleito de refúgio, o mesmo se considerava "um solicitante de refúgio em trânsito", razão pela qual não renunciou à continuidade de sua luta política e humanitária, individual e coletiva, no exílio brasileiro.

No contexto da história dos exílios políticos do século XX, a experiência produzida pela onda ditatorial no Cone Sul, sobretudo nas décadas de 70 e 80, singularizou-se. Tanto pela sua amplitude massiva, expurgando e espalhando milhares de cidadãos em diáspora pelo mundo como deslocando indivíduos, famílias e grupos políticos, em um curto espaço de tempo, de um lugar de exílio a outro, principalmente no âmbito geográfico do subcontinente sul americano. Singularidade que desenvolveremos a seguir.

## 1.4 Cone Sul e ditaduras: um exílio massivo e serial

Corroborando Coraza, procuramos caracterizar até aqui o exílio como um tipo diferente de migração[62], como um estado de expatriação de indivíduos, de caráter voluntário e, sobretudo, involuntário, entendido no contexto do dinamismo dos movimentos populacionais, das mobilidades forçadas. Centrando conceitualmente a tese na compreensão do exílio de tipo político.

Exilados políticos que tiveram a opção de pleitear o status de refugiado junto ao ACNUR, embora, como ainda intencionamos demonstrar, muitos deles que transitaram e ou

[62] CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique- *Migraciones Forzadas en América Latina en Perspectiva Comparada*. São Paulo, Projeto História (PUC), nº 53, maio-agosto de 2015, p.21

permaneceram no Brasil decidiram, por razões diversas, principalmente as vinculadas à segurança individual e familiar, em não o oficializar.

No capítulo 3 detalharemos como ocorria o trâmite de solicitação de refúgio no contexto do governo ditatorial brasileiro das décadas de 70 e 80, temeroso e refratário, em meio à tensas relações com os escritórios do ACNUR no Rio de Janeiro e em São Paulo (sediado na Cúria Metropolitana), na acolhida de refugiados de "natureza subversiva", como eram vistos os exilados sul americanos. Entretanto é fato que a noção de exílio/exilado, historicamente secular, passou a se confundir com o conceito de refúgio/refugiado justamente a partir do início do século XX, o "século dos refugiados", consolidando-se como um fenômeno de massa e uma sensível questão nas relações internacionais, que continua ecoando no mundo globalizado, e não menos conflagrado, do século XXI.

As tensões sociais, a depressão econômica oriunda da crise capitalista de 1929 e o radicalismo político e ideológico do período entre guerras (1914-1945) culminaram em revoluções e guerras civis, como na Rússia entre 1917-1922 e a na Espanha de 1936-1939, na ascensão de regimes totalitários, como o fascismo italiano (1922) e o nazismo alemão (1933) e em duas grandes guerras mundiais. Esse período entre guerras, com os conflitos em escala industrial, atingiu de maneira dramática e sem precedentes as populações civis de diversos países europeus, produzindo milhões de deslocados de guerra, que passaram a ser denominados pela primeira vez no vocabulário político como refugiados, constrangendo as nações e a comunidade internacional na busca de acolhida, proteção e no próprio reassentamento dessa massa de expatriados.

Silvina Jensen, em oportuno texto, estabelece uma análise comparativa entre dois dos processos de exílios nacionais mais expressivos no século XX: o republicano espanhol, desencadeado pela guerra civil entre 1936-1939 e o argentino, do terror de estado das décadas de 70 e 80, destacando o aspecto iminentemente *massivo* desses fenômenos, geradores de deslocados, remontando às suas origens históricas na primeira metade do século XX:

> Se trata de dos capítulos de la historia de las huidas masivas de población del siglo XX. Este fenómeno tuvo su origen en la Europa Oriental durante la Primera Guerra Mundial, cuando en el contexto del genocidio perpetrado por el Imperio Turco que lanzó al destierro a miles de armenios, se inauguraba un escenario de millones de otros desplazamientos forzados (griegos, búlgaros, rusos blancos derrotados de la guerra civil tras el estallido de la Revolución bolchevique) como parte de la reestructuración del mapa del viejo continente que atravesaba la desintegración de sus antiguos imperios (turco, austrohúngaro y zarista). Para la Segunda Guerra Mundial, los destierros se transformaron en experiencias cotidianas y pasaron a involucrar a toda Europa. La avanzada nazi-fascista generó una nueva ola de

> desplazados y apátridas que incluyó a checos, polacos, judíos austríacos y judíos alemanes, italianos antifascistas y alemanes antinazis.[63]

A guerra civil espanhola[64], considerada um dos mais importantes capítulos da grande diáspora produzida pela "guerra civil europeia", estabeleceu e antecipou em escala internacional o embate que seria travado na Segunda Guerra Mundial, entre a democracia liberal e os nacionalismos autoritários, o fascismo, proporcionando visibilidade em dimensão mundial à questão do exílio e do refúgio.

Há na historiografia[65] do exílio a visão de que o desterro dos espanhóis foi o de maior duração e o primeiro a impactar diretamente na Europa ocidental, sendo entendido como um fenômeno que extrapolou o próprio período da guerra. Este desterro prolongou-se pelas décadas seguintes, como consequência da implementação e a vigência da repressão política do regime ditatorial franquista, consolidando a questão do exílio e do refúgio como um tema relevante na esfera pública e política internacional e de preocupação para o sistema internacional, representado pela própria ONU.

Por sua vez o exílio político massivo argentino, iniciado a partir do golpe de estado de 24 de março de 1976, inscreve-se no contexto histórico das tramas geopolíticas do período da Guerra Fria e de suas repercussões na América Latina. Fundamentalmente da forma como a ideologia de segurança nacional, sob a égide dos Estados Unidos, com seu dogma anticomunista visceral, instrumentalizou e cooptou a alta oficialidade das forças armadas, o empresariado e diversos segmentos da sociedade civil do subcontinente em favor de seu projeto político e econômico de hegemonia ocidental e de cruzada contra a subversão, o inimigo interno.

Apesar de ter sido a mais radical, a experiência exilar argentina não foi a única e muito menos a primeira na cronologia dos deslocamentos forçados sul-americanos entre as décadas de 60 e 80. A despeito de condicionantes políticos, econômicos e sociais específicos de cada país e uma vez visto em conjunto, o período histórico de bipolaridade capitalismo-

---

[63] JENSEN, Silvina- Agendas para una historia comparada de los exilios masivos del siglo XX: Los casos de España y Argentina. Revista Pacarina del Sur. Ciudad de México, 2011. p.5.
Disponível em https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/68344 .

[64] Conflito que teve início com o assalto ao governo da Segunda República perpetrado pelos nacionalistas falangistas, liderados pelo general Francisco Franco. Desenrolando-se entre 1936-1939 e considerada a antevéspera da Segunda Guerra Mundial, com amplo apoio das forças democráticas mundiais à causa republicana, se encerrou com a vitória falangista, que redundou na ditadura fascista franquista, que se estendeu até 1975.

[65] JENSEN, op. cit., pp.7-8

socialismo, do antagonismo Estados Unidos-União Soviética, produziu exilados e refugiados políticos em escala massiva no Cone Sul.

Países como Paraguai, Brasil, Bolívia, Uruguai e Chile, também não passaram incólumes no século dos refugiados, que em nosso recorte espaço temporal, será considerado conceitual e analiticamente como um 'tempo de exílio político', em meio à violência política desfechada pelas ditaduras civis-militares, amparadas pela doutrina de segurança nacional. Segundo Jensen:

> Desde la segunda mitad del siglo XX, América Latina y en concreto el Cono Sur se incorporaron al ciclo de matanzas industriales y desplazamientos forzados de población cuando en el marco de la Guerra Fría, las FFAA de la región – autoerigidas en guardianas ante la amenaza comunista y en soportes de los valores de la Nación occidental y cristiana– lograron hacerse con el control total del Estado para convertir a su maquinaria, en muerte sistemática, secuestro, tortura, desaparición forzada de personas, exclusión política y reconfiguración violenta de las relaciones sociales, económicas y culturales. En este marco, salieron al exilio decenas de miles de brasileños, chilenos, uruguayos y argentinos.[66]

Esse processo de exílio e de desterro sul americano da segunda metade do século XX também se notabilizou pelo seu caráter serial. Em "efeito dominó" golpes de estado sucessivos entre 1954 e 1976 estabeleceram ditaduras civis-militares que varreram com sua intolerância e radicalismo político os países do Cone Sul. A despeito da tragédia pessoal e humanitária inerentes à experiência do exílio político e do refúgio, os deslocamentos consecutivos vividos por esses cidadãos, migrando de um lugar de exílio para outro, percorrendo mais de um ou até vários países anfitriões em curto intervalo de tempo, acabou incrementando a visibilidade e a captação de solidariedade política e humanitária, em âmbito internacional, para a luta e a militância antiditatorial em uma nova esfera público-política. Sznajder contribui com reflexões e uma definição para a serialidade desse exílio no Cone Sul:

> O desejo político dos exilados por continuar com a luta contra a ditadura em seus lugares de origem é um fator maior na constituição do fenômeno do exílio em série. Definimos o exílio em série como o subsequente e, às vezes, recorrente deslocamento de um lugar de exílio a outro, dado que os países nos quais os indivíduos se refugiam restringem sua liberdade de ação. Essas restrições se dão geralmente devido a políticas de asilo, a pressões do país de origem, ou o caso de um país anfitrião entrando em um período de repressão política e ditadura [67]

Vemos a retomada da luta antiditatorial que passa a ocorrer em um novo espaço de atuação pública e política (o espaço *exopolítico*), esfera de recuperação e de representação da

---

[66] JENSEN, ibidem, p.6

[67] SZNAJDER, op. cit., p. 76.

cidadania e da identidade, de militância coletiva e de resistência, aspecto também ressaltado por Coraza de Los Santos, pois

> los exiliados, cuando llegan a sus lugares de destino, una vez cubiertas las necesidades inmediatas, se ocupan de otorgar sentido a ese exilio, a esa pérdida de ciudadanía y por lo tanto apropiación violenta por parte de otros y pérdida de identidad –em cuanto ciudadanos-. Por ello, para muchos, uno de los objetivos personales, grupales y colectivos será el de continuar la militancia, en este caso como resistencia al régimen que les negó la posibilidad del ejercicio ciudadano. A esta situación individual, pero compartida con el grupo, se suman las iniciativas de las organizaciones que buscan rehacerse en el exilio para continuar con su actividad y recuperar el protagonismo y participación en la vida democrática. El resultado, por tanto, será la generación de espacios, que consideramos de representación, en los cuales se intentarán recuperar los lugares de referencia identitaria primaria a la vez que, se constituirán en ámbitos de lucha para la recuperación plena de la ciudadanía perdida. De esta forma los exiliados conformarán el espacio del exilio, el que en cierta medida determinarán, en cuanto a características y sentido, y será el espacio de proyección y de visibilidad frente a la sociedad receptora y las organizaciones con las que establezcan contactos o soliciten ayuda. Por tanto, los exiliados serán visto, más que como individuos, como parte de un colectivo, o de muchos colectivos, identificados a través de diferentes elementos identitarios (sindicales, políticos –comunistas, socialistas, revolucionarios, independientes, etc.- de género, culturales, étnico, nacionalistas,
> etc.). [68]

A experiência do exílio serial conhecida por milhares de cidadãos sul-americanos desenrolou-se em abrangência continental, como foi o caso de dissidentes paraguaios e brasileiros, pioneiros cronologicamente na vivência dessas ditaduras, experimentando precocemente a situação de terem que se deslocar regular e rapidamente, sob risco iminente de captura e de vida, de um país de exílio a outro.

Como, por exemplo, ao transitarem, já no exílio, do Chile receptor de Allende e depois expulsor de Pinochet, para a Argentina acolhedora de Perón, que posteriormente transformou-se na mesma nação refratora do General Videla, em março de 1976. Jensen acentua outras trajetórias desse exílio serial durante as ditaduras de segurança nacional, a partir da peregrinação política de uruguaios e chilenos:

> Si tras los golpes de 1973 en Uruguay y Chile, Argentina se transformaba en país de refugio, tras el golpe del 24 de marzo de 1976, en un clima de estupor y desconcierto, la situación política del país propició la huida de cientos de uruguayos y chilenos residentes, que reiniciaban el camino del éxodo forzoso, seguidos de cerca por miles de argentinos que se dispersaron por todos los continentes.[69]

E também em âmbito extra continental sul-americano com deslocamentos que conduziram os exilados-refugiados, sucessiva e alternadamente, para diversos destinos em

[68] CORAZA DE LOS SANTOS, 2015, op. cit., pp. 21-22.
[69] JENSEN, op. cit., p.6.

périplos pela América do Norte, como no México e no Canadá, a América Central, especialmente em Cuba. Não ficam encobertos os deslocamentos na África, notadamente na Argélia e a Europa, em uma gama maior de países receptores de exilados e refugiados reassentados, como França, Itália, Suécia, Espanha, Portugal, entre outros, além da acolhida em paralelo sob o status de asilados. Rollemberg ilustra essa experiência exilar característica por intermédio da trajetória *sui generis* do militante político brasileiro Maurício Paiva, oriundo do movimento estudantil mineiro e banido[70] pelo governo militar do general Médici em 1970, que peregrinou pela Argélia, Cuba, Chile, Argentina, Noruega e Portugal em um intervalo de aproximadamente nove anos.[71]

Sem dúvida um dos desdobramentos mais dramáticos desses regimes de exceção foi a produção desse singular exílio massivo e serial, uma verdadeira diáspora sul-americana, que dispersou milhares de indivíduos por vários países e continentes, destruindo projetos políticos reformistas, progressistas, nacionalistas e revolucionários, separando famílias e alienando, desenraizando cidadãos de suas culturas e nacionalidades, tornados muitas vezes apátridas. Introjetando mais ainda na cultura política latino-americana traços de autoritarismo e de militarização.

A seguir buscaremos traçar um panorama geral do período histórico que engendrou diversos golpes de estado e que deu origem às ditaduras de segurança nacional no Cone Sul, entre as décadas de 60 e 70, acentuando o recurso do exílio como uma forma rotineira de fazer política, de exclusão de dissidentes, ideia que, messianicamente, em tempos de Guerra Fria, defendia que a 'redenção viria da caserna'. E que solapou a liberdade, violou sistematicamente os direitos humanos e golpeou a frágil democracia no subcontinente.

Entre 1964 e 1976, cinco países da América do Sul sofreram rupturas de suas instituições democráticas, erigindo violentos regimes ditatoriais sob inspiração da doutrina de segurança nacional: Brasil (1964), Bolívia (1964), Chile (1973), Uruguai (1973) e Argentina (1976).[72] Regimes de exceção que destruíram, em diferentes níveis, as instituições

---

[70] Maurício Paiva foi um dos 40 militantes políticos trocados pelo embaixador alemão ocidental Ehrenfrid Von Holletsen, sequestrado em junho de 1970, no Rio de Janeiro, em uma ação guerrilheira conjunta entre a Vanguarda Popular Revolucionária - VPR e a Ação Libertadora Nacional - ALN, estrategicamente realizada durante a Copa do Mundo de futebol do México. Banidos pela ditadura brasileira, desembarcaram em Argel, que se constituiu em local e rota de exílio regular de brasileiros.

[71] ROLLEMBERG, op. cit., p.83

[72] A ditadura do general Stroessner no Paraguai, inaugurada em 1954, a despeito das excelentes relações e colaboração com os citados, não se enquadraria no tipo de regime político militarizado como os do Cone Sul, assemelhando-se mais às ditaduras tradicionais, num padrão caudilhesco, como a Nicarágua de Somoza, a República Dominicana de Trujillo e Cuba de Fulgêncio Batista.

democráticas latino-americanas, atingindo desde os sistemas de claudicante estruturação partidária, como o brasileiro e o argentino, até as então mais maduras experiências de continuidade institucional, como a de uruguaios e chilenos. Produto genuíno da Guerra Fria, a doutrina de segurança nacional contaminou com suas formulações políticas radicais de contra insurgência a cultura política latino-americana, cuja tradição autoritária e caudilhesca remonta às lutas de independência das primeiras décadas do século XIX.

Doutrina que se estruturou nos Estados Unidos, a partir de 1945, por intermédio do *National War College*, em sintonia com o novo papel mundial norte-americano de nação hegemônica, que derrotou o nazi-fascismo durante a Segunda Guerra Mundial, em estreita sintonia com os emergentes interesses do aparato burocrático militar e industrial estadunidense, o que na atualidade conhecemos como *deep state*. De acordo com a lógica mundial bipolar desenhada no pós-guerra os EUA, em meio a uma Europa arruinada, desenvolveram a estratégia geopolítica da guerra contra a subversão, entendida como a contenção à então designada 'ameaça comunista', representada pela União Soviética.

Colocando-se como guardiães da democracia, das liberdades e do cristianismo no hemisfério ocidental, por intermédio do elástico conceito de "fronteiras ideológicas", diversos governos, que emitissem sinais de aproximação com o bloco liderado pela União Soviética alcançaram, interferiram e desestabilizaram politicamente, seja na África, Ásia, Europa ou América Latina, legitimando em caráter extra fronteiriço as violações às liberdades e aos direitos humanos. De acordo com Bauer:

> As ditaduras de segurança nacional estabeleceram entre si diversas formas de colaboracionismo e cooperação, sustentadas pelo conceito de "fronteiras ideológicas": apoio e financiamento a golpes de Estado, ação repressiva em conjunto (com sequestros, torturas, mortes e desaparições), negligência, omissão, etc. É importante destacar que este colaboracionismo e cooperação desenvolvem-se antes da institucionalização da Operação Condor, em 1975.[73]

Regimes que fomentaram uma cultura de medo e de delação, incentivando a caça aos 'inimigos internos', estigmatizados pela propaganda ditatorial como terroristas e agentes da subversão, atuantes nos mais diversos campos da vida social e política, que impediam a nação de alcançar os seus objetivos nacionais. O seu inequívoco destino dentro hemisfério ocidental e da civilização cristã, em estreito alinhamento com os ditames do capitalismo dependente

[73] BAUER, Caroline Silveira. *As ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e o conceito de "fronteiras ideológicas*". In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; AVILA; Arthur Lima de. (Org.). Fronteiras Americanas: teoria e práticas de pesquisas. Porto Alegre: Editora Suliani, 2009, p. 180.

latino-americano da segunda metade do século XX. Na prática, os "inimigos internos" eram os dissidentes e militantes políticos e seus familiares ou simpatizantes e defensores da democracia e da Constituição. Estes se tornaram a massa de exilados e refugiados que se deslocaram intensamente em fuga pelo subcontinente sul-americano, a partir de meados da década de 1970, transitando e/ou ficando no Brasil. Paradoxalmente, o cenário real era uma época em que o país ainda se encontrava sob um regime ditatorial, embora em gradativo processo de distensão e abertura política.

Os exilados do Cone Sul deslocaram-se forçadamente em salvaguarda das vidas, acossados pelo Terrorismo de Estado de suas ditaduras e as inerentes políticas de extermínio. Tais políticas materializaram-se em perseguições, assassinatos, campos clandestinos de detenção e tortura, sequestros de filhos/as de militantes encarcerados, além dos desaparecimentos forçados, como nova forma de morte política, pois segundo Padrós:

> [...] não havendo corpo, não se via o resultado dos "interrogatórios" ou as marcas de execução. Sem o corpo, também não se via a tristeza e a indignação do entorno das vítimas em velórios e sepultamentos que não podiam acontecer. Enfim, sem o corpo, o sentimento de culpa e a consciência pesada dos "desaparecedores" ficavam anestesiados ou, talvez, menos tensionados[74].

A partir de então, a América Latina passou a experimentar um inequívoco ponto de inflexão ditatorial especialmente após a eclosão da Revolução Cubana de 1959 e os seus impactantes desdobramentos político-revolucionários. Tais desdobramentos se efetivaram sob a tutela do grande irmão norte-americano, a partir do fomento de intervenções civis-militares e quarteladas na região, que desestabilizaram e fizeram ruir a institucionalidade democrática, que já vivia um processo de desgaste desde o início da referida década:

> No mesmo ano da deposição de Jacobo Árbenz na Guatemala, o general Alfredo Stroessner assumiu o poder no Paraguai (1954). Na Argentina, Juan Domingo Perón foi retirado do poder em 1955 e um novo golpe depôs Arturo Frondizi após a ampla vitória do peronismo nas eleições provinciais de 1962. No mesmo ano, antes da posse do nacionalista Haya de la Torre, militares ocuparam a presidência do Peru. No ano seguinte, o governo do moderado Juan Bosch foi derrubado por um golpe militar na República Dominicana. Em 1964, foram depostos João Goulart no Brasil e Paz Estenssoro na Bolívia. Em 1966, o general Onganía tomou o poder na Argentina. No ano de 1971 foi derrubado da presidência boliviana o general Juan

[74] PADRÓS, Enrique Serra e SILVA, Hélio. A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional. p. 113.
Disponível em: http://erevista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/1229/1016.

> José Torres, quem representava os setores populares reformistas e de centro-esquerda[75].

Nas décadas de 60 e 70, diversos países da América Latina estabeleceram governos de cunho progressista e revolucionários, que propuseram e estabeleceram amplas reformas políticas, sociais e econômicas, de viés nacionalista. Esses governos mobilizaram e aglutinaram o apoio dos segmentos sociais médios e da classe trabalhadora, nos meios rurais e urbanos, em variados movimentos contestatórios, denunciando a desigualdade social e o caráter exploratório nas relações capitalistas de produção reinantes. Governos que deram voz às históricas demandas sociais de diversos povos do subcontinente, vistas naquele contexto como uma ameaça ao projeto político e econômico das oligarquias e burguesias locais, em estreita aliança com o capital internacional.

Discutiremos no capítulo 2, conforme Moisés, D'Araújo e Dreifuss, como a militarização da política[76] constituiu-se como um traço original e distintivo da cultura política latino-americana, sobretudo a partir da formação das ditaduras civis-militares de segurança nacional, expressas em pronunciamentos, quarteladas redentoras e golpes de estado que implementaram regimes dos mais brutais. Entretanto, foi no contexto histórico da Guerra Fria, em sua lógica anticomunista e de combate a subversão e ao inimigo interno, em guerra permanente, com amplo uso da força repressiva, que as elites locais, sob a fiança dos EUA e a inspiração da doutrina de segurança nacional, instrumentalizaram as Forças Armadas da região como agentes da ordem e da paz social, garantidora das aspirações e dos objetivos permanentes da nacionalidade. Nesse sentido, as Forças Armadas escreveram no período mais um capítulo na cultura política latino-americana de sua auto imbuída excepcionalidade institucional, pois "a usurpação do espaço político da cidadania pelas Forças Armadas tem sido justificada como *missão salvacionista,* da qual o militar estaria imbuído. Temos assim um *ethos* heroico, despojado"[77].

---

[75] FRAGA, Guilherme Barboza – *Clamores contra as ditaduras do Cone Sul: O Grupo Clamor e a solidariedade em defesa dos perseguidos políticos e seus familiares.* Porto Alegre, UFRS/PPGH. Dissertação de mestrado. 2020. p. 34.

[76] MOISÉS, José Álvaro. *Sociedade Civil, Cultura Política e Democracia: descaminhos da transição política.* In: COVRE, Maria de Lourdes M. (Org.) - *A Cidadania Que Não Temos*. São Paulo. Brasiliense. 1986, p. 147; D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso- *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul.* Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.315 e - DREIFUSS, René Armand- *Sociedade política armada ou força armada societária?* p.115. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo...[et. al}. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

[77] DREIFUSS, René Armand- *Sociedade política armada ou força armada societária?* p.114. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo...[et. al}. *As Forças Armadas no Brasil.* Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

Distorção funcional das Forças Armadas, ao arrepio da(as) Constituição(ões), que engendrou (e legitimou) nas sociedades do Cone Sul uma *tutoria (tutela) arbitral*, que:

> "decorre da auto representação corrente no meio militar, a respeito do seu 'papel político precípuo', transmutado em função institucional legítima e que visualiza as Forças Armadas como redutoras da tensão social e política ou supressoras do aumento desta, quando não como meio de repressão *tout court*"[78]

O contexto histórico que engendrou a estruturação da doutrina de segurança nacional e a consequente prevalência, embora não exclusiva, dos norte-americanos na sua aplicação e disseminação, considerando todos os seus impactos desestabilizadores na cultura política latino americana, é assim explicitado por Biedagain de Urán que diz que:

> pelo final da década de 1940, em função do antagonismo com a URSS e dos novos papéis assumidos em escala mundial nos campos político, econômico e militar, realizou-se nos EUA uma profunda reestruturação institucional. Em 1947 são criados, entre outros, o Conselho de Segurança Nacional, a Agência Central de Inteligência e o Conselho para a Indústria de Guerra e Pesquisa [...] durante a presidência de Truman, em função do antagonismo total com os soviéticos, elaborou-se a estratégia da "contenção" ou da "barreira", a fim de impedir a propagação do poderio soviético, primeiro na Europa e depois no resto do mundo. Esta concepção determinou para a América Latina uma estratégia preventiva de possíveis invasões em sua costa e por isso foi criado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca - TIAR - e a Organização do Tratado do atlântico Norte – OTAN, na Europa.[79]

Impregnados com a ideologia de segurança nacional, segmentos da alta oficialidade latino-americana, contaram com o aval das respectivas elites econômicas nacionais (empresários, latifundiários e banqueiros) e das correntes de pensamento e partidos políticos de direita para exercerem a *tutela arbitral*, pois

> A visão reacionária ou conservadora no meio civil legitima, justifica, estimula e compactua com o militar, no seu papel de supressor ou redutor de tensão e conflito. Porque é precisamente no interior do paradigma político da tutoria arbitral que o civil conservador ou reacionário define e visualiza o que para ele vem a ser um oficial 'sensível', 'responsável' e 'consciente' dos seus deveres profissionais. Nessa ótica, também se ancora o limite- aceitável para as elites - de uma pretensa participação popular e da construção de uma sociedade de cidadãos.[80]

Essa alta oficialidade esteve, fundamentalmente, à serviço da manutenção e da reorganização do processo de acumulação capitalista no continente, ao colocar em prática a

---

[78] Ibidem, p.107.

[79] BIEDEGAIN DE URÁN, Ana Maria. *Nacionalismo, militarismo e dominação na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1987. pp. 170-171

[80] DREIFUSS, op. cit., p.107.

teoria da contra insurgência e instituir, em larga escala, a intolerância político-ideológica e o terror de estado. Vale destacar Martins:

> Para influir nos países dependentes, especialmente na América Latina, são criados instrumentos desde aqueles mais gerais, como a Organização dos Estados Americanos- OEA-, aos organismos militares, escolas, etc. Missões militares são enviadas a diversos países, ao mesmo tempo em que são assinados acordos de assistência militar. Os comandantes-chefes dos exércitos americanos passam a reunir-se com regularidade e são programadas manobras militares e operações navais conjuntas e integradas. Entre as escolas, ao lado do NWC, passa a funcionar também em Washington o Colégio Interamericano de Defesa, e na zona de ocupação americana no Canal do Panamá, a Escola do Exército Norte-Americano para as Américas (School of América), em Fort Gulik, que, em pouco mais de 10 anos, a partir de 1961, formou 33.147 militares latino-americanos.[81]

Por intermédio de seus manuais de instrução essas "escolas de ditadores" norte-americanas formaram expoentes militares das futuras ditaduras de segurança nacional do Cone Sul, como o paraguaio Alfredo Strossner, o chileno Augusto Pinochet e o argentino Leopoldo Galtieri. Impregnada de valores anticomunistas a corporação militar investiu-se de uma missão salvacionista, capturando as instituições do Estado em nome do combate à subversão, em prol da segurança interna, arraigando os traços de autoritarismo e de militarização do sistema político no subcontinente. A despeito do protagonismo dos Estados Unidos na formulação da doutrina de segurança nacional, ao final da década de 1950 a mesma passou a incorporar em seu arcabouço conceitual novos elementos, sobretudo do pensamento militar francês, a partir das experiências *in loco* de enfrentamento às guerras coloniais de libertação nacional da Indochina e da Argélia. Mendes aporta que:

> Para os franceses, o questionamento das populações coloniais seria um desdobramento da influência soviética, que se realizava sob uma nova forma. Segundo esses militares, a estratégia soviética de propagação do comunismo aproveitava-se dos conflitos coloniais e dos problemas do Terceiro Mundo para estimular a subversão e o aparecimento de conflitos internos com objetivo de conquista do poder, por parte dos movimentos comunistas locais. Os franceses, como resultado dessa forma de entender as lutas coloniais, realizaram a inserção de um novo conceito ao corpo da Doutrina: a ideia de Guerra Revolucionária e de Guerra Insurrecional. Segundo essa perspectiva, o papel soviético seria o de infiltrar agentes junto a essas populações, assim como fornecer o instrumental teórico para a análise das realidades regionais[82].

Mendes destaca também como a doutrina de segurança nacional repotencializou elementos pré-existentes, já arraigados na cultura política latino-americana, "tais como o

---

[81] MARTINS FILHO, João Roberto. *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.15 .

[82] MENDES, Ricardo Antônio Souza. *Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia. Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. pp. 12 e 13.

anticomunismo latente das elites latino-americanas, assim como a concepção de geopolítica. Na América Latina, essa Doutrina encontrou sua potencialização máxima"[83].

João Roberto Martins Filho exemplifica como se deu na Argentina, a nação que erigiu a mais violenta das ditaduras de segurança nacional, o processo de importação do pensamento militar francês, destacando o protagonismo pedagógico da Escola Superior de Guerra de Buenos Aires, centrado na doutrina da guerra revolucionária:

> [...] o então coronel Carlos J. Rosas, que acabava de regressar da França, assumiu em 1956 a subdireção da Escuela Superior de Guerra, em Buenos Aires, dando início a um processo de redefinição doutrinária calcado nos ensinamentos de veteranos franceses da Indochina e da Argélia. Em 1957, o referido oficial trouxe para a ESG argentina, na qualidade de professores e assessores da direção, quatro militares com experiência nas guerras coloniais: os tenentes-coronéis Badie, de Naurois, Bentresque e Nougues, que ali permaneceram até 1962. Entre 1958 e 1959, a *Revista de la Escuela Superior de Guerra* publicaria uma série de artigos de autoria desses assessores e de um grupo de oficiais argentinos que havia estagiado na Europa, cujo tema central era a doutrina da *guerre révolutionnaire*[84].

Foi, então, sob a influência da ideologia de segurança nacional nos currículos castrenses, sobretudo com o seu viés anticomunista, que toda uma geração de militares latino-americanos passou a estudar nas escolas de guerra norte-americanas. Como resultado, essa elite de militares saiu da caserna e passou a tutelar e ou controlar o Estado, cerceando as liberdades democráticas e empreendendo uma verdadeira guerra suja contra a cidadania, estabelecendo regimes ditatoriais longevos em vários países da América do Sul nas décadas de 60 e 70.

---

[83] Ibidem, p. 13.

[84] MARTINS FILHO, João Roberto. *A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2008, v. 23, n. 67 [Acessado 17 de outubro 2022], pp. 39-50. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000200004.

## 2. A SOLIDARIEDADE NÃO TEM FRONTEIRAS: EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

> "As suas virtudes são a fortaleza no corpo, o valor n'alma, a paciência nos trabalhos, a vigilância na campanha, a continência nos costumes, a fidelidade à Pátria, a subordinação aos chefes. Quando, passando desta linha de demarcação, pretendem influir nos negócios civis e políticos, são despóticos, obstruem os vasos vitais da sociedade, empecem o andamento regular das suas molas, são inimigos da Pátria e temerosos aos seus cidadãos" (Frei Caneca)

No capítulo 1, enfocamos o exílio como um tema de investigação específico no contexto das ciências sociais, indissociável do fenômeno migratório e, mais especificamente, das mobilidades forçadas, no âmbito da política e das disputas no sistema político de um determinado país, a despeito da interface com outros movimentos migratórios, como os de caráter econômico e profissional por exemplo. Vimos como os exilados e os refugiados, na prática, são indivíduos desterrados, excluídos de uma determinada esfera política pela ação do Estado Nação, por regimes autoritários que se outorgaram o direito de privar os cidadãos de uma nacionalidade, em virtude de dissenções políticas, ideológicas, religiosas, etc. E ainda como o recurso de impelir opositores ao exílio foi um artifício recorrente e institucionalizado de exclusão de dissidentes em várias nações da América Latina.

Esse exílio que teve um perfil massivo, uma vez que gerou no Cone Sul deslocamentos forçados de populações em levas até então nunca vistas, produzidos pelo somatório de movimentos migratórios, tanto voluntários (pessoais/familiares) como compulsórios, estes últimos motivados pelo instinto de preservação da liberdade e da própria sobrevivência. E também um caráter serial e subsequente, uma vez que essas ditaduras, 'em efeito dominó', provocaram deslocamentos emergenciais de um lugar de exílio a outro (o exílio dentro do exílio). Isso se deu porque que muitos dos governos que inicialmente foram anfitriões tornaram-se posteriormente refratores ao exílio e ao refúgio, como, por exemplo, o Uruguai e o Chile, em face da eclosão de ditaduras civis militares a partir de 1973.

Por fim discutimos a origem das ditaduras erigidas no Cone Sul nas décadas de 60 e 70, a partir dos interesses econômicos e geopolíticos norte americanos e de sua formulação da doutrina de segurança nacional, no contexto da Guerra Fria. Ideologia que instrumentalizou na oficialidade latino-americana e em amplos segmentos dessas sociedades civis, conceitos de viés reacionário como inimigo interno, fronteiras ideológicas, ameaça comunista e guerra subversiva, com os inegáveis aportes do pensamento militar francês em sua formatação.

Agora, no presente capítulo, discutiremos como as migrações forçadas de caráter político na América do Sul nos anos 1970 a 1980, produzidas pelos regimes de segurança nacional, possibilitaram a colocação da questão do exílio e do refúgio em pauta na esfera pública internacional, na arena global, impactando as relações internacionais e interestatais. E como, consequentemente, fortaleceu e valorizou o discurso de defesa dos direitos humanos, a consolidar a agenda humanitária como relevante na sociedade civil, para além do monopólio dos estados nacionais e em nível transnacional.

A partir da escalada de perseguição e de violência impressa pela Operação Condor no continente nos anos seguintes, produzindo levas seriais de fugitivos, desterrados e banidos, quase que simultaneamente, em países do Cone Sul, especialmente como o Uruguai, o Chile e a Argentina. Seguindo, assim, um incremento do exílio que se manifestou massivamente, potencializado com o golpe civil militar argentino de 24 de março de 1976. No entanto, analisaremos como no âmbito da complexa cultura política latino-americana de arraigados traços autoritários e militaristas, na qual emergiram, naquele contexto histórico, práticas e comportamentos de mobilização, de resistência e de solidariedade na sociedade civil, em meios às lutas de redemocratização daquelas sociedades.

Demonstraremos que foi justamente nessa conjuntura de atuação do Plano Condor, a 'multinacional do terror' do Cone Sul, que se estruturaram na América Latina, na América do Norte e na Europa laços e redes de solidariedade nacionais, continentais e transnacionais, que atuaram no acolhimento e na proteção aos exilados e aos refugiados e na denúncia internacional do terror de Estado e dos crimes perpetrados pelas ditaduras de segurança nacional. Tais redes de solidariedade e de apoio mostraram-se as mais heterogêneas possíveis, desde as iniciativas solidárias de indivíduos e grupos de conacionais no exílio até a atuação de agências nacionais e internacionais humanitárias. São organizações não governamentais, partidos políticos, igrejas, associações profissionais e de classe, entre outras, demonstrando que solidariedade não tem fronteiras.[85] Solidariedade política e humanitária que aplacou sofrimentos, promoveu o reencontro de famílias, salvou vidas, reassentou pessoas em outros países sob a proteção estatutária da ONU-ACNUR e, combativamente, coletou, sistematizou e divulgou internacionalmente denúncias de arbítrio e violações aos direitos humanos[86] praticadas pelas ditaduras e seus agentes.

---

[85] *Solidariedade não tem fronteiras* era o slogan do Grupo Clamor- Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul.

[86] - "Com o objetivo de promover a paz mundial entre as nações e de zelar pela proteção dos direitos humanos e das liberdades e direitos civis do indivíduo, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada em 24 de

Redes, Grupos e Comitês que se constituíram também como depositários de documentação e de memórias do período ditatorial, verdadeiros testemunhos daqueles anos de violência política oficial, ensejando futuro material probatório da ação criminosa daqueles regimes e de seus agentes, utilizadas por países como Argentina, Uruguai e Chile durante a chamada justiça de transição do pós-redemocratização.

## 2.1 Em nome da segurança nacional

Na cronologia dos regimes de segurança nacional do Cone Sul, a ditadura civil militar argentina foi a última a se instalar, o que não a eximiu de ter sido a mais truculenta de todas. No âmbito da cultura política nativa fundamentou-se no chamado Processo de Reorganização Nacional – PRN, cuja síntese pode ser encontrada nas palavras do cientista político argentino Marcelo SAIN, que destaca as aspirações da corporação militar e o seu enraizamento no sistema político argentino, com pretensões de radicais transformações sociais e políticas a partir de seus interesses:

> Quando, em 24 de março de 1976, a Junta Militar assumiu o governo, iniciou-se a ditadura militar mais violenta e transformadora da história argentina. Tal ditadura implicou uma fissura na ação do poder militar, não só pela tendência auto definida e autossustentada da interferência castrense no sistema político, mas, particularmente, pela capacidade de reconstituição das condições de dominação social, pela redefinição do papel
> do Estado e pela reestruturação social e política provocada por essa ação, no quadro da mais cruel experiência de terrorismo de Estado observada no Cone Sul. Nessa ocasião, os objetivos da corporação militar no denominado Processo de Reorganização Nacional – PRN- não se limitavam exclusivamente à desarticulação coercitiva da estrutura política e social que dava sustentação à sociedade 'populista', mas se estenderam à criação de novas bases estruturais e à formação, nesse contexto, de novos sujeitos sociais dominantes, tudo isso combinando repressão política e transformação econômica e social.[87]

---

outubro de 1945. Considerada um dos documentos da organização, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, redigida em 1948, garante que "todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e segurança pessoal (artigo III) e que 'ninguém será submetido à tortura'" (MEIRELLES, Renata. Civilização e barbárie: liberdade e direitos humanos no âmbito do direito internacional. p. 430. In: I Jornada de Estudos Sobre Ditaduras e Direitos Humanos. Orgs. PADRÓS, Enrique Serra; BAUER, Caroline Silveira & outros - Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.
Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1q8gVKl08Ly9_XryXotHJQHE8KoLi2iym/view

[87] SAIN, Marcelo Fabián- *Democracia e Forças Armadas*; entre a subordinação militar e os "defeitos civis*"*. p. 22. In: D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso- *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de

Esse Plano de Reorganização Nacional possibilitou à elite castrense, em estreita aliança com setores civis arrivistas, o total controle sobre Estado argentino, a partir da conciliação estratégica de objetivos como a transformação das estruturas sociais e econômicas e exclusão de dissidentes. Assim, implementava uma brutal violência política, que alcançou seu extremo na prática criminosa do desaparecimento forçado de pessoas e na promoção de um genocídio sem precedentes na história sul americana no século XX:

> A intensidade da repressão revela que o terrorismo de Estado não foi uma reação lógica e proporcional à ação da 'subversão'. As características da máquina repressiva estatal e o número de vítimas desse sistema refletem a magnitude do genocídio produzido (estimado em 20 mil pessoas) e demonstram que os objetivos do PRN iam mais além.[88]

E foi sob o então vanguardista cânone neoliberal que essas transformações econômicas e sociais ocorreram na Argentina, cuja primeira experiência no continente já tinha se iniciado anos antes no vizinho Chile de Pinochet, a partir do golpe militar de 1973. Política neoliberal que gradativamente se estruturava em termos mundiais, encontrando os seus maiores expoentes poucos anos depois com as administrações de Margareth Thatcher (1925-2013) no Reino Unido e de Ronald Reagan (1911-2004) nos Estados Unidos.

O vigor dos expurgos na Argentina aumentou ao longo de 1977, uma vez que comandos militares das ditaduras passaram a agir clandestina e criminosamente extra-territorialmente e com liberdade e conivência garantidas pelos regimes continentais congêneres, franqueando a caça aos dissidentes políticos abrigados em solo estrangeiro, dentro dos padrões do pacto repressivo e terrorista da chamada Operação Condor.

E ainda mais com o estabelecimento da lei de banimento argentina, que ao conceder liberdade a centenas de presos políticos, os impeliu ao exílio e ao desenraizamento, incrementando o fluxo de fuga de cidadãos, o que não significou a certeza de segurança para quem deixou a pátria, conforme Bauer:

> [...] quando a ditadura argentina restabeleceu o direito à pena de expulsão, os perseguidos e presos políticos puderam contar com a possibilidade de terem suas penas suspensas mediante o desterro. Esta poderia parecer uma alternativa à repressão empregada pela ditadura argentina, porém, na prática, não representava uma liberdade de fato, pois cidadãos argentinos foram vigiados, sequestrados,

---

Janeiro: Editora FGV. 2000. A Junta militar era composta pelos comandantes-em-chefe das três Forças Armadas: o general Jorge Rafael Videla, o almirante Emílio Eduardo Massera e o brigadeiro Orlando Ramón Agosti.

[88] Ibid., p.22.

> torturados, mortos e desaparecidos fora de seu território natal, por agentes compatriotas e pelas forças de segurança dos países onde se encontravam. [89]

Foi a ditadura do General Augusto José Ramon Pinochet (1915-2006), iniciada em 11 de setembro de 1973 com o golpe civil militar, que derrubou o presidente socialista Salvador Allende, que idealizou, em meados da década de 1970, a chamada Operação Condor. De acordo com Dinges:

> Teve início na América Latina, sob a liderança geopolítica de Pinochet, uma espécie de efeito dominó invertido. Os países cujo sistema democrático fornecera um ponto de apoio à ideologia esquerdista caíram sob o domínio militar e foram sujeitos a uma limpeza política impiedosa, país após país. Como o inimigo tinha âmbito internacional, Pinochet traçou um plano internacional clandestino para derrotá-lo. Para esse fim, compôs uma aliança secreta com outros governos militares (Uruguai, Paraguai, Bolívia, Brasil e Argentina) que foi chamada de "Operação Condor", em referência ao majestoso comedor de carniça que é o pássaro nacional do Chile. A ideia era fazer com que os serviços de segurança reunissem forças para perseguir e capturar "terroristas" de todas as nacionalidades, onde quer que residissem[90].

O Coronel Juan Manuel Guilhermo Contreras (1929-2015), chefe da Direção de Inteligência Nacional – DINA, a polícia política chilena da ditadura Pinochet, sintetizou o pensamento de seus contemporâneos castrenses, em meio à Guerra Fria, sobre a necessidade e a premência de uma guerra total e implacável ao que denominava de movimento de subversão continental vigente. Para tanto, propôs a estruturação, sob forma coordenada e cooperativa, congregando as forças de segurança dos regimes do sul americanos para a ação:

> A subversão, desde já há alguns anos, está presente em nosso continente, amparada por concepções político-econômicas que são fundamentalmente contrárias à história, à filosofia, à religião e aos costumes dos países do nosso hemisfério. Esta situação descrita não reconhece fronteiras, nem países, e a infiltração penetra em todos os níveis da vida nacional. A subversão tem desenvolvido mandos intercontinentais, continentais, regionais e sub-regionais, centralizados para coordenar as ações dissociadoras [...] Os países que estão sendo agredidos política, econômica e militarmente (dentro e fora de suas fronteiras) estão combatendo sozinhos e, quando muito, com entendimentos bilaterais ou simples 'acordos de cavalheiros'. Para enfrentar esta Guerra Psicopolítica, devemos contar com uma coordenação eficaz, que permita um intercâmbio oportuno de informações e experiências, além do conhecimento pessoal entre os chefes responsáveis pela segurança.[91]

---

[89] BAUER, Caroline Silveira. *O controle sobre argentinos no Brasil e brasileiros na Argentina: vigilância e repressão extraterritoriais*. In: *Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina.* Vol. 1, nº 1, outubro de 2012. p.108.

[90] DINGES, John. *Os Anos do Condor;* uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 21.

[91] MARIANO, Nilson Cezar. *Montoneros no Brasil: terrorismo de estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. Dissertação de Mestrado em História-PUC, Porto Alegre. 2006. p.17.

Movimento identificado como de subversão continental, de face guerrilheira, que não seria o único alvo do Condor, cujo plano contra insurgente também se direcionava às lideranças nacionais dissidentes que empreendiam a luta institucional e política possível pela redemocratização, a partir dos vários fronts do exílio:

> Era compreensível que a aliança fosse atrás dos grupos de guerrilha militarizada que proliferavam na região nos anos e início dos 70. Os grupos estavam também organizando uma aliança clandestina internacional (JCR) e se preparando para travar a guerra de guerrilha contra os regimes militares. A estratégia do Condor foi alargada, entretanto, para abarcar a erradicação de todos os rivais, inclusive os líderes militares e os líderes políticos civis determinados a restaurar o governo constitucional.[92]

O triunfo da Revolução Cubana de 1959 sinalizou para os imensos segmentos sociais latino americanos historicamente excluídos a possibilidade de realização de suas demandas por justiça social, democracia e autodeterminação. Uma emblemática vitória sobre o arraigado e economicamente lucrativo imperialismo norte-americano na região. Representou a consagração de lideranças continentais como Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, que passaram a ser referência e inspiração para gerações de militantes anti-imperialistas e socialistas, inclusive em âmbito internacional. Definitivamente, na concepção repressiva do Condor, subversivos que ameaçavam a tradição liberal e cristã ocidental.

E essa emergente utopia libertária e revolucionária, que teve como uma de suas expressões políticas a via amada, era vista como uma ameaça. Aos olhos do *establishment* político das ditaduras a denominada Junta Coordenadora Revolucionária- JCR, uma associação guerrilheira da esquerda latino-americana, de caráter internacionalista, encarnava de forma mais visível essa ameaça vista como subversiva e desestabilizadora para os regimes do Cone Sul:

> A Operação Condor foi uma reação à articulação dos grupos guerrilheiros em torno da Junta Coordenadora Revolucionária (JCR). A JCR surgiu em outubro de 1972, no Chile, então sob o governo do socialista Allende, por iniciativa do líder do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), Miguel Enríquez. O primeiro encontro reuniu chefes do MIR, do Exército Revolucionário do Povo (ERP) argentino e dos Tupamaros uruguaios. Em seguida, aderiram os bolivianos do ELN, comandados por Osvaldo 'Chato' Peredo, credenciado pelo fato de ter lutado na tropa de Che Guevara. A inspiração da JCR era o próprio Guevara. Em 1966, em Havana, ele sugeriu que as organizações revolucionárias da América Latina deveriam se aliar, "formar algo semelhante a *Juntas de Coordinación* para tornar o trabalho repressivo do imperialismo ianque mais difícil e facilitar a própria causa".[93]

---

92 DINGES, op. cit., p. 21.

93 MARIANO, op. cit., pp. 20-22.

JCR que, apesar da heterogeneidade de seus componentes, posicionou-se, desde as suas origens, como mais uma trincheira de combate ao imperialismo norte-americano na região. É significativo destacar que a JCR se estrutura antes da implementação das ditaduras de segurança nacional mais radicais no Cone Sul, a uruguaia (1973), a chilena (1973) e a argentina (1976)[94], ampliando a partir de então sua esfera de ação contra as àqueles regimes e o seu braço terrorista internacional, a Operação Condor:

> A JCR não era um simples pacto das esquerdas, não subordinava os grupos entre si. Cada organização manteria sua agenda e seus métodos de luta. A função da JCR era oferecer apoio logístico, financeiro e militar aos filiados. Sintomaticamente, assim como a Operação Condor, a JCR também nasceu no Chile. O treinamento militar e ideológico dos guerrilheiros ocorria nas montanhas dos Andes. O plano do Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR) não era fustigar Salvador Allende, mas se preparar para o futuro que se prenunciava nebuloso. Com a queda de Allende pelo golpe de 11 de setembro de 1973, os coordenadores da JCR tiveram de sair do Chile, onde seriam dizimados pela repressão. O caminho natural foi a Argentina, na época envolvida com a volta do populismo de Perón. Coube ao argentino Exército Revolucionário do Povo (ERP), dirigido por Mario Roberto Santucho, acolher tupamaros, miristas, bolivianos do Exército de Libertação Nacional (ELN) e outros refugiados.[95]

Por outro lado, a cooperação entre países os do Cone Sul nas ações de contra insurgência, pioneira e especialmente entre Argentina e Chile, já vinham ocorrendo pelo menos duas décadas antes da montagem do Plano Condor. Todavia, em âmbito continental, a partir da década de 50, com o avanço da ideologia de segurança nacional, sob a liderança estadunidense e a influência da mesma sobre a oficialidade latino-americana, tanto nas academias militares do Panamá como dos EUA, a solidariedade anti-subversão não apenas se ampliou como se solidificou, tanto como corolário posterior a edificação das ditaduras de segurança nacional.

Indiscutivelmente a capacidade estratégica e, sobretudo, militar da JCR de derrubar as ditaduras do Cone Sul foi superdimensionada pelos seus militantes. A organização foi duramente golpeada e dizimada em solo argentino, até então o seu último refúgio continental:

> A Argentina foi o túmulo da JCR, que jamais ameaçou as ditaduras. Em abril de 1976, agentes da Operação Condor capturaram um dos últimos representantes da Junta, o chileno Edgardo Enríquez, irmão de Miguel Enríquez, o dirigente do MIR.

---

[94] Olhando em perspectiva para a região à época da Guerra Fria, os regimes de segurança nacional já tinham sido implementados no Brasil, em 1964, na Bolívia, também no mesmo ano e no Paraguai, em 1954. Este último, classicamente é visto como uma ditadura de tipo caudilhesca, embora em colaboração e integração permanente com às similares continentais entre as décadas de 1960, 1970 e 1980.

[95] MARIANO, op. cit., p. 21.

> Edgardo estava em Buenos Aires com a brasileira Maria Regina Marcondes Pinto, também exilada. Removidos ao Chile, os dois foram mortos e desapareceram.96

A radicalização política e ideológica já era uma realidade em alguns dos países do Cone Sul. Na Argentina, por exemplo, o extremismo já era um fato desde o golpe civil militar desfechado pela autodenominada "Revolução Argentina" de 1966, acentuando-se ainda mais após o retorno de Juan Domingo Perón ao cenário político legal em 1973. Durante o governo da presidenta Isabelita Perón (1974-1976), antes da operacionalização do Plano Condor, a esquerda argentina e o peronismo já eram alvos dessa ideologia de aniquilação das esquerdas da esfera política e alvos da efetiva caça paramilitar da Aliança Anticomunista Argentina (Triple -A).[97]

O Chile também não ficou imune ao esgarçamento institucional naqueles tempos de Guerra Fria. Desde a chegada ao poder de Salvador Allende (1908-1973), eleito presidente em 1970 por estreita margem de votos pela coalizão esquerdista Unidade Popular (UP), o país foi palco de ações de desestabilização política e econômica em meio ao inconformismo das forças nacionais da direita conservadora e reacionária, patrocinadas clandestinamente pelo Departamento de Estado norte americano.

Teresa Cristina S. Marques, em sua tese de doutorado, analisa as atividades políticas dos exilados brasileiros estabelecidos no Chile e na França na década de 1970 e a constituição de laços e de redes de solidariedade internacionais em apoio aos mesmos. Em contrapartida, identifica gestões das forças de segurança brasileiras junto aos países de acolhida, no contexto do transnacionalismo de combate aos opositores, que já se desenhava nos primórdios da implantação do governo ditatorial. Especialmente na tarefa de monitoramento das movimentações e das articulações políticas efetivadas pelos dissidentes brasileiros no exílio, comparativamente sem o mesmo sucesso e o campo livre de atuação possibilitados pelos regimes congêneres do Cone Sul, sobretudo a partir da cooperação repressiva do Plano Condor.

> Desde o início do regime militar, em 1964, havia uma preocupação com a movimentação política desenvolvida pelos brasileiros que haviam saído do país na tentativa de escapar da repressão. Porém, diante dos princípios que regem a ordem internacional, os militares brasileiros, não conseguiram estender as atividades dos

96 Ibid., p. 22.

97 A Aliança Anticomunista Argentina – Triple A, foi um grupo paramilitar de extrema direita que atuou no país, desestabilizando politicamente o governo Isabelita Perón (1974-1976). Operou como um verdadeiro esquadrão da morte, mediante atentados e assassinatos, atacando frontalmente os Montoneros e quaisquer pessoas ou entidades vistas como marxistas.

> serviços de informação e repressão além das fronteiras nacionais se não pudessem com o apoio das forças armadas e de determinados setores da sociedade dos países de acolhida. Esse complô internacional, que visava perseguir opositores, comprovou que, mesmo antes de os exilados desenvolverem redes de solidariedade transnacionais, a repressão já caminhava em direção à transnacionalização das suas atividades, entendendo os militantes políticos de distintos países como parte de uma "única ameaça".[98]

Maria Clara Badan Ribeiro analisou a atuação das redes políticas de solidariedade latino-americanas na resistência armada contra as ditaduras, com ênfase nas conexões com os movimentos revolucionários brasileiros e a sua inserção em teias internacionais de apoio. Sinalizou, naquele contexto, para a confrontação entre as propostas revolucionárias em expansão e a consequente reação contra revolucionária. Em outras palavras, uma globalização da repressão em oposição a uma globalização da revolução:

> Se houve esta espécie de "globalização da revolução" por parte das forças de esquerda naqueles anos, as forças de direita, tendo à frente os Estados Unidos, organizadas e dispondo de maiores recursos financeiros, foram as responsáveis pela criação das escolas de treinamento militar para a eliminação de toda e qualquer oposição política no continente, recorrendo à ideia de fronteiras ideológicas. Se o chamado 'Grande Irmão' teve um papel fundamental na repressão na América Latina, outros países como Portugal e França emprestaram seus especialistas para reprimir a luta de resistência· O coronel salazarista Hermes de Araújo Oliveira, por exemplo, foi convidado a dar aulas sobre guerra revolucionária no Brasil, com passagens por Fortaleza, Rio de Janeiro e São Paulo. Paul Aussaresses, general francês, foi o responsável pela instrução das Forças Armadas brasileiras na Selva Amazônica transmitindo os ensinamentos adquiridos na repressão aos nacionalistas argelinos. Se houve cooperação francesa na luta contra a guerrilha no Brasil, as forças revolucionárias brasileiras também souberam utilizar as estruturas da esquerda clandestina francesa para impulsionar sua luta. Uma das figuras bastante conhecidas no Brasil e que integrou a Rede *Solidariedade* na Europa foi o militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) Apolônio de Carvalho.[99]

Em novembro de 1975, a Direção Nacional de Inteligência (DINA) foi a anfitriã do Primeiro Encontro Interamericano de Inteligência Nacional, realizado em Santiago do Chile, reunindo coronéis, majores e capitães de seis nações sul-americanas. Representavam a elite dos serviços de inteligência de seus governos e tinham em pauta a discussão sobre a ameaça constituída pelo então conceituado internacionalismo revolucionário em expansão, "sob a alegação de que estava em curso um processo de união das esquerdas dos países do Cone Sul

---

[98] MARQUES, Teresa. C.S.- *Militância política e solidariedade transnacional; a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979).* UFRS/PPGCP. Tese de doutorado. 2011. p.109.

[99] RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *As redes políticas de solidariedade na América Latina*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 17, jan./abr. 2016. Pp. 7-8 Apolônio de Carvalho combateu nas Brigadas Internacionais e lutou na Guerra Civil Espanhola e na Resistência Francesa. No Brasil, foi oposição à ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) e ao Regime civil militar de 1964, pertencendo ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Preso e enviado ao exílio em 1970 em troca da libertação do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, retornando ao Brasil com a Anistia, recebeu a carteira nº 1 do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980.

e de outros países através da Junta Coordinadora Revolucionária (JCR)"[100] Internacionalismo revolucionário compreendido pelas ditaduras como um projeto de subversão comunista, uma ameaça à segurança do subcontinente que deveria ser contida a partir de iniciativas conjuntas dos países vistos como líderes da região:

> O encontro para criar o sistema da Operação Condor foi realizado numa das elegantes mansões de Santiago, a Alameda. O prédio abrigava a Academia de Guerra do Exército, onde oficiais já em serviço recebiam treinamento avançado em liderança e – mais recentemente – em inteligência. Era final de novembro de 1975, uma estação agradável, quando os dias são quentes e brilhantes na primavera do hemisfério sul. Durante quase uma semana inteira coronéis, majores e capitães de seis países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) se reuniram todas as manhãs, embaixo do teto arqueado do que talvez tivesse sido outrora uma sala de banquete formal. Eram todos funcionários do Serviço de Inteligência, a maioria com treinamento militar tradicional, alguns com formação policial, homens cujo trabalho consistia em derrotar aquilo a que se referiam por designações variadas, como *subversão, terrorismo ou comunismo internacional* [...].
>
> Consideravam os EUA o líder mundial durante a Guerra Fria, mas levaram um choque, apenas sete meses antes, quando aquele país permitiu que seu aliado, o governo militar do Vietnã do Sul, fosse vencido numa guerra de guerrilhas – guerra de rebeldes clandestinos que superavam em estratégia os exércitos tradicionais. Para aqueles oficiais militares reunidos em Santiago, tudo era sinistro demais, semelhante demais à própria situação deles. Seus inimigos eram bandos de jovens esquerdistas que pegaram em armas pela causa da revolução, inspirados por Marx e Che Guevara e dedicados ao lema de repetir '1, 2, 3 Vietnãs' na América Latina.[101]

A estratégia concebida para a efetivação da caçada continental (e internacional) aos vários grupos subversivos do Cone Sul, vistos como potenciais ameaças à estabilidade política da região, se estruturou, conforme Quadrat, em três fases distintas:

> A fase 1 foi dedicada à formação de um banco de dados acerca da subversão. Para isso foram criados códigos que impedissem a compreensão da mensagem caso ela fosse interceptada por algum membro estranho à Operação. O segundo ponto fundamental para a troca de informações foi a realização de diversas conferências relacionadas à inteligência entre os países participantes da Operação. E por fim, a figura do adido militar adquiriu uma enorme importância no período, porque, além de fornecer informações sobre presos políticos ou exilados através, dentre outros estratagemas, da mala diplomática, observavam o dia-a-dia do país onde serviam[102]

Já as fases seguintes eram definidas como de caráter operacional:

> A segunda fase da Operação Condor demonstra a existência de ações conjuntas em território dos países membros. Através dela, foi possível a troca de prisioneiros sem qualquer registro oficial de entrada ou saída do país, bem como o envio de agentes de investigação. As pessoas eram retiradas das prisões ou de suas casas na maioria

---

[100] QUADRAT, Samantha Viz. *Operação Condor; o "Mercosul" do terror*. Porto Alegre, Revista de Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXVIII, junho de 2002. p.168.

[101] DINGES, op. cit., pp.31 e 32.

[102] QUADRAT, op. cit., 2002, p. 178.

> das vezes à noite para não chamar atenção. O serem colocadas no carro eram encapuzadas para não reconhecerem o caminho. Na Argentina, algumas pessoas sequestradas estavam na condição de refugiados; algumas com a sua radicação legalizada e outras sob amparo do Alto Comissariado das Nações Unidas. Havia também um centro clandestino de detenção voltado para a prisão e a tortura de prisioneiros estrangeiros. A oficina automobilística Orlett funcionava no subúrbio residencial de Flores, Buenos Aires. As estimativas de grupos de defesa dos direitos humanos é que tenham passado por este Centro entre os meses de maio e dezembro de 1976 cerca de 80 presos uruguaios, chilenos, paraguaios, bolivianos e cubanos. A oficina era rodeada por residências, uma escola e pela linha de trem que abafava os gritos e gemidos. Muitos não sabiam que em seu subsolo eram cometidas diversa atrocidades por militares argentinos e dos países dos próprios presos que vinham interroga-los. A terceira última fase tinha como objetivo formar equipes que atuassem em qualquer parte do mundo no combate aos "inimigos". O caso mais conhecido dessa fase diz respeito ao assassinato de Orlando Letelier, em Washington.[103]

Exemplo de operação característica da fase 2 foi a execução do ex-presidente boliviano entre 1970 e 1971, o nacionalista Juan Jose Torres, em junho de 1976, na periferia de Buenos Aires. Audácia extraterritorial expressa também com ações de "acerto de contas" antes até da oficialização da Operação Condor, com a atuação de esquadrões clandestinos da DINA, como no assassinato do General chileno Carlos Prats (1915-1974), ex Comandante em Chefe das Forças Armadas e Ministro da Defesa, em 1974. Legalista e crítico de Pinochet, foi dilacerado junto à esposa Sofia por uma bomba colocada em seu automóvel, durante o refúgio em Buenos Aires.

Já em relação à fase 3, destaca-se o atentado a tiros de 1975, em Roma, contra um dos líderes políticos da Democracia Cristã e ex-vice-presidente chileno, crítico de Pinochet, Bernardo Leighton e sua esposa, Anita Fresno. Leighton foi alvejado na cabeça e Anita na coluna. Ambos sobreviveram.

Mas o maior exemplo da ousadia do terror de estado da fase 3 da Operação Condor foi o já citado atentado ao ex-chanceler e dissidente político chileno Orlando Letelier. Ele foi assassinado pela DINA do Coronel Manuel Contreras em 21 de setembro de 1976, em plena capital norte americana, após a explosão de uma bomba no veículo em que estava. O casal norte americano Michael e Ronni Moffit, que estavam com Letelier, também foram atingidos, sendo que Ronni não resistiu aos ferimentos.

Orlando Letelier e Bernardo Leighton foram importantes lideranças chilenas no exílio e que gozavam de sólida credibilidade política. Vozes que incomodavam com suas críticas a ditadura Pinochet e possivelmente capazes de mobilizar setores da oposição consentida e da sociedade chilena na contestação e enfraquecimento do regime.

---

[103] Ibid., pp.178-179.

Ao final do encontro de Santiago, os cinco[104] representantes militares dos serviços de inteligência avalizaram a proposta chilena, tornando-se signatários de um documento final, datado de 28 de novembro de 1975, ficando ainda acordado que, após a consulta aos respectivos chefes de estado nacionais, o acordo do Plano Condor deveria ser ratificado no prazo máximo de sessenta dias. Mas no cotidiano daquelas ditaduras de segurança nacional a perseguição e a repressão aos dissidentes políticos, bem como a disseminação da violência estatal, sob a forma de sequestros, centros clandestinos de detenção e de torturas e assassinatos-desaparecimentos forçados de pessoas, o que se constituiu como uma 'nova morte política', passou a ocorrer em escala progressiva. Perseguição e caçada humana dos esquadrões Condor aos dissidentes políticos empreendida tanto em território nacional como no estrangeiro, massificando e incrementando as levas de banidos, exilados e refugiados pelo mundo:

> Para quem discordava dos regimes repressivos e lhes fazia oposição, a situação ficou ainda pior em meados da década de 1970, quando as referidas ditaduras passaram a atuar em conjunto na perseguição e eliminação de seus opositores políticos no esquema conhecido como Operação Condor. Com essa conexão repressiva, exilados ou perseguidos políticos em situação de clandestinidade em outro território passaram a ser caçados pelo governo de seu país de origem com o apoio, anuência e colaboração mútua do governo do país onde se encontravam. Desse modo, os aparatos repressivos passaram a extrapolar as fronteiras de seus países controlando, espionando, perseguindo e reprimindo cidadãos exilados ou fora de seu país por qualquer outro motivo. Além disso, agiram em colaboração entre si fornecendo dados, tecnologias e pessoal para as operações repressivas. Em suma, tudo convergia para um objetivo comum – a defesa dos valores ocidentais contra um inimigo representado pelo comunismo internacional –, a partir do qual se poderia abrir mão da soberania do Estado para caçar "subversivos". Tais ideias serviram de legitimação para as ações da Operação Condor[105]

E o Brasil, para muitos desses cidadãos do Cone Sul, foi um local de trânsito e ou de destino a partir da segunda metade da década de 70. Chegaram aos milhares pelos aeroportos, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo e pelas rodovias, majoritariamente pela fronteira sul do país.

---

[104] A delegação brasileira compareceu ao encontro que formalizou a Operação Condor na qualidade de observadora, ingressando oficialmente na organização apenas em 1976. QUADRAT, 2002, destaca que o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi o principal órgão brasileiro de interlocução junto à Operação, acentuando ainda que a entrada do país no Condor ocorre em meio ao processo de abertura política iniciado no governo Geisel, que enfrentou resistências da chamada comunidade de informações e da "linha dura" do regime. Com outras palavras, "... a manutenção das atividades de informação e repressão no processo de abertura acabou permitindo a entrada do Brasil na Operação Condor (p.181).

[105] FRAGA, Guilherme Barboza – *Clamores contra as ditaduras do Cone Sul: O Grupo Clamor e a solidariedade em defesa dos perseguidos políticos e seus familiares.* Porto Alegre, UFRS/PPGH. Dissertação de mestrado. 2020. pp. 15-16.

Uma parte pelos caminhos formais, entrando legalmente, mesmo que com visto provisório de turista, mas a maioria clandestinamente, em iniciativas individuais e ou apoiados por redes de solidariedade de compatriotas no exílio ou de entidades humanitárias nacionais e internacionais. Esses desterrados tinham a consciência de que o Brasil também vivia uma ditadura. Mas o que levou essa massa de exilados a sair de uma ditadura à outra? Samantha Viz Quadrat, estudiosa do exílio argentino no Brasil, elenca alguns fatores explicativos para essa decisão:

> O Brasil também possuía um governo ditatorial, e as notícias de ações conjuntas das forças de repressão já circulavam pela região. Do Brasil pouco ou quase nada sabiam. A visão era a mais estereotipada possível. Era o país do futebol, do samba, do carnaval. Politicamente, alguns sabiam que o pior já havia passado, numa referência aos anos 1970 a 1974, considerados o auge da violência política no país. Para alguns o Brasil seria apenas um lugar de passagem. Outros pensavam em ficar algum tempo até terem melhores condições econômicas e emocionais para seguirem viagem ao México ou a algum país europeu. Para a grande maioria não era uma opção ou pelo menos não a primeira opção. Contudo, foi a escolha de parte deles.[106]

A chegada em grande quantidade de cidadãos sul-americanos ao Brasil gerou um fato humanitário de repercussão internacional, constrangendo o governo brasileiro em meio à comunidade das nações, impelindo-o a um inevitável posicionamento diplomático sobre como receber e até acolher esses exilados, segundo as convenções e tratados sobre os direitos humanos então estabelecidos:

> a chegada de latino-americanos ao Brasil, particularmente ao Rio de Janeiro, foi tão significativa – estima-se que cerca de vinte mil, principalmente argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios – que, em 1977, foi preciso abrir um escritório do ACNUR na cidade para se encarregar de recebê-los e buscar outros países que pudessem servir como lugar de exílio. [107]

E esta nova realidade conduziu as autoridades de segurança nacionais a um acelerado e permanente estado de alerta, pois interpretavam que "a ação do Acnur era considerada lenta e gerava tensão na Polícia Federal brasileira, que avaliava não possuir pessoal suficiente para manter vigilância sobre os refugiados, que poderiam estar transmitindo técnicas de guerrilha urbana a brasileiros."[146]

---

[106] QUADRAT, Samantha Viz- *Da Argentina Para o Brasil: de uma ditadura a outra*. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). Caminhos Cruzados; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2011. p.173

[107] RIBEIRO, Denise Felipe- *A Anistia Brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil militar à democracia.* Dissertação de mestrado. Niterói, UFF/ICHF/PPGH. 2012. p. 56. [146]- QUADRAT, op. cit., p.172.

[147]- Ibid., p.173

Todavia, a quantificação dessa massa de sul americanos que entravam em fluxo constante no Brasil era problemática. Questões ligadas à segurança pessoal e da família, visto que foi comum, pela urgência da partida, a inevitável separação das mesmas, em muitos casos se prolongando por anos, dificultavam os registros oficiais de entrada e a consequente contabilidade desses exilados, predominando a opção pela clandestinidade. Para esse expressivo segmento de exilados, procurar o escritório da ACNUR para formalizar a solicitação de refúgio demandaria revelar identidades, dados pessoais e contatos familiares.[147] E se expor às garras do Condor, que rondava com seus agentes as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, mediante a colaboração das forças de segurança brasileiras.

Preencher os formulários oficiais do ACNUR era um receio para muitos desses exilados. O anonimato, para eles, era sinônimo de precaução, segurança e de sobrevivência, individual e familiar:

> Ninguém sabia ao certo quantos refugiados chegaram ao Brasil durante o período. Em 1980 o Levantamento Mundial de Refugiados (World Refugee Survey) calculou que havia 30 mil argentinos no Brasil, certamente uma cifra subestimada, pois muitos não estavam registrados no ACNUR. Aproveitando a vantagem de sua dupla cidadania, 100 mil (argentinos) foram para a Itália e 95 mil para a Espanha, muitos embarcando nos aeroportos brasileiros. A quantidade de uruguaios e chilenos também era grande. O número de paraguaios era desconhecido, porque muitos vinham temporariamente, voltavam quando as coisas melhoraram um pouco, depois vinham de novo quando a situação política tinha novo agravamento. Da Bolívia vieram algumas pessoas logo depois do golpe de 1980, mas elas voltaram tão logo a democracia foi restaurada no país, em fins de 1982. [108]

A legislação brasileira sobre refúgio deu o tom de urgência e de perigo para a situação desses milhares de homens e mulheres em deslocamento forçado. Ao ratificar em 1960 a Convenção da ONU sobre o Estatuto dos Refugiados (1951), o Brasil confirmou as reservas temporal e geográfica, reconhecendo como refugiados apenas os cidadãos europeus, vítimas de perseguição na Europa, antes de 1951. Os milhares de argentinos, chilenos, uruguaios, paraguaios e bolivianos que entravam no Brasil recebiam visto de turista por 90 dias, prazo que o ACNUR tinha para encontrar um país que os acolhesse oficialmente e conseguisse

---

[108] ROCHA, Jan - *Solidariedade Não Tem Fronteiras;* a história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras sul-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor. São Paulo: Outras Expressões. 2018. p. 24
Em 1981, o *Jornal do Brasil*, na edição de 26 de agosto de 1981, p. 14, veiculou uma estimativa de 300 mil os refugiados políticos latino-americanos vivendo no entre o Rio de Janeiro e São Paulo em situação de clandestinidade. Apud in CAMPANHOLO, Bárbara Geromel. *Antes do refúgio: a história não contada da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (1976-1982).* 2018. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói, Rio de Janeiro. p. 96, nota 214.

reassentá-los como refugiados. Fora disso, o exílio era apenas clandestinidade, penúria, desenraizamento cultural e afetivo, abalo de identidade. O Reverendo Jaime Nelson Wright, um dos mais importantes militantes pelos direitos humanos no Brasil e na América Latina durante as décadas de 70 e 80, protagonista de primeira hora do Grupo Clamor e colaborador do CBS, definiu como "uma clandestinidade civil dentro da clandestinidade política".

Foi nesse contexto histórico que se estruturaram as três redes de solidariedade brasileiras de defesa dos direitos humanos[109] e de apoio e proteção a esses exilados e refugiados do Cone Sul, como a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (Clamor) e o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina (CBS), cujas trajetórias serão o objeto central da presente tese, no capítulo 3.

Conforme já aludimos, a ameaça do Plano Condor pairava cotidianamente sobre os exilados sul-americanos em terras brasileiras, especialmente sobre os argentinos, o maior contingente de desterrados, o que não era ignorado pelo Cardeal Dom Eugênio Sales e os seus colaboradores.

Cândido Feliciano da Ponte Neto, homem de confiança do Cardeal Sales e executivo da rede de solidariedade Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, vivenciou uma experiência de contato direto com a ameaça do Condor, dentro do próprio Palácio São Joaquim[110].

E estas suspeitas continuariam confirmando-se e se tornando realidade em outros episódios, como o sequestro e o desaparecimento de três cidadãos argentinos no Rio de Janeiro: Noberto Habegger (1978), Horácio Campiglia (1980) e Mônica Bisntock (1980). Todos eram membros do então icônico grupo guerrilheiro peronista dos Montoneros[111]. A

---

[109] Violações aos mais diversos preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), entre outros, dos artigos 5º- "proíbe a tortura e o tratamento cruel, desumano ou degradante; 9º- "proibição de prisão arbitrária"; 18º- "direito à liberdade de pensamento" e 19º-"direito à liberdade de opinião e expressão".

[110] Em entrevista ao Jornal do Brasil de 25/05/2000, relatou que uma tarde foi procurado por um homem que precisava falar a sós com ele. Ao conduzi-lo à um local reservado, o mesmo mostrou-lhe uma arma presa à perna, identificando-se como policial argentino e ordenando que ficasse quieto. Cândido levantou-se imediatamente, abriu a porta e passou a gritar que havia um policial argentino no Palácio. O agente, assustado, fugiu em desabalada carreira. O Palácio São Joaquim, uma das residências do Cardeal do Rio de Janeiro, foi o 'quartel general' da Rede Cáritas, onde, como fator estratégico de segurança, recebiam publicamente os exilados em seus jardins.

[111] Os Montoneros foram uma organização guerrilheira argentina de ideologia marxista, todavia devotada ao peronismo reformista. Se estrutura em meados da década de 1960 em resistência ao período ditatorial conhecido como "Revolução Argentina" (1966-1973) e defendendo o retorno de Juan Domingo Perón do exílio. Com a radicalização política e ideológica do governo de Maria Estela Perón (1974-1976) foram postos na ilegalidade e

argentina Florinda Habegger, em sua jornada de busca por notícias sobre o marido Norberto, cogitou vir ao Rio de Janeiro. Para tanto chegou a contatar o Cardeal Dom Eugênio Sales, encontrando acolhida da Cáritas Arquidiocesana e do próprio religioso. Em carta resposta datada de fevereiro de 1979, Dom Eugênio Sales se dispôs a recebê-la e a hospedá-la, ponderando, entretanto, que a mesma deveria se cercar de todos os cuidados, pois havia fortes indícios da presença de agentes da polícia política argentina agindo livremente na cidade do Rio de Janeiro, com a conivência e o apoio das autoridades brasileiras, na esteira do Plano Condor.

Sabemos hoje que dezenas de argentinos que chegavam ao Brasil nessa época vieram pela iniciativa política do então Superior Provincial Jesuíta de Buenos Aires, o padre Jorge Mário Bergoglio, o atual Papa Francisco, a partir de contatos diretos que ele estabeleceu com os cardeais do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente o marista Dom Eugênio Sales e o franciscano Dom Paulo Evaristo Arns. Uma obra lançada em 2013 destaca que o padre Jorge Bergoglio comandou na Argentina, entre 1976 e 1983, uma rede de solidariedade clandestina que apoiou, protegeu e deu fuga a aproximadamente cem compatriotas, perseguidos pela ditadura civil militar e caçados pelo Condor.

Iniciava-se a tragédia humanitária desta grande massa de desterrados, que ao transitarem pelo Brasil, majoritariamente (mas não apenas) pelo Rio de Janeiro e por São Paulo, cidades sede das redes de solidariedade em foco nesta tese, seja na condição de exilados/clandestinos e/ou refugiados, viveram momentos de dramática ambiguidade, experimentando tanto o medo e a angústia como encontrando também acolhida e esperança pelas mãos de homens como Dom Paulo Evaristo Arns, Jaime Wright, Dom Eugênio Sales e das dezenas de colaboradores (as) e militantes que atuavam nas redes de acolhimento e proteção.

E foi justamente no contexto de avanço da perseguição perpetrada pela Operação Condor aos dissidentes políticos em solo brasileiro, que se desenvolveram laços e redes de solidariedade locais, continentais e transnacionais de acolhimento e proteção aos exilados e refugiados do Cone Sul, a fim de promover estrategicamente a denúncia internacional dos crimes praticados pelas diversas ditaduras de segurança nacional, balizando a esfera de resistência às ditaduras:

---

criminalizados como terroristas. A partir do golpe de março de 1976 extremou suas ações, combatendo militarmente a ditadura processista, até serem dizimados pelas forças repressivas.

> É importante verificar que a grande maioria dos organismos de defesa dos direitos humanos do Cone Sul surgiu no auge da repressão política evidenciando a relação intrínseca entre poder e resistência estabelecida entre o avanço da perseguição política, implementada a partir da Doutrina de Segurança Nacional, e a difusão de grupos de solidariedade dentro das brechas da lei.
> No Brasil, certos setores da ala progressista da Igreja Católica buscaram ser a voz daqueles que estavam sendo sufocados e silenciados. A Arquidiocese de São Paulo passou a estruturar-se, desde a nomeação de Dom Paulo Evaristo Arns, na tentativa de acolher os que não tinham mais a quem recorrer em busca de asilo político. De fato, o número de estrangeiros no Brasil só crescia, em meados da década de 1970, com o advento do Terrorismo de Estado nos países vizinhos.[112]

Estas redes congregaram diversos atores, como os familiares de presos políticos e de desaparecidos, as organizações da sociedade civil de defesa aos direitos humanos, os indivíduos politicamente engajados, as organizações não governamentais internacionais e as instituições religiosas, principalmente as cristãs (católicas e protestantes). A Igreja Católica, através da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, já praticava o trabalho de acolhimento a refugiados antes de qualquer legislação específica nacional ou da própria Organização das Nações Unidas ser promulgada. Um aspecto relevante nesse campo de resistência democrática foi o estreitamento da interlocução e da colaboração entre as entidades de defesa dos direitos humanos do Cone Sul, em meio ao espaço de atuação política possível e ao cerceamento e à censura impostas pelas ditaduras:

> Quase ao mesmo tempo em que testemunhamos o ápice da colaboração à perseguição política entre as forças de repressão dos países do Cone Sul – o Plano Condor –, foi possível assistir à criação de laços de solidariedade entre organizações de direitos humanos. Madres e *Abuelas de Plaza de Mayo* e SERPAJ em suas várias representações mantinham permanente contato com o Clamor. O que nos leva a pensar que se tínhamos uma operação internacionalista de repressão, como a Condor, havia também a sua equivalente na defesa dos direitos humanos.[113]

Conexões de solidariedade que passaram literalmente a não ter mais fronteiras territoriais, em meio à radicalização da repressão estatal e multiestatal, acentuada na segunda metade da década de 70 pela atuação do Plano Condor. Uma verdadeira articulação internacional em defesa dos direitos humanos e da democracia, uma malha solidária contra ditatorial, como veremos a seguir.

---

[112] FRAGA, op. cit., p. 18.

[113] QUADRAT, Samantha Viz. *Solidariedade no exílio: os laços entre argentinos e brasileiros*. In*: Jornada de Trabajo sobre Historia Reciente*, IV, 2008, Rosario – Argentina. Rosario: Facultad de Humanidades y Artes de la Universidad Nacional de Rosario, 2008. p. 15.

## 2.2- Uma cultura política solidária e de resistência

No capítulo 1 buscamos refletir sobre a condição exilar como tema de investigação, percorrendo a variedade correlata de movimentos migratórios que se comunicam com o fenômeno do exílio, entendido mais amplamente como uma subcategoria do conceito de mobilidades forçadas.

Pela própria natureza do fenômeno, orientaremos a presente tese para a análise mais específica do exílio de caráter político, a despeito de todas as dificuldades em desvinculá-lo de outros condicionantes, como os econômicos, pessoais, profissionais, entre outros[114].

Em nosso recorte de análise, o período de vigência das ditaduras de segurança nacional no Cone Sul, entre 1976 e 1988, trataremos de refletir sobre um tipo de exílio que teve um caráter eminentemente massivo e serial, que se diferenciou frontalmente da experiência histórica que se desenvolveu desde a formação dos estados nacionais sul americanos, nas primeiras décadas do século XIX, até a primeira metade do século XX.

Para tanto nos valeremos da ferramenta conceitual da cultura política, que nos possibilitará identificar as regularidades do comportamento político, da percepção que se retém do espaço político e os níveis de coesão e de solidariedade firmadas entre os diversos grupos socialmente organizados na vivência do político e da política.

Ao refletir sobre o sistema e as instituições de representação política, entendemos que a cultura política, historicamente gestada em uma sociedade, traduz-se como:

> Uma base filosófica ou doutrinal [...] uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como a veem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante.[115]

---

[114] De acordo com Bruno Groppo "Muito frequentemente, as motivações que incitam a partida são econômicas e políticas, sem que se possa fazer a distinção entre as duas. É impossível, na realidade, traçar uma linha de separação nítida entre migração econômica e migração política, mesmo que esta distinção seja útil do ponto de vista analítico. De toda maneira, para os poderes públicos (e a população) do país receptor, o exilado político é, em primeiro lugar, um estrangeiro e um imigrado, e a maneira como é tratado depende do tratamento que o país reserva a essas duas categorias. A legislação de certos países não apresenta distinções entre os imigrados de trabalho e os refugiados políticos e os remetem, portanto, à política geral da imigração". (In: GROPPO, Bruno- *Os Exílios Europeus no Século XX*. *Revista Diálogos.* Universidade Estadual de Maringá, Paraná. DHI/PPGH. V.6, 2002. p.88)

[115] BERNSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. pp. 350-351.

Rodrigo Patto de Sá Motta define cultura política como um "conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos"[116], com ênfase nas representações no campo do simbólico, das mitologias e dos rituais políticos, comungados por grupos sociais historicamente delimitados.

E ainda, ampliando o conceito, destaca que se trata de um "conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhados por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro"[117].

Entretanto Motta faz a ressalva que "...assim como a conceituação geral de cultura, só faz sentido falar-se em cultura política quando se trata de normas, valores, etc., razoavelmente arraigados, estruturados; quando se estabelecem tradições que são reproduzidas por várias gerações. O conceito não se aplica a fenômenos superficiais e passageiros".

Pensando na gestação dessas percepções e comportamentos políticos nas formações sociais, Bernstein destaca a relação existente entre as identidades dos indivíduos e a coesão dos grupos na percepção e nas atitudes acerca da política e do político, de suas lógicas comportamentais. Isso porque se trata de uma esfera de gestação de fenômenos dinâmicos, intercambiáveis, com impacto nos tipos de leituras da realidade e nas ações políticas empreendidas em determinada sociedade:

> [...] as culturas políticas são fenômenos plurais e evolutivos, ou seja, a coexistência de várias delas dentro de um mesmo espaço nacional e a relação osmótica que podem estabelecer entre si faz com que elas se transformem ao longo do tempo, até porque, caso não o fizessem, não sobreviveriam às transformações da realidade histórica.[118]

Não temos a pretensão na presente tese de defender a ideia que existe uma cultura política homogênea e monolítica, que seja representativa da totalidade das formações sociais do bloco histórico e cultural chamado América Latina. Mais uma vez invocamos Rodrigo Patto Sá Motta, que já destacou acerca da possibilidade de diferentes culturas políticas conviverem em uma mesma sociedade, utilizando até o conceito de subculturas políticas.

---

[116] MOTTA, Rodrigo Patto Sá- *A História Política e o Conceito de Cultura Política*. Revista de História. Mariana, Minas Gerais, nº 6, 1996. p. 86.

[117] Idem- *Cultura Política na História: Novos Estudos. Revista Argumentum*. Belo Horizonte, 2009. p. 21.

[118] BERNSTEIN, op. cit., pp. 352-358 .

Todavia, no âmbito da heterogênea cultura política latino americana, inegavelmente, há uma permanência no curso dessa longa duração. Dos triunfos dos Libertadores da América nas primeiras décadas do século XIX à imposição das ditaduras de segurança nacional entre as décadas de 60 e 70. O exílio rotineiramente constituiu um modo institucionalizado de fazer política, mais diretamente de castigo, de punição, de exclusão política de dissidentes, indesejáveis e subversivos:

> [...] a prática do exílio está na gênese dos regimes políticos latino-americanos desde o próprio momento das independências. Dezenas de líderes ou figuras públicas como legisladores, militares, jornalistas e intelectuais foram desterrados ao longo da história continental. Mas sempre se tratou de um exílio de elites, em que a saída do país se processava como uma escala em um percurso pelo desempenho de um papel mais ou menos protagonista no momento do retorno. Desde Simón Bolívar, Benito Juárez, domingo F. Sarmiento, José Martí, para citar só alguns dos mais conhecidos do século XIX, até Juan Domingo Perón, Rómulo Betancourt, Víctor Raúl Haya de La Torre e Fidel Castro no século passado, todos estiveram atravessados por experiência de exílio. Mas não se poderia dizer o mesmo das sociedades às quais pertenceram essas figuras[119].

Uma arraigada e recorrente opção pela utilização do mecanismo exilar como exclusão de dissidentes da esfera política nacional, de castigo, de punição. Luís Roniger, em visão perspectiva da história sul americana dos dois últimos séculos, endossa tal permanência na cultura política ou nas culturas políticas de diversas nações da região:

> [...] foi recorrente o seu uso (exílio) como um mecanismo institucionalizado de exclusão na e da América Latina, sobre uma base transnacional, assim como suas profundas transformações através dos séculos. No caso da América Latina, começamos a desentranhar coletivamente as formas em que se converteu em uma prática política importante, já em princípios do século XIX. Em condições de montagem da violência e de Estados autoritários como regra geral e começando com o exemplo dos pais fundadores dos Estados, o exílio se converteu em uma prática política importante e um fator permanente na cultura política da América Latina. Em princípios do século XIX e durante muito tempo depois, o exílio político teve uma dinâmica regional e transnacional, vinculado ao nascimento conflitivo dos distintos Estados independente, onde o exílio foi instrumental na definição das novas regras do jogo político.[120]

Como consequência, a realidade do desterro acabou por possibilitar a ampliação do campo de atuação política dos exilados. Extrapolou o âmbito das fronteiras nacionais, projetou o engajamento e a militância antiditatorial para a arena pública internacional, angariou solidariedade política e humanitária.

---

[119] YANKELEVICH, Pablo- *Estudar o Exílio*. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos Cruzados*; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2011. p.14.

[120] RONIGER, Luís - *Reflexões Sobre o Exílio Como Tema de Investigação: avanços Teóricos e Desafios*. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos Cruzados; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2011. p.50.

Constituiu uma nova e original esfera de ativismo e de resistência, vivenciada nos países anfitriões, estabelecendo um novo espaço de atuação política, de expressão da chamada *exopolítica*, conceito que detalharemos no item 2.3 da tese:

> Embora como consequência destas formas de competência política o uso recorrente do exílio tenha se instalado na cultura política destes países, o que reforça a exclusão são as regras do jogo político na América Latina. Nas etapas precoces de desenvolvimento político, a prática generalizada de exílio limitou a institucionalidade democrática, embora tenha projetado uma maior pressão política para além do território que seria reclamado como nacional. Em etapas subsequentes, a democracia se viu afetada pela limitação da representação e pelo ostracismo político, o que obstaculizou o alcance da liberdade de debate e a possibilidade de impugnar o poder estabelecido pelos canais abertos da participação democrática.[121]

Iniciativas políticas excludentes que se expressaram em atos estatais de pressão ao exílio e ao desterro, além da formalização jurídica do banimento, encontrando, todavia, na conjuntura latino-americana das décadas de 70 e 80, forças organizadas de contestação e de resistência na sociedade civil, a partir da atuação de variadas entidades e grupos humanitários, que foram capazes, mesmo em meio à repressão e a censura inerentes aos regimes ditatoriais, de estabelecerem teias e laços de cooperação continentais.

A mesma cultura política que gestou ditaduras, desde as caudilhescas e as oligárquicas até as liberais burguesas, inclusive em sua variante de segurança nacional, também produziu indivíduos, coletivos, organizações, tanto leigas como religiosas, que lutaram pela preservação das liberdades, da democracia e dos direitos humanos, cujo eixo de ação foi a solidariedade política, que passou a não ter fronteiras.

Ribeiro, em artigo já mencionado, colabora para uma ampla e preciosa visão da evolução histórica do conceito de solidariedade, entendido na dinâmica de uma cultura política específica, de acordo com as peculiaridades e os condicionantes de um determinado momento histórico:

> Sabemos que a noção de solidariedade é permeada de ambiguidades e que suas manifestações ou mudanças de sentido ocorreram de acordo com as dinâmicas históricas. Distante das práticas sociais caritativas ou benevolentes, o termo solidariedade adquiriu diferentes sentidos ao longo da História e em consonância com a compreensão do que era sociabilidade. A solidariedade aparece no passado como uma solidariedade cívica, no seu aspecto contratual de acordo entre cidadãos e Estado na garantia de direitos civis, direito à vida, à propriedade, à justiça e à liberdade de pensamento e movimento. Está expressa como base iluminista, tendo sido também evocada na Revolução Francesa como parte de um ideal universalista. Somente um século mais tarde é que o termo se inscreve num campo de disputa, quando a palavra solidariedade adquire nos séculos XIX e XX sentido de solidariedade política, sendo uma reivindicação da classe operária, de grupos sociais que encarnam juntos a luta contra um Estado opressor, denunciando sua natureza burguesa e seu caráter de árbitro das desigualdades. O termo solidariedade passa

[121] RONIGER, op. cit., p. 53.

> então a ter novos contornos, identificando-se com a luta de classes, com a progressiva divisão social do trabalho e inscrevendo-se na ideia de emancipação política e social (e não apenas civil) a partir de experiências comuns partilhadas entre grupos, associações e partidos políticos. O termo solidariedade passa então a se manifestar como identificação coletiva de doutrinas e interesses, apoiado na ideia de uma comum situação de exploração e de injustiça. [122]

E é justamente esse um dos traços originais da cultura política latino-americana; ou seja, de arraigadas formas e comportamentos civis de resistência ao arbítrio, de difusão da solidariedade continental e transnacional e de defesa dos direitos humanos durante das ditaduras de segurança nacional.

Analisaremos no item 2.3 como, no âmbito da complexa cultura política latino-americana, de marcantes traços autoritários e de militarização da esfera e do sistema político, emergiram práticas e ações de mobilização na sociedade civil em meios às lutas de redemocratização, com ativa participação no processo de denúncia de violações aos direitos humanos e de desgaste das ditaduras de segurança nacional do Cone Sul.

Consideramos que o traço distintivo da atuação de entidades e redes como o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul - Grupo Clamor, a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina-CBS em nossa na cultura política foi justamente esse comportamento de resistência e de solidariedade, no tripé **'acolher, proteger e denunciar'**.[123]

José Álvaro Moisés, um dos mais destacados teóricos brasileiros da cultura política, pondera acerca da construção das representações que uma formação social elabora acerca da política e do político, como as mesmas contribuem para potencializar na sociedade civil comportamentos de mobilização e de resistência contra as ditaduras e nas lutas pela redemocratização:

> Entendida como campo específico da produção e da reprodução das concepções que uma sociedade elabora de si e da sua esfera política, a cultura política toca, necessariamente, nas concepções que dizem respeito à reconstrução da Sociedade Civil. Isso por uma razão muito simples: em vários países da América Latina, a pura e simples afirmação da vontade de reconstruir a Sociedade Civil apareceu muitas vezes como núcleo de estratégia de *resistência* contra a ditadura. Foi a partir dessa estratégia que se redefiniu, em muitas sociedades que passaram ou passam pela experiência da transição da ditadura para a democracia, a *representação* que se faz a sociedade da política. Foi aí nesse terreno, finalmente, que se redefiniram as

[122] RIBEIRO, 2016, op. cit., pp.2-4

[123] PADRÓS, Enrique Serra. *Clamor: a solidariedade contra o terrorismo de Estado e a Operação Condor.* Revista do Programa de Estudos Pós Graduados em História-Projeto História, PUC-SP, v.50, 2014. p.65

> identidades coletivas e, portanto, criaram-se as bases para a emergência dos novos sujeitos políticos. [124]

A intensificação das perseguições aos dissidentes políticos, com a multiplicação dos campos clandestinos de detenção e de torturas, o assassinato e o desparecimento forçado de pessoas, essa "nova morte política", foi se tornando uma realidade cada vez mais presente nos países do Cone Sul durante a época das ditaduras de segurança nacional.

Conforme Fraga, nesse universo, dialeticamente, gestaram-se comportamentos, relações e práticas de resistência democrática e de solidariedade política, tendo destacada centralidade humanitária:

> [...] a aplicação dessa repressão anônima, clandestina e onipresente não foi capaz de suprimir a manifestação de nichos de solidariedade a presos e perseguidos políticos, nem de eliminar as denúncias por parte dos organismos de defesa dos direitos humanos nos países do Cone Sul. A solidariedade, sob duríssimas condições, tornou-se imperativa dentro dos regimes de Segurança Nacional e suas constantes arbitrariedades, pois era cada vez maior o número de militantes políticos perseguidos, presos, torturados; além disso, crescia o número de familiares de mortos e desaparecidos políticos no Cone Sul em busca de apoio e de informações, enquanto se multiplicavam as denúncias realizadas desde o exílio.[170]

Silvina Jensen já assinalou que o exílio produzido na Argentina ditatorial a partir do golpe de estado de 24 de março de 1976 representou uma política sistemática do regime processista, visando a eliminação da oposição e dos dissidentes políticos, de grande impacto e, inegavelmente, de baixo custo[125]. Nesse contexto as ações de resistência e de solidariedade passaram a ser construídas cotidianamente por entidades civis e religiosas nas várias sociedades sufocadas pelos regimes de segurança nacional, dentro das brechas e dos limites de expressão política possíveis em países capturados por ditaduras.

Mas foi principalmente de fora desses territórios ditatoriais de violência, não por acaso cerceados pela censura e a repressão à expressão política, que foram formuladas e executadas ações humanitárias de acolhimento e de proteção a essa massa de exilados e de refugiados, a partir da constituição de grupos e redes de solidariedade nacionais, continentais e transnacionais, formatando esses traços de solidariedade e de resistência na cultura política latino-americana e ou nas subculturas políticas nacionais. Os deslocamentos forçados massivos e seriais efetivados em países como Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai e Bolívia,

---

[124] MOISÉS, op. cit., 1986, p. 147.

[170] FRAGA, op. cit., p. 16.

[125] JENSEN, Silvina- *Agendas para una historia comparada de los exilios masivos del siglo XX: Los casos de España y Argentina*. Revista Pacarina del Sur. Ciudad de México, 2011. p.9.
Disponível em https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/68344.

nas décadas de 70 e 80, colocaram taxativamente o problema do exílio e do refúgio na arena global, como uma questão de grande visibilidade na esfera pública e política internacional e transnacional, engajando grupos sociais humanitários, tanto nos países expulsores como nas nações receptoras.

Mário Sznajder sintetizou a constituição e a elevação dessa pauta dos direitos humanos ao âmbito internacional a partir da distinção e da superação entre os dois esquemas tradicionais de teorização sobre o fenômeno exilar, conhecidos como *modelo triangular* e *modelo quadrangular*, concedendo relevância ao último:

> [...] as pautas do exílio definem uma parte do fenômeno em forma dinâmica, enquanto o exílio em série não só acentua o dinamismo, como, por meio de casos pessoais e detalhes, acentua sua complexidade e mudanças.
> Se tomarmos como base o modelo triangular de país expulsor exilado-país anfitrião, poderemos observar que tanto as pautas do exílio quanto o exílio em série se relacionam a estes três lados do triângulo. Se juntarmos a estes a esfera pública internacional, que agregaria um quarto lado ao modelo, veremos que os três primeiros se relacionam, com o correr da segunda metade do século XX, mais e mais com este quarto lado.[126]

Esse original quarto lado, a esfera pública transnacional, acabou por constituir um espaço singular de militância e de ativismo político da comunidade de exilados. Estar fora do território nacional de origem não impossibilitou a participação política, atenuou, de certa forma, a angústia do desenraizamento, reativou e reforçou as identidades pessoais e nacionais abaladas pelo trauma do desterro, do exílio. Exilados que foram protagonistas e beneficiários das ações políticas de solidariedade constituídas nesse novo campo de luta pela redemocratização e a prevalência dos direitos humanos. E de exilados passaram a atuar como atores expressivos, embora não únicos, de entidades e redes de solidariedade nacionais, regionais e transnacionais que se constituíram em resistência às ditaduras de segurança nacional, que entre as décadas de 60 a 80 tomaram conta do Cone Sul. Redes e laços de solidariedade política e humanitária que discutiremos detalhadamente a seguir.

## 2.3 Redes e laços de solidariedade continentais e transnacionais

[126] SZNAJDER, Mario- *Os Exílios Latino Americanos*. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.*). Caminhos Cruzados; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2011. p.65. Luís Roniger, em texto já citado, utiliza a expressão dinâmica dos quatro fatores como sinônimo ao "modelo quadrangular" pp. 50-51.

Conforme destacamos anteriormente, o caráter massivo e serial do exílio sul-americano, nas décadas de 70 e 80, ensejou a colocação da questão do exílio político e do refúgio na agenda global, na esfera pública internacional. Possibilitou o fortalecimento do discurso de defesa dos direitos humanos, a pauta humanitária e de denúncia das violações praticadas pelas ditaduras de segurança nacional. E projetou a condição exilar como um tema relevante na sociedade civil, na cultura(s) política(s), como um problema público. Reverberou globalmente um combativo e mobilizador discurso humanitário emergente, produzido a partir de um original *locus* de prática e de ação política, uma vez que:

> A experiência no exílio obriga as pessoas deslocadas a reconsiderar os ideais que trouxeram consigo da pátria, que deixaram para trás e/ou atuar taticamente para poder transmitir sua mensagem em termos de novos discursos que antes ignoravam ou ainda denunciavam a partir do compromisso político. Um exemplo é a adoção do discurso dos direitos humanos, através do qual os exilados poderiam denunciar a repressão que, em termos do discurso revolucionário, era o preço que todo combatente devia poder enfrentar em sua luta pela revolução. Uma vez no desterro, os exilados da última onda repressiva descobriram o poder mobilizador do discurso emergente dos direitos humanos e, embora não o adotassem a partir de um princípio em forma total, mas de uma forma tática, com o passar dos anos e a época que lhes permitia reformular solidariedades e alianças transnacionais, os direitos humanos se projetaram como um núcleo central nas estratégias de luta e denúncia dos exilados. Deu-se assim um profundo processo de redefinição da diversidade cultural, social e política, crucial para entender sua contribuição para as futuras transformações de seus países de origem e, em alguns casos, de retorno.[127]

Emergência que concedeu à questão uma dimensão transnacional, extrapolando o âmbito de atuação e de controle secular exercido pelo Estado Nação sobre a esfera pública local e sobre a política. Também deu voz aos exilados e aos refugiados no cenário público internacional. Uma solidariedade que, extraordinariamente, "se definiu em termos amplos e humanitários e não por afinidade ideológica."[128] Esses novos espaços de cooperação e de militância política internacional deram vazão ao surgimento de laços, grupos e redes de solidariedade de alcance transnacional e também ao estreitamento de relações e de contatos com agências nacionais e internacionais de defesa da democracia e dos direitos humanos, com presença e atuação em escala mundial, desenvolvendo fecundos canais de comunicação política e solidária.

Sznajder discorre acerca dos efeitos das mobilizações políticas produzidas pela diáspora latino-americana das décadas de 70 - 80, que ativaram a solidariedade transnacional e o intercâmbio de informações e de ações na esfera de defesa dos direitos humanos no Cone

---

[127] RONIGER, op. cit., pp. 52-53
[128] JENSEN, op. cit., p.25

Sul, onde os exilados e seus grupos de compatriotas no exterior constituíram-se como atores relevantes de resistência às ditaduras:

> O exílio massivo intensificou a probabilidade de que a diáspora de latino-americanos incluísse comunidades de co-nacionais – em algumas das quais os exilados cumpriram papel maior como atores proativos na mobilização de outros residentes-, a ativação de redes de solidariedade transnacional e os contatos com agências nacionais e internacionais com uma crescente presença na arena global. Esta dimensão transnacional, que transformou a estrutura do exílio político, funcionou contra o reclamado monopólio do Estado-nação sobre as esferas públicas locais e a política. Concedeu poder aos exilados em termos de influência e ressonância de sua voz na arena global, afetando as políticas dos países expulsores e redefinido o papel e o impacto das comunidades de exilados. As pautas do exílio foram mudando com a redistribuição de influência política e até poder gerados pela centralização da esfera pública internacional. O exílio em série é e foi um dos fatores que situaram o tema no cenário internacional de forma clara, por meio do publicismo, da política, de organizações de exilados e seus laços com organizações nos países anfitriões e com organizações internacionais. A presença pública internacional de um exílio massivo, presente em muitos lugares e em forma consecutiva, reverberou sobre as esferas públicas e políticas, tanto dos Estados geradores de exílio quanto dos anfitriões. Os exilados foram aprendendo as novas regras do jogo público, político e institucional e as empregaram, muitas vezes de forma muito efetiva.[129]

As ações, grupos e redes de solidariedade foram as mais ecléticas possíveis. Desde as atuações informais e solidárias de indivíduos e coletivos, passando pela militância e o engajamento de grupos de co-nacionais e de sociabilidade no exílio, até a adesão de agencias nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos, de Organizações Não Governamentais (ONGs), organizações civis dos países anfitriões, de partidos políticos, associações profissionais e de classe e Igrejas, notadamente as cristãs (católicas e protestantes). Entidades que contaram regularmente com o protagonismo dos próprios exilados e dos refugiados. Na medida em que os mesmos dominaram os códigos de ação e luta política no novo cenário público de militância e que passaram a transitar na esfera pública internacional, singularizaram sua atuação em relação aos deslocamentos emigratórios de natureza não política, como afirma Pablo Yankelevich:

> Em todas essas nações os exilados nutriram mercados de trabalho, com intensidade variável impactaram espaços acadêmicos, mas sobretudo desempenharam um ativo papel político que os distancia de qualquer emigração tradicional. Os setores mais politizados se fizeram presentes no espaço público animando campanhas de denúncias contra as ditaduras e tecendo redes por onde transitou a solidariedade em âmbitos nacionais internacionais. Esses âmbitos começaram a ser explorados, sobretudo os pelos discursos e práticas de defesa dos direitos humanos.[130]

---

[129] SZNAJDER, op. cit., p.88

[130] YANKELEVICH, op. cit., p.18

Solidariedade é um conceito fundamental para a presente tese. Etimologicamente tem origem na língua francesa: *solidarité.* Denota o sentimento e a ação de abrigar e de acolher ao outro, de ter empatia e atitude redentora perante o sofrimento e desespero alheios. Um aporte ético e civilizatório para a humanidade, um resgate da tradição platônica e da concepção de bem comum, despertando a essência e as identidades que aproximam todos os indivíduos, além da cultura e das nacionalidades.

Richard Rorty alude a uma certa tradição objetivista que permeia a construção da ideia de solidariedade, que nos desafiaria a um deslocamento de nossa aldeia como pré-condição para compreendê-la e perceber os seus nexos com as outras aldeias humanas, construída com foco na diversidade e na universalidade:

> Nós somos os herdeiros desta tradição objetivista, que se centra em torno da suposição de que devemos nos afastar de nossa comunidade o suficiente para examiná-la à luz de algo que a transcende, a saber, aquilo que ela tem em comum com todas as outras comunidades humanas, reais e possíveis. Esta tradição sonha com uma comunidade última que terá transcendido a distinção entre o natural e o social, que exibirá uma solidariedade que não é provinciana porque é a expressão de uma natureza humana a-histórica.[131]

De certa forma, como se a consolidação cultural e histórica da ideia e do valor da solidariedade na sociedade ocidental conduzisse os indivíduos na conquista de um valor positivo, agregando um sentido maior para as suas vidas, conformando uma base ética e humanística, que conduziria à evolução e ao progresso, pois

> Se alguma vez pudéssemos ser movidos apenas pelo desejo de solidariedade deixando de lado completamente o desejo de objetividade, então poderíamos pensar o progresso humano como tornando possível aos seres humanos fazer coisas mais interessantes e ser pessoas mais interessantes, não como levando em direção a um lugar que de algum modo foi preparado de antemão para a humanidade[132]

Em sua historicidade, constitui-se como uma categoria sociológica da modernidade ao longo do século XIX, especificamente como resposta aos desafios sociais e econômicos impostos pela estruturação da sociedade capitalista, industrial, liberal burguesa. Uma genuína manifestação de consciência coletiva de indivíduos, atuando em sociedade, mobilizando-se em conjunturas históricas específicas, impulsionados por ideologia, identidades e consciência humanitária, nas esferas política e pública, nacional, regional e internacional.

---

[131] RORTY, Richard. *Solidariedade ou objetividade? 1993*. In: Araujo, Rahra Carvalho de. *Solidariedade ou reconhecimento?* –Perspectivas de Richard Rorty e Axel Honneth. Teresina, Cadernos do PET Filosofia, Universidade Federal do Piauí. v. 12, nº12, 2021. p. 102.

[132] Ibidem, p. 105.

Em recente tese de doutoramento pela Universidade de Vigo, Espanha (2020), Miguel Sousa Santos analisou a construção discursiva do conceito de solidariedade em jornais portugueses e ingleses no contexto da grande crise de migração e do refúgio que atingiu a Europa entre os anos de 2015 e 2016. Consideramos esse aporte valioso, pois nos possibilita perceber uma visão contemporânea do conceito de solidariedade, construída na dramaticidade do fenômeno histórico delimitado pelo autor. Miguel S. Santos alude que a solidariedade é um valor fundacional da Europa moderna, da própria identidade do bloco supranacional, cuja constituição ocorre em 1993, sendo seus princípios estatutários atualizados em 2009, com o Tratado de Lisboa:

> O artigo 2.º do Tratado da União Europeia consagra a dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de Direito e o respeito pelos direitos humanos enquanto valores fundamentais da União Europeia (UE), que são aqui associados à própria lógica fundacional da União. A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres. (União Europeia, 2016). Para além da consagração a nível do discurso institucional e jurídico, esta é uma realidade aceite pelos europeus na sua generalidade e que dificilmente se verá ser contestada na esfera pública. As auscultações da opinião pública testemunham essa realidade, com as sondagens realizadas em outubro de 2016 e apresentadas pelo *Eurobarómetro* no relatório intitulado *The Future of Europe* a afirmarem que a solidariedade, a tolerância e a abertura aos outros são os valores melhor encarnados pela União Europeia (Eurobarómetro, 2016). Esta declaração de princípios é reforçada pelos 66% de Europeus que consideram que a União Europeia é uma zona de estabilidade num mundo problemático, o que é revelador de como é que os cidadãos da União definem a realidade sociocultural em que se inserem e do tipo de valores que associam ao seu estado civilizacional.[133]

Citando *Wallascher, S. (*Mapping Solidarity in Europe - Discourse Networks in the Euro Crisis and Europe's Migration Crisis, Dissertation zur Erlangung der Doktorwürde, Universität Bremen. 2019), Santos destaca a complexidade do conceito de solidariedade, identificando sua dupla acepção, a partir de iniciativas de agentes estatais e de indivíduos e de grupos organizados da sociedade civil:

> A solidariedade, enquanto conceito, é de análise complexa. Wallaschek refere a existência de duas definições paradigmáticas de solidariedade, uma macroestrutural, relacionada com políticas sociais e o Estado-Providência, outra micro comportamental, que se realiza ao nível dos agentes individuais e dos atores coletivos que registam atitudes e comportamentos específicos. A solidariedade, no seu nível macroestrutural, existe no domínio dos Estados-Nação, sendo praticamente

[133] SANTOS, Miguel Sousa- *A construção Discursiva de Refugiados e Migrantes na Crise Migratória de 2015-16*: uma análise à luz do conceito de solidariedade em jornais portugueses e ingleses. Tese de doutorado, Escola Internacional de Doutoramento. Universidade de Vigo, Espanha, 2020. p. 48.

> inexistente ao nível estrutural da UE, que não se encontra dotada de mecanismos de solidariedade correspondentes aos que caracterizam o Estado Providência. A solidariedade, enquanto valor ou atitude, existe ao nível micro comportamental, ou seja, a um nível individual, focando-se essencialmente "on social solidarity as a proxy for (expected) redistributive behaviour, as well as on cultural solidarity as favouring certain norms and sets of beliefs." [134]

Marina Franco, estudando o exílio argentino na França durante a década de 70, afirma que, naquele contexto, a despeito das iniciativas de solidariedade macroestrutural, predominaram, no país de acolhida, as ações de caráter micro comportamental. Este estudo, entre outras relevâncias, contribuiu com importantes aportes para a compreensão da irrupção e a consolidação do discurso dos direitos humanos na agenda política e das relações externas, no espaço público e político francês, reverberando para o restante do continente europeu.

Franco também destaca como os exílios latino-americanos das décadas de 60, 70 e 80 deram oportunidade ao surgimento de novas formas de solidariedade, com parâmetros ideológicos e novos paradigmas humanitários, sobretudo a partir da chegada dos refugiados chilenos. Segundo a mesma o impacto da diáspora chilena modificou a sensibilidade e a própria compreensão do espaço público francês acerca da realidade das ditaduras de segurança nacional do Cone Sul, a partir do progressivo conhecimento das recorrentes violações dos direitos humanos praticadas. De forma original, Franco recupera a semântica política do termo solidariedade, expressa na linguagem dos direitos humanos:

> Solidariedade é um termo com longa tradição, especialmente nas esquerdas políticas. Historicamente tem estado ligado a uma forma de entender o apoio internacional baseado na afinidade ideológica. Contudo, os exílios latino-americanos das décadas de 1960 a 1980 são um bom exemplo de novas e complexas formas de solidariedade nas quais se misturam os parâmetros ideológicos tradicionais com novos paradigmas humanitários, não por isso menos políticos. Em estrito nível metodológico, "solidariedade" deveria ser considerada uma categoria nativa, própria dos atores da época, e seu uso deveria incluir uma adequada contextualização e um olhar atento aos pressupostos que suporta uma noção que, na prática, encobre uma diversidade de situações empíricas historicamente situadas. Em um nível histórico, deve-se observar, além disso, que tanto o discurso quanto a prática da "solidariedade" foram utilizados pelos próprios atores das sociedades de acolhida com uma atribuição de sentidos autolegitimadores e, portanto, como um capital político.[135]

Franco ressalta ainda que a experiência francesa de acolhimento aos exilados e aos refugiados nos anos 1970 possibilitou a redescoberta dos direitos humanos como parte das políticas governamentais, dos partidos políticos e da própria sociedade civil, quando essa

---

[134] Ibid., pp.48-49.

[135] FRANCO, Marina- *A "Solidariedade" ante os exílios dos anos 1970: reflexões a partir do caso argentino na França.* In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos Cruzados; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2011. p.91.

última passa a se expressar e a se comunicar por intermédio de redes associativas e humanitárias.

Dessa forma, consolida-se o que denominou como uma nova sensibilidade humanitária, que enseja a construção de uma questão de caráter público, que passa a repercutir na esfera política francesa sob a forma de um discurso humanitário emergente e de ações de mobilização e de militância, da sociedade civil e do mundo político, em defesa dos direitos humanos. Um problema que produz uma revolta moral:

> O compromisso destes setores franceses parece fundado em uma autêntica comoção emocional e ético-humanitária, em uma revolta individual ou privada do que considera "intolerável", e logo se transforma, por efeito da ação coletiva, em uma causa pública ligada ao bem comum e construída em termos de justiça; quer dizer, como denúncia das violações aos direitos humanos. Isto permite considerar como a causa privada e mais íntima, vinculada à própria dor, dos 'amigos argentinos", ou das mães distantes, foi adquirindo um sentido coletivo e público de revolta moral para os franceses mobilizados da época.[136]

Temos corroborado na presente tese a visão de que a prática de impelir os dissidentes ao banimento e ao exílio foi um mecanismo de exclusão política reiteradamente utilizado pelos governos autoritários e ditatoriais (e em menor escala até pelos democráticos) latino-americanos desde os primórdios desses Estados Nacionais. Na prática, de eliminação de opositores da esfera pública e política nacional, de silenciamento de vozes críticas. Seu caráter massivo e serial no Cone Sul provocou ondas de deslocamentos forçados a partir de meados da década de 70, empurrando homens, mulheres e crianças em fuga para outros continentes, principalmente a Europa e a própria América, mais especificamente nos subcontinentes Norte e Sul.

Uma vez estabelecidos em um país anfitrião, seja clandestinamente ou sob a proteção do ACNUR como solicitante de refúgio ou refugiado-reassentado, essas comunidades de desterrados, compatriotas ou de outras nacionalidades, que compartilhavam o mesmo drama do exílio, foram capazes de promover formas de mobilização política, denunciando a prática de torturas e as graves violações aos direitos humanos perpetradas em seus países de origem. Mobilização e sociabilidade que frustraram consideravelmente a tática ditatorial de suprimir as vozes e as articulações políticas de opositores, trazendo ainda um grande incômodo para aqueles regimes de exceção sul americanos: a visibilidade internacional alcançada pela questão do exílio/refúgio, a sua ascensão ao patamar de problema na arena global, na esfera pública internacional.

---

[136] Ibid., p.101.

A partir de campanhas políticas no exterior, essas comunidades redefiniram as suas estratégias de militância, organizando, participando e colaborando com grupos e redes humanitárias de solidariedade nacionais e transnacionais. Tais redes serão responsáveis pelo acolhimento e a proteção dos exilados, constrangendo as ditaduras do Cone Sul em sua imagem internacional ao divulgar seus crimes e a prática da 'guerra suja'. Essa atuação política dos exilados baseada no exterior deu-se em condições adversas, constituído um campo político, um espaço de práticas específicas, relativamente autônomo, no microcosmos social, conforme Pierre Bourdier. Lugar de exílio delimitado como um espaço político condicionado por transformações pautadas pelos movimentos da imigração e as possibilidades e limites, legais e políticos, de militância no exterior:

> Um espaço político específico em razão do seu funcionamento fora do território, que lhe seve, portanto, de referência. Propomos chamar de *exopolítico* esse espaço político. O *exopolítico* apenas existe como espaço de oposição e luta contra o regime no poder do país de origem. Ele se caracteriza pela falta de regulamentação[137].

Este original espaço exopolítico foi o ambiente onde os exilados atuaram como atores proativos na militância e na mobilização de outros compatriotas e de cidadãos dos países de acolhida para a sua causa humanitária, expressa na convocação para uma atitude de solidariedade política. Uma arena de continuidade do combate político, interrompido em seu território nativo pelo expurgo, bem como de sociabilidades de origem pela radicalização do desterro, pelo banimento. Mas também de ativismo, de angariamento de solidariedades e de confirmação de identidades nacionais:

> A definição de um conceito para esta arena política tão particular se torna extremamente problemática. Entre os atores que buscaram uma definição destaca-se Stéphane Dufoix, que, a partir da análise da militância política dos húngaros, poloneses e tchecos na França a partir de 1945, propõe um novo conceito para designar esta arena política: o exopolítico. Segundo Dufoix, o exopolítico representaria um espaço de oposição e de luta contra o regime no comando do país de origem. Portanto, o exílio político é marcado pelo princípio de continuidade, segundo o qual a migração não muda o combate político. Assim, ao se organizar politicamente em solo estrangeiro, os exilados reivindicam a continuidade das lutas que travavam em solo materno. Para compreender os motivos que levam os migrantes a dar continuidade ao ativismo político nas condições adversas oferecidas pelo exílio, voltamo-nos para os estudos que procuram compreender as motivações para o engajamento individual. Igualmente, nessa literatura, merece destaque Pierre Bourdier, que procurou compreender o engajamento político a partir da análise do "pertencimento de classe" de cada indivíduo. Para esse sociólogo francês, seria a posição social que permitiria que o indivíduo tivesse acesso a diferentes tipos de

[137] DUFOIX, Stéphane. Politiques d'exil. Paris: Pres Universitaires de France, 2002. Apud: MARQUES, T.C.S.- Militância política e solidariedade transnacional; a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979). UFRS/PPGCP. Tese de doutorado. 2011. p.28.

> capitais indispensáveis para a legitimação da sua palavra política. Assim, seria a combinação de diferentes tipos de capitais- cultural e econômico, principalmente- que permitiria o ativismo. Outros estudos se basearam na análise de aspectos psicológicos dos indivíduos. Tais estudos levam em consideração sobretudo as "recompensas" próprias que a prática militante pode oferecer. Essas gratificações da militância não são puramente utilitaristas ou práticas, tais como as recompensas financeiras. Elas podem ser advindas de realizações pessoais, sensações de dignidade ou sentimentos de valorização pessoal.[138]

A nova ordem mundial estruturada a partir da década de 60 foi marcada pelas tensões da guerra fria, entre outras, como a construção do Muro de Berlim e a Guerra do Vietnã. Bem como da singular eclosão de movimentos sociais, expressos no feminismo, na contracultura, na rebelião de maio de 1968 e nas lutas antirracistas. Trouxe também um novo paradigma para as relações internacionais: o esvaziamento do papel do Estado e da soberania nacional.

Na linguagem das relações internacionais, tratou-se do desmonte do Sistema (ou equilíbrio) Westfaliano[139], onde os Estados Nacionais modernos, unitários, centralizavam o poder, monopolizando a soberania interna, exercida em uma base territorial com fronteiras delimitadas, e a independência externa, onde o interesse da Nação era o interesse do Estado. A partir de então, e gradativamente, a sociedade mundial passou a se caracterizar pela crescente influência de processos e de atores não estatais nas relações internacionais, pelo vigor e o ecletismo das vozes e das demandas da sociedade civil. As relações entre o Estado e a sociedade se estreitam, como também a conexão entre as esferas doméstica e a internacional no âmbito do político e da política.

O modelo das relações internacionais e interestatais consagrado na modernidade histórica, pautado em uma organização política mundial dividida em Estados Nacionais, paulatinamente vai perdendo a exclusividade à medida em que vão se consolidando os elementos da sociedade transnacional.

Novos atores sociais (transnacionais), não estatais, ganham protagonismo a partir de meados do século XX ao se relacionarem com governos e organizações supranacionais. Passam a fazer a política transnacional, cuja a originalidade e a eficácia traduziu-se na atuação em esquema de redes:

> Não apenas a intensidade de trocas comerciais caracterizaria a sociedade transnacional, mas também as migrações, a universalização de crenças, organizações

[138] MARQUES, T.C.S.- Militância política e solidariedade transnacional; a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979). Porto Alegre, UFRS/PPGCP. Tese de doutorado. 2011. p.55.

[139] O Tratado de Westfália, de 1648, que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos, um conflito que envolveu diversos países europeus, é considerado um momento histórico fundamental por assinalar a transição da sociedade medieval, que se encontrava sob a autoridade da Igreja, para a sociedade do Estado Nacional Moderno, ligada à noção de soberania e a um poder político centralizado.

> que ultrapassem a dimensão nacional, competições e eventos internacionais, bem como o avanço dos meios de comunicação. Portanto, a sociedade transnacional pode ser definida como sendo um sistema no qual interagem forças sociais, políticas e econômicas, não estatais, além de diferentes sistemas nacionais. O fato é que com o processo de globalização e a rápida circulação de tecnologias de transporte e comunicação por ela propiciada, a participação desses novos atores se tornou cada vez mais evidente, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Os avanços tecnológicos alcançados durante os séculos XX e XXI favoreceram sobretudo os atores transnacionais, que, através desses novos meios de comunicação, constroem verdadeiras redes globais e, dessa forma, conseguem driblar parcialmente controle do Estado. Diante disso, percebe-se que a sociedade transnacional não pode ser compreendida exclusivamente em termos geográficos ou territoriais, haja vista que as interações que ela efetua ocorrem independentemente de fronteiras nacionais. Nesse sentido, os teóricos que analisam a ordem internacional a partir dessa perspectiva propõem que o transnacionalismo seja compreendido de maneira funcional, isto é, focalizando as áreas e os temas nos quais as redes transnacionais atuam. Com efeito a política transnacional pode ser definida pela interação efetuada entre governos nacionais ou organizações internacionais e a sociedade transnacional. Sendo assim, não apenas atores com grande peso político e econômico- tais como grandes corporações econômicas e Estados-fazem parte desse processo, como também indivíduos e outros atores com menor peso. Estes são os principais responsáveis para que as atividades transnacionais se tornem culturais, religiosas e sociais, além de econômicas e políticas.[140]

Demonstramos no capítulo 1 da presente tese que a situação exilar e a condição jurídica do refúgio estão inseridas, no contexto das relações internacionais, no âmbito do fenômeno concebido conceitualmente como das mobilidades e migrações forçadas, ao longo dos séculos XX e XXI, a despeito dos limites tênues para estabelecer a natureza premente dos impulsos migratórios, especificamente na análise dos deslocamentos produzidos por razões de dissidência e perseguição política e ideológica.

Coletivos de migrantes-exilados-refugiados que se constituíram como atores politicamente atuantes, como ativistas pela causa dos direitos humanos, nessa nova e singular esfera transnacional, uma vez que:

> Os efeitos que as migrações internacionais alcançaram, especialmente a partir da segunda metade do século XX, expõe de maneira clara os efeitos alcançados pelo transnacionalismo além das esferas econômicas e políticas. Esses efeitos ficaram ainda mais evidentes nos migrantes políticos, isto é, os exilados.[141]

Na nova era transnacional, consolidada a partir da década de 70, os migrantes, especialmente os exilados, pautam, como protagonistas políticos, a perseguição e a violência praticadas pelas ditaduras do Cone Sul aos dissidentes na arena global, inserindo a condição

---

[140] MARQUES, op. cit., pp. 65-66.

[141] Ibid., p. 66.

de ser exilado-refugiado no jogo político internacional, a despeito da inevitável - e incômoda - conotação adquirida de vítimas.

Denise Rollemberg, uma das precursoras do estudo do exílio na historiografia política brasileira, destaca que "o exilado tem um projeto sócio-político para a sociedade. É a derrota desse projeto, ao mesmo tempo individual e coletivo, ou as dificuldades consideradas intransponíveis para a sua implementação que o fazem exilado"[142]. E ainda que "muitos brasileiros nos anos 1960 e 1970 recusavam o sentido de vítima do termo refugiado a eles atribuído. A vitimização que facilmente se transformava em infantilização soava até mesmo como ofensa."[190] Nesse ponto, Rollemberg resgata duas falas de exilados brasileiros, que a despeito das conotações de "castigo" e de "punição" que ensejava o desterro, não declinam da capacidade de luta e mobilização, demonstrando altivez na resistência às ditaduras, ainda que em condições adversas, porém capitalizadas dentro do circunstancialmente possível, na esfera da exopolítica:

> Não se trata dos "pobrezinhos refugiados" e sim do pessoal que constrói sua vida conscientemente, que sabe no que se meteu, que mantém uma ligação permanente com o Brasil e sabe das injustiças de sua sociedade, e que incorpora o exílio como parte de sua vida. Não temos vocação sentimentalóide nem queremos posar de mártir. Quem faz a luta popular no Brasil se arrisca a muita coisa, e o exílio é parte integrante do horizonte que as pessoas vão abrindo quando entram nessa luta...os exilados são caras ativos, é gente que ganha o pão de cada dia com o seu trabalho e que na medida de sus meios participa da vida brasileira. É importante dizer isso para acabar com a visão dos pobrezinhos dos refugiados (Vladimir Palmeira). Um refugiado político consciente de que nos encontramos no exílio em consequência de atitudes assumidas em defesa de uma causa que temos por justa, a do nosso povo. Ninguém, portanto- e disso não estamos excluídos-, tem o direito de se apiedar de quem goza da maior de todas as liberdades, a da sua consciência. Fora, pois, com a autocompaixão, essa insidiosa moléstia que vive a nos espreitar! Fora, também, com a lamentação das oportunidades perdidas em decorrência do exílio! (Arthur José Poerner).[143]

No exílio, os contingentes de migrantes forçados estreitaram as relações de sociabilidade e reafirmaram os laços de identidade com seus compatriotas. Dessa forma, interagiram também, política e individualmente, com os cidadãos, grupos e redes de solidariedade e humanitárias nos países de acolhida. Sua expressão mais significativa foi a capacidade de mobilização para o combate político e o ativismo de resistência às ditaduras e de resgate da democracia, o que as ciências sociais passaram a denominar, a partir de uma nova categoria, a de *transmigrantes*, cidadãos que foram definidos como:

---

[142] ROLLEMBERG, Denise. *Exílio, entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 45.

[143] Ibid., p.40.

> Indivíduos inseridos em múltiplas redes de relacionamento, tanto no país de origem quanto na sociedade receptora. Portanto transmigrantes seriam indivíduos que deixaram seu país de origem e se inseriram em outra sociedade, tanto economicamente quanto social e culturalmente, mas que, paralelamente a essa nova inserção, procuram manter conexões com seus países de origem. Essas conexões podem se dar através dos esforços dos migrantes em fazer parte das instituições de origem de seus países, em influenciar a política externa destes- tanto nacionalmente quanto internacionalmente-, entre inúmeras outras ações que podem ser classificadas como transnacionais.[144]

E foi nesse original cenário transnacional descortinado, onde os exilados e os refugiados, esses transmigrantes, os novos atores políticos não estatais, militaram pela redemocratização de seus países. Conduziram, assim, sua exopolítica e universalizando valores como a liberdade, a solidariedade e a defesa dos direitos humanos. Para tanto, se inseriram e ou construíram grupos e redes de ativismo político de caráter local, nos países anfitriões, com estratégica articulação junto aos países de origem. Interagiram com entidades de familiares de presos políticos e de desaparecidos e comitês de solidariedade à América Latina, como o CBS e o Clamor, também com entidades e organismos internacionais humanitários supranacionais.

Aqui, faz-se imperativo caracterizar o conceito de *rede*, que utilizaremos centralmente ao longo da tese, aplicando-o ao objetivo central da pesquisa, que é a reconstituição da trajetória de três importantes grupos humanitários brasileiros que atuaram, em esquema de redes, nas décadas de 70 e 80, em solidariedade aos exilados e refugiados do Cone Sul, em trânsito pelo Brasil: a Cáritas Arquidicesana do Rio de Janeiro, o Clamor e o CBS.

O sociólogo espanhol Manuel de Castells foi um dos precursores, nas décadas de 80-90, dos estudos sobre as novas tecnologias da informação e da comunicação, do denominado capitalismo informacional. Como corolário dessas teses, formata o original conceito de sociedade em redes ou até mesmo de globalização:

> As redes, ao longo da história, têm constituído uma grande vantagem e um grande problema por oposição a outras formas de organização social. Por um lado, são as formas de organização mais flexíveis e adaptáveis, seguindo de um modo muito eficiente o caminho evolutivo dos esquemas sociais humanos. Por outro lado, muitas vezes não conseguiram maximizar e coordenar os recursos necessários para um trabalho ou projeto que fosse para além de um determinado tamanho e complexidade de organização necessária para a concretização de uma tarefa. Assim, em termos históricos, as redes eram algo do domínio da vida privada, enquanto o mundo da produção, do poder e da guerra estava ocupado por organizações grandes e verticais, como os estados, as igrejas, os exércitos e as empresas que conseguiam dominar vastos polos de recursos com um objetivo definido por uma autoridade central. Além disso, a comunicação em rede transcende fronteiras, a sociedade em rede é

[144] MARQUES, op. cit., p.68 .

> global, é baseada em redes globais. Então, a sua lógica chega a países de todo o planeta e difunde-se através do poder integrado nas redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia. Aquilo a que chamamos globalização é outra maneira de nos referirmos à sociedade em rede, ainda que de forma mais descritiva e menos analítica do que o conceito de sociedade em rede implica[145]

Os grupos humanitários de solidariedade que se organizaram em acolhimento e proteção aos exilados e refugiados do Cone Sul, conforme já destacamos, contaram com a ativa participação e a militância dos mesmos em seus núcleos, sejam os baseados na Europa e na América do Norte ou, como é o objeto de análise nesta tese, os constituídos no Brasil.

Em ambos os cenários, a comunicação foi uma estratégia mais do que fundamental para a consecução dos objetivos: a defesa dos direitos humanos, a luta contra as ditaduras e a denúncia dos seus crimes. A articulação em redes otimizaria a conquista do espaço da comunicação, produziria repercussão e proporcionaria publicidade nas esferas pública e política transnacional:

> Uma vez que a política é largamente dependente do espaço público da comunicação em sociedade, o processo político é transformado em função das condições da cultura da virtualidade real. As opiniões políticas e o comportamento político são formados no espaço da comunicação. Não significa isto que tudo o que se diga neste espaço determine o que as pessoas pensam ou fazem. [...] Contudo, a dominação do espaço mediático, sobre as mentes das pessoas, trabalha com base num mecanismo fundamental: presença/ausência de mensagens no espaço mediático. Tudo e todos os que estão ausentes deste espaço não podem chegar às mentes do público, pelo que se tornam uma não entidade. Este modo binário da política mediática tem consequências extraordinárias no processo político e nas instituições sociais. Também implica que a presença nos media é essencial para construir uma hegemonia política ou uma contra-hegemonia e não somente durante as campanhas eleitorais. [146]

Bruno Groppo é um dos mais destacados estudiosos sobre os exílios europeus no século XX, mais especificamente os produzidos na primeira metade da centúria. Groppo aporta um significativo exemplo histórico do êxito da estratégia de atuação em redes, em nível transnacional, no trabalho de solidariedade política junto à exilados e refugiados durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945):

> Graças ao exílio, foram criadas redes de contatos e de solidariedade política não somente de um país europeu a outro, mas também de um continente a outro. É a

[145] CASTELLS, Manuel e CARDOSO, Gustavo. *A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Ação Política". Conferência promovida pela Presidência da República*. 4 e 5 de março de 2005 | Centro Cultural de Belém. pp.17 -18. Disponível em: https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede__do_conhecimento_a_acao_politica.pdf.

[146] Ibid., pp.24-25.

> existência dessas ligações, por exemplo, que em 1940-1941 permitiu a centenas de refugiados políticos de diferentes nacionalidades conseguirem vistos e os recursos necessários para deixar a França e escapar assim da Gestapo, graças à intervenção de organizações americanas como a *Jewish Labor Committee* ou a *Emergency Rescue Committee*.[147]

Encarada em sua dimensão política, essa articulação em redes potencializou os esforços militantes em prol da causa dos exilados e dos refugiados sul-americanos durante a vigência das ditaduras de segurança nacional. De acordo com Ilse Scherer Warren, uma *rede* se definiria como:

> A identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas, para [...] ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. A rede, dessa forma, constitui-se em torno de uma identidade semelhante, da definição de adversários ou opositores em comum e de um mesmo projeto ou utopia, num contínuo processo de construção no qual a constante articulação torna-se uma necessidade. [148]

Foi atuação em redes que otimizou o fluxo de comunicação, a emissão e a recepção de informações entre os grupos e as entidades humanitárias que militaram no front sul-americano contra as ditaduras, constituindo "um espaço por onde se transita, emitindo, recebendo informações ou fazendo-as circular. Um espaço de troca e construção coletiva. Portanto, não existe na rede um centro, que emana ordens"[149].

As articulações encurtaram distâncias, aproximaram entidades de defesa dos direitos humanos e de familiares de presos políticos e de desaparecidos, construíram coletivamente estratégias de luta antiditatorial e proporcionaram voz aos grupos do Cone Sul então radicalmente cerceados pelos regimes de exceção. Promoveram o intercâmbio entre grupos e comitês, com trocas de experiências entre militantes de diversos países sul-americanos, em encontros e debates, integrando ativistas na solidariedade e na ação política humanitária nos âmbitos local, nacional e transnacional. E sobretudo, possibilitaram a recepção e o acolhimento a perseguidos e ameaçados, protegendo-os material, afetiva e juridicamente; neste particular, inclusive colaborando no reassentamento de exilados como refugiados em outros países mediante mandato do ACNUR.

---

147 GROPPO, Bruno. *Os Exílios Europeus no Século XX*. *Revista Diálogos*. Universidade Estadual de Maringá, Paraná. DHI/PPGH. V.6, p.2, 2002. p. 91.

148 SCHERER-WARREN, Ilse. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006. p. 113. Apud in FRAGA, 2020. p. 25.

149 PRAZERES, Michelle. *Desafios da atuação em rede*. *Rets*: revista da Rits - Rede de Informações do Terceiro Setor, Rio de Janeiro, 2004. p. 1. Apud FRAGA p.27.

Por exemplo, duas das redes de solidariedade brasileiras, cuja atuação apresentaremos em detalhes no capítulo 3, o Grupo Clamor e o CBS, valeram-se amplamente da atuação em redes por intermédio da difusão de seus boletins informativos, que publicizavam para, pelo menos, três continentes, Europa, América e Ásia, as denúncias de perseguições, violações, detenções arbitrárias, assassinatos, desaparecimentos e torturas praticadas em centros clandestinos pelas ditaduras do Cone Sul.

O esquema de solidariedade política e humanitária foi o mais eclético possível, congregando grupos e entidades em redes pequenas e grandes; formais e informais; visíveis e invisíveis; legais e clandestinas. Atuou com a predominância de um tipo de solidariedade entendida como horizontal, "pois ocorria uma ajuda recíproca, proteção e amparo entre os próprios cidadãos, sem interferência ou apoio direto vindo do Estado." [150]

A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, o Clamor e o CBS atuaram de maneira flexível neste contexto; ou seja, estiveram conectados como nodos de uma grande rede mundial humanitária, articulados a indivíduos e a organizações engajadas na defesa dos direitos humanos, de atuação nacional, continental e internacional, a grupos de familiares de presos políticos e de desaparecidos, a entidades de advogados e juristas, a associações de exilados, a movimentos sociais e a organizações ligadas à igreja católica e à protestante. Uma dinâmica e complexa teia solidária, uma verdadeira rede integrada de defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas, que pode ser esquematizada da seguinte forma, composta pelos seguintes atores:[151]

**1) Movimentos Sociais:**

-Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (Bélgica);

-Movimento Paraguaio Campesino;

-Movimento Popular Colorado-MOPOCO (Paraguai);

**2) Associações de Exilados:**

-Comitê Latino Americano de Solidariedade ao Povo Paraguaio (Foz Iguaçu);

---

[150] MORAIS, Silvia Regina Ribeiro Lemos; TENORIO, Robinson Moreira. Considerações introdutórias sobre as diferenças entre os conceitos de fraternidade e solidariedade.
Disponível em:
http://www.equidade.faced.ufba.br/sites/equidade.oe.faced.ufba.br/files/consideracoes_introdutorias_sobre_as_diferencas_entre_os_conceitos_de_fraternidade_e_solidariedade_-_silvia_morais_e_robinson_tenorio.pdf. Apud. em FRAGA, 2020. p. 28.

[151] Aqui nos valemos da classificação "Rede Integrada de Defesa dos Direitos Humanos". FRAGA, op. cit., pp.83-85.

-Exilados Chilenos no Rio de Janeiro;

-Comitê de Solidariedade com o Povo Chileno (São Paulo);

-Comitê de Refugiados Políticos Salvador Allende (São Paulo);

-Comitê Para Defesa dos Direitos Humanos no Uruguai (Canadá);

-Chile Committe for Human Rights (Inglaterra);

-Committe for Human Rights in Uruguay (Inglaterra);

-Paraguay Committe for Human Rights in UK (Inglaterra);

**3) Indivíduos Engajados na Defesa dos Direitos Humanos:**

-Jair Krischke e Omar Ferri- Movimento Justiça e Direitos Humanos (Porto Alegre);

-Belisário dos Santos Jr- (São Paulo);

-Belela Herrera-ACNUR (Uruguai e Chile);

-Guy Prien-ACNUR (Argentina);

-Adolfo Pérez Esquivel-SERPAJ (Argentina);

-Padre Luiz Férez Aguirre-SERPAJ (Uruguai);

-Cardeal Radi Silva Henríquez – Vicaria da Solidariedade (Chile);
-Arcebispo Jorge Hurtado (Bolívia);

-Charles Harper-Conselho Mundial das Igrejas (Suíça);

-Patricia Feeney-Anistia Internacional (Inglaterra).

**4) Entidades:**

4.1) Familiares de Presos e Desaparecidos Políticos:

-Abuelas de la Plaza de Mayo (Argentina);

-Associação Madres da Praça de Maio (Argentina);

-Comissão de Familiares de Detidos e Desaparecidos e Presos por Razões Políticas;

(Argentina);

-Associação de Familiares de Uruguaios Desaparecidos-AFUDE (Uruguai);

- Mães e Familiares de Processados pela Justiça Militar do Uruguai;

-Familiares de Uruguaios Desaparecidos na Argentina (Uruguai);

-Federação Latino -Americana de Associações de Familiares de Detidos

- Desaparecidos (Venezuela);

-Comissão Paraguaia de Familiares de Desaparecidos e Presos Políticos;

-Agrupamento de Familiares de Presos Políticos (Chile);

-Coordenação Nacional de Presos Políticos (Chile).

4.2) Advogados e Juristas:

-Associações de Advogados Latino-Americanos-AALA;

-Centro de Estudos Legais e Sociais-CELS (Argentina);

-Associação de Advogados de Buenos Aires;

-Washington Lawyers Committe (EUA);

-Latin America Working Group (EUA);

-Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai-SIJAU (França);

-Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia e Democracia no Paraguai-SIJADEP (França).

4.3) Defesa dos Direitos Humanos:

-Movimento de Justiça e Direitos Humanos-MJDH (Porto Alegre);

-ACNUR-Brasil;

-ACNUR- Suíça;

-Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos (Argentina);

-Equipe Argentina de Antropologia Forense-EAAF (Argentina);

-Comissão Paraguaia de Defesa dos Direitos Humanos- CODEHUP (Paraguai);

-Comissão Chilena de Direitos Humanos (Chile);

-Assembleia Permanente dos Direitos Humanos (Bolívia);

-Comitê de Solidariedade com os Presos Políticos (Colômbia);

-Comissão para a Defesa dos Direitos Humanos na América Central-CODEHUCA (Costa Rica);

-Comitê Pró-Justiça e Paz da Guatemala;

-Comitê de Solidariedade pelos Direitos Humanos na Bolívia (Peru);

-Human Rights Internet (EUA);

-Anistia Internacional (Inglaterra);

-Associação Internacional contra a Tortura (Suíça);

-Federação Internacional dos Direitos Humanos- FIDH (França);

-Fundação Lélio Basso (Itália);

-Comitê Inter movimentos de Apoio aos Evacuados-CIMADE (França);

4.4) Vinculadas à Igreja Católica e Protestante:

-Serviço de Paz e Justiça- SERPAJ (Chile, Argentina, Uruguai);

-Comissão de Justiça e Paz (São Paulo);

-Comissão Pastoral da Terra-CPT;

-Conselho Mundial das Igrejas (Suíça);

-Vicaria da Solidariedade (Chile); Fundação de Ajuda Social das Igrejas Cristãs-FASIC (Chile);

- Movimento Internacional de Juristas Católicos (França)[152].

As entidades humanitárias vinculadas à institucionalidade cristã, tanto as católicas como as protestantes, foram protagonistas dessa trama de solidariedade e de resistência às ditaduras, cooperando e dialogando com as redes humanitárias leigas de ativismo transnacional. Igreja que, sobretudo a católica, naquele contexto, foi (e ainda é) uma grande viabilizadora de acolhimento e de refúgio no Brasil, atuando, de maneira decisiva, seja por intermédio de indivíduos ou em nível institucional, na operação solidária das redes brasileiras de acolhimento e de proteção aos exilados do Cone Sul nas décadas de 1970 e 1980. São entidades do mundo religioso que contribuíram com suas "ligações e ou recursos materiais e simbólicos na trama das redes de ativismo transnacional contra as ditaduras de segurança nacional, com atuação regional e internacional e conexões com outras instituições religiosas fora do Cone Sul (França e EUA)."[153]

No capítulo 3 destacaremos mais detalhadamente essa atuação, a partir da reconstituição da trajetória das redes de solidariedade brasileiras aqui já elencadas, principalmente as ligadas mais intrinsicamente ao universo cristão, como a Cáritas Arquidiocese do Rio de Janeiro e o Grupo Clamor. Pode-se afirmar também que elas tiveram amplo apoio político e, sobretudo financeiro, do Conselho Mundial das Igrejas (CMI),

[152] Ibid., pp.83-85.

[153] CATOGGIO, María Soledad- *La trama Religiosa de las Redes Humanitarias y del Activismo Transnacional en las Dictaduras del Cono Sur de América Latina.* p. 197 e 203. In: JENSEN, Silvina e LASTRA, María Soledad (Orgs.)- *Exilios: militancia y Represión: Nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. Argentina, La Plata: EDULP, 2014. p. 203.

sediado em Genebra, cuja figura de interlocução foi o Reverendo Jaime Wright, militante e colaborador de primeira hora das redes de solidariedade.

Maria Soledad Catoggio, estudiosa das relações políticas entre a igreja e a ditadura de segurança nacional argentina, destacou a atuação de três emblemáticas entidades vinculadas ao campo religioso engajadas na membresia política naquele período ditatorial: a Vicaria da Solidariedade no Chile, o Centro de Estudos Legais e Sociais-CELS, na Argentina e o Clamor no Brasil, este último, segundo a autora, menos estudado.[154]

Em outubro de 1973, um mês após o golpe no Chile, o Arcebispo de Santiago, Cardeal Silva Henríquez funda o Comitê pela Cooperação da Paz-COPACHI, com perfil ecumênico, congregando católicos, batistas, luteranos, pentecostais, metodistas, judeus e gregos ortodoxos. À semelhança da atuação de Dom Paulo Evaristo Arns no Grupo Clamor, o Cardeal Henriquez mantinha-se mais como uma autoridade simbólica, não atuando nas funções executivas cotidianas, delegadas a católicos e luteranos.

Dentre as suas ações destacou-se o suporte jurídico aos perseguidos por intermédio de quadros oriundos de partidos políticos como a Democracia Cristã e os Partidos Socialista e Comunista. Foi outra entidade que contou com o apoio financeiro do CMI, experimentando tensas relações com a ditadura Pinochet, até ser fechada compulsoriamente pelo regime em 1975.[155] Pouco tempo depois, a partir da experiência do COPACHI, criou-se uma nova entidade, a Vicaria da Solidariedade, com perfil diferente, abandonando o caráter ecumênico e se subordinando diretamente à estrutura hierárquica da Arquidiocese de Santiago. Em seguida, renunciou ao apoio aos perseguidos e vitimados vinculados à luta armada. Manteve diálogo com as redes de solidariedade brasileiras, como, por exemplo, a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro.[156]

Em 1980, estrutura-se na Argentina o CELS, por iniciativa de advogados e de um professor, que compartilhavam a dor de serem pais de presos políticos e de desaparecidos. Apoiados por redes de relações com o mundo católico, promoveram denúncias de violações aos direitos humanos em foros internacionais, a assessoria jurídica a perseguidos. E ainda a

---

[154] Ibid., p.204.

[155] Ibid., p. 205

[156] Cândido Feliciano relatou que, em 1976, dom Eugênio recebeu uma carta da Vicaria da Solidariedade solicitando apoio da Cáritas a cinco chilenos perseguidos pela ditadura, em trânsito pelo Rio de Janeiro. Feliciano destacou ainda que esse pedido, somado aos aumentos contínuos da chegada de refugiados sul-americanos à cidade, desencadeou a decisão de iniciar o trabalho organizado de acolhimento dos refugiados pela Cáritas. Entrevista concedida ao autor pelo Dr. Cândido Feliciano da Ponte Neto, Procurador da Arquidiocese do Rio de Janeiro e Diretor da Cáritas Arquidiocesana. Rio de Janeiro, em 19 de julho de 2016.

organização de um arquivo de evidencias testemunhais e documentais dos diversos crimes perpetrados pela ditadura de segurança nacional. Teve no Clamor um parceiro corriqueiro no trabalho de resistência e de denúncia da violação dos direitos humanos, sobretudo na área jurídica.[157]

É fato que as três redes de solidariedade brasileiras de acolhimento e proteção aos exilados e refugiados do Cone Sul atuaram em âmbito nacional-regional sob o esquema de redes, ou como sub-redes dentro da rede maior. Foram, nessa estrutura, ao mesmo tempo ponto de interseção e núcleo catalizador de um sistema. Padrós alude a "uma malha protetora, com múltiplas redes sobrepostas e conectadas entre si".[158]

A seguir analisaremos como a Cáritas Arquidiocesana, o Clamor e o CBS interagiram com os diversos atores não estatais vinculados a essa teia solidária, como os movimentos sociais, os indivíduos, as entidades de familiares de presos políticos e desaparecidos, as associações de exilados, as entidades cristãs e de defesa dos direitos humanos, entre outras. E ainda de que forma se constituíram como redes humanitárias, destacando as suas relações e ações no âmbito da grande rede de solidariedade mundial que se estruturou nas décadas de 170 e 80 em prol da questão dos exilados e dos refugiados. E também, enquanto sub-redes, as suas formas de militância e o impacto de suas ações políticas nas esferas nacional e regional.

[157] CATOGGIO, op. cit., p. 211.
[158] PADRÓS, op. cit., pp. 19-20

## 3. AS REDES BRASILEIRAS DE ACOLHIMENTO, PROTEÇÃO E DENÚNCIA

> "Estávamos conversando, Jaime Wright e eu, sobre as consequências do golpe militar, quando um disse para o outro - não sei mais quem tomou a palavra: Isso tudo vai ser esquecido na próxima geração, como foi esquecido tudo o que Getúlio Vargas praticou no tempo dele – e foram horrores". (Dom Paulo Evaristo Arns)

No capítulo anterior, discutimos como no contexto da implementação das ditaduras de segurança nacional no Cone Sul, ao longo das décadas de 60, 70 e 80 e a partir de suas ações de repressão, perseguição e violência estatal contra os dissidentes, processaram-se migrações forçadas de caráter massivo[159], compondo um cenário de exílio político serial, produzindo deslocados que fugiram célere e, em sua grande maioria, despreparados material e psicologicamente para outros países.

Analisamos, em consequência, como a questão dos exilados e dos refugiados e a defesa dos direitos humanos ganhou a esfera pública internacional, situando a agenda humanitária e antiditatorial como um problema que extrapolaria a competência dos Estados Nação, trazendo os atores não estatais para o debate político do tema.

E ainda como, em meio à radicalização repressiva imprimida pela Operação Condor nos países do Cone Sul, se estruturaram grupos e redes de solidariedade de âmbito nacional, continental e transnacional, de acolhimento, proteção e de denúncia em favor de milhares de exilados e refugiados. Laços de solidariedade e de resistência que permearam continuamente a cultura política latino americana.

Agora, no presente capítulo, apresentaremos detalhadamente a trajetória de três das redes de solidariedade brasileiras estabelecidas em apoio aos exilados e aos refugiados do Cone Sul que transitaram e ou permaneceram no Brasil durante a vigência das ditaduras de segurança nacional, especialmente entre 1976 e 1988.

Estamos falando, em ordem cronológica de constituição, da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul - Grupo Clamor, em São Paulo e do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina - CBS, também em São Paulo. Buscaremos demonstrar, também, o ecletismo e o ecumenismo presentes nesses grupos e redes, com as destacadas participações

[159] O World Refugee Survey - ONU de 1980 calculou a diáspora latino-americana na década de 1970 em mais de 500.000 de deslocados. No Cone Sul, os maiores produtores de exilados foram Argentina, Uruguai e Chile, por motivos políticos e econômicos. Apud em ROCHA, Jan - *Solidariedade Não Tem Fronteiras; a história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras sul-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor.* São Paulo: Outras Expressões. 2018. p. 24.

das igrejas cristãs, a católica e as protestantes, representadas, por exemplo, na figura de expoentes como os Cardeais Arcebispos do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns e do Reverendo Presbiteriano Jaime Wright.

E também de que forma a dicotomia clero progressista - clero conservador, presente na alta hierarquia da Igreja Católica Brasileira e de algumas denominações protestantes, condicionou as ações de acolhimento e de proteção dessas instituições, por meios próprios ou em colaboração com outras entidades humanitárias, no trabalho de solidariedade aos exilados e refugiados. A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, o Clamor e o CBS surgiram na segunda metade da década de 70, respectivamente em 1976, 1978 e 1980, época em que o Brasil vivenciava um tortuoso processo de abertura política, iniciada ainda em 1974, com o governo do general Ernesto Geisel. Formulada pelo General Golbery do Couto e Silva (1911-1987), chefe do gabinete civil da presidência, a abertura pretendeu "lenta gradual e segura", numa ótica tutelada, sendo incapaz de controlar as forças sociais que irromperam no cenário político brasileiro, especialmente a partir da vitória da oposição consentida, o Movimento Democrático Brasileiro- MDB, nas eleições legislativas de 1974, que obteve, em termos absolutos, mais votos do que o partido de sustentação da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional - ARENA. Nesse contexto histórico, o movimento estudantil e as organizações operárias mostraram capacidade de reorganização, especialmente através das mobilizações de rua organizadas pela União Nacional dos Estudantes -UNE, e por intermédio do movimento grevista no ABC paulista, fortalecendo a pressão política contra a ditadura e a própria campanha que culminou com a vitória da anistia geral e irrestrita.

A anistia possibilitou, a partir de 1979, o regresso ao país de centenas de exilados políticos, contribuindo para a gradual retomada da participação política e cidadã dos brasileiros, o que se materializaria mais amplamente com o restabelecimento do quadro pluripartidário do início dos anos 1980.[160]

A despeito dos impasses e das tutelas inerentes a esse processo de abertura[161], outra significativa via de luta política recuperada pela cidadania foi se consolidando, de maneira paulatina, com o abrandamento da censura sobre os meios de comunicação e a gradativa retomada da liberdade de imprensa.

---

[160] SADER, Emir. *A Transição no Brasil*. São Paulo: Atual, 1990. pp. 28 a 34.

[161] O Pacote de Abril de 1977, baixado pelo Executivo, voltaria a fechar o Congresso, incluindo a outorga de mandatos biônicos para parlamentares, governadores e prefeitos.

Muitos dos militantes e colaboradores dos Grupos Clamor e CBS já estavam empenhados nessas lutas da sociedade civil brasileira pela restauração da democracia e das liberdades, especialmente na campanha que aglutinou diversas dessas forças, a da Anistia. Os primeiros Comitês Brasileiros Pela Anistia – CBA, que foram organizados no Rio de Janeiro e em São Paulo, ainda em 1978, começaram a surgir em seguida por diversos estados da federação.

Os integrantes do CBA-SP constituíram uma base expressiva de fundadores tanto do Grupo Clamor quanto do CBS, especialmente desse último. Um aspecto singular que constatamos ao longo da pesquisa e das entrevistas com os protagonistas foi a circulação dos militantes em torno dessas Redes.

Isso verificava-se especialmente na relação entre o Grupo Clamor e o CBS, que independente de terem realizado muitos atos e campanhas em conjunto, compartilhavam alguns dos mesmos militantes. Uma dupla militância, que muitas vezes ocorreu de forma concomitante e, sobretudo, colaborativa. E foi justamente nesse contexto histórico que surgiram as redes de solidariedade brasileiras aos exilados e refugiados, quando as ditaduras de segurança nacional do Cone Sul praticavam da maneira mais brutal a repressão política e a guerra suja, impelindo milhares de seus cidadãos e cidadãs ao desterro, ao exílio.

## 3.1 A Igreja Católica na época da ditadura: clero progressista x clero conservador

Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Eugênio de Araújo Sales foram participantes ativos do histórico Concílio Vaticano II (1962-1965)[162], vivenciando as discussões sobre qual deveria ser o papel e a atitude da Igreja Católica Apostólica Romana no mundo após a Segunda Guerra Mundial. Um mundo, sem precedentes históricos, profundamente transformado nas esferas política, econômica, social, cultural, científica e tecnológica. Esses dois religiosos presenciaram a ascensão de uma Igreja que optou em se abrir ao mundo secular e não mais se fechar em si mesma, exclusivamente sobre seus dogmas e tradições milenares. Eles testemunharam o profundo impacto do Concílio sobre o episcopado latino americano, motivando duas marcantes Conferências Episcopais Latino Americanas –

[162] Convocado pelo Papa João XXII e concluído pelo Papa Paulo VI, estendeu-se de 11 de outubro de 1962 a 08 de dezembro de 1965.

CELAM s, que reorientariam radicalmente a doutrina social da igreja no continente: a de Medellín (Colômbia,1968) e de Puebla (México, 1979).

A partir de Medellín, os religiosos supracitados viram surgir no Brasil e na América Latina a *Teologia da Libertação*, uma inovadora corrente teológica, proclamando que o evangelho exige uma opção preferencial pelos pobres (o que seria oficialmente formalizado em Puebla) e conclamando à reorientação de uma Igreja com atuação exclusivamente pastoral que, alicerçada nas escrituras, atue politicamente na transformação da realidade social e econômica do subcontinente latino americano.[163]

Nas duas décadas posteriores à Conferência de Medellín, a Teologia da Libertação, que pregava o diálogo com as ciências sociais e humanas na compreensão do mundo, passou a incomodar não apenas a ortodoxia da Cúria Romana, mas também a preocupar os grupos políticos conservadores e reacionários da América Latina. Era a época da Guerra Fria, de ameaça comunista, de vigência das ditaduras de segurança nacional no Cone Sul. E a emergência da Teologia da Libertação é fruto da onda de demandas culturais, políticas e sociais que explodiram na década de 60, no ocidente; por exemplo, com o movimento da contra cultura e as contestações de estudantes e trabalhadores ao sistema. Movimentos sociais que não deixaram de afetar o cristianismo e os cristãos abaixo da linha do Equador, conduzindo a uma atitude de engajamento social e político para a transformação social, à luz do evangelho:

> Católicos e protestantes parecem ter experenciado, no curto espaço de uma década, o deslocamento rápido de alguns dos seus mais importantes valores e sistemas de crença, profundamente interiorizados durante séculos. Intrinsicamente ligadas a palavras de ordem que pediam o fim do imperialismo, das guerras, das discriminações e invocam a liberdade, a solidariedade e a emancipação de todos os povos. As igrejas se viram invadidas por novas formas de vivenciar a fé, novas noções de pecado, novos ritos e cerimônias, que subentendiam convicções e atitudes religiosas e políticas igualmente novas. Longe de permanecer reclusa em ambientes privados, a religião demonstrava, então, sua força e influência pública, apresentando-se como instância de crítica e alternativa às ideologias liberal-capitalista e comunista [...] As instituições religiosas emergiram novamente, nesse contexto, manifestando sua preocupação profunda e sincera com o revigoramento da mensagem cristã, pela vivência integral, individual e comunitária do seu significado, que deveria ser absorvido como uma ética corrente capaz de reger a conduta do fiel na vida pública, assim como na vida privada, pronto a orientar o envolvimento

[163] VIEIRA, Jessie Jane. *Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil.* Passagens: Revista de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 3, n. 2, maio/agosto 2011, p. 209 e ROCHA, 2018. pp. 146-147.

> social e político que a partir de então, progressivamente iria tomar conta das Igrejas nas décadas seguintes.[164]

Tais discussões passaram a fazer parte da realidade de muitas paróquias latino-americanas, atingindo as hierarquias cristãs, especialmente na esfera da Igreja Católica, dentro da dicotomia que se estrutura entre o que nessa época passa a ser conceituado como *clero conservador e clero progressista*. Este passou a valorizar temáticas centradas na teoria da dependência capitalista e também a fazer uma autocrítica em como ser cristão em um continente de empobrecidos'. Explicitou, assim, a então estrutural concentração de renda e as brutais desigualdades sociais, que afetaram política e simbolicamente a Igreja Católica em suas bases latino americanas.

Uma revolucionária proposta de renovação eclesial que encontra seus antecedentes mais profundos em meados do século XX:

> Articulados, vários movimentos eclesiais prepararam logo no pós guerra uma renovação dos principais círculos teológicos europeus que abriram caminho para que os cristãos pudessem, alguns anos mais tarde, reler o papel institucional e social das igrejas, sobretudo nos países do chamado Terceiro Mundo. Conceitos como opressão, dependência e revolução foram, assim, sendo incorporados ao vocabulário religioso, permitindo que padres, pastores e grupos leigos unissem, aos poucos, a reflexão sobre os Evangelhos à leitura de obras de Karl Marx, Sigmund Freud, Jean-Paul Sartre, Mao Tsé-Tung e George Lukács.[165]

Então, a Igreja Igreja Católica Apostólica Romana é identificada, historicamente, com as estruturas de poder e com o próprio Estado. Ela viu nascer dentro de seu maior rebanho, a América Latina, um 'cristianismo de libertação', uma esquerda católica. Nesse contexto a Igreja Católica brasileira passou experimentar um embate entre esses seus atores progressistas e conservadores.

Paulo César GOMES, estudioso do período da ditadura civil-militar brasileira, resgata algumas nuances das relações entre a Igreja e o Estado, seus embates a partir da radicalização da repressão e as origens do conceito de clero progressista:

> As leituras que vinculam a atuação da Igreja Católica na década de 1970 à oposição ao regime militar (1984-1985) são predominantes na imprensa e em grande parte nos trabalhos acadêmicos. De fato, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) teve um papel fundamental na contestação ao arbítrio dos governos militares, sobretudo após 1968. Depois do fechamento do regime, a partir do AI-5, a Igreja Católica tornou-se, em certa medida, um dos poucos espaços que permitiam o

---

[164] SILVEIRA, Diego Omar. *Das Catacumbas: os homens da Igreja e a renovação do catolicismo durante a ditadura civil-militar no Brasil*. p.9. In: CORDEIRO, Janaína Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *À Sombra das ditaduras*; Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

[165] Ibid., pp.39-40.

> exercício de uma resistência democrática. No entanto é preciso chamar atenção para algumas nuanças que marcavam as relações entre a Igreja e o Estado brasileiro naqueles anos. Se o apoio que membros da hierarquia católica deram ao golpe tendeu a se desvanecer com o passar dos anos, não há dúvida de que alguns deles continuaram sustentando o regime ao longo de toda sua duração. Por outro lado, alguns integrantes do episcopado tiveram importância fundamental na oposição ao regime militar. Bispos como dom Helder Câmara, dom Paulo Evaristo Arns, dom Ivo Lorscheider, dom Waldyr Calheiros, dom Pedro Casaldáliga, entre outros, adotaram estratégias de atuação, que iam da denúncia da tortura no Brasil e no exterior até o uso de sua força simbólica na defesa de presos políticos ou mesmo dos direitos dos povos indígenas. O fato de a religião católica ser aquela com maior número de fiéis no Brasil e estar presente em todo território nacional e de atingir todas as camadas sociais, somado a existência de uma união histórica entre Igreja e o poder temporal no país, não impediu que determinados bispos fossem acusados de subversão e, em consequência, perseguidos pelos órgãos repressivos. Contudo, mesmo que tais bispos fossem extremamente visados pelos órgãos de informação, não podiam ser tratados pela polícia política da mesma maneira que outros 'inimigos' do regime, já que contavam com o grande prestígio natural que sua posição lhe conferia. Com o passar dos anos, a atuação desses bispos ensejou que vários setores, inclusive os militares, os rotulassem de 'bispos progressistas', personagens fundamentais para a construção da memória prevalecente sobre o período, segundo o qual a Igreja Católica teria sido grande opositora da ditadura militar.[166]

Todavia, tal conceituação dicotômica mostra-se ambígua se considerados os condicionantes políticos, culturais e, sobretudo, doutrinários e dogmáticos. Quais os parâmetros, à época do regime ditatorial, para essa categorização? Pelo senso comum, o clero seria sempre uma instituição conservadora, pelas suas seculares ligações de dependência e de legitimação de governos.

É emblemático destacar que, nos dias posteriores ao exitoso golpe civil militar de 31 de março de 1964, vinte e seis bispos, por intermédio da CNBB, foram signatários de uma carta que saudava a chamada revolução redentora e os militares, agradecendo aos mesmos por terem salvo o país da ameaça comunista.

Retomando aos conceitos de conservador e progressista, biograficamente constrangedor para Dom Paulo Evaristo Arns, o mais celebrado dos bispos progressistas, que se insurgiram contra o regime militar, foi o fato de ele ter saído de Petrópolis (31 de março de 1964) para abençoar[167], em trânsito, as tropas. Tais militares vieram de Juiz de Fora, sob o

---

[166] GOMES, Paulo Cesar- *Os Bispos católicos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014. pp. 1-2.

[167] Em um trecho do documentário *Muros e Pontes: memória protestante na ditadura*, realizado em 2014 pela Koinonia Presença Ecumênica e Serviço e pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Dom Paulo Arns faz uma autocrítica sobre a sua participação e da Igreja no apoio ao movimento de 1964, sintomaticamente chamado por ele com "revolução".

comando do General Olímpio Mourão Filho[168], para tomar a Guanabara e destituir João Goulart. Um comportamento político e pastoral que, por exemplo, esgarça as balizas do que seria progressismo no contexto de um golpe civil militar, em plena Guerra Fria, que derrubou um presidente legalmente constituído, sob o pretexto de um pretenso perigo de implantação de um regime comunista no Brasil.

Na prática, a adoção de uma postura dita progressista desse ícone da Igreja no combate à ditadura não se dá, em si, nos primeiros anos após a ruptura institucional de 1964, que, pela postura aludida, foi entendida como necessária para salvar o país de uma ideologia vista como exótica e autoritária. É somente a partir da implementação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e a consequente radicalização política e ideológica do regime ditatorial, com a disseminação da violência repressiva à luta armada oposicionista e aos dissidentes em geral, atingindo inclusive membros do próprio clero, que ocorre a mudança de perspectiva e de ação de Dom Paulo Evaristo Arns.

Gomes ratifica as contradições e as dificuldades para uma utilização não crítica desses dois conceitos vinculados ao clero católico brasileiro em tempos de Guerra Fria:

> não houve homogeneidade na atuação dos bispos católicos durante o regime, nem mesmo entre os chamados progressistas. Entre o apoio de alguns e a oposição de outros, haviam muitos matizes. Diversas eram as questões que particularizavam o posicionamento dos bispos em face dos militares. Não há como entender as relações entre as duas instituições como uma simples contraposição entre o Estado que reprime e a Igreja que resiste. Então, apesar dos conflitos envolvendo Igreja e Estado, a ruptura total entre eles nunca ocorreu. Houve várias ocasiões de diálogos e, portanto, de tentativa de manutenção dos vínculos que haviam construído ao longo da história[169].

Jesse J. Vieira compartilha dessa visão, uma vez que:

> [...] ancorada em senso comum, que divide os bispos em campos opostos como se existissem protagonismos pessoais que se sobrepusessem aos interesses institucionais. E aqui surge outro problema que é o de tomar tais bispos como pessoas e não como representantes da institucionalidade católica. Ainda que tenham tido pertencimentos a correntes diferentes e que disputassem internamente diferentes projetos pastorais, isso não quer dizer que tivessem antagonismos essenciais em relação às suas lealdades institucionais.[170]

Apesar do reducionismo inerente à tal conceituação, optaremos, em função da ausência de uma melhor categorização, pela manutenção de tais definições ao longo da

---

[168] Olímpio Mourão Filho (1900-1972), General do Exército brasileiro, integralista no Estado Novo e combatente da FEB na Segunda Guerra Mundial, é considerado o "detonador" das operações militares de avanço rebelde que redundaram na tomada da Guanabara e no golpe civil militar de 31 de março de 1964.

[169] GOMES, op. cit., p.3.

[170] VIEIRA, op. cit., pp. 205-206.

presente tese. E foram as duas mais importantes Arquidioceses do país: a do conservador Dom Eugênio Sales e a do progressista Dom Paulo Arns. Ambas desempenham um papel determinante para o estabelecimento de uma representação do ACNUR no Brasil. Este estabelecimento ocorreu a partir da atuação da Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), que orienta a CNBB na formalização da solicitação junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Destaque-se que até aquele momento, o ACNUR tinha apenas um escritório na América do Sul, sediado em Buenos Aires.

Foi a crise dos exílios massivos e seriais que motivou a abertura de novos escritórios em Lima e San José e subescritórios em Santiago e no Rio de Janeiro.[171] Seus principais fatores os golpes militares no Chile e Uruguai, em 1973, a ruptura institucional argentina de 1976, a ação repressiva do Plano Condor. Já que os Estados receptores de estrangeiros em trânsito foram incapazes de assimilar o fluxo contínuo dos mesmos, foi necessária a abertura de escritórios da ACNUR. A efetivação do escritório na cidade do Rio de Janeiro ocorreu não sem controvérsias entre a representação do ACNUR de Buenos Aires e o Estado brasileiro, representado pela Polícia Federal e pelo Ministério da Justiça:

> A abertura do escritório (no Rio de Janeiro) é creditada a um acordo verbal e informal entre o órgão da ONU e o governo brasileiro**.** As ponderações feitas pelo Alto Comissariado expressavam o desejo de revisão pelo governo da opção pela reserva geográfica prevista para a Convenção de 1951 e para o Protocolo de 1967, além do exame sobre a possibilidade de permitir a permanência no país aos refugiados que manifestassem esse interesse. A reconsideração da reserva geográfica foi prontamente rejeitada pelo lado brasileiro, que reiterou as bases puramente humanitárias de sua colaboração no tratamento da questão, já que não há "compromisso jurídico que o obrigue a reconhecer a proteção concedida pelo ACNUR". A permanência em território nacional não foi vetada, mas se esclareceu sobre a necessidade de ser orientada pelo processo previsto na legislação brasileira sobre estrangeiros. As alternativas elencadas àqueles que assim desejassem proceder previam a solicitação da transformação do visto de turista em visto permanente ou requisição formal da concessão de asilo político. Para todos os casos, explicitava-se a autoridade do Estado brasileiro para decidir conforme lhe conviesse." [172]

Para o governo ditatorial brasileiro, a recepção dessa massa de exilados sul-americanos e a possibilidade de concessão de refúgio ensejavam uma espécie de armadilha, pois concedia materialidade à circunstância da perseguição política e ideológica aos dissidentes. Isso

---

[171] Segundo ROCHA, Jan- Solidariedade Não Tem Fronteiras; a história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras sul-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor. São Paulo: Outras Expressões, 2018, p. 30, calculava-se entre 200 mil a 400 mil o número de exilados/refugiados no Brasil à época, entre reconhecidos e clandestinos, legais e ilegais.

[172] CAMPANHOLO, Bárbara Geromel. Antes do refúgio: a história não contada da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (1976-1982). 2018. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói. pp. 99-100.

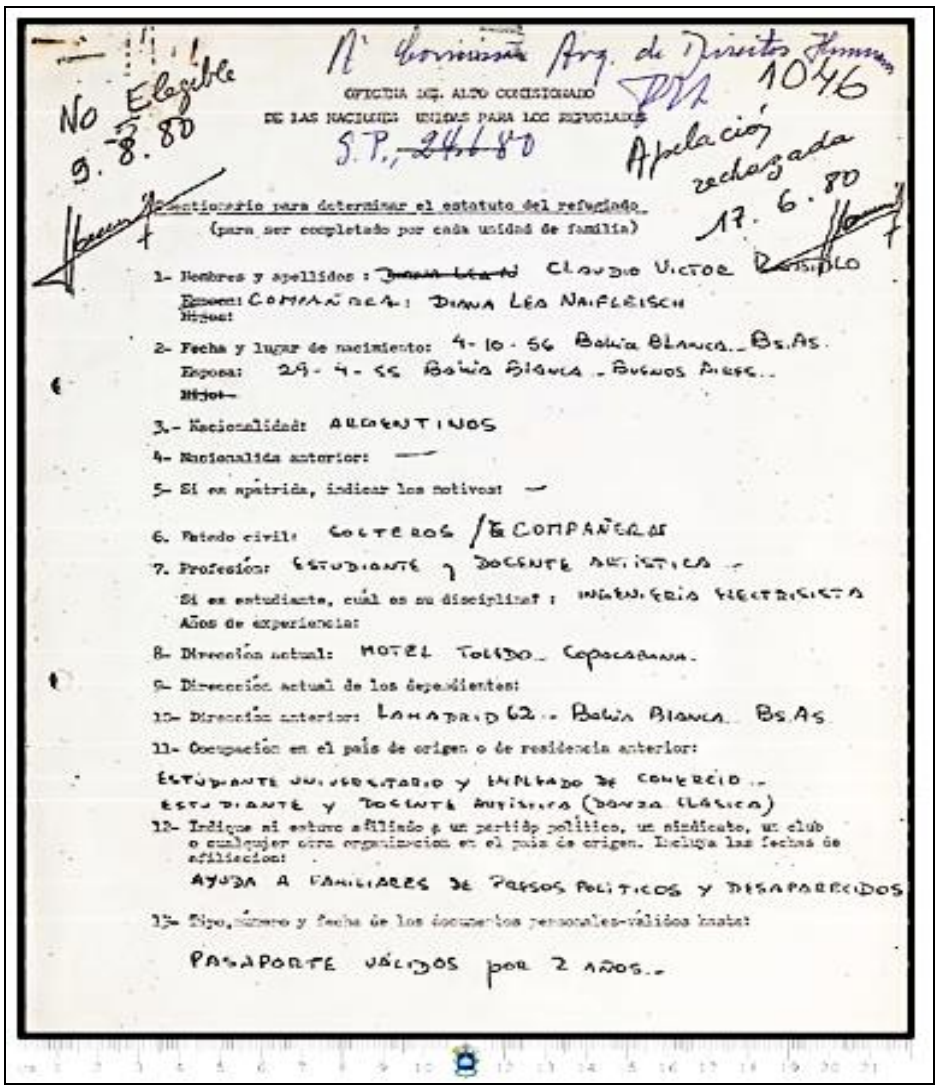
constrangia o governo internacionalmente e em meio aos regimes de segurança nacional congêneres e aliados no plano repressivo continental, pois:

> Ademais, os representantes do governo deixavam clara a reticência quanto ao processo de concessão de refúgio aos exilados sul-americanos, adotando uma posição esquiva que evidenciava a discordância ante a ideia de perseguição de pessoas pelos regimes vizinhos e ideologicamente conexos. O critério fundamental previsto pela Convenção de 1951, principal instrumento normativo da condição de refugiado, é, justamente a perseguição. Validar tal processo implicaria reconhecer a ação repressiva dos governos com que se mantinha estreita relação e afinidade ideológica, reforçando o supramencionado contrassenso entre os fluxos de estrangeiros que adentravam o país motivados pela violência nos países de origem e o de nacionais que deixavam o território pela mesma razão. Dentro deste espectro acordou-se com o Alto comissariado "que seria conveniente evitar qualquer publicidade sobre o assunto e que os representantes do ACNUR deveriam abster-se de contatos imprudentes e indesejáveis."[173]

Contatos indesejáveis eram, na ótica do governo brasileiro e do ACNUR, a recepção de militantes ligados à luta armada. De fato, o Alto Comissariado tinha uma conduta clara acerca de qualquer solicitação de refúgio sob seu mandato de cidadão que tivesse associado à luta guerrilheira ou a ações de terrorismo em seus países de origem, pois "não aceitava pessoas que fossem participantes de grupos armados. Daí a necessidade de submeter aos postulantes de refúgio um questionário preliminar, no intuito de analisar criteriosamente tal pedido (Fig.1).

[173] Ibid., p.100.

Figura 1



OFICINA DEL ALTO COMISIONADO
DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS

Cuestionario para determinar el estatuto del refugiado
(para ser completado por cada unidad de familia)

1- Nombres y apellidos : CLAUDIO VICTOR
Esposa: COMPAÑERA: DIANA LEA NAIFLEISCH
Hijos:

2- Fecha y lugar de nacimiento: 4-10-56 Bahia Blanca. Bs.As.
Esposa: 29-4-55 Bahia Blanca - Buenos Aires
Hijos:

3- Nacionalidad: ARGENTINOS

4- Nacionalidad anterior: —

5- Si es apátrida, indicar los motivos: —

6. Estado civil: SOLTEROS / E COMPAÑERAS

7. Profesión: ESTUDIANTE y DOCENTE ARTISTICA

Si es estudiante, cuál es su disciplina? : INGENIERIA ELECTRICISTA
Años de experiencia:

8- Dirección actual: HOTEL TOLEDO. Copacabana.

9- Dirección actual de los dependientes:

10- Dirección anterior: LAMADRID 62 - Bahia Blanca. Bs.As

11- Ocupación en el país de origen o de residencia anterior:

ESTUDIANTE UNIVERSITARIO Y EMPLEADO DE COMERCIO -
ESTUDIANTE Y DOCENTE ARTISTICA (DANZA CLASICA)

12- Indique si estuvo afiliado a un partido político, un sindicato, un club o cualquier otra organización en el país de origen. Incluya las fechas de afiliación:

AYUDA A FAMILIARES DE PRESOS POLITICOS Y DESAPARECIDOS

13- Tipo, número y fecha de los documentos personales válidos hasta:

PASAPORTE VALIDOS por 2 AÑOS.-

No Elegible 9-8-80

N° Comisión Arg. de Derechos Humanos 1046

S.P. 2446/80

Apelación rechazada 17.6.80

Depois, a organização procurava asilo[174] para eles, geralmente em países europeus.[175] E o governo brasileiro não reconhecia os exilados do Cone Sul como refugiados políticos, abstendo-se assim de qualquer responsabilidade sobre essas pessoas. Era comum nas conversas de bastidores com os representantes do Alto Comissariado ouvir que o problema era da ONU.

Em nome da segurança nacional e da imagem interna e externa do Brasil, o regime externava que seria bom que não criassem problemas, que saíssem logo do país,

[174] Apesar de empregados por vezes genericamente como sinônimos, há uma diferença significativa entre a condição de refugiado e de asilado. O refugiado é um indivíduo que goza da proteção da ONU- ACNUR, que o reassenta em um novo país, sendo que este assume obrigações internacionais de acolhida ao refugiado. Já o asilado é aquele que se beneficia da recepção de um Estado nacional acolhedor, em um território sob sua jurisdição, a partir de um ato discricionário.

[175] ROCHA, op. cit., p.25.

preferencialmente reassentados em outro país sob responsabilidade do ACNUR. O que não significa que esses exilados não fossem monitorados. Coube ao Centro de Inteligência do Exército (CIE) propor uma medida das mais radicais:

> Entre as medidas sugeridas pelo órgão (CIE) estavam previstas: o confinamento em um único local, custeado pela ONU, e cujo endereço seria fornecido às autoridades competentes para assim ter assegurado o maior controle e fiscalização do grupo; a apresentação em até 24h ao Departamento de Polícia Federal para fichamento; a fixação de um prazo de 30 dias para a saída do país sob pena de deportação sumária; e o acompanhamento das atividades dos refugiados pelos Órgãos de Segurança, que cuidariam para que não ocorresse o abandono do local de confinamento, além de fiscalizar suas bagagens no momento de deixar o país. O CIE lembrava ainda a possibilidade do governo em se negar a receber os refugiados, passando a estar "em consonância com os aspectos jurídicos em vigor", em alusão à obrigação assumida apenas com os refugiados europeus. Nesse sentido seria estabelecido um prazo para suspensão das atividades do ACNUR no Brasil.[176]

Apesar das sugestões da inteligência do Exército para uma descontinuidade das atividades do ACNUR no país, a agência das Nações Unidas gradativamente foi ganhando espaço e estruturação no Brasil, a despeito da vigilância e da desconfiança do regime, como já mencionamos. E, ainda porque a questão do exílio e do refúgio continuava latente na esfera pública internacional, sendo o Brasil um palco expressivo de sua manifestação.

Funcionando desde 1977 com seu escritório alocado na sede do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), no Rio de Janeiro, o ACNUR, em 1980, desloca-se para uma sede própria, no bairro de Botafogo. Em 1982, o governo reconheceu oficialmente a presença do ACNUR em território brasileiro, até então funcionando por intermédio de um acordo informal entre as partes, em escritório próprio, desvinculado do PNUD, porém ainda submetido ao gabinete regional de Buenos Aires.

## 3.2 Dom Eugênio Sales e a Rede Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro

> "Pela lei dos homens não posso fazer. O governo é contra isso. Mas pela lei do meu Deus eu tenho que fazer isso. Eu opto pela lei de Deus. Vamos fazer um trabalho organizado. Vamos abrir as portas. Pode receber". (Dom Eugênio Sales, ao decidir acolher e ajudar os exilados do Cone Sul no Palácio São Joaquim, em 1976)

Sem dúvida o Cardeal Dom Eugênio Sales (1920-2012) não era visto como um expoente dos direitos humanos. Esta deferência sempre esteve associada aos progressistas

[176] CAMPANHOLO, op. cit., p. 112.

Dom Hélder Câmara (1909-1999)[177] e Dom Paulo Evaristo Arns[178], que construíram esta reputação no Brasil e no exterior denunciando o arbítrio e os crimes do regime militar brasileiro, a partir de 1968, com a radicalização advinda com o AI-5. Reputação que se espraiou pela América Latina e pelo mundo ao promoverem a denúncia do terror de estado que se alastrou pelo Cone Sul a partir de 1973 com os golpes civis-militares no Uruguai e no Chile, apoiando e protegendo exilados e refugiados que transitaram em fuga pelo Brasil.

Dom Hélder Câmara, então o Cardeal brasileiro de maior representatividade internacional, praticamente um embaixador na questão dos direitos humanos, era chamado pela ditadura brasileira de arcebispo vermelho. Suas célebres entrevistas no exterior causavam ira ao regime brasileiro e constrangiam os outros ditadores sul americanos.

O conservador e controvertido Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns também incomodou, em vários momentos, o regime ditatorial com as suas críticas, denunciando, por exemplo, episódios de violência política do governo e a situação de degradação dos presos políticos brasileiros e, ainda, especialmente através do apoio ao Grupo Clamor na realização do *Projeto Brasil Nunca Mais*.

Naqueles tempos de Guerra Fria, de acentuada radicalização e polarização ideológica, com o Cone Sul infestado de ditaduras de segurança nacional, predominava na esquerda da Igreja Católica brasileira e na sociedade em geral a visão do Cardeal Dom Eugênio Sales como um arraigado conservador. E também identificado como amigo da ditadura, uma vez que, por ser "conhecido como um anticomunista radical, Dom Eugênio era considerado de confiança pelos militares, em contraste com o Cardeal de São Paulo, Dom Paulo, cujos contatos com os militares estavam longe de serem cordiais." [179] Inclusive suscitando percepções de contemporâneos de que teria até se calado em relação às violações e aos crimes do regime de exceção brasileiro:

---

[177] Dom Hélder Pessoa Câmara (1909-1999), cearense de Fortaleza, foi um dos maiores expoentes da Igreja Católica brasileira no século XX. Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro e Arcebispo Emérito de Recife e Olinda. Destacou-se pela intensa dedicação as causas sociais e dos direitos humanos, pregando uma igreja simples e voltada para os pobres, dinamizando as famosas Comunidades Eclesiais de Base – CEB s. Foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, sendo indicado quatro vezes ao Prêmio Nobel da Paz.

[178] Dom Paulo Evaristo Arns, Frade da Ordem Franciscana, nascido em 1921, na cidade de Forquilinha, em Santa Catarina, foi outro ícone da Igreja Católica do Brasil. No período em que esteve à frente da arquidiocese de São Paulo (1970-1998) dedicou-se às Pastorais de cunho social, como a operária e a da moradia. Defensor intransigente dos direitos humanos, foi a "voz" de diversos presos políticos brasileiros e sul americanos. Criou a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e integrou o Grupo Tortura Nunca Mais.

[179] ROCHA, op. cit., p.26.

> Existem inúmeros depoimentos de familiares dos presos políticos que afirmam que, por serem católicos, haviam procurado o Cardeal para localizar seus entes ou até mesmo para pedir que lhes ajudasse de alguma maneira. Segundo a maioria destes depoimentos, o Cardeal foi indiferente aos seus sofrimentos e muitas vezes não os recebia. Durante a campanha pela anistia, houve inúmeras tentativas de aproximação com o Cardeal, que sempre se recusava a receber os familiares ou intransigente dos direitos humanos, foi a "voz" de diversos presos políticos brasileiros e sul americanos. Criou a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e integrou o Grupo Tortura Nunca Mais aqueles que buscavam uma palavra de apoio àquele movimento. E interessante ressaltar que foi exatamente neste período que a CNBB se pronunciava pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, campanha que empolgava setores importantes da sociedade brasileira.[180]

A presente tese busca contribuir com um novo aporte à historiografia política brasileira e sul-americana, mais especificamente à produção referente à condição exilar no Brasil e no Cone Sul, recuperando memórias e histórias de pessoas reais, tragadas pela violência das ditaduras e ainda de dezenas de outras que militaram politicamente em solidariedade e acolhimento às mesmas.

Discutiremos as interpretações dominantes que situam Dom Eugênio de Araújo Sales como um ator insensível e omisso em relação ao terror de estado e à violência perpetradas pelas ditaduras brasileira e sul americanas. E até de atuar como um estreito colaborador da ditadura brasileira.

Tentaremos, também, demonstrar a expressiva e pouco conhecida contribuição do Cardeal fluminense na defesa dos direitos humanos no âmbito brasileiro e do Cone Sul. A despeito da autodeclarada ortodoxia doutrinária e da contundente negação ao marxismo, Dom Eugênio Sales, à época se definiu, singelamente, como uma "unanimidade desfavorável". Ele e os seus colaboradores, religiosos e leigos, organizaram, de maneira silenciosa, a partir do Palácio São Joaquim[181], uma eficaz e bem estruturada rede de acolhimento, proteção e de solidariedade, constituindo-se, pioneiramente, no primeiro serviço sistematizado de atendimento ao refúgio no país.

Estima-se que, de 1976 a 1983, acolheu e salvou aproximadamente cinco mil exilados e ou refugiados[182], principalmente argentinos, o maior contingente de expatriados em trânsito

---

[180] VIEIRA, op. cit., p.214.

[181] Situado na Rua da Glória nº 446, era o escritório e residência do Arcebispo do Rio de Janeiro, apesar dos aposentos do Sumaré. Naqueles 'anos de chumbo', este foi um dos endereços que mais circularam pelas cadeias do Cone Sul, sendo a esperança para muitos perseguidos políticos. Era praxe Dom Eugênio e seus colaboradores atenderem os exilados e refugiados nos jardins e no pátio interno.

[182] Esta estimativa é fornecida pelo jornalista José Casado, que ao longo de março de 2008 publicou no *Jornal O Globo* uma série de reportagens resgatando a até então desconhecida trajetória de acolhida e proteção aos exilados do Cone Sul empreendida pelo Cardeal Dom Eugênio Sales e a Cáritas entre as décadas de 1970-1980. É interessante destacar que o jornalista teve acesso à época ao valioso arquivo de fichas manuscritas produzidas

pelo Brasil, além de cidadãos chilenos, paraguaios e uruguaios, das mãos assassinas daquelas ditaduras e das garras da Operação Condor.

É significativo registrar a tradição da Igreja Católica Apostólica Romana no trabalho com os refugiados. Há um consenso que ao longo de praticamente todo século XX ela desempenhou o papel de grande operadora do refúgio no Brasil e no mundo, não apenas pelos seus evidentes fundamentos cristãos e humanitários, mas pela própria ausência de uma legislação nacional de amparo à questão, que só veio a se concretizar com a promulgação da Lei 9.474/97. Campanholo, em sua original dissertação de mestrado, resgata essa longa tradição:

> A Igreja possui um longo passado de atuação frente às questões sociais, assumindo para si a responsabilidade no suporte e assistência às pessoas em situações vulneráveis, como quando enfermas, abandonadas e diante da pobreza extrema. Neste sentido, estimula a formação de obras beneficentes e assistenciais, coordenando-as segundo os preceitos da sua doutrina social. Destaca-se aqui a experiência da Cáritas, cujo trabalho junto aos refugiados remonta à origem da problemática. [...] A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro foi a primeira entidade a desenvolver um serviço formal e sistematizado de atendimento a refugiados, essencialmente criado para os perseguidos do Cone Sul. O objetivo naquele momento era amparar aqueles que a procuravam enquanto aguardavam o processo de reassentamento em um terceiro país movido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas, já que a legislação brasileira não previa a concessão de refúgio àqueles que não fossem europeus.[183]

Um episódio ilustra de maneira sintomática a prevalência dessa visão negativa acerca de Dom Eugênio. Na manhã de 06 de agosto de 1979, a rotina do Consulado da Suécia na cidade do Rio de Janeiro é subitamente alterada. Iniciam-se momentos de tensão, que se prolongariam pelos cinco dias seguintes.

Dez exilados políticos do Cone Sul (sete chilenos, dois argentinos e uma uruguaia, com três crianças) invadem subitamente a representação diplomática nórdica[184], situada na Praia do Flamengo, anunciando a ocupação do prédio e proclamando uma série de reivindicações de cunho político, inerentes à condição de expatriados.

---

pelos colaboradores da Cáritas. Nelas registravam em código as informações vitais dos exilados/refugiados (cada indivíduo ou família era um "caso nº x") que buscavam ajuda no Palácio São Joaquim. Arquivos que nós e outros historiadores temos buscado ao longo dos últimos anos, sem sucesso. Na referida busca, tivemos como última e frustrada informação por parte de funcionários da Mitra que este esse acervo teria ido para o escritório regional da Cáritas de Buenos Aires, o que não se confirmou. As reportagens no *O Globo* intitulou-se *O general do Papa.*

183 CAMPANHOLO, op. cit., pp. 17 e 45.

184 Depois de tensas negociações e pensando na segurança dos exilados, Dom Eugênio leva os mesmos para a sua residência no Sumaré, onde permaneceram até conseguirem um país para refúgio legal. Preocupado com a polícia argentina e a operação condor, organiza comboios, com o seu carro a frente, com a presença de jornalistas, escoltando os estrangeiros até praticamente ao avião. O Cardeal repetiria este gesto outras vezes até o início dos anos 1980.

Dizendo-se representante do grupo, o argentino Roberto Marenco[185] se apresenta como um representante da Frente de Refugiados Latino Americanos, denunciando publicamente a violenta repressão promovida pela ditadura militar de seu país aos companheiros militantes de esquerda e também aos dissidentes políticos de outras nações sul americanas, igualmente sob ditaduras.

Prontamente o Cônsul Geral Lennart Henings acionou Rolf Jenny, o então representante do escritório do ACNUR na cidade que, por sua vez, telefona ao Palácio São Joaquim, solicitando a mediação do Cardeal Dom Eugênio Sales na tensa situação política que se desenhava.

Dom Eugênio é logo rechaçado ao tentar um primeiro contato com os invasores: "Só aceitamos falar com Dom Hélder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns!"[186]. Nada que então causasse surpresa, uma vez que o Cardeal Sales era tido como um homem autoritário e de ferrenho posicionamento anticomunista. Por volta de maio de 2000, às vésperas do encerramento de seu mandato de Cardeal, Dom Eugênio passou a se pronunciar publicamente sobre o até então pouco conhecido trabalho que realizou, juntamente com a Cáritas Arquidiocesana, de acolhida a centenas de exilados sul-americanos que transitaram em fuga pelo Rio de Janeiro a partir de 1976.

E foram revelações surpreendentes, contrariando o senso comum da imagem de religioso dogmático e reacionário, construída ao longo de décadas, lançando luz sobre este capítulo do período ditatorial brasileiro e sul-americano, como em longa entrevista ao Jornal do Brasil.[187]

Nos anos seguintes e até o seu falecimento, em 2012, Dom Eugênio Sales, em outras oportunidades[188], publicizou as suas memórias daqueles anos de chumbo e do seu trabalho político-pastoral de ajuda aos expatriados e de defesa dos direitos humanos. A partir de então a visão dominante que rotulava Dom Eugênio como "amigo da ditadura" encontrou uma

---

185 Tempos depois do episódio da invasão ao Consulado sueco Dom Eugênio e seus colaboradores descobriram que Marenco era, na verdade, um agente da repressão argentina que conseguiu se infiltrar na comunidade de exilados cariocas. Conforme relatos dos próprios exilados, a estratégia de infiltração foi frequente durante aquele período.

186 Jornal *O Globo*, 02 de março de 2008. *O general do Papa*. Série de entrevistas com Dom Eugênio Sales, realizadas pelo jornalista José Casado.

187 *Jornal do Brasil*. 25 de maio de 2000. Entrevista a Fritz Utzeri.

188 Jornal *O Globo***.** 02 de março de 2008; 03 de março de 2008 e 10 de março de 2008. Ainda TV/vídeo: "Os refugiados e a ação de Dom Eugênio Sales". Entrevista a Christina Abelha / Ministério da Justiça e Luiz Fernando Godinho / ACNUR, 05 de setembro de 2010. Youtube; Programa Dossiê - Globo News. Rede Globo, outubro de 2010; Especial 90 anos de Dom Eugênio Sales – Rede Vida, 02 de novembro de 2010; Especial Cardeal Dom Eugênio Sales- Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, 15 de julho de 2012. Youtube.

oportunidade de crítica e de revisão. Esse trabalho humanitário, coordenado discretamente pelo Cardeal anticomunista, se estruturou com o apoio de vários colaboradores, individuais e institucionais, leigos e religiosos, nacionais e internacionais, constituindo uma operativa e eficaz rede ecumênica de proteção e solidariedade aos exilados e aos refugiados do Cone Sul.

"Era um conservador, mas íntegro". A frase foi proferida por um ex-preso político brasileiro, que conviveu com o Cardeal Eugênio Sales durante o período ditatorial, por ocasião das visitas do religioso ao cárcere, especialmente ao presídio da rua Frei Caneca, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Inspirado no texto bíblico de 2 Coríntios 12:15, o Cardeal Sales tinha como lema *impendam et superintender*. Em tradução ampliada significa "de muito boa vontade darei o que é meu, e me darei a mim mesmo pelas vossas almas, ainda que, amando-os mais, seja menos amado por vós". Bastante expressivo, se olharmos para a trajetória de quase sessenta anos de vida sacerdotal de Dom Eugênio e mais especificamente para a sua controvertida atuação política e pastoral durante o período ditatorial brasileiro, nas décadas de 70 e 80, atuando em Salvador e, sobretudo, no Rio de Janeiro.

Indiscutivelmente Dom Eugênio Sales foi estimado e respeitado por muitos leigos, fiéis e clérigos em seu serviço cristão, seja no Rio Grande do Norte, sua terra natal, onde se ordenou sacerdote em 1943, atuando até 1964, ou na Bahia, onde foi nomeado Arcebispo (1968) e ainda à frente da estratégica Arquidiocese do Rio de Janeiro (1971-2001). Respeitabilidade angariada em muitas iniciativas de repercussão na sociedade, por exemplo, quando atuou no pioneiro Banco da Providência, fundou as pastorais sociais, como a penal e a do menor e defendeu os moradores do morro do Vidigal contra a desenfreada especulação imobiliária que atingia a cidade.

Considerado o "Príncipe da Igreja brasileira", foi altamente prestigiado pelo Vaticano, onde ocupou diversos cargos[189]. Desfrutou de excelentes relações com todos os Pontífices durante quase cinquenta anos, especialmente com o Papa João Paulo II (1978-2005). Chegou, inclusive, até a ser cotado como candidato a Papa por ocasião da sucessão de João Paulo I. Todavia, no contexto de radicalização política e ideológica que a sociedade brasileira vivia,

[189] Entre outros, Membro nas comissões de elaboração dos Docuentos "*Gaudium et Spes*", "*Apostolicam Actuositatem*" e "*Inter Mirifica*" do Concílio Vaticano II (1962-1965); membro da Comissão Pós-Conciliar "De apostolatu laicorum" (1966); Membro do Sínodo dos Bispos (1980); representante nomeado pelo Papa; consultor da Pontifícia Comissão de "Justiça e da Paz"; presidente do Comitê de Promoção Humana (1967); consultor da Pontifícia Comissão para a América Latina (1967); membro do Conselho de Cardeais para as questões organizativas e econômicas da Santa Sé (1981); copresidente do Pontifício Conselho para a Cultura (1982); membro do Conselho para os Negócios Públicos da Igreja (1984).

especialmente no início da década de 1970, as visões e posições maniqueístas acentuavam-se. E, por que não dizer, também a prática de um certo patrulhamento, sobretudo sobre as figuras públicas e controversas como o Cardeal Sales, empreendido e cristalizado pela memória política e social de esquerda.

Quando confrontado politicamente sobre a questão social, o Cardeal não titubeou em expressar a sua fidelidade a "sã liturgia da Igreja Católica", ratificando que a preocupação com os desfavorecidos deveria se expressar através da fé e não pela ideologia política: "A Igreja deve se engajar nos movimentos sociais, na busca pela justiça social. A preocupação com o social precisa ser a luz do evangelho. Nós não somos políticos, mas presbíteros".[190]

Dom Eugênio era filho de seu tempo. Não abria mão de suas convicções no campo doutrinário e pastoral. Era um ortodoxo. Fiel aos Papas. E se manteve um conservador, de Pio XII (1939-1958) a Bento XVI (2005-2013). Marcou sempre a sua posição anticomunista e de crítica à utilização do marxismo e de suas categorias como ferramentas de apoio à teologia na leitura do mundo e na busca pela justiça social. Por diversas vezes afirmou que *o seu livro de doutrina era o evangelho.*

Mas nem sempre foi assim. Nascido em 08 de novembro de 1920, no pequeno município de Acari, no rio Grande do Norte, de formação Marista, chegou a ser chamado no início de seu percurso eclesiástico de "bispo vermelho" pela sua vanguardista e ousada atuação pastoral em Natal e no estado do Rio Grande do Norte, sobretudo no meio rural. Uma espécie de apostolado social.

Na década de 1950, o jovem Bispo de Natal, sagrado em 1953, vivenciava o gradativo processo de renovação da atuação da Igreja Católica no Brasil, direcionando-se mais intensamente para o trabalho social, saindo da sacristia e indo ao encontro do povo, com as "bênçãos" da CNBB, criada em 1952, com o seu apoio e sob a liderança de seu idealizador e Secretário Geral, Dom Hélder Câmara, amigo fraternal de Dom Eugênio.

Este vanguardismo materializou-se em ações de caráter assistencialista, como a construção de maternidades, passando por outras de cunho apostólico, exemplificadas na proposta de motorização do clero, levando o evangelho às populações dos rincões, além da tentativa de universalização da educação, organizando o Movimento de Educação de Base (MEB), cujo diretor foi o educador Paulo Freire, além das escolas radiofônicas para o meio rural.

---

[190] Depoimento de Dom Eugênio. Rede Vida de Televisão. Especial 90 anos de Dom Eugênio Sales. 02 de novembro de 2010.

Ações como essa última foram possibilitadas pelo amplo financiamento proporcionado pelo programa norte americano da Aliança Para o Progresso, que na prática queria evitar a 'cubanização' do campo brasileiro. Sua geração foi profundamente influenciada pelo ideário do nacional desenvolvimentismo e por pensadores como Celso Furtado.[191] Já a ousadia, na época das atuantes Ligas Camponesas do Nordeste, foi prestar o apoio na organização e atuação da Federação de Sindicatos Rurais, o que lhe valeu outra alcunha, a de Bispo do Nordeste. Para um de seus contemporâneos[192] "... foi ele que puxou o movimento social da igreja".

Um dos legados da ativa e polêmica atuação pastoral de Dom Eugênio, especialmente entre as décadas de 50 e 80, tempos de luta contra a ameaça subversiva, foi a construção de uma imagem revestida de controvérsia. Homem taciturno, de personalidade forte e, para alguns, autoritário, sempre expressou o seu posicionamento doutrinário e político de forma autêntica: fidelidade ao Papa e negação ao marxismo. Essa ambiguidade acompanhou Dom Eugênio Sales. Às vezes, porque gozava da intimidade do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, expoente civil da ditadura, com quem tomava banho de mar ou porque se recusava a celebrar missa em comemoração à edição do AI-5. Por desautorizar os Dominicanos de rezarem missas para as mães dos presos políticos brasileiros[193] ou por recusar uma medalha ofertada pelos militares. Proibindo a utilização da imagem do cristo redentor no desfile de uma escola de samba[194] ou advogando a atenção também para situação dos presos comuns e pobres.

Talvez a contenda que mais contribuiu para a consolidação de uma visão intolerante acerca do Cardeal Arcebispo tenha sido o embate, que se tornou público pela imprensa, com o maior expoente da teologia da libertação no Brasil, o teólogo franciscano Leonardo Boff, especialmente após a publicação do seu livro *Igreja, Carisma e Poder*, em 1981. Essa obra rendeu ao Frei Boff um processo na ultraconservadora Congregação da Doutrina da Fé, em

---

[191] VIEIRA, op. cit., pp. 207-208.

[192] Dom Waldir Calheiros (1923-2013), Bispo de Volta Redonda, Rio de Janeiro. Um dos maiores expoentes da ala progressista da Igreja Católica brasileira. Revista História Viva. Temas Brasileiros. Edição especial temática nº 2. 2010. p. 29.

[193] Dom Eugênio comentou que vetou a realização das missas para evitar confronto, provocação aos militares, o que, segundo ele, poderia fechar canais de diálogo e salvação de encarcerados e perseguidos.

[194] No carnaval de 1989, um dos carros alegóricos da escola de samba Beija Flor de Nilópolis, do famoso carnavalesco Joaozinho Trinta, levava uma escultura estilizada do "cristo redentor mendigo". Por considerar a utilização da imagem ofensiva aos católicos e, sem conseguir acordo com a agremiação, a Arquidiocese do Rio de Janeiro consegue decisão judicial proibindo a utilização da escultura. Trinta reage com criatividade, mantendo a escultura e o carro para avenida, cobrindo-a com uma lona preta, com a célebre inscrição "mesmo proibido, olhai por nós.

Roma, condenando-o, em 1985, ao silêncio obsequioso. Para a opinião pública carioca e a brasileira e, por que não dizer internacional, cristalizou-se a visão de que Dom Eugênio perseguiu e impôs a 'mordaça' ao Boff, o que foi negado a posteriori pelo Cardeal.[195]

Personagem que se auto definiu como uma "unanimidade desfavorável", inflexível na defesa dos princípios da Igreja Católica, que logo ao assumir a Arquidiocese do Rio de Janeiro, em 1971, se deparou com um abaixo assinado de aproximadamente 60 padres cariocas e fluminenses questionando a sua nomeação.

Este episódio relativo à sua assunção na Arquidiocese fluminense pode ser visto por um outro e polêmico ângulo, de nuances políticas:

> A indicação de D. Eugenio como Arcebispo do Rio de Janeiro se deu em meio a uma crise dentro da Igreja no Rio de Janeiro e a sua designação fora produto de um acordo da Nunciatura com os militares, que não admitiam que D. Helder Câmara, até então bispo auxiliar, fosse o sucessor de D. Jaime Câmara. A chegada do novo bispo havia causado mal-estar entre o clero, que nutria expectativa em relação a D. Helder e que já entendia que a Igreja tinha que se posicionar frente às crescentes violações dos direitos humanos, e, sobretudo, contra o modelo econômico.
> E foi em nome dessa colaboração que o arcebispo se manteve calado sobre as suas relações com o regime e em todas as ocasiões em que foi instado a se pronunciar não o fez. Seu apostolado no Rio de Janeiro foi marcado pelo sentimento de extrema obediência às autoridades e impôs essa concepção ao clero que, ao longo de todo o tempo, teve que se calar sobre inúmeras questões políticas importantes e não pôde, inclusive, desenvolver as Comunidades Eclesiais de Base (CEBES).[196]

Em meio a repercussão que as revelações públicas do Cardeal provocaram, entre a surpresa e a desconfiança, prevaleceu na opinião pública e por que não dizer no meio acadêmico brasileiro, a percepção que um conservador declaradamente anticomunista como ele "não poderia ter apoiado subversivos".

Sem dúvida que, transcorridos mais de quarenta anos, existem interpretações historiográficas[197], que identificavam no Cardeal uma postura de silêncio e de omissão em relação à denúncia e ao repúdio as graves violações aos direitos humanos cometidas pelo regime implementado em 1964 e pela demais ditaduras do Cone Sul.

---

195 O irmão de Leonardo Boff, Clodovis Boff, à época também defensor da teologia da libertação, perdeu a sua cátedra na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC / RJ e foi proibido de lecionar na Faculdade de Teologia de sua ordem, Servos de Maria, em Roma. Não chegou a ser processado pela Congregação da Doutrina da Fé. Em entrevista ao padre Wagner Portugal, Dom Eugênio nega que tenha partido dele o pedido de abertura de processo de cassação a Leonardo Boff em Roma. Rede Vida de Televisão. Especial 90 anos de Dom Eugênio Sales. 02 de novembro de 2010.

196 VIEIRA, op. cit., p. 210.

197 QUADRAT, Samantha Viz. *Memórias do Exílio Argentino no Brasil.* In: *X Encontro de História Oral-Testemunhos: História e Política*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, 2010. p.8. E ainda VIEIRA, 2011 e ROCHA, 2018.

Corroboradas com testemunhos: "Do que conheço a respeito da atuação do Cardeal Dom Eugênio, a não ser em casos isolados, ele realmente não se confrontou com a ditadura"[198]. E ainda: "fechou os olhos às maldades cometidas durante a ditadura, fechando seus ouvidos e os portões do Sumaré aos familiares dos jovens ditos 'subversivos' que lá iam levar suas súplicas, como fez com minha mãe"[199]. E pela reconstituição de memórias negativas: "A conversa não foi boa. Ele não acreditava que a comunidade cristã dele estava sendo perseguida e não quis intervir. Ele nos considerava subversivos e era contra os cristãos de esquerda"[200]. Que conjecturou até acerca de uma colaboração direta com a ditadura.[201]

Por último, e não mais qualificador, que "a atuação de D. Eugenio Sales em defesa de um ou outro perseguido político sempre teve caráter pessoal e não de Igreja já que ele utilizava a sua influência pessoal para prestar favores a amigos ou àqueles a quem ele devia alguma consideração [...] ou que respondia ao pedido de alguém a quem ele considerava católico."[202]

Entretanto, outros cidadãos que conviveram com o Cardeal Sales tiveram uma percepção totalmente diferente, reconhecendo e testemunhando sobre a relevante atuação dele e da Rede Cáritas no acolhimento e na proteção aos exilados do Cone Sul e na defesa dos direitos humanos:

---

[198] Dom Angélico, que foi Bispo Auxiliar do Cardeal Paulo Evaristo Arns em São Paulo. Revista Carta Capital online. 18 de outubro de 2013. Disponível em :www.cartacapital.com.br/revista/770/dom-eugenio-agente-duplo6767.html .

[199] Hildegard Angel, colunista social. Revista Carta Capital online. 18 de outubro de 2013. Disponível em www.cartacapital.com.br/revista/770/dom-eugenio-agente-duplo-6767.html. Hildegard se refere à incansável busca que sua mãe, a estilista Zuzu Angel, fez para encontrar o filho, Stuart Angel, militante do MR-8, preso, torturado e assassinado/desaparecido por obra de agentes do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica, CISA, em 1971. A jornada de Zuzu Angel só teve fim com sua morte, em 1976, em um acidente de carro orquestrado pela ditadura para silenciá-la.

[200] Maria Aída Bezerra, militante do movimento social da igreja, depondo na Comissão Nacional da Verdade, descreve o seu insucesso ao pedir ajuda ao Cardeal para a libertação de uma companheira encarcerada. Revista Carta Capital online. 18 de outubro de 2013. Disponível em: www.cartacapital.com.br/revista/770/domeugenio-agente-duplo-6767.html. Para a compreensão do campo político denominado cristãos de esquerda, especificamente do ramo protestante, destaca-se o excelente documentário *Muros e Pontes: memória protestante na ditadura*, realizado em 2014 pela Koinonia Presença Ecumênica e Serviço e pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, no contexto do Projeto "*Memória protestante no Brasil*".
Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ycWCn7qAOo4&t=131s. Em relação aos católicos de esquerda, ver SILVA, Wellington Teodoro da- *Esquerda católica brasileira: excerto*. Revista NURES, PUC-SP, Ano VII, nº 18, maio/agosto de 2011. Disponível em https://revistas.pucsp.br/nures/article/viewFile/5692/4013

[201] A matéria intitulada *Dom Eugênio, agente duplo*, traz a versão que o Cardeal, em 1976, agiu colaborando com o I Exército, impedindo a ala progressista da CNBB de confrontar mais diretamente o regime, face a violência então desencadeada contra membros do clero e do PCB, inclusive a jornalistas filiados ao partido. Revista Carta Capital online. 18 de outubro de 2013.
Disponível em: www.cartacapital.com.br/revista/770/dom-eugenio-agente-duplo-6767.html.

[202] VIEIRA, op. cit., p. 12.

> Só eu levei em 1980 de Florianópolis ao Rio de Janeiro vários refugiados do Cone Sul (argentinos, chilenos e uruguaios) principalmente Tupamaros, integrantes da guerrilha urbana uruguaia, até Dom Eugênio. Cumpria ordens de Leonel Brizola. Muito cedo, de madrugada ainda, saíamos em viagem na minha antiga DKV para chegar antes do entardecer ao Rio de Janeiro. Para disfarçar acomodava no banco da frente o meu filho de 8 anos. Fizemos várias viagens, penso que ao todo levei até Dom Eugênio mais de 40 jovens, entre 15 e 18 anos. Eram todos muito jovens".[203]

E também de ter preocupação com a questão humanitária, pois "Dom Eugênio era de direita, mas também vestiu a camisa dos direitos humanos"[204], bem como com a situação dos presos políticos brasileiros: "Fui torturado durante 83 dias e mandado para o presídio da rua Frei Caneca. Um dia, Dom Eugênio Sales foi lá e pedi a ele que nos transferissem para Bangu, onde as famílias poderiam nos visitar. Dois dias depois nos mudamos."[205] E mais:

> Encapuzado fui jogado no chão. Deixaram-me sedento e só me davam comida salgada. Alternavam luz e escuridão. Havia ruídos e muito frio. Um dia a porta se abriu e jogaram um macacão para mim. Depois de um banho me transferiram para uma cela com colchão, onde logo fui interpelado por um oficial (General Sílvio) Frota, Comandante do I Exército e posteriormente ministro do Exército 19741977), que me perguntou se eu estava bem. Eu disse que não. Ele foi embora. Era véspera ou dia de natal. Fui entregue a minha família no dia seguinte. Dom Eugênio foi essencial (na libertação). Evitou que eu sofresse mais, tomasse choques elétricos. Tenho extrema gratidão a ele, que fez isso com muitos outros."[206]

Mas há quem seja mais cauteloso, como um engajado exilado argentino, professor, que trabalhou e viveu no Rio de Janeiro entre 1976 e 1984, atestando, entretanto, a má fama do Cardeal naqueles tempos: "Reconheço que a Caritas Arquidiocesana ajudou os exilados. Quanto a Dom Eugênio Sales não o conheci pessoalmente, nem registro gestos dele neste sentido, o que não significa que não tenha ajudado. Mas posso dizer que ele não gozava de simpatia entre os meus amigos brasileiros."[207]

Serbin, um dos maiores estudiosos das relações entre a Igreja Católica Brasileira e o Estado militar durante o período de exceção inaugurado em 1964, adota uma visão menos dicotômica sobre o pretenso protagonismo do Cardeal Sales na luta antiditatorial:

---

[203] Depoimento de Manoel Dias, ex-Secretário Geral do PDT e Presidente do PDT de Santa Catarina. 13 de julho de 2012. Relato confirmado em entrevista presencial realizada pelo autor, em Florianópolis, em 26 de setembro de 2019. Disponível em www.pdt.org.br/index:php/exilados-contaram-com-apoio-de-dom-eugeniogarante-maneco.

[204] Depoimento de Felix Sanchez, paraguaio, exilado no Brasil na década de 1980 e militante do CBS.

[205] Sebastião Paixão, preso político e ex-dirigente do PCB. Jornal o Globo. 02 de março de 2008.

[206] Entrevista com José Noronha, preso político detido no quartel da Polícia do Exército, na Tijuca, Rio de Janeiro. *Jornal O Globo*, 02 de março de 2008, p.3.

[207] Entrevista concedida ao autor, por Julio Raffo, argentino, natural de Mendoza, advogado, professor, via e-mail, em 29 de abril de 2013. Trabalhou no Rio de Janeiro como professor na PUC, Universidade Santa Úrsula e Cândido Mendes / IUPERJ e também como assessor do ACNUR na cidade. Juntamente com outros exilados argentinos foi fundador no Brasil do Comitê de Solidariedade às Mães da Praça de Maio e Povo Argentino (COSPLAM).

> D. Eugenio não apoiava o regime. Apesar de anticomunista, não se alinhava com o setor tradicionalista e direitista do catolicismo, que aplaudira o golpe. Ele tinha compromissos com a reforma da sociedade. Ajudou a construir os alicerces para o catolicismo progressista no Brasil, embora evitasse os elementos radicais e confiasse menos nos movimentos populares e mais nas classes altas e médias para a obtenção da mudança social.[208]

Quando foi instado ao final de seu mandato eclesiástico a retomar a sua memória daqueles tempos, Dom Eugênio Sales se pronunciou explicando por que ajudou: "era o meu dever de Bispo. Defendi a fé. Não olhei as consequências, mas a obrigação de agir como esperava a Igreja. Servindo aos aflitos". [209]

Jesse Jane Vieira é uma voz crítica na historiografia brasileira acerca da trajetória e do posicionamento político e pastoral de Dom Eugênio Sales em relação às ditaduras de segurança nacional e às suas violações aos direitos humanos, com a original tese da operação memorialística.

> [...] em 2001, ao se afastar do arcebispado, começou a surgir outra narrativa sobre a sua trajetória, diferente daquela já consolidada e na qual se evidenciava sua aliança com o regime e indiferença na defesa dos direitos humanos. E até mesmo sobre a sua timidez diante da política econômica do regime, que causava tantos sofrimentos aos setores mais pobres da população, e que era objeto de inúmeros pronunciamentos da CNBB. Suas declarações, e particularmente os artigos publicados semanalmente por importantes jornais com circulação nacional, versaram e ainda versam sobre questões doutrinarias relativa à moral católica.[210]

Nesta tese, Vieira conjectura que houve uma intencionalidade do Cardeal, com a colaboração de admiradores, a partir de 2001, em construir uma memória positiva acerca de sua postura em relação à ditadura militar brasileira, destacando a denúncia às violações aos direitos humanos e tornando público o trabalho de acolhimento e de proteção aos exilados/refugiados do Cone Sul por intermédio da Cáritas. Dessa forma, teria se aproximado da cristalização de uma memória positiva, que lega uma Igreja opositora e resistente ao regime, percepção que então já tinha sido consolidada e apropriada pelo segmento progressista católico. E a estratégia para tanto teria sido interagir com a imprensa, concedendo nos anos seguintes diversas entrevistas e depoimentos de cunho memorialístico e laudatório.

---

[208] SERBIN, Kenneth P. -*Diálogos na sombra: Bispos e Militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução de Carlos Eduardo Lins e Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

[209] Entrevistas ao *Jornal do Brasil* em 25 de maio de 2000 e ao Jornal *O Globo*, em 03 de março de 2008; Depoimento de Dom Eugênio. Rede Vida de Televisão. Especial 90 anos de Dom Eugênio Sales. 02 de novembro de 2010.

[210] VIEIRA, op. cit., p. 9.

Um dos argumentos para corroborar a contradição entre o discurso e a prática na construção de uma narrativa a posteriori, seria o resgate de um episódio envolvendo o Cardeal Sales. Viera relata ter entrevistado um bispo expoente da teologia da libertação, pioneiro na luta contra a ditadura, indagando sobre a atuação de dom Eugênio naquele momento histórico, especificamente sobre a repressão do regime a membros do clero e o apoio aos presos políticos. Seu interlocutor narrou que, após o sequestro e o escracho de Dom Adriano Hipólito, Bispo de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, em 1976, recebeu um telefonema de Dom Eugênio Sales, advertindo que ele seria o próximo na mira dos radicais, recomendando como oportuno que o mesmo recebesse um militar, que lhe seria indicado, a fim de dialogar. E para a surpresa desse bispo entrevistado a visita do militar teve outra finalidade: cooptá-lo como colaborador da repressão, apontando os ditos subversivos na Igreja.

O trabalho de acolhimento aos exilados, apesar da premência da situação humanitária dos mesmos, foi planejado e ganhou uma estrutura mínima. Cândido Feliciano da Ponte Neto, então Diretor da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, homem de confiança de Dom Eugênio e executivo da rede de solidariedade organizada a partir do Palácio São Joaquim, local de trabalho do Cardeal, historiciza:

> A partir de 1973, começaram a aparecer no Palácio São Joaquim pessoas perseguidas no Chile, que passavam pelo Brasil, solicitando ajuda enquanto buscavam o status oficial de refugiados em outro país. Começamos a ajudar financeiramente, disponibilizando hospedagem de 3 ou 4 dias em pequenos hotéis. Só que este número de pessoas foi crescendo. Em abril de 1976 recebemos uma carta de um padre chileno solicitando a Cáritas brasileira que apoiasse 5 chilenos que estavam fugindo da repressão da ditadura Pinochet. Eu levei o caso a Dom Eugênio, que leu a carta e depois disse que ia rezar, me pedindo para retornar no outro dia. Na manhã seguinte me disse que tinha a solução. Pegou o telefone e ligou para o General Silvio Frota, então Ministro do Exército, dizendo que ia começar na Arquidiocese um trabalho de apoio ao pessoal exilado, subversivos e comunistas do Chile, Uruguai e Argentina. E se lhe dissessem que estava recebendo Montoneros e Tupamaro, era verdade. Frisou que não queria ser incomodado. Depois me disse que iríamos fazer um trabalho estruturado com essas pessoas. Mandou abrir as portas do Palácio São Joaquim e receber"[211]

A Cáritas Internacional é uma confederação de organizações humanitárias, filantrópicas, vinculadas ao Vaticano, atuando hoje em aproximadamente 200 países, de todos os continentes, cuja história remonta ao final do século XIX. A primeira organização Cáritas surge na Alemanha, em 1897. Fundada pelo padre alemão Lorenz Werthmann e batizada em latim, seu nome traduz a ação desprendida e embasada no amor e na compaixão: caridade.

[211] Entrevista do autor com o Dr. Cândido Feliciano da Ponte Neto, Procurador da Arquidiocese do Rio de Janeiro e Diretor da Cáritas Arquidiocesana. Concedida ao autor em 19 de julho de 2016, no Rio de Janeiro.

Voltou-se desde o início aos mais necessitados, a quem dedicava atenção e cuidados, amparando-os em suas carências flagrantemente evidentes.

A experiência alemã inspirou o surgimento de novas Cáritas, em outros países, acudindo e acolhendo os necessitados em uma ação assistencial essencialmente caritativa. A ocorrência dos dois confrontos globais (Primeira e Segunda Guerras Mundiais) em tão curto intervalo de tempo e suas consequências, despertaram ainda mais o mundo católico para o imperativo de uma ação humanitária em áreas devastadas e direcionada aos povos mais afetados, estimulando a criação de Cáritas também na América do Norte.

Seguindo as orientações da Santa Sé, a Cáritas concentrou seus esforços sobretudo no socorro aos milhares de flagelados e deslocados forçados decorrentes da Segunda Grande Guerra Mundial. Por seu trabalho e empenho até então, a Cáritas se afirmou como uma reconhecida e respeitada organização de socorro às emergências em todo o mundo. A importância que assume e o tamanho que adquire, com diversas entidades estruturadas a nível nacional, impulsionaram o estabelecimento de uma entidade capaz de coordenar as diversas organizações católicas de caridade já existentes, além de animar a criação de muitas outras novas.

É significativo destacar o importante papel neste processo desempenhado por Giovanni Battista Montini, Arcebispo de Milão, que viria a se tornar o Papa Paulo VI em 1963. Precedida por uma Conferência Internacional de Cáritas, a qual, em 1951, reuniu suas 13 organizações em Roma, a Cáritas Internationalis foi oficialmente reconhecida, em 1954.

E foi na “onda humanitária” estimulada pela criação da Cáritas Internacional, que se funda, em 1956, por iniciativa do progressista Dom Helder Câmara, Secretário Geral da CNBB, a Cáritas Brasileira. Como órgão membro da Cáritas Internacional e vinculada à CNBB, a Cáritas Brasileira congrega uma rede de 187 entidades membras, com 12 regionais e 5 articulações.

Como destacamos no capítulo anterior, o Brasil seguia a Convenção para o Estatuto dos Refugiados das Nações Unidas de 1951 e o Protocolo de 1967, ratificando as reservas geográfica e temporal, com a ocorrência de eventos de deslocamentos forçados que envolvessem europeus na Europa, antes de 01 de janeiro de 1951, o que excluía os sul americanos em trânsito no país dessa proteção.

Cândido Feliciano, Diretor da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, relembra os primeiros momentos e detalhes da operacionalização do trabalho com os exilados sul americanos:

> Recebi de Dom Eugênio esta missão. Procurei meus amigos Marina Bandeira e Cândido Mendes, ambos da Comissão de Justiça e Paz da CNBB. Tivemos apoio também de homens como Marcelo Cerqueira, Bento Rubião e Sobral Pinto. Marina contatou uma amiga do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que conseguiu que o Alto Comissariado das Nações Unidas – ACNUR abrisse uma representação no Rio de Janeiro, funcionando nas dependências do PNUD, em Botafogo. Conforme determinou o Cardeal, abrimos as portas do Palácio São Joaquim, organizando uma estrutura administrativa mínima. Por razões de segurança recebíamos os exilados nos Jardins do Palácio. Tínhamos receio de infiltrados, especialmente das forças de segurança argentina. Estrategicamente tínhamos uma pessoa, de prancheta na mão, coletando os dados iniciais das pessoas. Era uma forma de 'apertar' possíveis infiltrados".[212]

Dom Eugênio e seus colaboradores da Cáritas tinham informações seguras que o "braço argentino" da Operação Condor atuava livremente no Rio de Janeiro, não com surpresa, com o aval e a colaboração das forças de segurança cariocas e brasileiras:

> Da janela do palácio episcopal, acompanhava o movimento de agentes na rua, em vigilância ostensiva. Não me incomodava muito com a polícia brasileira. Eu tinha medo era da polícia argentina. Sabia que eles estavam ali, atuavam livremente no Brasil, com a vista grossa das autoridades brasileiras. Assim como a polícia de São Paulo ia agir no Rio. Às vezes, tinha que acompanhar pessoalmente, até o embarque no aeroporto, os refugiados que tinham obtido, através do ACNUR, autorização para viajar a outros países. Temia que os sequestrassem no caminho.[213]

O Diretor da Cáritas Arquidiocesana acentua ainda um aspecto marcante da atuação e da personalidade de Dom Eugênio, que seria um fator fundamental para o sucesso da rede de acolhimento e proteção do Cardeal que, estima-se, teria salvado cerca de cinco mil vidas naqueles anos:

> Dom Eugênio não queria aparecer, divulgar. Queria produção, resultado. Fosse o trabalho com os exilados (sul americanos) ou com os presos políticos brasileiros. Nos dava tarefas e queria solução. Eu mesmo fui várias vezes ao DOI/CODI e ao quartel da Polícia Militar da Barão de Mesquita prestar assistência aos presos."[214]

A Rede Cáritas operou inicialmente com recursos da Arquidiocese do Rio de Janeiro e da própria Cáritas Brasileira, depois reforçados com aportes do PNUD, do ACNUR e do CMI, este último representado pela Pastor Presbiteriano Jaime Wright, uma das principais figuras do grupo paulistano congênere, o Clamor.

---

[212] Entrevista concedida ao autor pelo Dr. Cândido Feliciano da Ponte Neto, em 19 de julho de 2016, no Rio de Janeiro.

[213] SALES, Dom Eugênio; ARNS, Dom Paulo Evaristo. *A história não contada do refúgio no Brasil antes da Lei nº 9.474/97*. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília:* ACNUR, Ministério da Justiça, 2010. p. 64. ROCHA, 2018. p. 26, também se refere ao Condor à espreita no Rio.

[214] Entrevista concedida ao autor pelo o Dr. Cândido Feliciano da Ponte Neto, em 19 de julho de 2016. Rio de Janeiro.

A equipe do Cardeal conseguiu operacionalizar para aquela massa de exilados, majoritariamente de argentinos, assistência em diversas áreas. Juridicamente na tramitação de documentação junto ao ACNUR, com vistas à formalização da solicitação de refúgio e o consequente reassentamento em outro país. E ainda possibilitando empregos em universitárias católicas e protestantes aos exilados com qualificação docente, segundo consta da entrevista de Julio Raffo.[215]

Conseguiram também matrículas para os filhos (as) desses exilados em instituições como o prestigiado Colégio Bennet, no bairro do Flamengo, vinculado à Igreja Metodista, enquanto permanecessem no Rio de Janeiro, revelando um traço marcante da Rede: a solidariedade e a atuação foram ecumênicas. Esta rede disponibilizou uma estrutura de atendimento médico-clínico, odontológico e psicológico (...o desenraizamento do exílio...). Dotou os exilados e os refugiados, bem como suas famílias, de itens básicos de vestuário, higiene e alimentação. Além de efetivar o repasse mensal de dinheiro para a subsistência, proporcional às condições e necessidades do exilado, considerando aspectos como ser solteiro e ou casado, ou ainda se tinha filhos.

Talvez a operação mais complexa efetivada pela Rede Cáritas foi custear o aluguel, por intermédio da Mitra Arquidiocesana, de aproximadamente 62 apartamentos, para centenas de exilados e refugiados, em diversos bairros da cidade, como Lapa, Flamengo, Copacabana, Botafogo, Cidade Nova, Tijuca, Bairro de Fátima, Santo Cristo, Rio Comprido, Bonsucesso, Grajaú e Andaraí.[216]

Os colaboradores de Dom Eugênio tinham constante preocupação com a segurança dos exilados e dos refugiados, bem como de suas famílias, sejam as que se encontravam em meio ao exílio carioca ou as que tinham permanecido no país natal. Por isso não coletavam a documentação de origem dos mesmos. E acabaram optando por criar controles internos para sua identificação e logística, como fichas de inscrição, por ordem de chegada, atribuindo numerações às pessoas. Estrategicamente, o jurídico da Rede Cáritas ocultava as identidades dos cidadãos nos processos de requerimento de refúgio junto a ACNUR.

---

[215] "Em meu caso e de outros argentinos que conheço, Cândido Mendes foi muito generoso nos dando trabalho nas Faculdades e no IUPERJ sem termos a documentação necessária. Para mim, foi bastante relevante para a sobrevivência. A Fundação Getúlio Vargas nos deu bolsas, nos pagavam a argentinos para estudar ali e isso, além de nos instruir, contribuía para o nosso sustento. Era muito paradoxal que argentinos sem documentação e formalmente suspeitos aos olhos do SNI, recebessem fundos provenientes do Estado brasileiro durante os governos Geisel e Figueiredo". Entrevista com Julio Raffo, argentino, advogado e professor, exilado no Brasil entre 1976-1984, concedida ao autor, via e-mail, em 29/04/13.

[216] SERBIN, op. cit., p.9,

Tempos antes de falecer, fazendo um balanço do trabalho com os exilados e dos embates travados com a ditadura brasileira, Dom Eugênio afirmou:

> Se eu anunciasse o que estava fazendo não tinha chance. Muitos não concordavam, mas eu preferia dialogar e salvar. Eu era um Bispo, não devia obediência aos militares. Tinha minha independência. Mantinha a posição da Igreja, que era essa.[217]

A violação aos direitos humanos no Cone Sul durante as ditaduras de segurança nacional foi a tônica. Tempos de terror de Estado, sob a forma de perseguição, tortura, assassinatos, 'desaparecimentos'. Como já destacamos, o exílio foi mais uma das formas de repressão e de exclusão política na América Latina, arraigado na cultura política, com antecedentes que remontam aos primórdios dos Estados Nacionais.

Contemporâneo da Guerra Fria, Dom Eugênio vivenciou a cisão do clero brasileiro em conservadores e progressistas. Em sua coerência (consciência) religiosa e doutrinária não hesitou. Sempre teve posição definida: fiel aos Papas, ortodoxo, conservador, anticomunista. Homem de personalidade forte, para muitos até autoritário, colecionou polêmicas, desafetos e também o respeito e o reconhecimento em seu sacerdócio. Na condição de pastor, cuidou dos 'bons e dos maus'. Aplicou os fundamentos cristãos, servindo, protegendo, acolhendo e, na essência do cristianismo, amando ao próximo. Tinha consciência de que seus posicionamentos autênticos, principalmente o anticomunismo e o conservadorismo com viés reacionário, tinham gerado uma imagem negativa dele. Mas dizia não se importar com isso.

A despeito de uma opção pastoral conservadora e até certo ponto inflexível, ajudou a salvar vidas, não se calou diante da tortura e dos crimes praticados pelas ditaduras brasileira e as do Cone Sul. Escolheu, como estratégia, salvar sem confrontar radicalmente o regime, muito embora marcando sempre a sua autonomia e independência de bispo católico.

Atribui-se ao General Castelo Branco uma fala, proferida mais de uma vez, afirmando que "Dom Eugênio Sales era o Cardeal mais perigoso do Brasil". E influente, com intimidade junto ao poder. Quando a repressão ditatorial se acentuou, inclusive atingindo membros do clero, foi um dos interlocutores mais importantes do diálogo entre a Igreja e o Estado.[218]

---

[217] Jornal O Globo. 03 de março de 2008, p. 3.

[218] A Comissão Bipartite, era formada por membros da alta hierarquia católica (como Dom Eugênio Sales e Dom Paulo Evaristo Arns) e militar (como o General Antônio Carlos da Silva Muricy, chefe do Estado Maior do Exército na época), a qual manteve, por quatro anos (entre 1970 e 1974) encontros secretos – aprovados pelo então presidente Médici e pelo ministro do Exército, Orlando Geisel – visando discutir e resolver os principais conflitos surgidos entre a Igreja Católica e as Forças Armadas.
Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/resenha/serbin01.htm

Buscou trabalhar silenciosamente pelos exilados e os perseguidos, fossem brasileiros ou estrangeiros. Acolheu e protegeu. Estima-se que tenha ajudado a salvar, entre a preservação da vida, a manutenção da subsistência temporária e a viabilização do reassentamento, em outros países, na condição de refugiado sob a proteção do ACNUR, aproximadamente 5 mil sul americanos.[219]

Além, é claro, da solidariedade a tantos outros brasileiros perseguidos e encarcerados pela ditadura, denunciando tais violações aos direitos humanos, apoiando as suas famílias e questionando, ainda que com seu estilo discreto e por que não dizer controvertido, o regime. Defendeu a dignidade humana. Entretanto, não usufruía da mesma simpatia dos progressistas Dom Hélder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns, 'campeões dos direitos humanos' e seus fraternos amigos. Não havia rivalidade entre eles. Cada um dos três, em suas respectivas realidades e de acordo com suas personalidades e estratégias lutaram e contribuíram para confrontar as ditaduras brasileira e do Cone Sul. Inclusive, com o reconhecimento internacional através da ONU, como mostra a imagem abaixo.

[219] Estas estimativas variaram entre 4.000 e 6.000 os exilados/refugiados beneficiados pela rede de solidariedade Cáritas. Vide SERBIN, 2001, p.9; CASADO (JB), 2008 e ROCHA, 2018, p.29.

Figura 2



NATIONS UNIES
LE HAUT COMMISSAIRE
POUR LES RÉFUGIÉS

UNITED NATIONS
THE HIGH COMMISSIONER
FOR REFUGEES

Case Postale 2500
1211 Genève 2
Suisse

11 de Julho de 2012

Reverendíssimo Dom Orani João Tempesta,

É com grande pesar que soube do falecimento do Arcebispo Emérito do Rio de Janeiro, Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales. Em nome da minha Organização e meu próprio, apresento à Vossa Excelência e à Arquidiocese do Rio de Janeiro nossos sinceros pêsames.

Com seu exemplo de fraternidade e preocupação com o próximo, Dom Eugênio desempenhou uma longa e profícua trajetória na Igreja Católica, garantindo respeito e dignidade à pessoa humana. Ele também dispensou atenção especial à causa dos refugiados, em uma época particularmente difícil para o Brasil e outras nações vizinhas do Cone Sul.

Graças à sua dedicação e trabalho silencioso em prol da causa dos refugiados, foi possível proteger homens, mulheres e crianças que, devido a conflitos em seus países de origem, buscaram proteção no Brasil antes de conseguir refúgio em outras partes do mundo. Com visão e práticas humanitárias, ele deixou uma lição para todos nós: é preciso assumir responsabilidades e enfrentar obstáculos na missão de proteger os desamparados.

Em nosso recente encontro, tivemos a oportunidade de reafirmar a importância da Igreja Católica para o trabalho da minha Organização na proteção e assistência a refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil. Acredito que o exemplo de Dom Eugênio continuará guiando esta parceria em benefício dos mais vulneráveis e em favor da solidariedade entre os povos.

Nesta oportunidade, reitero as minhas sinceras condolências e apresento, Reverendíssimo, os meus protestos de mais elevada estima e distinta consideração.

António Guterres

Ao Reverendíssimo
Sr. Dom Orani João Tempesta
Arcebispo do Rio de Janeiro
Arquidiocese do Rio de Janeiro

A compreensão crítica da dimensão histórica do personagem Dom Eugênio Sales ainda é tarefa que desafia a historiografia política do período ditatorial. E continua, de certa forma, limitada por algumas ambiguidades e por alguns dos condicionantes que descrevemos. O que não significa incorrer em narrativas laudatórias e apologéticas, monumentalizando memórias dos bispos ditos "progressistas", vinculados a Teologia da Libertação.

Novamente Vieira contribui significativamente com uma espécie de advertência àqueles, como inclusive o titular desta tese, envolvidos na operação historiográfica e, por conseguinte, também "operadores da memória":

> Penso que os operadores de memória, aqueles que, ignorando o sentido político dos relatos sobre a trajetória de personagens como D. Eugenio, terminam por se somar às operações de esquecimento. E os pesquisadores não estão ausentes nesta operação. De um lado, aqueles que buscam dar voz àqueles setores do catolicismo que se mantiveram na oposição ao regime ou até mesmo daqueles bispos que ajudaram a construir o consenso necessário ao golpe militar, como é o caso de D. Evaristo Arns, mas que ao longo do processo se conscientizaram da brutalidade do regime. E de outro, aqueles que buscam em personagens como D, Eugenio, construir uma contra memória capaz de incorporá-lo à narrativa oficial segundo a qual foi esta instituição a principal responsável pela derrubada do regime militar. Creio que a busca por estas múltiplas memórias construídas no campo da institucionalidade católica pode ser um programa importante para os jovens historiadores que se identificam com o tema já que, como afirma Elizabete Jelin, a memória não é o passado, mas uma maneira em que os sujeitos buscam dar sentido ao vivido em relação ao presente e em função de um futuro desejado. E, nesta dimensão, o presente contém e constrói as experiências passadas e as futuras.[220]

Elizabeth Jelin, em seu clássico livro *Los Trabajos de la Memória* analisa as memórias da repressão e da violência política durante as ditaduras de segurança nacional no Cone Sul, sobretudo as memórias traumáticas de um passado que não quer passar, no contexto dos processos de redemocratização.

A autora destaca os desafios e os entraves para a reconstrução da democracia em meio a essa problemática transição, sem negligenciar a lembrança das violações promovidas pelos autocratas do passado, pois não se pode "construir um futuro democrático sem mirar no passado" e não deixar de assumir os desafios da conciliação entre "saldar contas do passado (justiça) com os princípios da institucionalidade democrática."[221] É nesse limiar de construção da memória no pós-ditaduras, de operação memorialística, que buscamos compreender o personagem Dom Eugênio de Araújo Sales e o seu possível esforço de redenção de imagem, de aproximação da esfera de atuação dos laureados Bispos progressistas.

Jelin demonstrou que o que se pode mudar é o sentido do passado, as suas presenças, pois a construção de memórias é um processo subjetivo, permeado por experiências simbólicas e materiais, eivadas de disputas de poder entre variados atores sociais, condicionadas historicamente por conjunturas políticas, culturais e ideológicas peculiares.

Para a presente tese, trata-se de compreender essa construção especificamente no plano de uma ação pessoal, quando um ator político e contraditoriamente relevante no período ditatorial, o Cardeal Dom Eugênio Sales, pretensamente teria atuado na ressignificação de seu papel (ou da percepção do mesmo) na resistência à ditadura, iniciativa que demandaria um indispensável espaço social de acolhida e legitimação:

---

[220] - VIEIRA, op. cit., p. 14

[221] JELIN, Elizabeth- *Los Trabajos de La Memoria.* Madrid: Siglo XXI, 2001. pp.2-3

> Para poder transmitir los sentidos del pasado hay al menos dos requisitos: el primero, que existan las bases para un proceso de identificación para una ampliación intergeracional del "nosotros". El segundo, dejar abierta la posibilidad de que quienes "reciben" de su proprio sentido, reinterpreten, resignifiquen – y no que repitan o memoricen.[222]

Estimamos que a atual investigação possa incentivar novos estudos, contribuindo para a superação das visões maniqueístas e reducionistas, que, em nosso entendimento, oscilaram, até agora, entre as caracterizações do personagem histórico Dom Eugênio Sales como o "conservador, mas íntegro" e o "Cardeal da ditadura".

## 3.3 O Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul- Grupo CLAMOR

> "Vamos fazer este trabalho até eles conseguirem retornar à democracia". (Dom Paulo Evaristo Arns, ao decidir apoiar o Clamor, em fins de 1977)

O Comitê de Defesa dos Direitos Humanos Para os Países do Cone Sul- Grupo Clamor, foi um coletivo humanitário, fundado em fins de 1977, em São Paulo, por iniciativa conjunta do Reverendo Presbiteriano Jaime Wright, da jornalista inglesa, radicada no Brasil, Jean Rocha e do advogado brasileiro, defensor de presos políticos, Luís Eduardo Greenhalgh.

Eles passaram a receber relatos de primeira mão de vários exilados e refugiados latino-americanos em trânsito pelo Brasil, narrando as perseguições e as violências sofridas pelas ditaduras de segurança nacional no Paraguai, Bolívia, Chile, Uruguai, sobretudo, na Argentina. Em consenso, decidiram procurar o aconselhamento e o apoio do Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns.

Brasileiros que viviam há mais de uma década sob uma ditadura, que à época já tinha produzido, entre exilados e banidos, milhares de desterrados e mais de uma centena de presos políticos. O próprio Reverendo Jaime Wright trazia uma dor pessoal: o luto pelo desaparecimento do irmão, o sociólogo e deputado Paulo Stuart Wright[223], capturado em 1973 pela Operação Bandeirante, em São Paulo.

---

[222] Ibid., p.126.

[223] 271 Paulo Stuart Wright (1933-1973?), catarinense de nascimento e seis anos mais novo do que Jaime, também pastor presbiteriano, estudou sociologia nos Estados Unidos. Deputado Estadual em Santa Catarina, pelo Partido Social Progressista-PSP em 1963. Cassado pela ditadura em 1964, exilou-se no México, retornando clandestinamente ao Brasil em 1965, radicando-se em São Paulo, trabalhou com a Igreja Presbiteriana na evangelização e politização dos trabalhadores nas fábricas e bairros operários e ingressando na luta armada,

O encontro de Jan Rocha, Greenhalgh e Wright com o Cardeal Dom Paulo Arns, que selou a formação do grupo Clamor é narrado da seguinte forma pelo jornalista Samarone Lima, autor da primeira obra específica sobre o Comitê na historiografia brasileira:

> No final do ano de 1977, quando recebeu em seu gabinete, aquele pequeno grupo que se denominava Clamor, dom Paulo Evaristo Arns estava com 57 anos. Elogiou o nome escolhido, aguardou explicações, fez algumas perguntas e imediatamente decidiu apoiar a iniciativa. Só fez uma exigência: _ 'Vamos apoiar este trabalho até eles conseguirem retornar à democracia'. Sua ideia era dar à cobertura institucional da Igreja Católica, sem que isso representasse, no futuro, uma nova entidade de direitos humanos para a América Latina. Acreditava que seria mais saudável que cada país pudesse desenvolver e fortalecer seus próprios grupos.[224]

A partir de então o Grupo Clamor vinculou-se estrategicamente à Comissão Arquidiocesana da Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, sob o guarda-chuva do progressista Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, estabelecendo como seus objetivos:

> [...] juntar e divulgar denúncias de violação aos direitos humanos nos países do Cone Sul e latino-americanos no Brasil e providenciar assistência material à exilados destes países, que por vários motivos não podem obtê-la do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR.[225]

Uma vez formalizado, o Comitê estabeleceu princípios básicos de organização e de atuação, redigindo um regimento interno, contemplando, entre outros aspectos, as formas de financiamento até as possibilidades de ligações com as organizações humanitárias congêneres nacionais e internacionais, de acordo com impresso localizado no fundo Clamor-CEDIC:

> **Estrutura**: O Comitê será patrocinado pela Arquidiocese de São Paulo e terá um executivo de brasileiros e colaboradores latino-americanos;
> **Ligações:** Manterá estreitas ligações com organizações internacionais, tais como a Anistia Internacional e o Conselho Mundial de Igrejas, além das entidades nos países do Cone Sul, como as Assembleias Permanentes de Direitos Humanos e com entidades brasileiras, como a Comissão de Justiça e Paz e com grupos de refugiados políticos";

---

atuando na Ação Popular – AP. Capturado em 1973 pela Operação Bandeirante, desaparecido desde então, quando estava sob a custódia do Estado brasileiro.

[224] LIMA, Samarone. *Clamor*; a vitória de uma conspiração brasileira. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2003. p. 39.

[225] Impresso- "Proposta para a criação de um Comitê para a defesa dos direitos humanos no cone sul. 1977 "(?). Fonte: Fundo Clamor- CEDIC / PUC - SP. Nossa pesquisa demonstrou que uma parcela majoritária dos exilados que transitaram pelo Brasil, nesse período, não formalizaram junto ao ACNUR o pleito de refúgio, por várias razões: havia a expectativa (ou ilusão?) de um breve regresso à pátria, o receio de que a exposição dos dados pessoais comprometesse a segurança individual e da família e que, em caso de aceite para o reassentamento em outro país, ocorresse a separação entre o solicitante e a família que permanecia na terra natal. E ainda porque o Acnur não acatava solicitações de indivíduos que estivessem vinculados a grupos de resistência armada em seus países de origem.

> **Financiamento***:* Doações de entidades como a Anistia Internacional e outras estrangeiras;
> **Natureza:** O Comitê não tem finalidade ou afinidade com qualquer grupo político e a sua principal razão de ser é o humanitarismo.[226]

Clamor não era uma sigla do Comitê. Era o nome do seu estratégico boletim informativo. Para denunciar essas violações aos direitos humanos no Cone Sul o Comitê passou a editá-lo em português, espanhol e inglês, enviado, sem assinaturas, a 22 estados brasileiros, 23 países americanos e 25 nos demais continentes.

Buscava atingir à imprensa brasileira, às entidades de direitos humanos latino americanas, familiares e amigos dos exilados e dos refugiados, além das entidades europeias e da América do Norte. Sua denominação foi inspirada no Salmo bíblico 88,2: *"*Ó Senhor, Deus da minha salvação, diante de ti clamo, de dia e de noite. Chegue a minha oração perante a tua face; inclina os teus ouvidos ao meu clamor." [227]

As edições do boletim Clamor tinham tiragens de cerca de 2.000 exemplares, sendo 1.000 redigidos em português, 600 em espanhol e 400 em inglês, compondo 17 números distribuídos, em meio aos limites de cerceamento inerentes às ditaduras, ao longo de uma década de atuação ininterrupta do grupo

Analisamos o boletim Clamor nº 1, que circulou a partir de junho de 1978, aproveitando uma circunstância internacional favorável, assim descrita na apresentação do mesmo: "... Este primeiro número do boletim, saindo às vésperas da Copa do Mundo (de futebol), quando a atenção do mundo está voltada para a Argentina, é dedicado exclusivamente àquele país."[228]

Ana Célia Navarro de Almeida, historiadora e arquivista do Centro de Documentação e Informação Científica Prof. Casemiro dos Reis Filho - CEDIC, da Pontifícia Universidade de São Paulo, organizadora do fundo Clamor, nos apresenta um resumo da diversidade de assuntos enfocados pelos boletins (Fig. 3).

> Entre os assuntos tratados, podemos citar: documento especial sobre cada um dos países do Cone Sul, enfocando as violações dos direitos humanos; a luta dos povos para denunciar e derrotar os regimes militares implantados; a situação das prisões e o tratamento dado aos presos; edição especial sobre a opressão sofrida pelos sindicatos no Cone Sul; número sobre a legislação pertinente aos refugiados; denúncia completa das violências praticadas na Bolívia depois do golpe militar, em 1980. Além destas edições especiais, o boletim serviu de intercâmbio com entidades

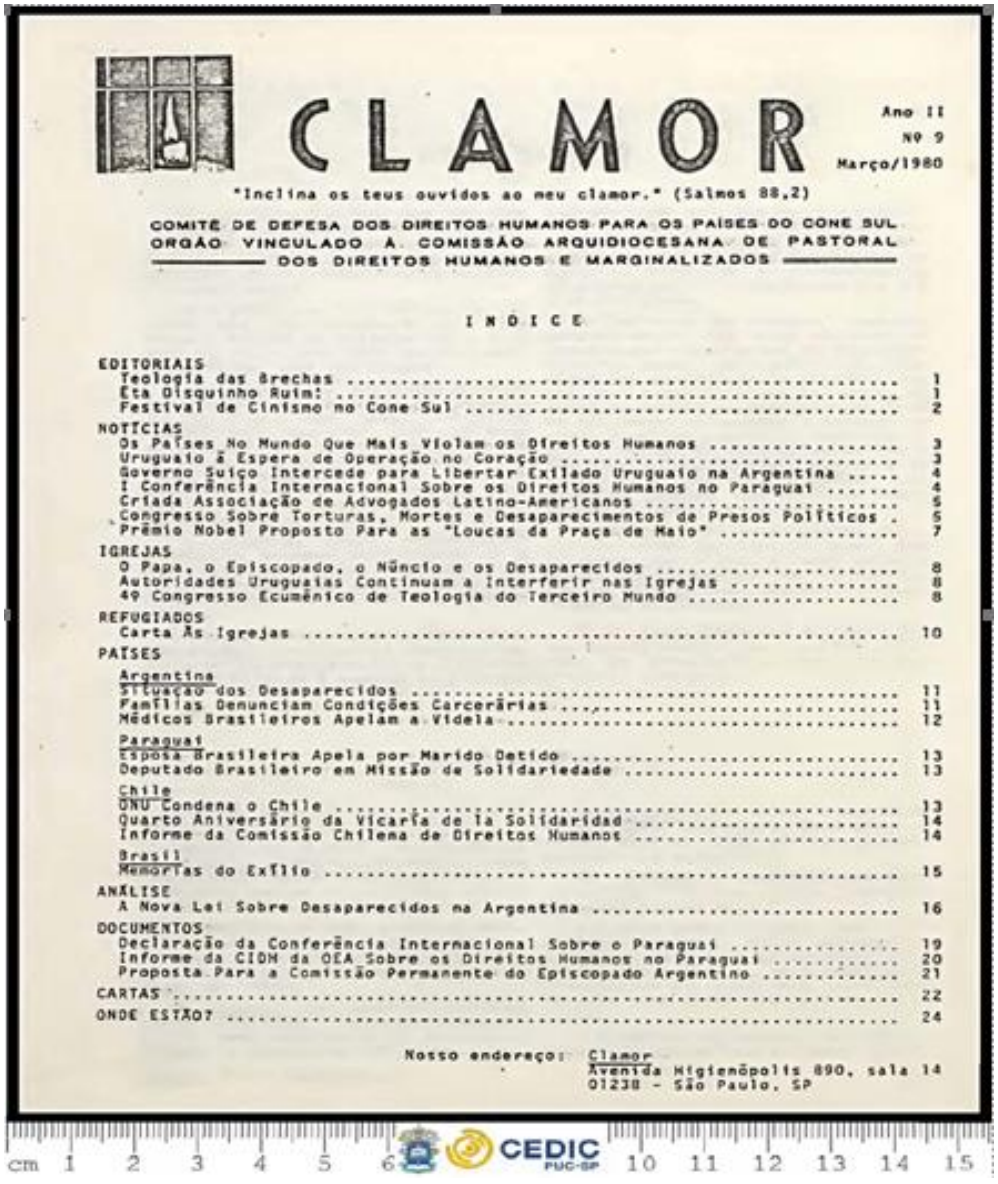
---

226 Idem.
227 ROCHA, op. cit., p. 36.
228 Boletim CLAMOR. Ano I, nº 1. junho de 1978. Fonte: Fundo Clamor- CEDIC / PUC – SP.

> congêneres para estabelecer uma rede de solidariedade em prol das vítimas da opressão militar[229]

E foi sob a proteção de Dom Paulo Evaristo Arns, um franciscano tenaz e disciplinado, desde 1970 acostumado a contestar e denunciar os arbítrios do regime ditatorial brasileiro, precursor entre os regimes de segurança nacional na América Latina, que o Clamor construiu a sua história, pautada por mais de uma década pelos princípios do ecumenismo, da solidariedade, das liberdades democráticas e do respeito à dignidade humana.

Figura 3



CLAMOR

Ano II
Nº 9
Março/1980

"Inclina os teus ouvidos ao meu clamor." (Salmos 88,2)

COMITÊ DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA OS PAÍSES DO CONE SUL
ORGÃO VINCULADO À COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS

ÍNDICE


EDITORIAIS
Teologia das Brechas ..... 1
Eta Disquinho Ruim! ..... 1
Festival de Cinismo no Cone Sul ..... 2

NOTÍCIAS
Os Países No Mundo Que Mais Violam os Direitos Humanos ..... 3
Uruguaio à Espera de Operação no Coração ..... 3
Governo Suiço Intercede para Libertar Exilado Uruguaio na Argentina ..... 4
I Conferência Internacional Sobre os Direitos Humanos no Paraguai ..... 4
Criada Associação de Advogados Latino-Americanos ..... 5
Congresso Sobre Torturas, Mortes e Desaparecimentos de Presos Políticos . 5
Prêmio Nobel Proposto Para as "Loucas da Praça de Maio" ..... 7

IGREJAS
O Papa, o Episcopado, o Núncio e os Desaparecidos ..... 8
Autoridades Uruguaias Continuam a Interferir nas Igrejas ..... 8
4º Congresso Ecumênico de Teologia do Terceiro Mundo ..... 8

REFUGIADOS
Carta Às Igrejas ..... 10

PAÍSES
Argentina
Situação dos Desaparecidos ..... 11
Famílias Denunciam Condições Carcerárias ..... 11
Médicos Brasileiros Apelam a Videla ..... 12
Paraguai
Esposa Brasileira Apela por Marido Detido ..... 13
Deputado Brasileiro em Missão de Solidariedade ..... 13
Chile
ONU Condena o Chile ..... 13
Quarto Aniversário da Vicaría de la Solidaridad ..... 14
Informe da Comissão Chilena de Direitos Humanos ..... 14
Brasil
Memórias do Exílio ..... 15

ANÁLISE
A Nova Lei Sobre Desaparecidos na Argentina ..... 16

DOCUMENTOS
Declaração da Conferência Internacional Sobre o Paraguai ..... 19
Informe da CIDH da OEA Sobre os Direitos Humanos no Paraguai ..... 20
Proposta Para a Comissão Permanente do Episcopado Argentino ..... 21

CARTAS ..... 22

ONDE ESTÃO? ..... 24



Nosso endereço: Clamor
Avenida Higienópolis 890, sala 14
01238 - São Paulo, SP


CEDIC PUC-SP

[229] - ANDRADE, Ana Célia Navarro. *Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP 2000, pp. 122-123.

A despeito de estar vinculado à Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo, funcionando na sala número 19 do histórico casarão da Av. Higienópolis, sede da Arquidiocese, o Comitê preservou, contudo, um caráter essencialmente ecumênico, congregando católicos, protestantes e leigos em geral, militantes da defesa dos direitos humanos e comprometido com a solidariedade aos povos do Cone Sul.

A mensagem de solidariedade e de esperança do Comitê foi simbolizada por um desenho de uma chama que brilhava através das grades de um cárcere, criação do preso político brasileiro Manoel Cirilo de Oliveira Neto. Seu emblemático slogan, que passou a ser reconhecido em toda América Latina, era "solidariedade não tem fronteiras".

A Irmã Mary Nolan, uma missionária católica norte americana que passou a integrar o Clamor em 1979, relembrou mais detalhadamente a atuação do grupo nos seus primeiros tempos de existência:

> O primeiro boletim do Clamor saiu e começa com uma preocupação com o pessoal que vinha chegando desses países, e por várias razões, não queriam ser reconhecidas pelo ACNUR. E queriam ficar no Brasil. Porque ser reconhecido pelo ACNUR queria dizer que você teria que ir para a Europa. O Brasil não tinha, não permitia o refugiado ficar. Foi só posterior de toda uma luta do Clamor e de outras entidades de mudar a questão do refúgio no Brasil. Não tinha.
> Quem vinha e foi reconhecido como refugiado, era obrigado a sair do país. Isso queria dizer que a pessoa tinha que ir para a Europa, e muitas vezes você tinha gente que chegava e não sabia do resto da família. Ou o resto da família estava em perigo, e não queria ir para a Europa, então ficava clandestino.
> Então basicamente o Clamor começou a responder a uma necessidade montada para esse pessoal. Achar casa, achar emprego, achar escola para as crianças. E denunciando as violações. [230]

Além do boletim, o grupo usou o expediente de convocar entrevistas coletivas e comunicados de imprensa para denunciar os atos de violação aos direitos humanos no Brasil e na América Latina. Outra importante forma de atuação se dava através de gestões junto a instituições, órgãos governamentais e a chefes de Estado, mediante a chamada correspondência diplomática do Cardeal Arns e do Reverendo Jaime Wright.

Identificamos em meio ao fundo Clamor um rico acervo de correspondências expedidas e recebidas pelo Grupo, muitas tendo como signatários as duas figuras mais emblemáticas do Comitê, o Cardeal Dom Eugênio Sales e o Reverendo Jaime Wright.

---

[230] ANDRADE, op. cit., p.124.

Reproduzimos um significativo trecho de uma dessas correspondências, destinada ao Presidente da Conferência Episcopal Argentina, respondendo à contrariedade do mesmo em relação ao culto ecumênico realizado por Dom Paulo Evaristo Arns na igreja da Consolação, em São Paulo, pelos 12 mil desaparecidos argentinos, em 04 de setembro de 1979, replicando que:

> Nunca imaginei que nosso culto ecumênico de 4 de setembro último pudesse causar-lhe tamanho desconforto. [...] Só admitimos sua celebração após diversas reuniões com numeroso grupo de refugiados de seus país. Aliás, o representante da Nações Unidas (ACNUR), naquele tempo, me garantia que eram mais de 100 por mês que, da Argentina e do Uruguai, solicitavam a qualificação e os benefícios de refugiados. [...] Os organizadores do programa pedem que as palavras de sua carta, como 'tergiversaciones, 'exageraciones', 'calumnias' e 'falta de verdad', sejam explicadas, para nós podermos restabelecer a verdade, se ela não foi respeitada. [...] Pedindo bênçãos para os numerosos argentinos que nos vêm solicitar, quase diariamente, conforto material e espiritual, continuo inteiramente à disposição de Vossa Eminência.[231]

Esta contenda demonstrou as diferenças de postura entre dois dos expoentes da Igreja Católica continental em relação à questão do exílio e às violações aos direitos humanos praticadas pelas ditaduras, ratificando a dicotomia progressistas-conservadores que envolveu o clero brasileiro e latino-americano naqueles tempos de Guerra Fria, especificamente após as conferências de Medelín, Colômbia (24 de agosto a 6 de setembro de 1968) e de Puebla (Puebla de los Ángeles, 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979.

O que não significa que tanto o catolicismo brasileiro quanto o argentino, naquele contexto político e social, não tenham experimentado contradições e problemas de mesma natureza, como contarem com membros que vivenciaram relações de aliança e de conflito entre a igreja e o regime ditatorial, de colaboracionismo e de resistência. E de terem visto homens e mulheres de suas fileiras sangrarem nas mãos da violência ditatorial, realidade que foi mais radical entre o clero argentino.[232] Tática utilizada também quando Dom Paulo Arns se dirigiu ao Presidente Alfredo Stroessner (1912-2006) do Paraguai, em 1979, manifestando a sua preocupação com a situação humanitária dos inúmeros presos políticos encarcerados no país:

> Me dirijo a V.E. con mis saludos y con la inquietud suscitada por las informaciones em torno al confinamiento Del Dr. Domingo Latino [...] Le invito interceda a fines

---

[231] *Carta do Arcebispo Metropolitano de São Paulo ao Cardeal Raul Francisco Primatesta*. 22 de dezembro de 1979. Fonte: Fundo Clamor- CEDIC / PUC – SP.

[232] *Sobre o clero militante argentino resistente à ditadura destacamos CATOGGIO*, Maria Soledad- *Los desaparecidos de la iglesia*; el clero contestatário frente a la dictadura. Buenos Aires: Siglo Veintiuno. 2016.

> de que as tomen las medidas para asegurar la vigencia de los derechos humanos acorde a los principios de nuestra fe cristiana. [233]

E ainda em 1980, reportando-se ao embaixador da Suíça em Buenos Aires, tratando da situação de um cidadão uruguaio detido e contemplado com a concessão de asilo político no país europeu, cuja família encontrava-se em São Paulo: "... dirijo-me a V. Exa. para que, através dos vossos bons ofícios, seja comunicado ao governo argentino a nossa preocupação de que a sua libertação ocorra com a maior brevidade possível."[234]

O Reverendo Presbiteriano Jaime Wright também fez uso intenso do expediente da correspondência diplomática, como quando solicitou ao Papa João Paulo II, em nome do Cardeal Dom Paulo Arns, uma audiência privada por ocasião da visita do Sumo Pontífice ao Brasil em 1980. Foi, então, que Dom Paulo entregou ao Papa uma lista com os nomes de desaparecidos políticos de diferentes países do Cone Sul, o que estimulou o início de um trabalho de maior fôlego, redundando na posterior confecção da relação específica dos argentinos desaparecidos, também entregue ao mesmo Papa, em 1983. Uma cópia igualmente foi destinada ao Rei Juan Carlos da Espanha.[283]

A confecção dessa relação constituiu um dos mais relevantes trabalhos do Grupo Clamor, liderado pelos exilados argentinos que militavam no Comitê. Eles elaboraram e atualizaram paulatinamente essa relação de desaparecidos políticos em seu país, que acabou por ser entregue, em fins de 1983, ao então eleito presidente Raul Alfonsín, constituindo a base da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas– CONADEP.[235]

Jaime Wright, por intermédio de sua ligação com o CMI e a comunidade protestante norte-americana, conseguiu um encontro relâmpago entre o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016) e o presidente norte-americano Jimmy Carter (1924-), de credo Batista e politicamente identificado com a questão dos direitos humanos. A bordo do veículo que conduzia o presidente ao aeroporto do Rio de Janeiro, Dom Paulo entregou a Carter uma lista de desaparecidos sul-americanos e também uma lista com os nomes de dezesseis desaparecidos políticos brasileiros, tanto em território nacional como em outros países do Cone Sul.[285]

---

[233] *Telegrama do Arcebispo Metropolitano de São Paulo ao Presidente Alfredo Stroessner*. 26 de setembro de 1979. Fonte: Fundo Clamor- CEDIC / PUC – SP.

[234] *Carta do Arcebispo Metropolitano de São Paulo ao Embaixador Suíço em Buenos Aires*. 02 de janeiro de 1980. Fonte: Fundo Clamor- CEDIC / PUC – SP. [283]- LIMA, op. cit., p.179.

[235] Instalada em 15 de dezembro de 1983, sob a presidência do escritor Ernesto Sábato (1911-2011) para apurar as responsabilidades sobre as graves violações aos direitos humanos praticadas pelos agentes estatais durante a guerra suja da ditadura argentina, que conduziu ao registro das apurações na obra *Nunca Más*, de setembro de 1984, que abriu caminho para a série de julgamentos dos membros da Junta Militar ao longo de 1985.

[285] ROCHA, op. cit., pp. 292-293.

Jaime Wright também foi signatário de gestões dirigidas ao ACNUR, solicitando a elaboração de projetos que contemplassem os exilados e os refugiados sul americanos no Brasil. Em 1983 dirigiu-se ao governo Raul Alfonsín, pressionando pela aprovação da Lei Nápoli[236] e ainda, no mesmo ano, demandando ao presidente peruano Alan Garcia a resolução pacífica dos conflitos ligados a acirrada greve dos mineiros.

Dedicaremos, ainda no presente capítulo, uma análise sobre a trajetória política do Reverendo Jaime Nelson Wright, um dos mais destacados e pouco estudados militantes da defesa dos direitos humanos, da democracia e da liberdade no Brasil e na América Latina na segunda metade do século XX. Nas palavras de um biógrafo, "O Pastor dos Torturados."[237]

A partir de 1979, o padre franco-canadense Robert Grand-Maison passou a colaborar cotidianamente com o Clamor, incrementando a capacidade do Comitê de aproveitar qualquer nova oportunidade e possibilidade de ação, o que foi denominado pelo religioso como uma "improvisação desorganizada".

Jaime Wright preferia chamar a tática de 'teologia das brechas'. Para Grand-Maison o Clamor estava sempre procurando as "brechas" deixadas pelas diversas ditaduras do Cone Sul, misturando ousadia, criatividade e uma percepção aguçada acerca das oportunidades para denunciar internacionalmente as recorrentes violações aos direitos humanos.

Foi o que aconteceu em 1981, quando conseguiram se infiltrar em um almoço oferecido ao ex-primeiro-ministro canadense Pierre Elliot Trudeau, realizado no hotel Hilton de São Paulo, convidado de honra da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, cuja visita oficial ao Brasil fazia parte da estratégia de campanha pela América Latina, visando a eleição ao cargo de Secretário-Geral da ONU.

Era uma oportunidade mais do que significativa para o Clamor colocar em prática tal tática, então assim concebida pelo Reverendo Jaime Wright (1927-1999): "...o Clamor estava sempre ocupando as brechas e lacunas deixadas pelas ditaduras, misturando ousadia, criatividade e uma percepção aguçada das oportunidades para denunciar as violações de direitos humanos." [238]

Além da denúncia internacional das violações praticadas pelas ditaduras de segurança nacional, o grupo ainda tinha dois outros objetivos: acolher e apoiar materialmente os

[236] Lei argentina que possibilitou a revogação de sentenças e a liberdade dos presos políticos condenados em processos militares sem o devido direito de defesa (1983).
[237] DASILIO, Derval. *Jaime* Wright, o pastor dos torturados. Rio de Janeiro: Metanoia, 2012.
[238] LIMA, op. cit., p.167.

expatriados e chamar a atenção para a causa dos milhares de exilados e refugiados gerados pelo terror de estado no Cone Sul.[239]

Por ocasião do almoço, o plano era entregar ao ex-primeiro ministro uma carta explicando o trabalho do Clamor e também um documento com evidências da tragédia humanitária do exílio no Cone Sul. Roberto Grand-Maison[240] foi o escolhido para chegar até Pierre Trudeau

> A questão era como entregar uma carta nas mãos de Trudeau e não nas mãos de um assessor [...] Jaime comprou cinco ingressos para o almoço. Ele, mais Roberto, Michael, Luiz Eduardo e eu, chegamos cedo para conseguir lugares perto da mesa principal [...] decidimos que o melhor momento para Roberto entregar a carta seria um pouco antes da sobremesa. Esperamos tensos pelo momento exato...e quando chegou a hora, Roberto se levantou e caminhou rapidamente na direção da mesa principal. Quando ele chegou perto de Pierre Trudeau a sala inteira ficou em silêncio, surpresa. Roberto não perdeu tempo, cumprimentou Trudeau em francês, identificou-se, e disse que era colega do Cobert, um padre que ele sabia ser conhecido de Trudeau. A essa altura Roberto já estava rodeado de seguranças, prontos para arrastá-lo para fora. Mas Trudeau pediu a eles que se afastassem.
> Escutou atentamente quando Roberto contou um pouco sobre o Clamor e pediu sua atenção para o problema dos refugiados, entregando a carta que havíamos preparado. Nosso amigo retornou da mesa triunfante. A tensão se dissipou e atacamos a generosa sobremesa. Quando Trudeau fez seu discurso após o almoço, ele mencionou a carta que já havia lido. Depois de voltar ao Canadá, a correspondência com o Clamor continuou.[241]

A atuação do Clamor foi viabilizada em grande parte em função do financiamento e das doações, proporcionadas por diversas organizações humanitárias, sobretudo as internacionais, de cunho religioso e cristão, viabilizando rotinas como o custeio de passagens, a manutenção de linhas telefônicas, despesas com correios, estrutura de escritório, publicações, anúncios em jornais, etc.

Como aludimos os principais financiadores do trabalho do Comitê, com exceção da Anistia Internacional, foram as entidades religiosas, majoritariamente as do campo cristão protestante, tais como a Algemeen Diakonaal Bureau da Holanda, a Ação Ecumênica Sueca, a United Church of Canadá, a Knox United Presbyterian Church dos EUA.

Não por acaso, o maior aporte financeiro veio justamente do CMI, por intermédio de Charles Harper, representante da instituição para a questão dos direitos humanos na América Latina, com a anuência do próprio Secretário-Geral da entidade, Philip Potter, ambos amigos de longa data de Jaime Wright.

---

[239] PADRÓS, Enrique Serra. *Clamor: a solidariedade contra o terrorismo de Estado e a Operação Condor.* Revista do Programa de Estudos Pós Graduados em História-Projeto História, PUC-SP, v.50, 2014, p.71.

[240] Pertencente à Ordem de Santa Cruz, Grand Maison, que tinha se incorporado ao Clamor ainda em 1978, costumava chamar a teologia das brechas de "improvisação organizada".

[241] ROCHA, op. cit., pp.291-292.

E foi sem dúvida o Reverendo Jaime Wright o grande "fiador" do apoio financeiro do CMI ao grupo Clamor. Importante citar que o CMI colaborou também com o repasse de fundos para as ações humanitárias e políticas das Rede Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e do CBS.[242] Sempre por intermédio da figura de Wright.

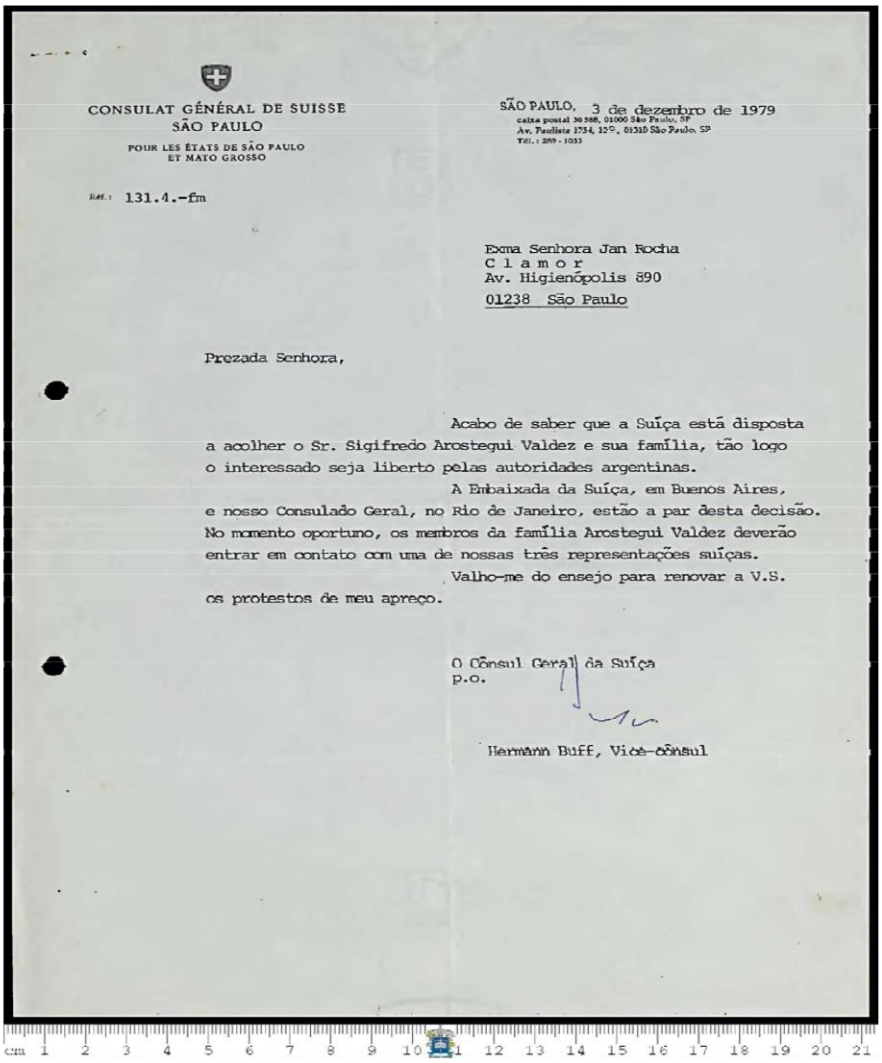
Fazendo jus ao seu slogan, que "a solidariedade não tinha fronteiras", o Clamor, assim como o CBS e, em menor escala a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, atuou em estreita colaboração com diversas entidades humanitárias das Américas e da Europa. Desde a troca de informações e relatos sobre violações, passando por vocalizações de denúncias e o apoio logístico e financeiro, em mão dupla.

Na América do Sul, relações bastante estreitas foram construídas com as Mães e Avós argentinas da Praça de Maio e o Serviço de Paz e Justiça - SERPAJ. Foram parceiros (as) também, entre outras, a Comissão Chilena de Direitos Humanos, a Comissão Andina de Juristas, a Assembleia Permanente dos Direitos Humanos, a Fundação de Ajuda Social às igrejas cristãs, a Federação Latino Americana de Associações de Familiares de Detidos e Desaparecidos e a Associação Centro Americana de Familiares de Detidos-Desaparecidos.[243]

[242] Ibid., p.34 e LIMA, op. cit., pp.55-56.

[243] FRAGA, Guilherme Barboza – *Clamores contra as ditaduras do Cone Sul: O Grupo Clamor e a solidariedade em defesa dos perseguidos políticos e seus familiares.* UFRS/PPGH. Dissertação de mestrado. 2020. p. 89 e 91.

Figura 4



CONSULAT GÉNÉRAL DE SUISSE
SÃO PAULO
POUR LES ÉTATS DE SÃO PAULO
ET MATO GROSSO

SÃO PAULO, 3 de dezembro de 1979
caixa postal 30.588, 01000 São Paulo, SP
Av. Paulista 1754, 2.º, 01310 São Paulo, SP
Tel.: 289 - 1033

Ref.: 131.4.-fm

Exma Senhora Jan Rocha
C l a m o r
Av. Higienópolis 890
01238 São Paulo

Prezada Senhora,

Acabo de saber que a Suíça está disposta a acolher o Sr. Sigifredo Arostegui Valdez e sua família, tão logo o interessado seja liberto pelas autoridades argentinas.

A Embaixada da Suíça, em Buenos Aires, e nosso Consulado Geral, no Rio de Janeiro, estão a par desta decisão. No momento oportuno, os membros da família Arostegui Valdez deverão entrar em contato com uma de nossas três representações suíças.

Valho-me do ensejo para renovar a V.S. os protestos de meu apreço.

O Cônsul Geral da Suíça
p.o.

Hermann Buff, Vice-cônsul

Juristas, a Assembleia Permanente dos Direitos Humanos, a Fundação de Ajuda Social às

Entre as organizações não governamentais de atuação mundial interagiu frequentemente com a Human Right Internet, a SOS Torture, a Anistia Internacional e a própria Organização das Nações Unidas, representada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados –ACNUR.

O Grupo Clamor atuou de maneira intensa em campanhas direcionadas à situação das dezenas de crianças sequestradas, filhas de casais de ativistas políticos chilenos, uruguaios e, principalmente, argentinos, subtraídos de seus pais quando os mesmos foram detidos pelas forças de repressão e ou nascidas nos cativeiros das ditaduras e arrancadas de suas mães.

Nessa frente, atuou em intensa parceria com as organizações das Mães e Avós da Praça de Maio e, sobretudo, com as *Abuelas*, compartilhando informações, financiando anúncios na imprensa, brasileira e internacional, editando boletins com denúncias dos casos de sequestro e promovendo e participando de atos públicos pela causa.

Momentos singulares nessa interação e intercâmbio foram ainda o apoio jurídico na busca dessas crianças, inclusive fora da Argentina e do Uruguai, além do financiamento e a confecção, para as Mães e Avós argentinas, dos calendários dos anos de 1983 e 1984, com as fotografias de dezenas dessas crianças desaparecidas estampadas nas páginas dos meses.[244]

Os membros do Clamor, com o apoio logístico e jurídico de colaboradores locais promoveram visitas a presos políticos em vários cárceres do Cone Sul, coletando e vocalizando denúncias de graves violações aos direitos humanos. A organização e a participação do Grupo em seminários e conferências internacionais de direitos humanos, no Brasil e na América Latina foram recorrentes.

Apesar de centrar sua atuação sobre a realidade política e humanitária dos países do Cone Sul, o Comitê passou a dar voz aos casos de violações à dignidade humana em países, como Costa Rica, El Salvador, Honduras e Nicarágua. E, para meados da mesma década, a casos congêneres na África e na Ásia, especialmente nas Filipinas.

Focou também em questões nacionais, como a tensa situação dos brasiguaios.[245] Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988, atuou na proposição de projetos voltados para questões vinculadas aos direitos humanos, a saber, a criminalização da tortura, a revogação da Lei de Segurança Nacional e a legislação de estrangeiros e de refúgio.

Algumas dessas proposições foram apresentadas no IV Congresso Nacional de Direitos Humanos, realizado na cidade do Recife, em janeiro de 1986. Entre elas estavam a efetiva aplicação das convenções internacionais sobre os direitos humanos e a suspensão das relações diplomáticas com os países que violassem esses direitos. Olhando em retrospectiva, podemos dizer que entre 1978 e 1985 o Clamor viveu as suas fases de conspiração e de ação contra os regimes ditatoriais do Cone Sul. A partir de então e até ao final da década, quando

---

[244] Ibid., p.128-131 e ROCHA, op. cit., pp. 127-134.

[245] Situação de milhares de brasileiros, principalmente do oeste do Paraná e do Mato Grosso, que a partir dos anos sessenta, atraídos pela oferta de terra barata no Paraguai, migraram para aquele país, passando a enfrentar progressivamente a violência e a xenofobia no campo paraguaio. Em 1985, houve um grande movimento de retorno ao Brasil, possibilitando a formação de acampamentos improvisados para os refugiados, como o de Mundo Novo (MS). Ver COSTA, Jéssica Ausier da. Artigo "As relações bilaterais Brasil- Paraguai e a problemática dos 'brasiguaios' ". Revista Habitus, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2009.

os grupos ligados às questões dos direitos humanos na região recobraram a possibilidade de livre atuação política e em função da aceleração dos processos de redemocratização na região[246], o Comitê assumiu o papel de guardião de uma memória de luta política contra o arbítrio**,** legando para a historiografia um rico acervo documental, depositado atualmente no CEDIC/PUC-SP.

Todavia, houve um ponto de inflexão no pós-ditaduras e na justiça de transição: a ousada atitude do Juiz espanhol Baltazar Garzón, que com base nos princípios da extraterritorialidade e da jurisdição nacional, requereu ao governo Britânico a detenção e a extradição do general Augusto Pinochet (1998-2000), em Londres.

Contra o ditador, pesava a acusação pelo assassinato, tortura e genocídio de cidadãos espanhóis durante a ditadura chilena (1973-1990), iniciativa que produziu um fecundo momento de rediscussão dos 'passivos' criminosos deixados pelas ditaduras de segurança nacional nos países do Cone Sul.

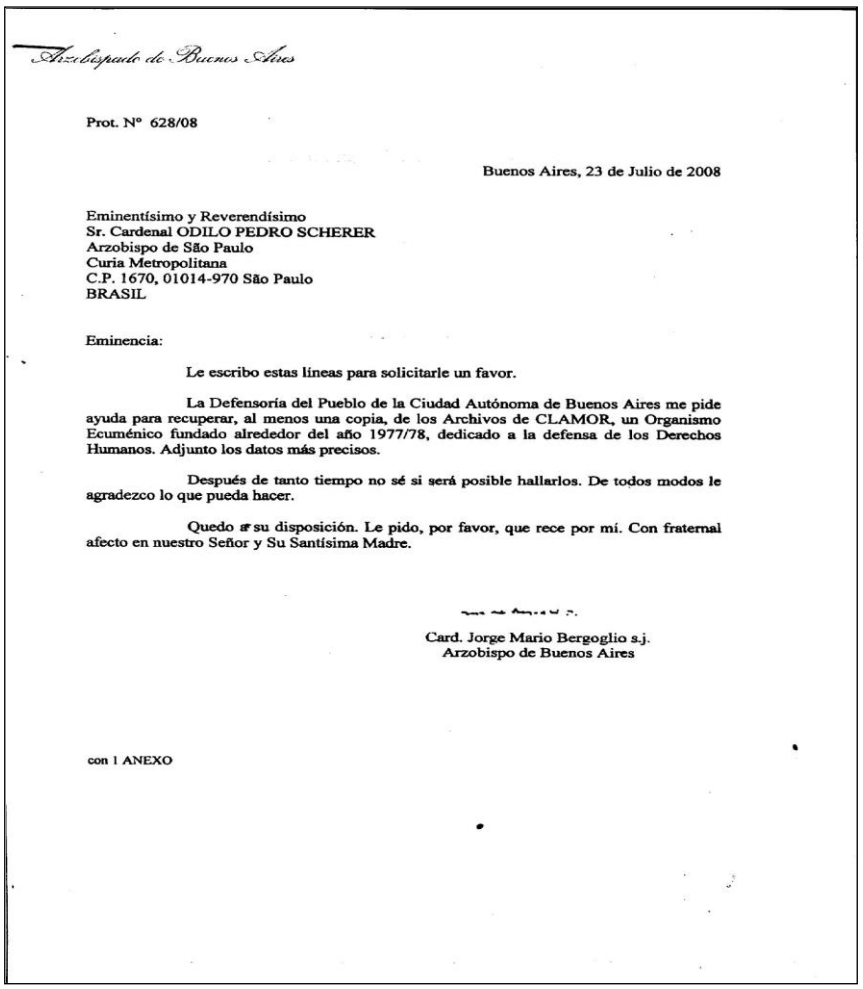
Questões como a dos desaparecidos políticos, a revisão das anistias e dos indultos, a responsabilização criminal dos torturadores, o sequestro das crianças filhas de militantes, entre outras e a busca pela memória, verdade, justiça e reparação, ganharam espaço e visibilidade na opinião pública internacional.

Em consequência, a busca aos arquivos (Fig. 5) do período ditatorial se intensificou. Instituições de guarda documental como o CEDIC registraram um expressivo aumento nas solicitações de consulta, tanto de brasileiros como de estrangeiros, ávidos na busca de evidências das ações criminosas daqueles regimes de exceção que subsidiassem processos judiciais de indenização-reparação contra o Estado e os seus agentes.

Heloísa de Faria Cruz, diretora do referido CEDIC, corrobora essa prestação pública de serviço internacional à causa dos direitos humanos:

> o acervo do CLAMOR, nominado pelo Programa da UNESCO como Memória do Mundo, é um registro importante não só da preservação da memória dos atos de solidariedade e resistência às ditaduras, mas também um espaço de constituição de provas e evidências para a busca de reparação e outras medidas de justiça transicional.[247]

[246] Já em 1985, Argentina, Bolívia, Brasil e Uruguai experimentavam a realidade das transições democráticas, ao contrário de Chile e Paraguai, que iniciaram seus processos de redemocratização a partir de 1989.
[247] CRUZ, Heloísa de Faria- *Preservação e Patrimonialização do acervo do Comitê de Direitos Humanos*. CLAMOR - 1978/1990. *Revista Memória em Rede*, v. 5, pp. 1-14, 2015. p. 1.



Arzobispado de Buenos Aires

Prot. N° 628/08

Buenos Aires, 23 de Julio de 2008

Eminentísimo y Reverendísimo
Sr. Cardenal ODILO PEDRO SCHERER
Arzobispo de São Paulo
Curia Metropolitana
C.P. 1670, 01014-970 São Paulo
BRASIL

Eminencia:

Le escribo estas líneas para solicitarle un favor.

La Defensoría del Pueblo de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires me pide ayuda para recuperar, al menos una copia, de los Archivos de CLAMOR, un Organismo Ecuménico fundado alrededor del año 1977/78, dedicado a la defensa de los Derechos Humanos. Adjunto los datos más precisos.

Después de tanto tiempo no sé si será posible hallarlos. De todos modos le agradezco lo que pueda hacer.

Quedo a su disposición. Le pido, por favor, que rece por mí. Con fraternal afecto en nuestro Señor y Su Santísima Madre.

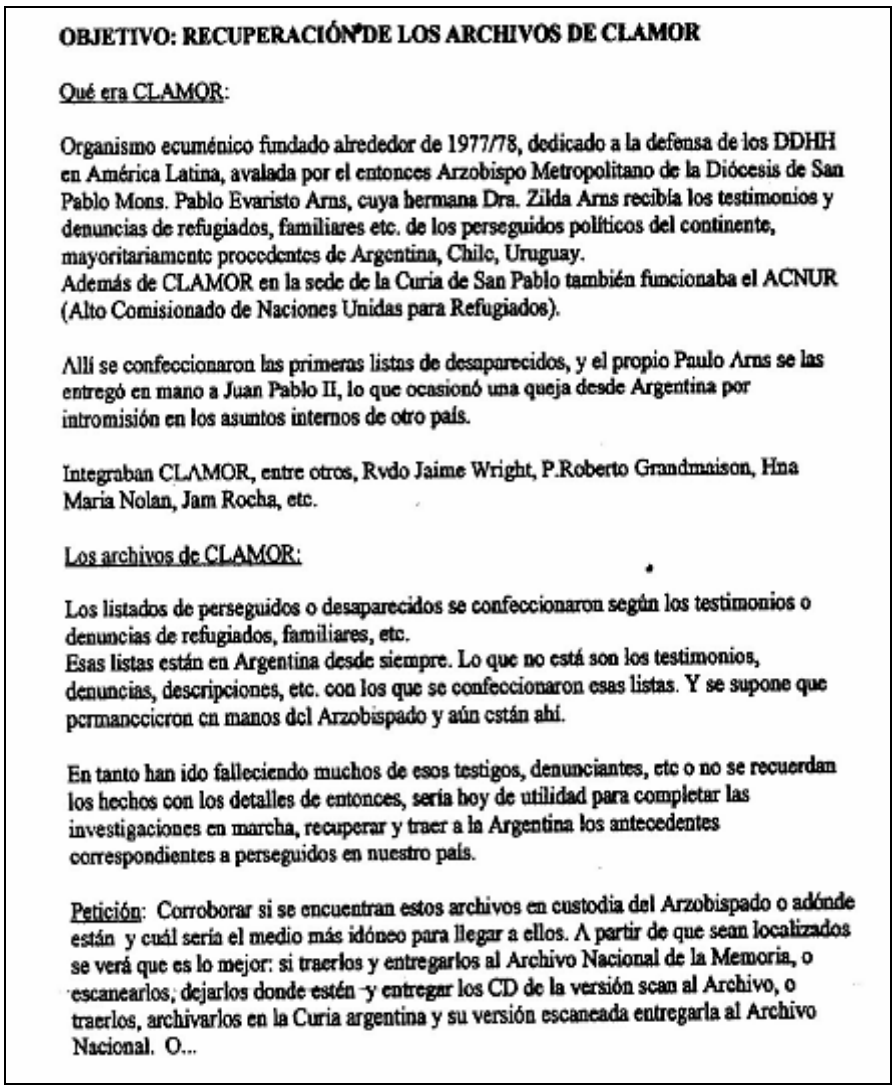
Card. Jorge Mario Bergoglio s.j.
Arzobispo de Buenos Aires

con 1 ANEXO

Conseguimos localizar um exemplo dos mais valiosos dessas demandas, que foi a solicitação de cooperação internacional encaminhada em 2008 ao CEDIC pelo Cardeal Arcebispo de Buenos Aires, Jorge Mario Bergoglio, a pedido da Defensoria do Povo da Cidade Autônoma de Buenos Aires, para a busca nos arquivos do Clamor de registros das denúncias e dos testemunhos acerca de argentinos perseguidos e desaparecido durante a ditadura iniciada em 1976, cuja solicitação e anexo ora reproduzimos.[248]

[248] Segundo Ana Célia Navarro, historiadora e arquivista que liderou a organização do Fundo Clamor, o CEDIC também recebeu advogados argentinos interessados em registros sobre o campo de concentração-centro de detenção clandestino de Villa Budge, também conhecido como Transradio Internacional S.A. ou “La 205”.

Figura 5



**OBJETIVO: RECUPERACIÓN DE LOS ARCHIVOS DE CLAMOR**

Qué era CLAMOR:

Organismo ecuménico fundado alrededor de 1977/78, dedicado a la defensa de los DDHH en América Latina, avalada por el entonces Arzobispo Metropolitano de la Diócesis de San Pablo Mons. Pablo Evaristo Arns, cuya hermana Dra. Zilda Arns recibía los testimonios y denuncias de refugiados, familiares etc. de los perseguidos políticos del continente, mayoritariamente procedentes de Argentina, Chile, Uruguay.
Además de CLAMOR en la sede de la Curia de San Pablo también funcionaba el ACNUR (Alto Comisionado de Naciones Unidas para Refugiados).

Allí se confeccionaron las primeras listas de desaparecidos, y el propio Paulo Arns se las entregó en mano a Juan Pablo II, lo que ocasionó una queja desde Argentina por intromisión en los asuntos internos de otro país.

Integraban CLAMOR, entre otros, Rvdo Jaime Wright, P.Roberto Grandmaison, Hna Maria Nolan, Jam Rocha, etc.

Los archivos de CLAMOR:

Los listados de perseguidos o desaparecidos se confeccionaron según los testimonios o denuncias de refugiados, familiares, etc.
Esas listas están en Argentina desde siempre. Lo que no está son los testimonios, denuncias, descripciones, etc. con los que se confeccionaron esas listas. Y se supone que permanecieron en manos del Arzobispado y aún están ahí.

En tanto han ido falleciendo muchos de esos testigos, denunciantes, etc o no se recuerdan los hechos con los detalles de entonces, sería hoy de utilidad para completar las investigaciones en marcha, recuperar y traer a la Argentina los antecedentes correspondientes a perseguidos en nuestro país.

Petición: Corroborar si se encuentran estos archivos en custodia del Arzobispado o adónde están y cuál sería el medio más idóneo para llegar a ellos. A partir de que sean localizados se verá que es lo mejor: si traerlos y entregarlos al Archivo Nacional de la Memoria, o escanearlos, dejarlos donde estén y entregar los CD de la versión scan al Archivo, o traerlos, archivarlos en la Curia argentina y su versión escaneada entregarla al Archivo Nacional. O...

## 3.4 O Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina – C.B.S.

> "Sentia que precisava fazer alguma coisa, aplacar o sentimento de culpa por ter partido. No CBS encontrei os meus pares. Lá não havia distinção de tarefas entre os brasileiros e os exilados, um corpo só, sem hierarquia dos mais antigos. No Comitê encontrei amigos, irmãos que acalento até hoje" (Amélia Uzin, exilada argentina em São Paulo, militante do CBS e do Clamor)

Dentre as três redes de solidariedade brasileiras constituídas em acolhimento e proteção aos milhares de exilados sul-americanos em trânsito pelo Brasil enfocadas na presente tese, o Comitê Brasileiro de Solidariedade ao Povos da América Latina – CBS foi a última a se constituir.

Fundado em fevereiro de 1980 na cidade de São Paulo, desenvolveu suas atividades de militância política e humanitária até 1985. Inicia oficialmente seu trabalho engajando-se em uma campanha pública, com a presença do renomado ativista argentino Adolfo Perez Esquivel[249], de coleta de assinaturas no Brasil em apoio a indicação da organização Mães da Praça de Maio argentinas ao Prêmio Nobel da Paz de 1981. A jornalista Jan Rocha, uma das fundadoras do Grupo Clamor e contemporânea de lutas humanitárias naqueles tempos sombrios nos contempla com seu testemunho privilegiado, demonstrando, inclusive, a parceria entre os dois grupos paulistanos na militância antiditatorial:

> O Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina (CBS) foi inaugurado em 1980 por um grupo de brasileiros e exilados. Seu coordenador era o jornalista Octávio de Souza e entre os membros brasileiros, Fernanda Coelho foi uma das mais ativas. O CBS não se restringia ao Cone Sul, também organizava campanhas para denunciar a repressão em países da América Central, como El Salvador e Guatemala. Imprimiam e distribuíam panfletos sobre violações de direitos humanos, aproveitando informações reunidas pelo Clamor. Organizavam manifestações em frente ao consulado americano para denunciar a política dos EUA na América Central.[250]

Definindo-se como um grupo apartidário, o CBS se organizou a partir da iniciativa de militantes brasileiros, defensores das liberdades democráticas, engajados nas lutas da sociedade pela anistia e pela redemocratização, com o apoio de grupos com experiência no trabalho de defesa dos direitos humanos no Brasil e no Cone Sul, como o CBA/SP[251], o Clamor e as instituições religiosas, com grande tradição no trabalho humanitário.

Um de seus pontos fortes, fator de credibilidade e agregação de apoios, foi contar ao longo de seus atos públicos e debates com a participação de expoentes da sociedade civil em diversas áreas. Jornalistas como Jan Rocha, Jaime Wright, Clóvis Rossi, David de Moraes, Mariza Marega; advogados como José Carlos Dias, Luiz Eduardo Greenhalgh, Osmar Ferri e Belisário dos Santos Jr; acadêmicos e professores como Octávio Ianni, Milton Santos, Pedro Pontual e Antônio Cândido e políticos como Marcelo Cerqueira e Almino Affonso.

---

[249] Adolfo Pérez Esquivel (1931-) arquiteto e escultor argentino, ativista pelos direitos humanos na América Latina, foi um dos fundadores, em 1974, do Serviço de Paz e Justiça da América Latina. Pelo trabalho de denúncia internacional aos crimes da ditadura argentina foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz em 1980.

[250] ROCHA, op. cit., pp.161-162.

[251] Os Comitês Brasileiros Pela Anistia – CBA surgem no Brasil ao longo de 1978, por iniciativa da sociedade civil, com núcleos de advogados, militantes dos direitos humanos e familiares de presos políticos e desaparecidos, visando a obtenção de anistia ampla, geral e irrestrita, contra os atos de exceção da Lei de Segurança Nacional e da ditadura. Eram núcleos estaduais, autônomos, se organizando primeiramente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Com a edição da Lei da Anistia em 1979, foram aos poucos se desmobilizando no início da década de 1980, se convertendo em entidades de defesa dos direitos humanos e atuando pela causa dos presos políticos. Ver: https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comite-brasileiro-pela-anistia-cba .

Ao longo das entrevistas da pesquisa constatamos que muitos desses militantes, inclusive os exilados, participaram ativamente das lutas da sociedade civil brasileira das décadas de 70 e 80 que conduziram, entre outras conquistas, à formação do Partido dos Trabalhadores – PT[252] e da Central Única dos Trabalhadores- CUT[253].

Foram fundadores e filiados de primeira hora do partido[254]. Mulheres e homens como a cientista social Fernanda Coelho, a estudante Mara Luz, a assistente social Maria Auxiliadora Arantes, o ex-preso político Aton Fon Filho[255], a ativista pela causa dos familiares de mortos e desaparecidos, Suzana Lisboa e o jornalista Hamilton de Souza. Tendo a companhia militante de diversos exilados. E esses exilados-militantes tinham nome, carregavam histórias de perseguição, violência, traumas e expatriação. Em 1977 a argentina Amélia Uzin era uma estudante de medicina em Buenos Aires, militando na Juventude Peronista e no grupo Montoneros. A contínua "queda" de companheiros de militância e o desaparecimento do irmão sinalizam para a radicalização do aparelho repressivo.

Utilizamos o termo *exilados-militantes* a partir da análise dos testemunhos dos exilados sul-americanos que militaram no CBS. Em mais de um depoimento, eles aludiram a compatriotas que, ao contrário dos engajados nas atividades de resistência do Comitê, mantiveram-se afastados da militância política de resistência no Brasil.

Em meio a permanência legal, mesmo que provisória, com visto de turista, ou à clandestinidade, buscaram tocar suas vidas prosaicamente, preocupando-se com a sobrevivência, muitas vezes em ocupações provisórias, de baixa remuneração, os cuidados com a família, a adaptação a uma nova língua e cultura.

O jornalista Hamilton Octávio de Souza, que militou tanto no Clamor quanto no CBS, destaca, sintomaticamente, que "os membros argentinos do CBS pertenciam a diferentes tendências políticas em seus países de origem, mas colocavam a solidariedade em primeiro lugar, denunciando os regimes argentino ou uruguaio. Eles eliminavam a ideia de um 'dono' (da luta), renunciavam a seus propósitos particulares".[256]

---

[252] A fundação oficial do Partido dos Trabalhadores – PT data de 10 de fevereiro de 1980, na cidade de São Paulo.

[253] A Central Única dos Trabalhadores – CUT é uma entidade de representação sindical, foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, São Paulo.

[254] Depoimentos concedidos ao autor: Fernanda Coelho, fundadora do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina – CBS. São Paulo, via telefone, em 17 de abril de 2021; Hamilton Otávio de Souza, jornalista, fundador do CBS. São Paulo, via e-mail, em 17/05/21; Felix Sanchez, sociólogo, paraguaio, naturalizado brasileiro. São Paulo, em 25 de maio de 2021, via Google Meet.

[255] Aton Fon Filho foi militante da Aliança Libertadora Nacional – ALN, torturado e preso por dez anos (19691979).

[256] Apud. in ROCHA, 2018, p.162.

Logo em seguida, Amélia foi detida, sofrendo violência psicológica (nua, com braços e pernas amarradas por fios) ao longo de dois dias. Relembra que quando possivelmente iria ser submetida a tortura, uma pessoa entrou na sala ordenando que a sessão fosse interrompida, libertando-a horas depois no bosque de Palermo.

Juntamente com a família contratam um advogado e iniciam um périplo pelo Ministério do Interior e em outros órgãos de segurança e no Ministério do Exército em busca de informações do paradeiro do irmão, há dias desaparecido, sem sucesso. Apelam também para a Igreja Católica, frustrando-se da mesma forma. Aquela situação opressiva mostrava que era hora de sair da Argentina. E foi o que Amélia e o seu companheiro fizeram, ainda em 1977, de maneira tempestiva:

> Eu e meu companheiro fugimos para o Brasil ("país estranho, carnaval, samba"). Fomos na "cara e coragem" pela fronteira de Uruguaiana e Passos de Los Libres, por ônibus, taxi. Eu tinha 20 anos e minha mãe não sabia que eu tinha ido. Fui barrada na fronteira argentina por ter menos de 21 anos. Pagamos ao policial para passar, a mesma coisa no lado brasileiro, quando o agente nos pediu *plata*. Eu tinha o contato de um ex-colega da faculdade de medicina que residia em Porto Alegre, que nos acolheu, nos acomodando em uma residência onde moravam estudantes. Fomos bem recebidos.[257]

Porto Alegre foi uma primeira escala no exílio de Uzin. Seu companheiro, de ascendência italiana, conseguiu contatar parentes em São Paulo pedindo apoio, uma vez que estavam sem dinheiro e perspectivas. Acabam rumando para capital paulistana. Uma nova escala em um país estranho, uma nova necessidade de adaptação, dessa vez na maior e mais culturalmente diversa das cidades brasileiras, carregando ao mesmo tempo as incertezas dessa ruptura e a esperança de um breve retorno à Argentina:

> Não queríamos formalizar junto ao escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados- ACNUR a condição de refúgio. Preferíamos a clandestinidade, pois achávamos que voltaríamos em nove meses. Estávamos com o visto de turista, que precisava ser renovado a cada seis meses. Depois fomos morar junto com outros argentinos no bairro do Sumaré, em um quartinho. Conseguimos o primeiro emprego com um argentino radicado em São Paulo, em uma fábrica de acessórios de calçados, que empregava, sem direitos trabalhistas outros estrangeiros, como argentinos, chilenos, uruguaios. Eu trabalhava como na lixadeira, como polidora e na montagem. Conseguimos alugar um apartamento em outro bairro, no Cambuci. Meu primeiro filho nasce em 1978 na Santa Casa de São Paulo. Tudo foi excelente. Atendimento, pré-natal, parto. A mesma coisa com o segundo filho. Tive resistência em me adaptar, levando quase dois anos. Tentei aprender a língua ("eu abria a boca e era argentina..."). Eu permaneci clandestina enquanto meu companheiro renovava o visto periodicamente. Em 1980 conseguimos a

[257] Depoimento concedido ao autor, por Amélia Uzin, Argentina de Paraná/Entre Rios, através de vídeo chamada, em 26 de março de 2021.

> documentação de residente. Tivemos outras mudanças de lares, alugando casas com outros argentinos.[258]

Amélia faz uma importante distinção entre os exilados argentinos estabelecidos em São Paulo. Havia os com militância política e os sem militância. Destaca, por exemplo, que foram esses últimos que estabeleceram uma verdadeira 'rede dentro da rede', que 'deram tudo para os bebês', que apoiaram materialmente a ela e aos seus dois filhos, nascidos no Brasil, destaque-se, na Santa Casa de Misericórdia, uma instituição filantrópica, que conta com recursos públicos.

Entretanto, ela destaca que se inseriu no outro grupo, que congregava os exilados argentinos, em grande maioria clandestinos, com atividade política de ativismo e de resistência às ditaduras de segurança nacional:

> Militei com outros argentinos pelos direitos humanos entre 1980 e 1981 no CBS, tendo colaboração também com o Clamor. Utilizávamos o teatro, a música e a exibição de filmes, em itinerância, por bairros da periferia e em paróquias, como instrumento de politização. Fizemos também atividades pró El Salvador e Nicarágua. Em relação a El Salvador, causava muito impacto a exibição do documentário sobre a violência da ditadura e da guerra civil. Em seguida o grupo teatral Galo de Briga dramatizava o espetáculo "El Salvador, dá cá um abraço". Fizemos muitas camisetas em silk screen, com a logo do CBS e vendíamos na PUC e outros locais para angariar recursos para as atividades de militância. Produzimos também um audiovisual sobre os desaparecidos argentinos, com fotos e texto narrado pela Suzana Lisboa. Me considerava uma tarefeira. Era do grupo de exilados argentinos que faziam as coisas, "tarefeiros", ao contrário de outros, menos ativos, que denominávamos de "reflexivos."[259]

O jovem cidadão uruguaio Abayuba Grassi, natural de Montevideo, foi outro desse exilados militantes que atuaram no CBS na década de 1980, trazendo na bagagem a experiência de luta e de resistência estudantil e nos coletivos de bairros; bem como na mente e no corpo, as marcas do cárcere e da tortura sofridos por dissidência política:

> Em 1973 eu era um estudante, militando no grêmio secundarista e na associação barrial. Participava também de uma organização anarco sindicalista, chamada Resistência Obrera Estudantil. Fui preso em 1975, aos 18 anos, com mais vinte companheiros e companheiras. Fui torturado física e psiquicamente, permanecendo encarcerado até 1979. Em 1980 retornei à militância, fazendo campanha pelo *não* no plebiscito sobre a constituição da ditadura. Novamente perseguido, fugi clandestinamente para o Brasil com outros companheiros. Fomos ajudados por exilados uruguaios e brasileiros vinculados à defesa dos direitos humanos, como Jair Krischke. Logo em seguida eu e outros companheiros fomos para São Paulo, buscando a Cúria Metropolitana como forma de pleitear a condição de refugiados. Meu objetivo era permanecer no Brasil, mas acabei solicitando asilo em dois países com tradição, como México e Espanha. As dificuldades foram muitas. O Brasil era também uma ditadura, um pouco mais branda e já se havia conseguido a anistia. E

[258] Depoimento concedido ao autor por Amélia Uzin, em 26 de março de 2021.
[259] Depoimento concedido ao autor por Amélia Uzin, em 26 de março de 2021 e 19 de maio de 2021.

> eu estava na qualidade de refugiado em trânsito e era difícil estudar e trabalhar sem documentos. Participei de cursos e seminários convidado por companheiras e companheiros solidários. Não houve choque cultural, ao contrário, muitos uruguaios tínhamos um conhecimento da música brasileira, o que nos fez mais fácil e agradável estar no Brasil. Meu choque foi com São Paulo. Vivia em Santo Amaro, um bairro com a mesma população que Montevideo.[260]

Relembrando os seus tempos de militância no CBS contra as ditaduras, Abayuba Grassi destaca ainda o encontro com os compatriotas na mesma condição e a convivência com os exilados dos demais países do Cone Sul, bem como a construção compartilhada de laços e de ações de solidariedade política em meio ao desenraizamento e à angústia produzidas pelo exílio:

> Ingressei no CBS em 1982, encontrando já companheiros uruguaios. O Comitê foi fundado por companheiros e companheiras brasileiras vinculados a luta pela anistia, pelos direitos humanos e contra a ditadura, sendo logo integrado por companheiros argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios. O CBS desenvolveu uma ampla militância de informação, difusão e conscientização de luta pelos Direitos humanos e anti-ditadura. Manteve um boletim informativo mensal e sempre esteve presente em atividades solidárias em universidades, sindicatos, associações de bairros e paróquias, com seus boletins, testemunhos dos próprios exilados e filmes. Recordo que o filme sobre o Bispo Oscar Romero (El Salvador) teve grande repercussão no Brasil através do CBS. Eu participei dos boletins e de muitas jornadas de militância em São Paulo e em cidades do estado e outros estados do Brasil.[261]

A trajetória do exilado Felix Sanchez é uma das mais singulares entre os expatriados sul americanos que vieram para o Brasil. Paraguaio, residente em Assunção, estudante de sociologia, jornalista atuante, dirigente estudantil, militava na Comissão Nacional de Direitos Humanos e na Juventude Paraguaia dos Direitos Humanos.

Ao longo de 1978, junto com outros companheiros jornalistas, imprimiu em seus textos uma denúncia constante em relação às condições de degradação humana dispensadas aos então cerca de 1.500 presos políticos paraguaios nos cárceres do ditador Alfredo Stroessner, assentado no poder desde 1954.

Em função de sua contundente atuação profissional, travou contato com diversos ativistas e entidades de defesa dos direitos humanos da América Latina e da Europa, inclusive da Anistia Internacional. Redes e laços de solidariedade construídos que, a despeito das agruras pessoais, constituíram inestimável capital político para um posterior ativismo político e humanitário em solo brasileiro.

---

[260] Depoimento concedido ao autor por Abayuba Grassi, uruguaio. Montevideo, via telefone e e-mail, em 22 de abril de 2021.

[261] Depoimento concedido ao autor por Abayuba Grassi, em 22 de abril de 2021.

A vida de Sanchez mudou radicalmente quando ele participou de um seminário de jornalismo político em São José da Costa Rica, em outubro de 1979. desencadeando acelerados desdobramentos e impelindo-o ao exílio no Brasil e a uma nova militância e resistência no espaço circunstanciado e singular da chamada exopolítica:

> Estava na Costa Rica. E acompanhava os acontecimentos da então triunfante Revolução Sandinista na Nicarágua. Pela proximidade geográfica, resolvi ir lá "ver o que estava acontecendo". Fiz várias entrevistas, com grande repercussão. Encontrei lá inclusive trabalhistas brasileiros, do PDT, representados pelo Deputado Sebastião Nery. Retornei a Assunção. Para surpresa logo em 1980 Anastasio Somoza, o ditador nicaraguense deposto, recebe asilo no Paraguai, residindo em Assunção. Aos poucos companheiros jornalistas e ativistas humanitários começam a ser perseguidos e presos e confirmo que o serviço de espionagem estava me monitorando. No mesmo ano Somoza é assassinado em um atentado. E comecei a ser procurado pela polícia política. Consegui fugir e fiquei escondido na casa de um amigo durante quatro meses. Acabei percebendo que o regime tinha montado uma narrativa que eu tive participação no atentado a Somoza, em função da minha ida à Nicarágua meses antes. Quando tive oportunidade fugi, "com a roupa do corpo". Pintei o cabelo, arrumei um capacete de operário da Itaipú Binacional, que estava em construção, fugindo pela Ponte da Amizade. Um amigo me levou a Foz do Iguaçu, onde planejava embarcar em um ônibus. Me "apavorei" ao ver uma viatura da Polícia Federal. Utilizei praticamente todo o meu dinheiro e acabei pegando um avião até Curitiba, onde tinha conhecidos e parentes, encontrando minha mãe, que era militante socialista.
> Nasci em Buenos Aires, filho de pais da primeira geração de exilados da ditadura Stroessner. De lá rumamos para São Paulo. Precisava me reinserir. Cogitei também ir para o Rio de Janeiro. Acabei ficando em São Paulo. O processo de distensão política da ditadura brasileira era visto por mim como favorável para ficar.[262]

Começando sua nova vida em São Paulo em 1981, acabou beneficiando-se de suas ligações com o catolicismo progressista, uma vez que tinha sido representante estudantil na Universidade Católica do Paraguai, o que lhe "abriu portas" para retomar os estudos de Ciências Sociais na PUC de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Félix optou por ficar em São Paulo e por não formalizar, junto ao ACNUR, a condição de refugiado, permanecendo com documentos provisórios, realidade de uma parte razoável dos exilados, sendo que a maioria considerou, por razões de segurança individual e familiar, manter-se na clandestinidade, conforme destacamos anteriormente:

> Retomei a faculdade na PUC de São Paulo, sem nenhum documento, nenhum papel. Não tinha nada. Atribuo isso à Dom Paulo Evaristo Arns. Em minha classe tinha outra paraguaia, também exilada. Não requeri refúgio. Fiquei durante muito tempo com documentação provisória de permanência. Eu morava em Osasco. Logo me filiei ao PT. Foi na PUC que conheci colegas que militavam em entidades de defesa dos direitos humanos e em solidariedade a América Latina. E eles me levaram para

[262] Depoimento concedido ao autor, por Felix Sanchez, sociólogo, paraguaio, naturalizado brasileiro. São Paulo, em 25 de maio de 2021, via Google Meet.

> o CBS. Interagi também com o Clamor e o CBA. Tive mais proximidade com os exilados argentinos e uruguaios, muito pouco com os chilenos. Lembro das discussões internas das várias correntes e das campanhas em prol de El Salvador.[263]

Engajar os setores progressistas brasileiros na luta contra as ditaduras e fomentar a solidariedade continental, conclamando ao intercâmbio de informações e de publicações, foram alguns dos objetivos principais do grupo. Para tanto, o CBS enviava um manifesto de apresentação e propósitos às entidades congêneres brasileiras e latino americanas:

> O Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina, em especial, aos povos do Cone Sul, conclama a todos aqueles que, sensíveis à luta pela defesa dos direitos humanos, queiram prestar ativamente sua solidariedade aos povos da América Latina, principalmente a todos os que, perseguidos em seus países, vieram buscar no Brasil liberdade e acolhimento. A solidariedade que os brasileiros podem prestar aos povos latino americanos, em especial aos povos vizinhos do Cone Sul, se inscreve, hoje, entre as tarefas que a sociedade brasileira pode cumprir na luta pela conquista efetiva das liberdades democráticas, para o nosso próprio país. Solidariedade não tem fronteiras![264]

Tivemos a possibilidade de analisar a *Carta de Princípios do CBS*, documento que propunha um programa mínimo de ação, para atender os seus objetivos imediatos, destacando que o Comitê não pretendia ter o monopólio ou a hegemonia na luta pela solidariedade na América Latina, cujos objetivos mais significativos contidos destacamos abaixo:

> 1. Lutar pela concessão do asilo a todos os refugiados que, perseguidos em seus países de origem, solicitarem no Brasil o asilo e proteção. Divulgar amplamente as Cartas e Convenções das quais o Brasil for signatário, principalmente da Convenção de Caracas, que protege o direito de asilo;
> 2. Denunciar sistematicamente os casos de prisão, assassinato e desaparecimento de perseguidos políticos, principalmente do Cone Sul. Promover estas denúncias através de textos, debates e reuniões, distribuindo material que faça estas denúncias;
> 3. Denunciar particularmente o caso de desaparecimento de crianças, sobretudo na Argentina, Uruguai e Chile. Publicar o material que já existe a respeito e desenvolver uma campanha pública pedindo o esclarecimento destes casos e as providências cabíveis;
> 4. Denunciar todos os casos de sequestros de cidadãos do Cone Sul em países vizinhos, em particular dos casos ocorridos no Brasil. Denunciar e exigir o esclarecimento dos casos de brasileiros desaparecidos em países do Cone Sul;
> 5. Solicitar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e à Comissão de Direitos Humanos da ONU a conclusão do Projeto de Convenção sobre a Tortura e a sua imediata aplicação aos países da América Latina;
> 6. Promover uma campanha ampla, solicitando a adesão de todas as entidades comprometidas com a defesa dos direitos humanos e sensíveis à luta de libertação dos povos latino americanos, para a implantação de uma Corte Independente Latino

---

263 Depoimento concedido ao autor, por Felix Sanchez, em 25 de maio de 2021.

264 *Manifesto de Apresentação do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina*. Fonte:

Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo.

> Americana, para julgamento dos crimes de tortura, coordenada por entidades internacionais não governamentais;
> 7. Promover a denúncia sistemática das leis de exceção em vigor nos países da América Latina e exigir a revogação desta legislação e de todas as formas punitivas contra a atividade política, lançando mão dos meios jurídicos possíveis e de toda a legislação internacional que protege estes direitos.
> 8. a) Expressar o apoio às lutas pelas liberdades democráticas desenvolvidas na América Latina.
> b) Apoiar as lutas dos familiares dos presos e perseguidos políticos da América Latina, em especial do Cone Sul, pela sua imediata libertação ou volta, pela recuperação da memória de suas existências, pelo repúdio às torturas e ao tratamento carcerário arbitrário e desumano que foram, são ou venham a ser vítimas;
> c) Apoiar as lutas contra todas as formas de censura e cerceamento à imprensa, ao teatro, ao cinema, à música, às expressões artísticas, à produção e à divulgação da cultura e da ciência;
> d) Denunciar e repudiar todas as tentativas de impedir, distorcer, obstruir, descaracterizar e sufocar as lutas deste Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina e dos demais setores e organismos.

O CBS afirmava ainda a contaminação promovida pela doutrina de segurança nacional no sistema político brasileiro por intermédio da atuação da Escola Superior de Guerra (ESG), que ocorria naturalmente na formação profissional dos militares, extrapolando ainda para a doutrinação da sociedade civil por intermédio de atividades acadêmicas, com conexões na grande imprensa, segmentos religiosos e empresariais. E sem dúvida também no sistema político latino-americano, por intermédio da "disseminação de uma série de escolas que visavam colaborar com a formação dos oficias das Forças Armadas dos mais diversos países da América Latina. Dentre estas escolas, citamos: a *US Army Schooll of the Americas* (em Fort Gullick-Panamá), a *Inter-American Geopolitic Survey Schooll* (Fort Clayton), cursos de infantaria de Fort Benning ou os cursos de Estado-Maior de Fort Leavenworth, no Kansas".[265] Neste contexto é relevante destacar a significativa influência do pensamento militar francês sobre a formulação de novos elementos na doutrina de segurança nacional, a partir da experiência das guerras coloniais no Magreb (Argélia, Tunísia e Marrocos) e na Indochina, contribuindo para formatar conceitos basilares como a guerra insurrecional e a guerra revolucionária.[266]

O CBS expunha também a recorrente violência estatal e a repressão contra os militantes populares do Cone Sul e da América Central, por intermédio das perseguições políticas, das prisões arbitrárias, dos métodos de tortura, e da denúncia de existência dos

---

[265] MENDES, Ricardo Antonio Souza. "Ditaduras civis-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia". Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 12. Estas "escolas de ditadores" tiveram entre seus 43 mil discentes mais notórios o paraguaio Strossner, o chileno Pinochet e o argentino Galtiere".

[266] Ibid., pp.12-13

diversos campos de concentração clandestinos mantidos pelas ditaduras, principalmente a argentina.[267]

Estruturalmente o CBS era composto por uma direção executiva, com seis membros, responsável pela execução e a supervisão das tarefas deliberadas pela entidade, nas reuniões plenárias. Contava com comissões de trabalho de mobilização, imprensa e propaganda e finanças. O órgão máximo da entidade era a assembleia de militantes, soberana, fórum para onde convergiam todas as questões que afetavam as decisões e atividades do Comitê, em especial as de cunho político. Organicamente o Comitê contava com a participação tanto de entidades autônomas brasileiras como sul americanas, como o Grupo Clamor, o CBA, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Uruguaios – CNT e o Comitê de Solidariedade aos Povos da América Central e Caribe – CSPCAC.[268]

Assim como o Grupo Clamor, o CBS utilizou o recurso da edição de boletins mensais, em português, para a informação, a conscientização política e a veiculação de denúncias dos crimes perpetrados pelos regimes ditatoriais. Em seu grupo editorial atuavam, além de brasileiros, como o jornalista Hamilton Otávio de Souza, diversos exilados do Cone Sul.[269]

O CBS nunca teve uma sede fixa, própria. As reuniões e as plenárias eram realizadas em espaços cedidos por outras entidades da sociedade, como a Associação de Sociólogos de São Paulo, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o Espaço Cultural Argentino, o Instituto Sedes Sapientiae,[270] além do gabinete do Vereador João Carlos Alves[271]. O financiamento sempre foi uma dificuldade para o CBS. O custeio de despesas cotidianas como correio, xerox e gasolina era problemático. Como a maioria das ações do Comitê, a edição dos boletins dependia de doações, subscrições e do livro de ouro para angariar recursos

---

[267] *Uma política comum às doutrinas militares Latino Americanas: a repressão política*. São Paulo, fevereiro/março de 1980". Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

[268] *Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina- Histórico e principais atividades.* São Paulo, abril de 1981". Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

[269] *Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina- Histórico e principais atividades*. São Paulo, abril de 1981". Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP e Depoimento concedido ao autor por Hamilton Otávio de Souza, brasileiro, jornalista, ex-professor da PUC-SP. São Paulo, via e-mail, em 17 de maio de 2021.

[270] O Instituto Sedes Sapientiae, fundado em 1975 na cidade de São Paulo, é um centro multidisciplinar de reflexão, formação e serviços, nas áreas de saúde mental, filosofia e educação, com compromisso de defesa dos direitos humanos e da liberdade. Dirigido pela Madre Cristina Sodré Dória (1916-1997), reconhecida defensora das causas humanitárias, constitui-se em um significativo polo de resistência à ditadura brasileira e de colaboração na luta contra as congêneres do Cone Sul.

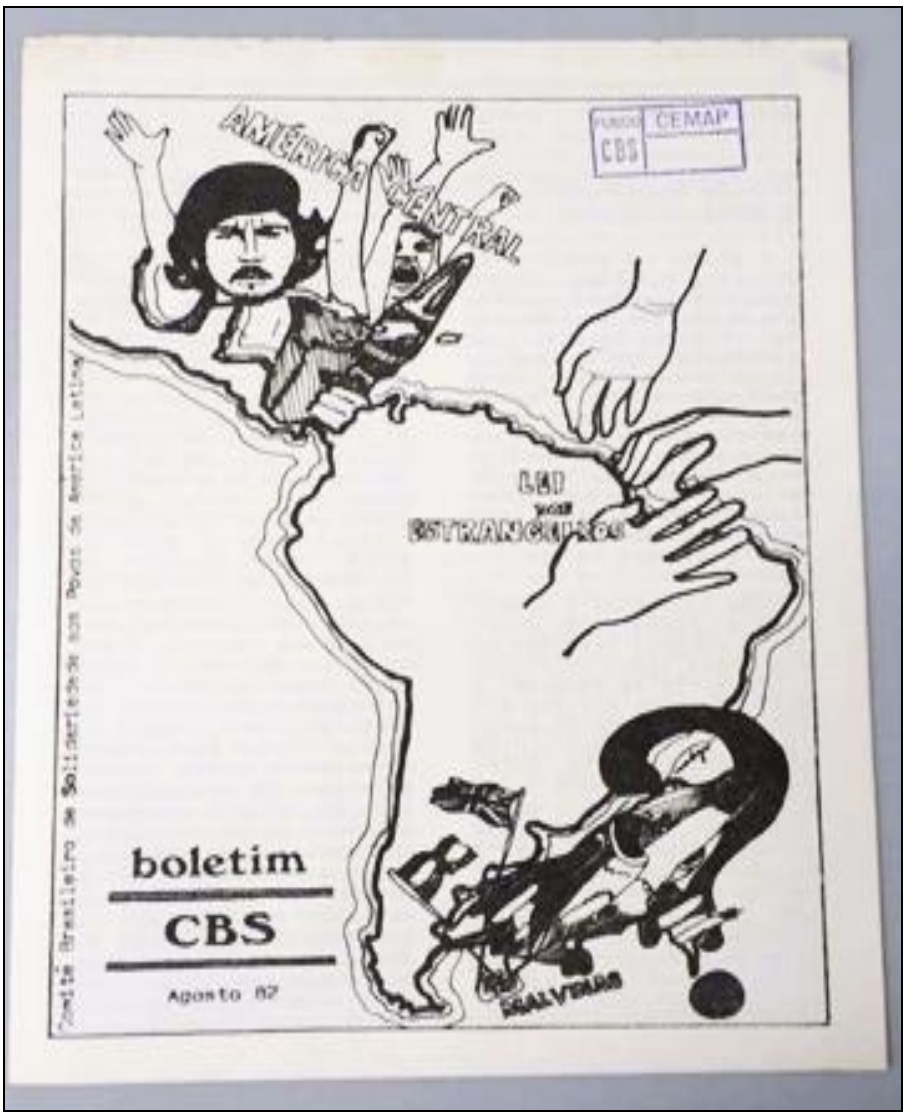
[271] José Carlos Alves (1949-2021) foi um ativo vereador da primeira bancada do Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo, vinculado às Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e à oposição metalúrgica.

e ou da cooperação direta de entidades mais estruturadas, como os Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Bancários de São Paulo, que imprimiam os boletins, enviados para diversas entidades da sociedade civil brasileira e para o exterior.[272]

Apesar de estar situado na cidade de São Paulo, a solidariedade e as contribuições financeiras para o CBS vinham de várias outras localidades do Brasil, como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Ceará, Minas Gerais, interior de São Paulo e também do exterior. Em suas jornadas militantes o grupo fez uso da comercialização de boletins (Fig. 6), broches e de cartazes como forma de arrecadação de recursos, prática recorrente das entidades humanitárias independentes da época. A venda de livros e de vídeos de escritores engajados na luta social, como por exemplo os do geógrafo Milton Santos, também foi uma das formas de custeio.

[272] Depoimento concedido ao autor, por Fernanda Coelho, Cientista Social, fundadora do CBS. São Paulo, via telefone, em 17 de abril e 14 de maio de 2021.

Figura 6




A primeira grande campanha do CBS foi contra a nova Lei dos Estrangeiros, que começou a tramitar no Congresso Nacional no primeiro semestre de 1980, através da mensagem presidencial 64/1980, que vinha ameaçar o então frágil e incômodo acordo extra oficial estabelecido entre o governo ditatorial brasileiro e o ACNUR para o trabalho daquela agência da ONU com os exilados-refugiados do Cone Sul em trânsito pelo país.

Samanta Quadrat descortina o cenário político, marcado pela sistemática preocupação do regime com a segurança nacional, que ensejou a proposta de alteração das Lei dos Estrangeiros, "vista como uma pressão sobre o presidente-general João Baptista Figueiredo para que o país em tempo de transição não virasse o paraíso da subversão."[273]

[273] - QUADRAT, Samantha Viz- *Solidariedade no exílio: laços entre argentinos e brasileiros*. IV Jornadas de

Conforme panfleto que analisamos, a lei era descrita como "o AI-5 dos estrangeiros", sendo duramente criticada pelos grupos de defesa dos direitos humanos brasileiros e internacionais pelo seu teor autoritário, violando tratados internacionais e a própria tradição brasileira de acolhida aos estrangeiros, especialmente dos imigrantes.[274]

Em mais de um de seus artigos draconianos, a Lei dos Estrangeiros possibilitava a expulsão sumária do solo brasileiro, independentemente de ser casado legalmente (a) com brasileiro (a) e ou com filhos, a cassação do visto de turistas, a deportação, além do próprio confinamento. Dificultava ainda a entrada de professores e de cientistas e a assinatura de tratados bilaterais para a expulsão sumária de estrangeiros em situação irregular. Refletindo o espírito da segurança nacional, abria a possibilidade de receber delações de brasileiros contra estrangeiros suspeitos ou clandestinos por parte de imobiliárias, hotéis, síndicos, proprietários de imóveis, exigindo que os dados fossem enviados ao Ministério da Justiça.

Como estratégia de mobilização contra a Lei dos Estrangeiros, o CBS promoveu atos públicos em São Paulo, distribuindo adesivos e panfletos de denúncia, defendendo a criação de uma política e uma legislação brasileira de asilo político. Conseguiram angariar 200.000 assinaturas, constituindo peça de um dossiê, entregue ao presidente da Câmara Federal, deputado Flávio Marcílio.[275]

Gestões de repúdio à lei foram feitas junto a parlamentos e a outros governos estrangeiros. Em parceria com o Grupo Clamor, as *Madres de la Plaza de Mayo* coletaram 10.000 assinaturas contra a lei dos estrangeiros brasileira, entregues ao embaixador da Noruega no Brasil. Apesar dos esforços militantes de denúncia e crítica, o texto integral foi sancionado em 19 de agosto de 1980 pelo General João Batista Figueiredo, sob a forma da Lei 6815[276], com 141 artigos, criando ainda o Conselho Nacional de Imigração.

Ainda em seus primeiros momentos o Comitê participou, junto com o CBA da campanha pela libertação da brasileira Flávia Schilling (1953-), filha de Paulo Shilling, escritor e assessor de Leonel Brizola (1922-2004), então deputado federal pelo Rio Grande do Sul, que após o golpe civil militar de 1964 se exila com a família no Uruguai.

---

História Reciente. Universidad Nacional de Rosário, Argentina. Maio de 2008, p.12.

[274] Depoimento concedido ao autor, por Fernanda Coelho, em 17 de abril e 14 de maio de 2021 e *Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina- Histórico e principais atividades.* São Paulo, abril de 1981" e "A Nova Lei de Estrangeiros – A versão e a verdade - panfleto/material de divulgação. São Paulo, junho de 1980". Fontes: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

[275] Flávio Portela Marcílio (1917-1992), Deputado Federal pelo Partido Democrático Social – PDS cearense

[276] Revogada pela Lei 13.445 / 2017 – Nova Lei de Migração.

Em 1972, aos 19 anos, Flávia é baleada e presa em Montevideo, quando militava junto ao Movimento de Libertação Nacional- Tupamaros, sendo condenada a dez anos de prisão pelo regime ditatorial uruguaio. É liberada e expulsa do Uruguai juntamente com outros dezenas de estrangeiros, em 14 de abril de 1980, depois de grande campanha e pressão internacional.

Em agosto de 1980, o General Jorge Rafael Videla, presidente da Junta Militar argentina, visita o Brasil. Desde a confirmação diplomática da visita, o CBS promoveu uma sistemática campanha de repúdio, considerando a presença do ditador no país como uma afronta às aspirações democráticas do povo brasileiro, argentino e sul-americano.

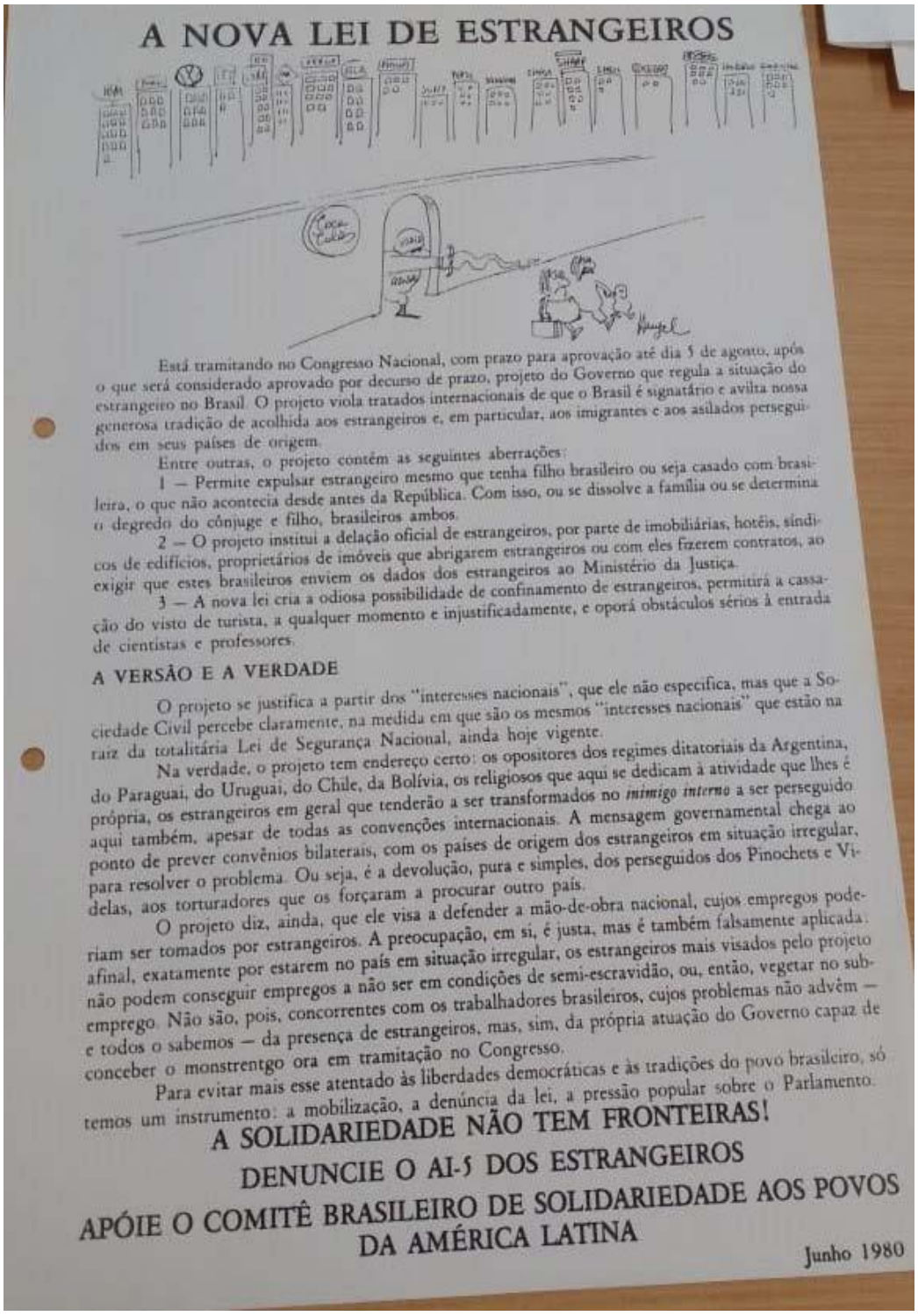
Atos se sucederam durante a passagem do ditador pelas cidades de Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, com muros pichados com inscrições como *Fora Videla carrasco!* e *Fora Videla assassino!*. Entretanto, vários anúncios em jornais brasileiros saudavam o ditador, obviamente pagos por instâncias governamentais argentinas[277].

Em sua estadia carioca o ditador foi constrangido por uma genuína e emocionante manifestação, uma vez que na apresentação do Ballet Colón (Teatro Municipal), que contou com presença de Videla, os gritos de liberdade durante a exibição do hino nacional da Argentina ecoavam pelo teatro.” [329]

[277] QUADRAT, Samantha Viz- *Da Argentina Para o Brasil: de uma ditadura a outra*. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos Cruzados; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX.* Rio de Janeiro; Editora FGV, 2011. pp.192-193

[329]- Ibid., p.193.

Figura 7



# A NOVA LEI DE ESTRANGEIROS

Está tramitando no Congresso Nacional, com prazo para aprovação até dia 5 de agosto, após o que será considerado aprovado por decurso de prazo, projeto do Governo que regula a situação do estrangeiro no Brasil. O projeto viola tratados internacionais de que o Brasil é signatário e avilta nossa generosa tradição de acolhida aos estrangeiros e, em particular, aos imigrantes e aos asilados perseguidos em seus países de origem.

Entre outras, o projeto contém as seguintes aberrações:

1 — Permite expulsar estrangeiro mesmo que tenha filho brasileiro ou seja casado com brasileira, o que não acontecia desde antes da República. Com isso, ou se dissolve a família ou se determina o degredo do cônjuge e filho, brasileiros ambos.

2 — O projeto institui a delação oficial de estrangeiros, por parte de imobiliárias, hotéis, síndicos de edifícios, proprietários de imóveis que abrigarem estrangeiros ou com eles fizerem contratos, ao exigir que estes brasileiros enviem os dados dos estrangeiros ao Ministério da Justiça.

3 — A nova lei cria a odiosa possibilidade de confinamento de estrangeiros, permitirá a cassação do visto de turista, a qualquer momento e injustificadamente, e oporá obstáculos sérios à entrada de cientistas e professores.

## A VERSÃO E A VERDADE

O projeto se justifica a partir dos "interesses nacionais", que ele não especifica, mas que a Sociedade Civil percebe claramente, na medida em que são os mesmos "interesses nacionais" que estão na raiz da totalitária Lei de Segurança Nacional, ainda hoje vigente.

Na verdade, o projeto tem endereço certo: os opositores dos regimes ditatoriais da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, do Chile, da Bolívia, os religiosos que aqui se dedicam à atividade que lhes é própria, os estrangeiros em geral que tenderão a ser transformados no *inimigo interno* a ser perseguido aqui também, apesar de todas as convenções internacionais. A mensagem governamental chega ao ponto de prever convênios bilaterais, com os países de origem dos estrangeiros em situação irregular, para resolver o problema. Ou seja, é a devolução, pura e simples, dos perseguidos dos Pinochets e Videlas, aos torturadores que os forçaram a procurar outro país.

O projeto diz, ainda, que ele visa a defender a mão-de-obra nacional, cujos empregos poderiam ser tomados por estrangeiros. A preocupação, em si, é justa, mas é também falsamente aplicada: afinal, exatamente por estarem no país em situação irregular, os estrangeiros mais visados pelo projeto não podem conseguir empregos a não ser em condições de semi-escravidão, ou, então, vegetar no subemprego. Não são, pois, concorrentes com os trabalhadores brasileiros, cujos problemas não advêm — e todos o sabemos — da presença de estrangeiros, mas, sim, da própria atuação do Governo capaz de conceber o monstrengo ora em tramitação no Congresso.

Para evitar mais esse atentado às liberdades democráticas e às tradições do povo brasileiro, só temos um instrumento: a mobilização, a denúncia da lei, a pressão popular sobre o Parlamento.

**A SOLIDARIEDADE NÃO TEM FRONTEIRAS!**

**DENUNCIE O AI-5 DOS ESTRANGEIROS**

**APÓIE O COMITÊ BRASILEIRO DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS DA AMÉRICA LATINA**

Junho 1980

Um desses atos mais significativos ocorreu em frente ao Consulado da Argentina na capital paulistana, reclamando esclarecimentos sobre a situação das centenas de

presos políticos e de desaparecidos em quase quatro anos de ditadura e também dos cidadãos argentinos desaparecidos no Brasil.

O protesto gerou uma carta manifesto, assinada por diversas entidades da sociedade brasileira, como o CBA-SP, o Grupo Clamor, a Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos-SP, o CBS, a ABI, a UNE, a União dos Estudantes Estaduais-SP (UEE) e o Sindicato dos Jornalistas.

Na ocasião o Comitê apoiou e aderiu à passeata realizada por mulheres brasileiras exigindo respostas sobre os seus filhos desaparecidos na Argentina[278], estendendo também apoio e solidariedade à causa, já de grande visibilidade continental e internacional, das Mães e as Avós da Praça de Maio.

Iniciada no Teatro Municipal, desembocou no Largo de São Francisco, em frente à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), onde variados oradores proferiram discursos e palavras de ordem. Durante o ato, veiculou-se uma lista de cidadãos uruguaios desparecidos no próprio país e também na Argentina e no Paraguai.

Acompanhada por numerosas entidades que representavam diversos setores da sociedade civil brasileira, além de familiares de desaparecidos políticos chilenos e uruguaios, portou vários cartazes de mão perguntando, nominalmente, "onde está/onde estão" os presos políticos- desaparecidos brasileiros no Araguaia e no Cone Sul.

Conforme o rico acervo fotográfico que tivemos acesso, disponibilizado por um dos ativistas brasileiros do CBS, destaca-se a linguagem cênica coreografada pela então renomada

---

[278] Há um certo consenso acerca de 12 casos de brasileiros assassinados-desaparecidos em solo argentino durante o período ditatorial. Desses, cinco casos ocorreram cronologicamente antes do golpe de 1976, embora no contexto da radicalização política acentuada com o retorno de Perón a presidência em 1973. Foram eles: O Major Joaquim Pires Cerveira, do Rio Grande do Sul, militante da Frente de Libertação Nacional – FLN e o estudante João Batista Rita, de Santa Catarina, militante do M3-G – Marx, Mao, Mariguella e Guevara, ambos sequestrados pelo esquadrão do Delegado DOPS paulistano Sérgio Paranhos Fleury (1933-1979), em Buenos Aires, em dezembro de 1973. Sidney Fix Marques dos Santos, em 15 de fevereiro de 1976, em Buenos Aires, de São Paulo militante do Partido Operário Revolucionário Trotskysta – PORT. O quarto caso, com inconsistência cronológica, foi o de Edmur Péricles de Camargo, de São Paulo, provavelmente entre 1973 e 1975, também em Buenos Aires e por último, o inusitado evento do desaparecimento do pianista brasileiro Francisco Tenório Júnior, em excursão por Buenos Aires com Vinícius de Morais e Toquinho, dias antes do golpe de 1976. Homem sem militância política, sabe-se que saiu para comprar cigarros e medicamentos a noite e nunca mais foi visto. Já os casos pós golpe foram: Sérgio Fernando Tula, do Rio de Janeiro, de 21 anos, em 8 de abril de 1976, em Buenos Aires; Maria Regina Marcondes Pinto, de São Paulo, professora de português, quando em companhia do chileno Edgardo Enríquez, do MIR; Jorge Alberto Basso, do Rio Grande do Sul, filiado ao Partido Operário Comunista – POC, em 15 de abril de 1976, em Buenos Aires; Wálter Kenneth Nelson Fleury, em 09 de agosto de 1976, em Buenos Aires; Roberto Rascardo Rodrigues, estudante de engenharia, em fevereiro de 1977, em Buenos Aires, sequestrado dentro de casa por agentes da Marinha argentina e Luís Renato do Lago Faria, estudante de medicina, em 7 de fevereiro de 1980, também em Buenos Aires. In: MARIANO, Nilson. Cezar. *Montoneros no Brasil: terrorismo de estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos.* Dissertação de Mestrado em História-PUC, Porto Alegre. 2006. pp. 31-34.

atriz e produtora cultural Ruth Escobar (1935-2017), com as mulheres utilizando, emblematicamente, roupas pretas e lenços brancos sobre as cabeças (“somos todas Madres e Abuelas”), marchando em silêncio, brandindo matracas. [279]

Aproveitando estrategicamente a reunião anual da Organização dos Estados Americanos (OEA) no mesmo ano, o CBS elaborou um dossiê documentando a prática sistemática das violações aos direitos humanos do governo ditatorial argentino. Estas violações, já estavam censuradas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Foi anexada uma carta que solicitava a condenação da junta militar, que foi enviada às embaixadas de todos os países membros da OEA e ao então chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro.[280]

Figura 8




Em março de 1981 a situação argentina ainda seria foco da atenção do CBS, que lembrou o triste aniversário de cinco anos do golpe civil militar, que derrubou o governo Isabelita Perón e a subida ao poder presidencial do General Roberto Viola, continuador da política de repressão levada a cabo pelas forças armadas.

[279] Depoimento concedido ao autor, por Fernanda Coelho, 17 de abril e 14 de maio de 2021; QUADRAT, 2011, p. 193 e acervo fotográfico particular de Aton Fon Filho.
[280] Ramiro Elísio Saraiva Guerreiro (1918-2011), diplomata, Ministro das Relações Exteriores durante o governo do General Figueiredo, 1979-1985.

Realizaram mais um ato de repúdio, com a presença de vários oradores, sendo lido um documento que relembrava a história ditatorial argentina dos últimos anos. Foram projetados slides reconstituindo o processo de tomada de poder pelos militares e a consolidação do poder da Junta, apresentando fotos com o registro dos diversos crimes praticados pela ditadura[281]. Dentre esses crimes a situação dos menores suprimidos de suas famílias, muitos nascidas em cativeiro, adotados, invariavelmente, por famílias ligadas à estrutura repressiva estatal, com a providencial troca dos nomes de nascimento. Na ocasião o CBS prestou solidariedade às famílias, exigindo respostas das autoridades argentinas.

Figura 9




[281] Depoimento concedido ao autor, por Fernanda Coelho, em 17 de abril e 14 de maio de 2021; acervo fotográfico particular de Aton Fon Filho e *Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina-Histórico e principais atividades.* São Paulo, abril de 1981. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

Figura 10



Figura 11



Em apoio às lutas de redemocratização do povo uruguaio, o Comitê organiza um ato de repúdio ao regime ditatorial no dia em que transcorria o segundo aniversário do sequestro em território brasileiro de dois cidadãos uruguaios, Lilian Celiberti e Universindo Díaz[282], pela ação da Operação Condor. A partir dessa lembrança, o CBS repercute e conclama a sociedade civil uruguaia para se manifestar pelo *não* no plebiscito de 1980, coletando assinaturas de personalidades brasileiras em solidariedade, esperançosos no retorno da democracia ao país, co-assinado pelo Grupo Clamor, a Associação de Advogados Latino Americanos de Defesa dos Direitos Humanos, a Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, a Comissão de Justiça e Paz -São Paulo e o CBA – SP.[283] A consulta popular uruguaia propunha um posicionamento acerca da proposta de um projeto de reforma constitucional que alargaria os poderes discricionários do governo ditatorial, sobretudo com a ampliação do recurso da edição de atos institucionais, recurso este ampla e pioneiramente utilizado pelo regime congênere brasileiro. A apuração do plebiscito registrou 57,20% de votos pelo *não* e 42,80% votos pelo *sim*, resultado que é historicamente considerado um importante, se não decisivo, ponto de inflexão no processo de abertura e de desmantelamento da ditadura civil militar uruguaia, que se consolidaria em 1985.

O CBS também direcionou sua atenção e mobilização para a situação política e humanitária de El Salvador, iniciando uma campanha de apoio, denúncia e de solidariedade ao seu povo. Os salvadorenhos viviam os efeitos de uma brutal guerra civil[284], cujas origens

---

[282] Militantes do Partido por la Victoria del Pueblo – PVP, estavam residindo em Porto Alegre legalmente. Em novembro de 1978 um esquadrão uruguaio, com a complacência das autoridades brasileiras, tinha como missão sequestrar Universindo e Lilian. Jan Rocha, militante do Clamor é contada em São Paulo por uma uruguaia, que relatou apreensão pela falta de notícias da amiga. Jan pede a ajuda do advogado gaúcho Omar Ferri para checar a situação pessoalmente no endereço dos uruguaios. Ao mesmo tempo o jornalista Luiz Cláudio Cunha, chefe da sucursal da revista Veja em Porto Alegre, recebe um telefonema anônimo alertando para a situação dos uruguaios. Tanto Ferri quanto Cunha foram ao apartamento. Ferri não encontra os uruguaios, enquanto Cunha e o fotógrafo João Batista Scalco tem sucesso, encontrando Universindo e Lilian, juntamente com os filhos dela, Camilo (8 anos) e Francisca (3 anos), sendo rendidos por homens armados, que depois se constatou serem agentes da polícia gaúcha. Os agentes informaram aos jornalistas que estavam procedendo a uma diligência em função dos estrangeiros estarem ilegalmente no país e que não deveriam reportar nada do que tinham presenciado. O que de fato não aconteceu, com a imprensa noticiando no dia seguinte que exilados uruguaios foram sequestrados por homens armados. Os quatro foram levados para o Uruguai. As crianças foram entregues à avó e Universindo e Lilian foram detidos, permanecendo nessa condição até 1984. Há consenso que a publicidade do caso na imprensa brasileira acabou salvando a vida dos uruguaios.

[283] *Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina- Histórico e principais atividades*. São Paulo, abril de 1981". Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

[284] Em 1979 um golpe depõe o General Carlos Humberto Romero e institui uma Junta civil militar no poder, autodenominada Junta Revolucionária de Governo – JRG. Refletindo os tempos de Guerra Fria na América Latina, iniciou-se uma polarização ideológica, com a Junta sendo confrontada pela principal força de oposição, a esquerdista Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional – FMLN. O assassinato do Arcebispo de San Salvador, Dom Oscar Romero, crítico da Junta, em 1980, e o "banho de sangue" em seu funeral, com quase 50

estão no golpe civil-militar de 1979, que leva ao poder uma Junta Revolucionária de Governo, no contexto da guerra fria, apoiada financeira e militarmente pelo governo norte-americano.

A Campanha do CBS por El Salvador começou com a remessa de uma carta do Comitê ao Bispo de Nova Iorque, solicitando a imediata intermediação do religioso para que o governo dos Estados Unidos respeitasse o princípio da autodeterminação dos povos e não apoiasse a Junta de Governo. Realizaram um amplo abaixo-assinado exigindo a não intervenção norte-americana em El Salvador, enviando cartas às embaixadas das nações membras da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Brasília, solicitando a inequívoca manifestação de defesa em relação à soberania nacional salvadorenha.

Em fevereiro de 1981, o Comitê realizou um pronunciamento em um ato público de solidariedade ao povo salvadorenho, repudiando a visita do Embaixador norte-americano Vernon Walters[285], enviado especial do governo Ronald Reagan para negociar o apoio militar do governo brasileiro na intervenção em El Salvador. Na ocasião, os diversos oradores denunciaram a brutal violência da Junta Militar de Governo salvadorenha, além da livre ação dos grupos paramilitares de extrema direita contra os opositores.[286] Grupos de teatro como o União e o Olho Vivo realizaram performances e entoaram músicas típicas centro americanas. Foram exibidos painéis com fotos e slides, publicizando a violência estatal, bem como cartazes de solidariedade ao povo de El Salvador. Analisando o boletim informativo CBS da edição de março de 1982, verifica-se, entre outros temas, o grande espaço destinado à situação política e humanitária salvadorenha, com matérias que destacavam:

> "El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional avança apesar da ajuda norte americana";
> "Frente à vitória das forças populares, EUA planejam invasão";
> "Segundo aniversário do assassinato do Monsenhor Romero, devemos denunciar a farsa eleitoral e resistir a invasão";
> "Ditadura argentina e El Salvador" (Argentina colaborando com a junta militar salvadorenha);
> "Uruguai e El Salvador" (ditadura uruguaia envia observadores para a 'farsa eleitoral' de El Salvador)

---

mortos, deflagra uma brutal guerra civil, com o apoio militar e financeiro dos EUA à Junta e aos grupos paramilitares, confrontados pela FMLN, subsidiados por Cuba e URSS. O conflito se estendeu até o acordo de paz de 1992, deixando um saldo de 80 mil mortos, 10 mil desaparecidos e cerca de um milhão de desabrigados, com milhares impelidos à migração forçada.

[285] Vernon A. Walters (1917-2002), militar e embaixador norte americano, foi adido militar no Brasil entre 1962 e 1967, com participação nas articulações golpistas que conduziram ao golpe civil militar de 31 de março de 1964, além, entre outros postos, de Vice-Diretor da CIA, entre 1972 e 1976.

[286] Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina- Histórico e principais atividades. São Paulo, abril de 1981. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

> "As igrejas católicas, protestante e metodista dos EUA repudiam a ajuda militar norte americana ao governo salvadorenho"[287]

Ao longo do ano de 1982 o CBS deu continuidade a sua militância antiditatorial. Com o apoio do DCE de História da USP, produz um material gráfico repercutindo os nove anos do golpe militar pinochetista no Chile. As questões argentinas também estiveram em grande evidência nesse ano sob a perspectiva do CBS.

Desde o repúdio à recordação do sexto ano da implantação da ditadura civil militar e da execução do Processo de Reorganização Nacional, passando pela ampliação da repercussão da causa das Madres e das Avós da Praça de Maio e, inevitavelmente, repercutindo a guerra das Malvinas.[288]

Elaboram uma carta manifesto intitulada "As Malvinas são argentinas e os desaparecidos também", slogan originariamente das Madres, denunciando a aventura da ditadura para se legitimar. Expressa ilimitado apoio à causa das Madres e da Comissão dos Familiares Detidos-Desaparecidos e Presos por Razões Políticas (CFDPRP), destacando que entre esses constavam mais de 100 jornalistas.[289]

O comitê paulistano não tinha núcleos em outros estados brasileiros. Entretanto, a luta democrática e humanitária o aproximava em solidariedade e colaboração a outras entidades similares, principalmente no Rio de Janeiro. Por intermédio do Comitê de Solidariedade aos Povos Latino Americanos (COSPLAM) e de outras entidades populares, formou-se em abril de 1982, na cidade do Rio de Janeiro, o Pró Comitê Brasileiro de Solidariedade as Mães da Praça de Maio e Lutas do Povo Argentino (CBSMPMLPA), sendo o ato de lançamento deste último realizado no Instituto Bennet, no bairro do Flamengo.

Localizamos no acervo CEMAP-CEDEM-UNESP um cartaz (Fig. 14), no qual o COSPLAM e o CBSMPMLPAO convocam um ato público pró povo argentino para 04 de junho de 1982, na Cinelândia, com o apoio de diversas entidade e partidos, como a CUT, a OAB, a ABI, a UNE, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), o Partido do

---

[287] Boletim CBS, março de 1982. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

[288] Conflito militar entre Argentina e Reino Unido pela soberania das Ilhas Malvinas ou Falklands, no período de abril a junho de 1982. Iniciado a partir da invasão relâmpago das ilhas pelos argentinos, provocou a imediata reação do Reino Unido, derrotando os sul americanos e retomando o controle do arquipélago. A desastrada campanha militar da ditadura argentina foi fator decisivo para o seu colapso e a aceleração do processo de redemocratização da nação ao longo do ano de 1983.

[289] *Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina- Histórico e principais atividades.* São Paulo, abril de 1981". Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores – PT.[290]

Figura 12




Ecoaram palavras de ordem como "As Malvinas são argentinas e os desaparecidos também!"; "Fora ingleses das Malvinas", "Fora o imperialismo na América Latina"[291], "Fora

[290] "Cartaz de convocação para o ato público Fora ingleses das Malvinas na Cinelândia, Rio de Janeiro". Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo, UNESP.

a ditadura argentina!". Os oradores brasileiros e os exilados argentinos discursaram que as Malvinas pertenciam histórica e geograficamente à Argentina e que o seu povo não abria mão disso. Entretanto, repudiavam o que denominavam de aventura militar da ditadura, exigindo a retirada imediata das tropas britânicas das Malvinas, a paz imediata e o reconhecimento da soberania argentina sobre as Ilhas. Reiteraram a luta contra a ditadura do General Galtieri[292] e o imperialismo inglês, apoiado pelos EUA, denunciando a ditadura pelos mais de 30 mil desaparecidos, mortos e torturados.

Reivindicavam o aparecimento com vida dos detidos e dos desaparecidos, a liberdade imediata para os presos políticos, a revogação da lei 22068/79[293] e a suspensão do projeto de auto anistia[294] dos militares. E exigiam, também, o julgamento e a punição para os diversos agentes da repressão envolvidos na "guerra suja"[295].

Em São Paulo, no mesmo ano, o Comitê apoia uma convocatória do grupo Trabalhadores e Sindicalistas Argentinos Exilados no Brasil (TYSAEB), estabelecendo um ato de repúdio à ditadura militar na sede do Sindicato dos Bancários, simbolicamente agendado para a mesma data do golpe desfechado na Argentina: 24 de março[296].

O ano de 1983 também foi de intensa atividade do CBS, com o envolvimento nas questões relativas às liberdades democráticas e a defesa dos direitos humanos, direcionadas a El Salvador, ao Uruguai e à Argentina. Essa última vivendo o progressivo colapso da ditadura, iniciado com a derrota na guerra das Malvinas e sacramentado com as eleições de 30

---

[291] A luta política anti-imperialista à época tinha grande repercussão continental, tornando-se bandeira das esquerdas, de nacionalistas e de desenvolvimentistas latino americanos, fundamentalmente a partir do êxito histórico da Revolução Cubana de 1959 e da então contemporânea Revolução Sandinista da Nicarágua (1979). Romper com a dominação econômica imperialista europeia e, sobretudo norte americana, era visto como uma "nova independência".

[292] Leopoldo Fortunato Galtieri (1926-2003), terceiro general presidente da ditadura argentina, entre dezembro e junho de 1982. Ordenou a campanha de invasão das Ilhas Malvinas.

[293] Deu origem à Lei de Ausência por Presunção de Falecimento, de 12 de setembro de 1979, editada no governo Videla, dando por mortos os desaparecidos políticos, entre a decretação do estado de sítio, em 06 de novembro de 1974 e a data da promulgação da lei. Foi revogada pelo artigo 1º da Lei 22.967, de 09 de novembro de 1983. Disponível em: http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=257120.

[294] Lei 22924/83, conhecida como Lei de Pacificação Nacional (auto anistia), editada em setembro de 1983, nos estertores da ditadura civil militar, extinguindo as ações penais sobre os crimes cometidos pelos agentes do Estado. Revogada em dezembro de 1983.
Disponível em:http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/7000074999/73271/norma.htm.

[295] *Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina- Histórico e principais atividades*. São Paulo, abril de 198" e *Carta -as Malvinas são argentinas e os desaparecidos também!*. Fontes: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

[296] *Panfleto de convocação para o ato em solidariedade ao povo argentino*. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

de outubro de 1983, que empossou Raúl Alfonsin na presidência da república em dezembro do mesmo ano.

Em março, o Comitê divulga um panfleto repercutindo os sete anos de vigência da ditadura civil militar argentina, em solidariedade à causa das Mães da Praça de Maio e em apoio às buscas da Comissão de Familiares de Detidos- Desaparecidos e Presos por Razões Políticas (CFDDPRP), onde:

> *Rejeitam* qualquer tipo de anistia ou esquecimento que permita aos culpados ficarem impunes.
> *Exigem* o aparecimento com vida dos presos/desaparecidos; a devolução das crianças sequestradas ou nascidas na prisão (cerca de 400); a imediata libertação dos presos políticos; a investigação do sepultamento dos cadáveres não identificados em cemitérios clandestinos; o levantamento do estado de sítio; a revogação da legislação antidemocrática; fim do aparelho de repressão política.[297]

Ainda em maio do mesmo ano o CBS torna pública uma carta repúdio ao *Documento Final Argentino* (Fig. 15), pelo qual o Estado declarava como mortos os cerca de 30.000 presos políticos e desaparecidos. A carta denunciava as violações aos direitos humanos praticadas em "atos de serviço" pelos militares e as ameaças de morte dirigidas a jornalistas e também a Hebe Bonafini, presidente do Grupo das Madres. Bem como ratifica plena solidariedade as entidades argentinas de defesa dos direitos humanos, como as Madres, a CFDDPRP e o SERPAJ, este último na figura de seu fundador, o escritor Adolfo Perez Esquivel, então em greve de fome, endossando o repúdio dos argentinos radicados no Brasil (São Paulo) contra os sequestros de milhares de cidadãos e o funcionamento dos diversos campos de concentração e centros de detenção clandestinos.[298]

Em sintonia com as diversas entidades de defesa dos direitos humanos latino-americanas e de outros continentes o CBS, em parceria com o Clamor, realizaram no Brasil eventos e manifestações em alusão à *semana mundial do preso político-desaparecido*[299], tradicionalmente no mesmo mês de maio. Constatamos este fato manuseando o já citado acervo particular de fotos, cujas algumas delas reproduzimos neste capítulo. CBS, juntamente

---

[297] *Panfleto- situação argentina, março de 1983.* Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo.

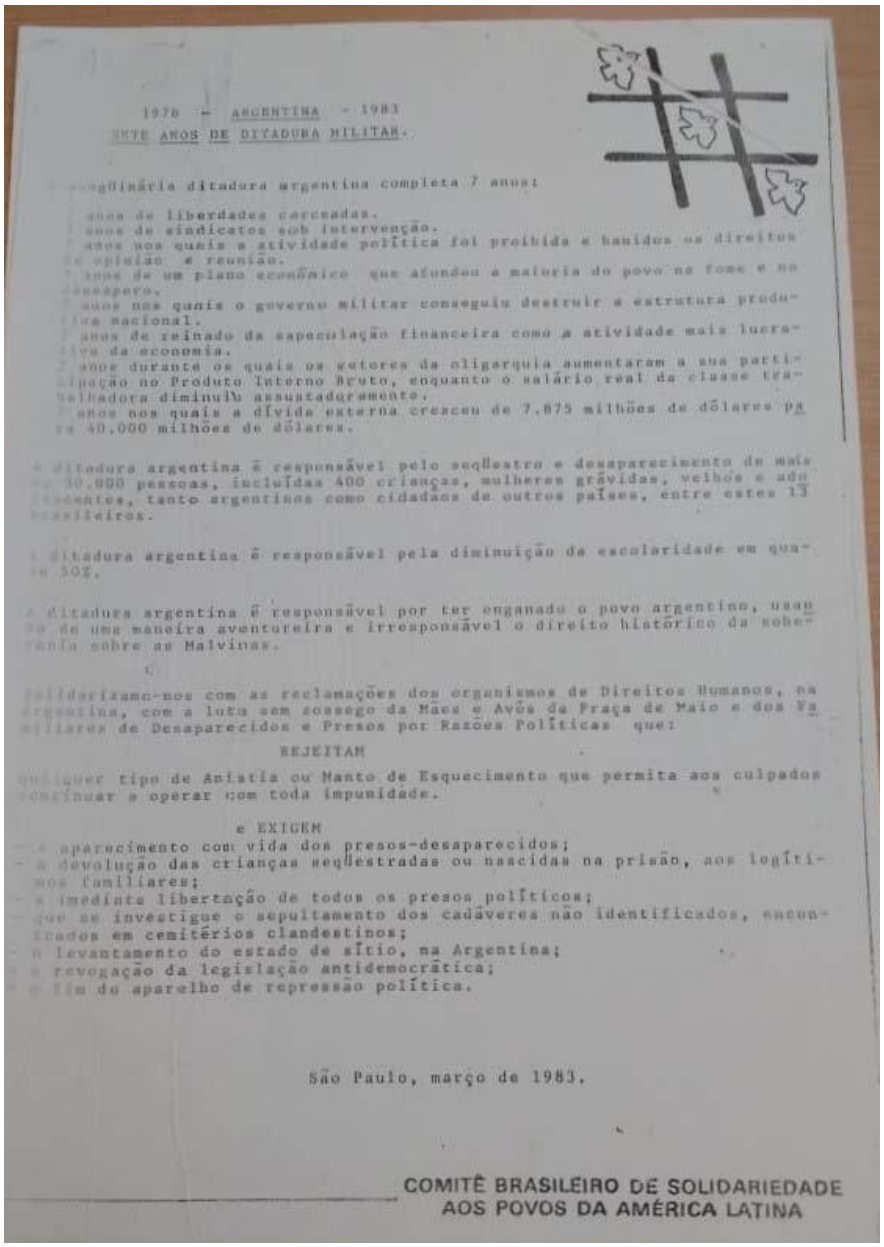
[298] *Dossier do atuado pelo Comitê Brasileiro de Solidariedade com as Madres da Plaza de Mayo e as Lutas do Povo Argentino.*1983. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo.

[299] *Panfleto de convocação para os eventos de comemoração da semana mundial do preso político/desaparecido*. São Paulo, 25-31 de maio de 1983". Coleção CBS. Fonte: Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo.

com o Clamor e o CBA, promoveram um ato público na Câmara dos Vereadores de São Paulo.

Na edição de 1983 da *semana*, por exemplo, o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns celebrou com outros bispos uma missa alusiva à causa na Catedral da Sé, ocasião em que o CBS, juntamente com o Clamor e o CBA, promoveram um ato público na Câmara dos Vereadores de São Paulo.

Figura 13



1976 - ARGENTINA - 1983

SETE ANOS DE DITADURA MILITAR.

...ngüinária ditadura argentina completa 7 anos:

...anos de liberdades cerceadas.
...anos de sindicatos sob intervenção.
...anos nos quais a atividade política foi proibida e banidos os direitos ...e opinião e reunião.
...anos de um plano econômico que afundou a maioria do povo na fome e no ...esespero.
...anos nos quais o governo militar conseguiu destruir a estrutura produ...iva nacional.
...anos de reinado da especulação financeira como a atividade mais lucra...iva da economia.
...anos durante os quais os setores da oligarquia aumentaram a sua parti...ipação no Produto Interno Bruto, enquanto o salário real da classe tra...alhadora diminuiu assustadoramente.
...anos nos quais a dívida externa cresceu de 7.875 milhões de dólares pa... 40.000 milhões de dólares.

...ditadura argentina é responsável pelo seqüestro e desaparecimento de mais ...30.000 pessoas, incluídas 400 crianças, mulheres grávidas, velhos e ado...centes, tanto argentinos como cidadãos de outros países, entre estes 13 ...brasileiros.

...ditadura argentina é responsável pela diminuição da escolaridade em qua...e 50%.

...ditadura argentina é responsável por ter enganado o povo argentino, usan...o de uma maneira aventureira e irresponsável o direito histórico da sobe...ania sobre as Malvinas.

...olidarizamo-nos com as reclamações dos organismos de Direitos Humanos, na ...rgentina, com a luta sem sossego da Mães e Avós da Praça de Maio e dos Fa...iliares de Desaparecidos e Presos por Razões Políticas que:

REJEITAM

...qualquer tipo de Anistia ou Manto de Esquecimento que permita aos culpados ...ontinuar a operar com toda impunidade.

e EXIGEM

- ...aparecimento com vida dos presos-desaparecidos;
- a devolução das crianças seqüestradas ou nascidas na prisão, aos legíti...os familiares;
- a imediata libertação de todos os presos políticos;
- que se investigue o sepultamento dos cadáveres não identificados, encon...rados em cemitérios clandestinos;
- o levantamento do estado de sítio, na Argentina;
- a revogação da legislação antidemocrática;
- o fim do aparelho de repressão política.

São Paulo, março de 1983.

COMITÊ BRASILEIRO DE SOLIDARIEDADE
AOS POVOS DA AMÉRICA LATINA

A exemplo do Grupo Clamor, o CBS dialogou e atuou em colaboração com o mundo religioso na tarefa de defesa dos direitos humanos, notadamente os cristãos, sejam os católicos ou os protestantes. Nesse sentido, apoiou a celebração ecumênica pelos direitos humanos na América Latina e o posterior ato público, no Colégio dos Irmãos, vinculado à Diocese de Nova Iguaçu, realizados na mesma cidade.

Liderado por Dom Adriano Hypólito[300], da mesma diocese, em parceria com a Cáritas Diocesana e a Comissão de Justiça e Paz – Nova Iguaçu, denunciou a injustiça, a violência, a exploração, a opressão e a falta de liberdade na América Latina, pregando a fraternidade e a redemocratização em amplos países, com ênfase na situação de El Salvador, no contexto da tradicional campanha da fraternidade da CNBB, cujo slogan para 1983 era "Fraternidade sim; violência não."[301]

Em setembro do mesmo ano, o CBS é signatário de uma carta de repúdio ao governo ditatorial uruguaio pelo fechamento do SERPAJ, uma das mais representativas entidades latino americanas de defesa dos direitos humanos e de apoio as famílias de presos políticos, com representação em mais países do continente, sob o argumento de realização de atividades políticas subversivas.

Outras entidades humanitárias brasileiras e latino americanas de relevante atuação assinaram a carta repúdio: Clamor, CBA, Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, Comissão Arquidiocesana Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados-São Paulo, CJP-SP, Frente Nacional do Trabalho-FNT, Serviço Nacional Justiça e Não Violência e Associação de Advogados Latino Americanos Para os Direitos Humanos- AALADH.

Um dos elementos mais representativos na atuação do CBS foi a intensa participação dos próprios exilados do Cone Sul na militância e nas atividades de resistência antiditatorial, sobretudo dos argentinos, grupo numericamente mais expressivo no desterro, a quem na presente tese denominamos de *exilados-militantes.*

---

[300] Dom Adriano Mandarino Hypólito (1918-1996), frade franciscano, foi um ferrenho opositor da ditadura militar brasileira, pertencente ao denominado "clero progressista". Teve destacada atuação na defesa dos direitos humanos à frente da Diocese de Nova Iguaçu, da qual foi Bispo entre 1966-1994. Tal orientação lhe rendeu diversas ameaças e um sequestro e espancamento em 1976, quando foi abandonado em uma estrada nu e pintado de vermelho.

[301] Folder de convocação para o ato público e celebração ecumênica pelos direitos humanos na América Latina. Comissão de Justiça e Paz de Nova Iguaçu e Entidades de Defesa dos Direitos Humanos na América Latina. 16 de março de 1983. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo.

Tal característica também foi uma realidade no Grupo Clamor, igualmente com a predominância dos argentinos. Aliás, alguns dos (as) ativistas militaram simultaneamente no CBS e no Clamor, casos, por exemplo, de Maria Auxiliadora Arantes, a Dodora, Luiz Eduardo Greenhalgh e Hamilton de Souza.

Em setembro de 1983, o Comitê participou de uma reunião na Cúria Metropolitana de São Paulo, quartel general do Clamor, juntamente com a CJP – SP. Três exilados argentinos representaram o CBS no encontro. E parte deles a proposta de criação de um tribunal, no Brasil, para julgar os crimes da ditadura de seu país, caracterizados como de lesa humanidade, em solidariedade à situação dos argentinos no Brasil e na Argentina.

A estratégia era constituir esse tribunal simbólico há dois meses das eleições presidenciais argentinas[302], repercutindo o impacto, na Argentina, da marcha contra a lei de auto anistia militar e das denúncias contra o Almirante Emílio Massera[303] e as atividades de tortura realizadas no centro de detenção clandestina da Escola Superior de Mecânica da Armada – ESMA.

Para tanto, seria necessária a articulação com outras entidades de defesa dos direitos humanos como o Clamor, a OAB, a ABI, Anistia Internacional, as Madres e Abuelas, além de partidos políticos, sindicatos e organizações religiosas. Simbolicamente, cogitava-se instalá-lo na data de 10 de dezembro de 1983, dia de promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicando o veredito na imprensa internacional, sobretudo na argentina. Apesar da iniciativa, o tribunal acabou por não se concretizar.

Em abril de 1984 o CBS apoia, no Rio de Janeiro, a Comissão de Solidariedade a Luta do Povo Argentino pela Democracia – COLUPAD[304], por intermédio do Vereador Hélio Fernandes Filho (1954-2011), do PMDB, do Deputado Estadual Carlos Fayal (1948-), do PDT e do Deputado Federal Clemir Ramos (1949-), do mesmo partido. Essa Comissão

---

[302] As eleições foram realizadas em 30 de outubro de 1983, dando vitória a Raul Alfonsin da União Cívica Radical, com 51,7% dos votos válidos, sendo empossado como presidente da república em 10 de dezembro de 1983.

[303] Emílio Eduardo Massera (1925-2010), Almirante argentino, conspirador de primeira hora do golpe civil militar de 24 de março de 1976, integrante da Junta militar de governo ao lado de Jorge Rafael Videla (exército) e Orlando Ramón Agosti (Aeronáutica), notabilizou-se como um implacável repressor dos dissidentes por meio do centro de detenção e tortura instalado na Escola Superior de Mecânica da Armada- ESMA. Em 1985 é julgado e condenado a prisão perpétua, sendo indultado pelo presidente Carlos Manem (1989-1999) em 1990, com a revogação do mesmo pelo presidente Néstor Kirchner (2003-2007) em 2007.

[304] *Carta convite para o ato em homenagem aos familiares das vítimas assassinadas e desaparecidos pela ditadura militar argentina- COSLUPAD, Rio de Janeiro, 03 de abril de 1984.* Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo.

organiza e promove, junto ao Comitê de Não Extradição de Mário Eduardo Firmenich[305], em 05 de abril do mesmo ano, no auditório da ABI, ato em homenagem à delegação de familiares da Comissão Peronista de Direitos Humanos, com as presenças de Luiz Carlos Prestes[306], Alfredo Sirkis[307] e de Raul Fernando Sendic[308]. Contou também com a participação de deputados do PMDB, PT, PDT e de entidades da sociedade civil como o CBA, UNE, ABI, Associação Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior- ANDES, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Movimento Nego do Rio de Janeiro, Comitê Pró Diretas da Zona Norte, Associação de Professores do Rio de Janeiro, Associação de Militares Anistiados e Movimento de Mulheres do Rio de Janeiro.

Como já destacamos, muitos dos militantes e ativistas do Comitê traziam a experiência e o acúmulo de mais de uma década nas lutas democráticas contra a duradoura ditadura civil militar brasileira, engajados, por exemplo, em campanhas como a da anistia política, atuando, inclusive, junto ao CBA-SP.

Dessa forma o CBS, com a participação dos exilados-militantes, esteve presente também nas jornadas pelas Diretas, já!, em 1983 e 1984, até a frustração da derrota da emenda Dante de Oliveira[309], acompanhando o tutelado processo brasileiro de redemocratização, institucionalizado com a eleição presidencial indireta[310] da chapa Tancredo Neves e José Sarney em janeiro de 1985, dando início ao período da nossa história republicana conhecido como Nova República.

---

[305] Mário Eduardo Firmenich (1948-), um dos fundadores do grupo guerrilheiro peronista Montoneros (1969), liderando-o por mais de uma década. Em fevereiro de 1984, é detido no Rio de Janeiro, sendo extraditado para a Argentina em outubro do mesmo ano, julgado pelo governo Alfonsín e condenado a 30 anos de prisão. Anistiado em 1990 pelo presidente Carlos Menem, vive desde 1996 na Espanha.

[306] Luiz Carlos Prestes (1898-1930), gaúcho, militar e político integrante do Partido Comunista Brasileiro, preso político durante o Estado Novo (1937-1945), constituinte em 1946, Senador entre 1946-1948 e exilado na URSS durante a ditadura civil militar de 1964. Retorna ao Brasil com a Lei da Anistia em 1979.

[307] Alfredo Hélio Syrkis (1950-2020), carioca, político e jornalista, foi líder estudantil secundarista durante a ditadura civil militar de 1964, participando da luta armada contra a mesma no início da década de 1970 e rumando para o exílio em 1971. Retorna ao Brasil em 1979 com a Anistia, desenvolvendo atividades de jornalista e escritor, ingressando posteriormente na política como Vereador e Deputado Federal (2011-2014) pelo Partido Verde -PV e posteriormente no Partido Socialista Brasileiro- PSB.

[308] Raul Fernando Sendic (1962-), que viria a ser Vice-Presidente da República ente 2015-2017, participou do ato representando o seu pai, o lendário socialista uruguaio Raul Sendic (1925-1989), então preso, um dos fundadores do grupo guerrilheiro Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros. Permaneceu encarcerado pela ditadura entre 1972 e 1985, falecendo em 1989, de sequelas das torturas.

[309] Proposta de emenda constitucional-PEC 05/1983, apresentada pelo Deputado Federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), visando reinstaurar as eleições diretas para a presidência da república, rejeitada pela Câmara dos Deputados em 25 de abril de 1984.

[310] Em 15 de janeiro de 1985, o Congresso Nacional transforma-se em colégio eleitoral, votando na disputa entre as chapas Tancredo Neves-José Sarney (PMDB-Aliança Democrática) e Paulo Maluf-Flávio Marcílio (PDS), consagrando a primeira com 72% dos votos.

O ano de 1985 foi derradeiro nas atividades do CBS. Em março, aproveitando a vinda de Daniel Ortega[311] ao Brasil para a posse de José Sarney na presidência da república, o Comitê participa, juntamente com outros grupos de defesa dos direitos humanos, de um ato de solidariedade à Nicarágua e ao seu povo, então acossados pelo bloqueio econômico e o apoio financeiro e militar norte-americano (CIA) aos grupos paramilitares que combatiam a Revolução Sandinista, os então denominados "Contras":

> O Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina foi a entidade brasileira de defesa dos direitos humanos escolhida para compor a mesa em solenidade na Câmara de Vereadores de São Paulo, em ato de solidariedade dos democratas brasileiros ao Comandante Daniel Ortega, líder da Revolução Sandinista e ao povo da Nicarágua. Coube a mim falar em nome do Comitê e, consequentemente, dos grupos humanitários brasileiros.[312]

O Comitê também atuou em campanha conjunta com outras entidades progressistas pelo reatamento das relações diplomáticas do Brasil com Cuba, rompidas desde a instalação do regime ditatorial brasileiro em 1964, o que de fato aconteceria em meados de 1986, durante a Nova República, no governo José Sarney.

Em consonância com seus objetivos de fomentar a solidariedade continental, o CBS estreita colaboração com a Federação Latino Americana de Associações de Familiares de Detidos-Desaparecidos – FEDEFAM, na figura de sua fundadora e presidente (1983-2009), a boliviana Loyola Guzmán Lara.

Com o avanço dos processos de redemocratização no Cone Sul a partir de 1984 e a progressiva volta dos canais de expressão política nesses países, com a sociedade civil e as

---

311 Daniel Ortega (1945) foi o líder da Revolução Sandinista de 1979, que por intermédio da Frente Sandinista de Libertação Nacional- FSLN, pôs fim à ditadura de Anastasio Somoza, iniciada em 1933, com o apoio militar e econômico norte-americano, a partir da intervenção ianque no país em 1925. Com o binômio nacionalismo e anti-imperialismo constituiu-se na última revolução popular latino-americana socialista vitoriosa, a despeito dos obstáculos impostos pela asfixia econômica e pela desestabilização política introduzida pelas milícias "contra", financiadas clandestinamente pelos EUA, o que levou o país a um estado de guerra permanente, com elevados custos econômicos e sociais nas décadas seguintes. Todavia, converteu-se como uma poderosa referência latino americana na luta anti-imperialista na década de 1980. Ortega, ainda vinculado à FSLN, foi eleito presidente em 1984, permanecendo até 1990. É o atual presidente da Nicarágua, cargo que ocupa desde 2007.

312 *Depoimento concedido ao autor por Fernanda Coelho, brasileira, cientista social, fundadora do CBS.* São Paulo, via telefone e e-mail, em 17/04/21 e 14/05/21 e Acervo fotográfico particular de Aton Fon Filho, militante do CBS.

entidades locais recuperando a voz, e com o retorno de vários exilados a suas pátrias, principalmente uruguaios e argentinos, gradativamente o CBS vai se desmobilizando.

# 4. UMA DÉCADA DE LUTAS: O LEGADO POLÍTICO E HUMANITÁRIO DAS REDES DE SOLIDARIEDADE BRASILEIRAS

> "Jaime Wright optou por nadar contra a corrente e dedicar-se aos perseguidos políticos, e muitos têm motivos para ser gratos por sua escolha". (Jan Rocha, fundadora do Clamor)

## 4.1- "Comunista ou ecumenista"? o Reverendo Jaime Wright e a "teologia das brechas".

O Reverendo presbiteriano Jaime Nelson Wright foi uma das maiores expressões de brasileiros que fizeram da militância pelos direitos humanos uma escolha política, um símbolo do ativismo cristão e humanitário e da solidariedade política aos exilados.

Ele esteve presente nas lutas pela justiça social e pela democracia no Brasil e na região desde os primórdios de sua trajetória missionária. Sua trajetória, seja liderando o Clamor ou apoiando o CBS e a Cáritas de Dom Eugênio, sobretudo na transferência de recursos captados junto ao Conselho Mundial das Igrejas, sintetiza como poucos o conceito de legado político e humanitário das redes de solidariedade brasileiras que desenvolveremos no presente capítulo.

O Grupo Clamor foi uma das várias trincheiras de luta política e pastoral de Jaime Wright pela causa dos direitos humanos e das liberdades democráticas. Sua trajetória cristã fez-se, desde o início, com uma preocupação social à luz do evangelho. Uma tragédia familiar, entretanto, vai potencializá-la rumo a uma atuação política mais combativa naqueles tempos de arbítrio, marcada pela discrição, senso de oportunidades e arrojo.

É o que procuraremos mostrar a seguir, reconstituindo etapas da sua formação cristã, intelectual e política, singularizada por uma inegociável prática ecumênica, bem como ainda destacando o legado histórico, político e humanista construído por esse presbiteriano, conhecido pelos seus contemporâneos como o 'pastor dos torturados.

Jaime Nélson Wright nasceu em Curitiba, Paraná, no dia 12 de julho de 1927. Filho do casal de missionários presbiterianos norte-americanos Latham Ephraim Wright e Maggie Belle Wright, radicados no Brasil desde 1923. Cursou o ensino primário e o segundo grau no Brasil, formando-se em letras e em sociologia no College of the Ozarks, Arkansas e em teologia, pela Universidade de Princeton, em Nova Jersei.

Entre outros de sua geração, foi profundamente influenciado por John Mackay[313], o famoso reitor que salvou o seminário presbiteriano de Princeton do fundamentalismo teológico e também pelo teólogo norte-americano Richard Shaull[314], ambos vinculados ao pensamento ecumênico, de estreito diálogo com a Igreja Católica.

Esse posicionamento ecumênico engajado, de visão social profunda, marcará fortemente a trajetória e a prática cristã e política de Jaime Wright ao longo de mais de quatro décadas de trabalho e militância. Jaime Wright atuou como missionário da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PC-USA) - Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nas décadas de 50 e 60, através da Missão Central do Brasil, em Brasília, na cidade satélite de Sobradinho.

Trabalhou no interior da Bahia, nos municípios de Itacira, Caetité e Bom Jesus da Lapa, sendo que neste último adquiriu notoriedade, uma vez que, com outros colaboradores religiosos e leigos, liderou uma iniciativa bastante inusitada para a época, pois "...fez uma (mini) reforma agrária autorizada eclesiasticamente, distribuindo propriedades da mesma igreja norte-americana." [315]

O pensamento cristão protestante de Jaime Wright não ficou imune aos desdobramentos políticos e sociais proporcionados pelo histórico Concílio Vaticano II (1962-1965) da Igreja Católica. A opção em se abrir ao mundo secular e reorientar a sua doutrina social preferencialmente para os pobres foi sem dúvida uma escolha eclesiástica.

E se tornou realidade após a Conferência Episcopal Latino Americana de Medelín (1968) e o surgimento da teologia da libertação, marcando doutrinariamente diversos protestantes da geração de Jaime Wright na direção de um engajamento político e cristão de transformação da realidade social opressiva:

> O ecumenismo latino-americano ocorre num contexto histórico específico entre nós. Coincide com os derradeiros momentos da desagregação da sociedade ruralista pré-industrial e da consolidação da civilização capitalista e industrial. A sua criação não é obra de um único líder protestante, como foi o extraordinário
> Richard Shaull ou John Mackay, antes dele, mas representa o resultado da elaboração de um conjunto de pensadores, pastores sintonizados com as profundas transformações que ocorriam e empenharam-se em compreender as novas situações de existência que estavam em curso para a vida da igreja cristã [...] seu formulado aponta o ecumenismo e o compromisso social acima de tudo, enquanto propõe a

[313] John Mackay (1889-1983). Teólogo, missionário e educador escocês presbiteriano, defensor do movimento ecumênico e do cristianismo mundial.
[314] Richard Shaull (1919-2002). Teólogo e sociólogo norte-americano do presbiterianismo ecumênico. Foi missionário na América Latina, atuando no Brasil, Colômbia e Peru. É considerado referência teológica do protestantismo latino-americano, tendo seu pensamento identificado com a gênese da teologia da libertação.
[315] DASÍLIO, op. cit., p.12.

> democratização parlamentar e conciliar em todos os níveis, desde a igreja local até a assembleia geral.
> Graças a líderes como ele (Jaime Wright) que o pensamento presbiteriano ecumênico é resultado de um parto doloroso que envolvia o autoritarismo militar associado ao fundamentalismo religioso. Um movimento capaz de questionar as velhas e carcomidas estruturas do protestantismo brasileiro.[316]

Uma mesma realidade histórica que, por outro lado, suscitou em segmentos expressivos da Igreja Católica e em importantes lideranças do meio protestante brasileiro (luteranos, metodistas, batistas, presbiterianos) um posicionamento reacionário, que se materializou não apenas pelo apoio ao golpe civil militar de 1964, que derrubou o presidente João Goulart em nome da ameaça comunista, como pela legitimação moral e espiritual da ditadura em boa parte de sua vigência.[369]

E, não por poucas vezes, essa legitimação transformou-se em colaboração direta com o regime militar e os órgãos de repressão, denunciando religiosos em suas fileiras e levando os pastores e os líderes dessas denominações a pressionarem também pela devolução compulsória de missionários estrangeiros aos seus países, vistos como agentes da subversão.

A expulsão sumária de seminaristas, a demissão de professores de faculdades teológicas e a delação para as autoridades e a polícia política de comunistas em suas igrejas[317] também foram práticas recorrentes deste autoritarismo eclesiástico e persecutório em meio à comunidade protestante brasileira, em suas diversas denominações.

Jaime Wright foi um dos primeiros pastores a se rebelarem contra essas perseguições e o colaboracionismo da alta hierarquia das igrejas protestantes com o regime ditatorial brasileiro. Especificamente em sua Igreja Presbiteriana do Brasil – IPB conflitou com o então poderoso reverendo Boanerges Ribeiro[318], dirigente maior da instituição e figura central na prática de colaboracionismo, expurgos e delações.

Nesse contexto Wright rompe oficialmente com a IPB em 1968. Por mais que fosse pressionado pelas vozes desse protestantismo reacionário, fundamentalista e autoritário,

---

316 Ibid., p.129-130. 369- Ibid., pp.67-70.

317 Para um amplo panorama dessa caça às bruxas no meio protestante durante a ditadura civil militar brasileira indicamos o excelente documentário *Muros e Pontes: memória protestante na ditadura*, realizado em 2014 pela Koinonia Presença Ecumênica e Serviço e pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, no contexto do Projeto "Memória protestante no Brasil".
Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ycWCn7qAOo4&t=131s. Especificamente sobre a perseguição político- religiosa interna aos presbiterianos na ditadura brasileira destacamos o artigo de JUNIOR, Valdir Gonzalez Paixão - *Poder, memória e repressão: a Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar (1966-1978*). In RIDU, v.2, n.2, junho 2014 – UNESP, Bauru, SP.

318 Boanerges Ribeiro (1919-2003) foi presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil entre 1966 e 1978. Teólogo, pastor e professor presbiteriano, foi ainda chanceler da Universidade Mackenzie em São Paulo. É referenciado como um dos dirigentes protestantes que mais colaborou com o regime militar brasileiro.

inclusive com reflexos diretos sobre sua família, não podia ser expulso do país. Era brasileiro de nascimento. Renunciou à cidadania e ao passaporte norte-americanos. Prestou serviço militar no Brasil.

O reverendo Jaime Wright foi um dos expoentes entre os presbíteros, pastores, teólogos e professores presbiterianos, que a partir de 1976, passaram a discutir em alguns encontros nacionais novas perspectivas institucionais para o presbiterianismo ecumênico, liberal e democrático, orientado por uma visão de evangelho ancorado na realidade social e política e, inclusive, de forma vanguardista, de aceitação do ministério feminino.[319]

Desses encontros nasceu em 1978, na cidade de Atibaia, em São Paulo, a Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas – FENIP, que em 1983 transforma-se na Igreja Presbiteriana Unida do Brasil – IPU, sediada em Vitória do Espírito Santo, da qual Jaime Wright foi Secretário Geral entre1988 e 1993.

Uma Igreja vanguardista[320], que desde as suas origens, notabilizou-se também politicamente no seio cristão, pois "...circulava nos meios a ideia que a IPU era vista como um refúgio para os presbiterianos perseguidos, acolhidos sob o patrocínio de Jaime Wright, e para os oprimidos de outras comunidades evangélicas, especialmente nas regiões norte e nordeste."[321]

Wright participou ativamente de variados organismos ecumênicos que defendiam os direitos humanos, o diálogo inter-religioso, os direitos das mulheres, a inclusão cidadã das pessoas marginalizadas pela sociedade e a incessante busca da paz com justiça social desde os primórdios de sua juventude missionária Jaime mostrou-se um homem de ação e de bons combates:

> Seus dois metros de altura, sua voz potente e pausada, os óculos de armação pesada davam-lhe uma fisionomia grave. Seu grande porte, aliado à expressão facial que as vezes se mantinha inalterada, transmitia, muitas vezes, a imagem de um tanque de guerra. Dificilmente ele passava despercebido em algum lugar. Daquele gigante, no entanto, saíam palavras de esperança e solidariedade. Desde o golpe de 1964,

---

319 COSTA, Isaque de Góes. *As Origens históricas da Igreja Presbiteriana Unida*. Periódico de resumos e anais da Faculdade Unida de Vitória, v.4, nº 2, 2017.Também http://ipu.org.br/about-us/

320 Ainda nos dias de hoje, a Igreja Presbiteriana Unida continua se pronunciando criticamente sobre algumas das mais relevantes questões políticas, econômicas e sociais que afetam o país, como, por exemplo, o assassinato da vereadora carioca Mariele Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, crimes ainda sem responsabilização penal, e ainda sobre a radicalizada eleição presidencial de 2018 e a "aproximação" de expressivos segmentos da comunidade protestante com o ideário reacionário e de extrema direita.
Ver em: http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/intotum/article/view/168

321 DASILIO, op. cit. p. 134. ROCHA, 2018, p.24, destaca que Vitória (ES), em escala bem menor que o Rio de Janeiro e São Paulo também foi um polo de acolhimento de exilados e refugiados do Cone Sul, muito em função da presença da Igreja Presbiteriana Unida, cujo líder era o Reverendo Jaime Wright, figura já então emblemática na defesa dos direitos humanos no continente.

Jaime engajara-se numa vertiginosa luta na defesa dos direitos humanos. [322]

Em 1973 o Reverendo foi abalado pela notícia da captura e o desaparecimento de seu irmão, Paulo Stuart Wright, preso em um subúrbio paulistano pela polícia política. Em sua dor, Jaime pediu ajuda ao prestigiado Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, que não poupou esforços para o apoiar, peregrinando juntos por vários locais em busca de notícias de Paulo Wright.

Com sua "força serena" de franciscano, Dom Paulo Arns desde 1970 incomodava o regime ditatorial brasileiro, questionando sobre a situação dos presos políticos e os desaparecidos, apoiando as famílias enlutadas. Inclusive vocalizando as denúncias então cada vez maiores da prática de tortura pelos agentes do Estado. Era visto pelos militares como o cardeal subversivo.

E laços de solidariedade e de fraternidade cristã começaram a se estreitar entre os dois líderes religiosos, ainda mais depois que ambos concelebraram em 1975, na Catedral da Sé de São Paulo, junto com Dom Hélder Câmara e o Rabino Henry Sobel o (a) célebre culto/missa ecumênico (a) pelo jornalista da BBC e diretor da TV Cultura de São Paulo, Vladimir Herzog, assassinado nas dependências do DOI- Codi paulistano. Destaque-se que o Rabino Sobel recusou sepultar Herzog como um suicida.[323]

Surgia naquele momento uma amizade e parceria ecumênica genuína, entre *um franciscano com cara de presbiteriano e um presbiteriano com cara de franciscano*[324], inclusive com a deferência dispensada por Dom Paulo Arns a Jaime Wright, nomeado seu bispo auxiliar não oficial para assuntos ecumênicos. Jaime passou, inclusive, a ocupar uma sala anexa à de Dom Paulo na Cúria Metropolitana de São Paulo.

Uma parceria que se traduziria nos dez anos seguintes em ações concretas de defesa dos direitos humanos, acolhendo e protegendo refugiados e exilados em trânsito no Brasil e de denúncia dos crimes e das violações perpetradas pelas ditaduras do Cone Sul, bem como no trabalho de preservação da memória histórica daqueles tempos de arbítrio e de terror de estado.

Consideramos que que a traumática perda do irmão foi, sem dúvida, um ponto de inflexão na visão e na ação política de Jaime Wright, que longe de ser um alienado da realidade social, passou a se dedicar intensamente ao trabalho de apoio aos expatriados,

---

322 LIMA, op. cit., p. 31

323 CARVALHO, Ricardo- *O Cardeal da resistência*; as muitas vidas de Dom Paulo Evaristo Arns. São Paulo: Editora Vladimir Herzog, 2013. pp. 174-175

324 Entrevista concedida ao autor por Anita Wright, filha de Jaime Wright. Rio de Janeiro. 06 de maio de 2018.

perseguidos e torturados, o que o levaria a ser um dos fundadores, líderes e referência do Clamor ao longo de cinco anos.

E no Grupo Clamor não faltavam atividades e campos de luta. Wright foi oficialmente liberado pela Igreja Presbiteriana-Missão Presbiteriana *Brasil Central (USA) para trabalhar diretamente com o Cardeal Dom Paulo Arns, se tornando o executivo do Clamor, uma espécie de Secretário Geral.*[325]

Mas, ao final do ano de 1983, surpreendendo os outros integrantes do Clamor e a comunidade de ativistas humanitários brasileiros e latino-americanos, Jaime Wright resolve deixar o Comitê:

> Jaime Wright exausto física e mentalmente após cinco anos de atividades incessantes, decidiu que era hora de deixar o Clamor e fazer algo menos estressante. Não foi uma decisão fácil. Desde o primeiro momento, Jaime havia se entregado de corpo e alma ao Clamor, trabalhando madrugada a dentro, escrevendo artigos, respondendo cartas, desenhando o layout dos boletins, fazendo contas, lidando com minúcias da organização. Ele havia recebido em sua casa refugiados e exilados, trabalhadores de direitos humanos, operários, visitantes estrangeiros e feito muitas viagens para a Argentina, Paraguai e Chile. As suas ligações muito próximas com Dom Paulo, com Chuck (Charles) Harper, do Conselho Mundial de Igrejas, e com líderes de igrejas norte-americanas e europeias, tanto católicas como protestantes, ajudou a assegurar fluxo constante de financiamento. Também criou uma relação especialmente próxima com as Abuelas, e continuou a visitá-las depois de deixar o Clamor, como conselheiro e amigo. Para muitos, Jaime era a face pública do grupo. [326]

Paralelamente ao Clamor, Jaime Wright já estava engajado em outro audacioso projeto ligado a defesa dos direitos humanos e da democracia, especificamente vinculado à realidade ditatorial brasileira. E um grandioso projeto, que tinha se iniciado clandestinamente, ainda em meados de 1979:

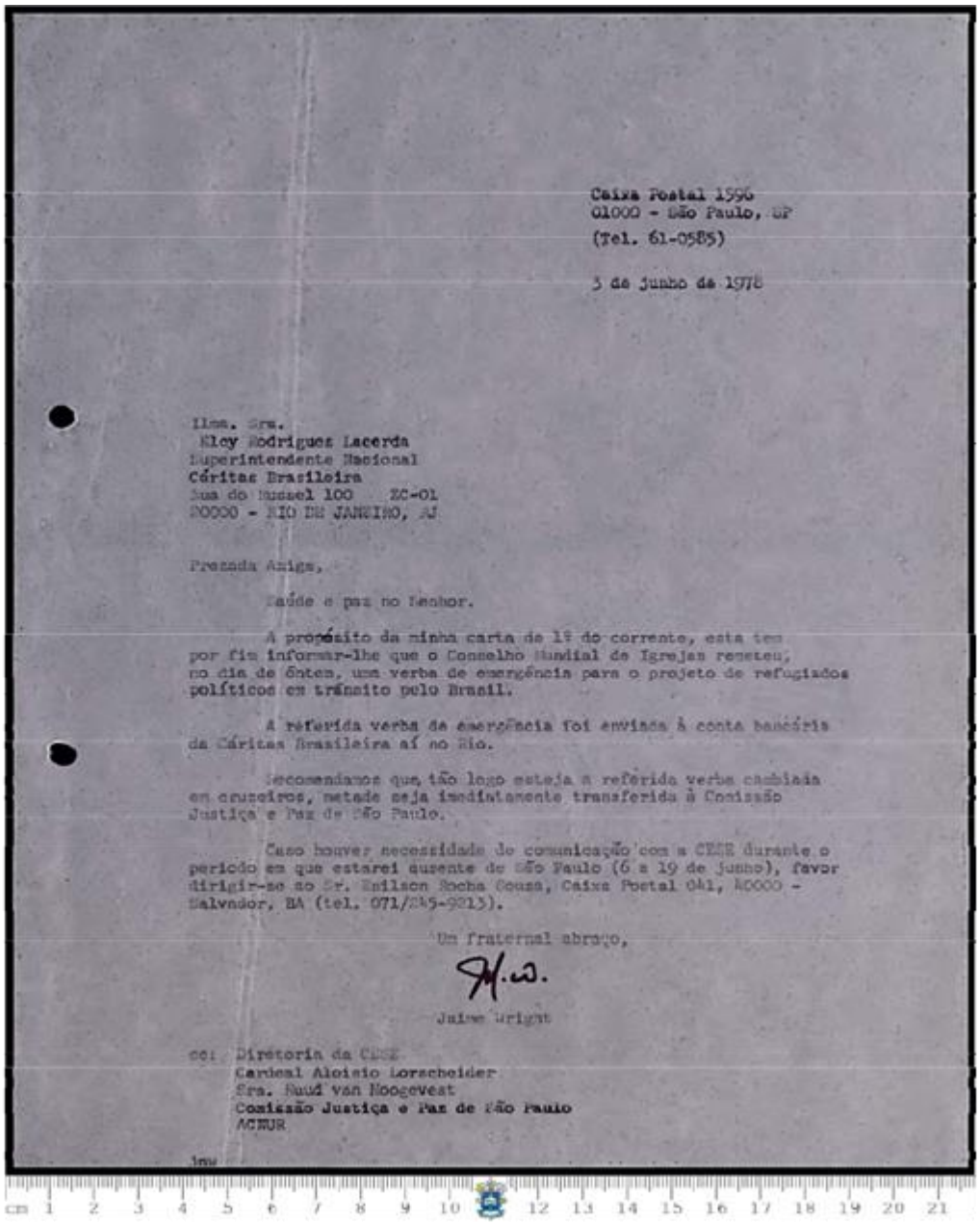
---

[325] Entrevista concedida ao autor por Jan Rocha, uma das fundadoras do Clamor. São Paulo. 07 de maio de 2018.

[326] ROCHA, op. cit., p.295. A autora nos fornece uma apresentação da Abuelas e da sua conexão com o Clamor: "As *abuelas* se conheceram durante o encontro semanal das Madres em volta da Praça de Maio, na frente do palácio presidencial, a Casa Rosada, que começou a acontecer em 1977. Quando perceberam quantas delas tinham, além de filhos e filhas, também netos e netas desaparecidos, decidiram formar um grupo separado. A partir de novembro de 1977, começaram a se encontrar nas cafeterias de Buenos Aires. Fingiam ser apenas um grupo de senhoras de meia idade com tempo sobrando. Porém, ao mesmo tempo que tomavam seus chás e beliscavam doces, elas estavam planejando suas atividades. No início, o grupo adotou o nome Abuelas Argentinas com Nietitos Desaparecidos. No início só tinha doze, mas este número cresceu rapidamente. Quando souberam da descoberta das duas crianças no Chile (os irmãos Anatole e Vicky Grisonas, filhos de militantes uruguaios do Partido da Vitória do Povo-PVP, sequestradas após a captura-desaparecimento de seus pais em Buenos Aires e localizadas anos depois pelo Clamor vivendo no Chile), queriam logo saber mais sobre o grupo Clamor no Brasil, do qual elas nunca tinham ouvido falar. Em outubro de 1979, Chica Mariani (presidente do grupo) e Licha Zubasnabar chegaram a São Paulo para falar com o Clamor [...] isso foi só o começo de uma longa e frutífera parceria entre as Abuelas e o Clamor" (p. 127-130). Sobre a incrível história dos irmãos Anatole e Vicky, ver LIMA, 2003, p.75-79 e 233-241).

> Era uma ideia simples e arriscada - tentar fotocopiar o maior número possível de processos que estavam no Superior Tribunal Militar, em Brasília. Desde 1979, quando fora promulgada a Anistia, qualquer advogado podia solicitar o processo durante 24 horas, para avaliar o que tinha acontecido com seu cliente. Um pequeno grupo decidiu fotocopiar processos inteiros. Neles, muitos ex- presos relatavam torturas e denunciavam nomes de torturadores. No STM adormeciam 707 processos contra mais de sete mil pessoas. Era a radiografia do período mais violento do regime militar, que vigorou no país de 1964 a 1979. Pelos cálculos do grupo envolvido na tramoia, cerca de 25% dos prisioneiros relataram torturas nas audiências. Os juízes militares, seguindo uma burocracia interna, registrar os depoimentos, que acabaram se transformando em documentos para a história. [327]

Figura 14



Caixa Postal 1596
01000 - São Paulo, SP
(Tel. 61-0585)

3 de junho de 1978

Ilma. Sra.
Eloy Rodrigues Lacerda
Superintendente Nacional
Cáritas Brasileira
Rua do Russel 100 ZC-01
20000 - RIO DE JANEIRO, RJ

Prezada Amiga,

Saúde e paz no Senhor.

A propósito da minha carta de 1º do corrente, esta tem por fim informar-lhe que o Conselho Mundial de Igrejas remeteu, no dia de ôntem, uma verba de emergência para o projeto de refugiados políticos em trânsito pelo Brasil.

A referida verba de emergência foi enviada à conta bancária da Cáritas Brasileira aí no Rio.

Recomendamos que, tão logo esteja a referida verba cambiada em cruzeiros, metade seja imediatamente transferida à Comissão Justiça e Paz de São Paulo.

Caso houver necessidade de comunicação com a CESE durante o período em que estarei ausente de São Paulo (6 a 19 de junho), favor dirigir-se ao Sr. Emilson Rocha Cousa, Caixa Postal 041, 40000 - Salvador, BA (tel. 071/245-9213).

Um fraternal abraço,

J.W.

Jaime Wright

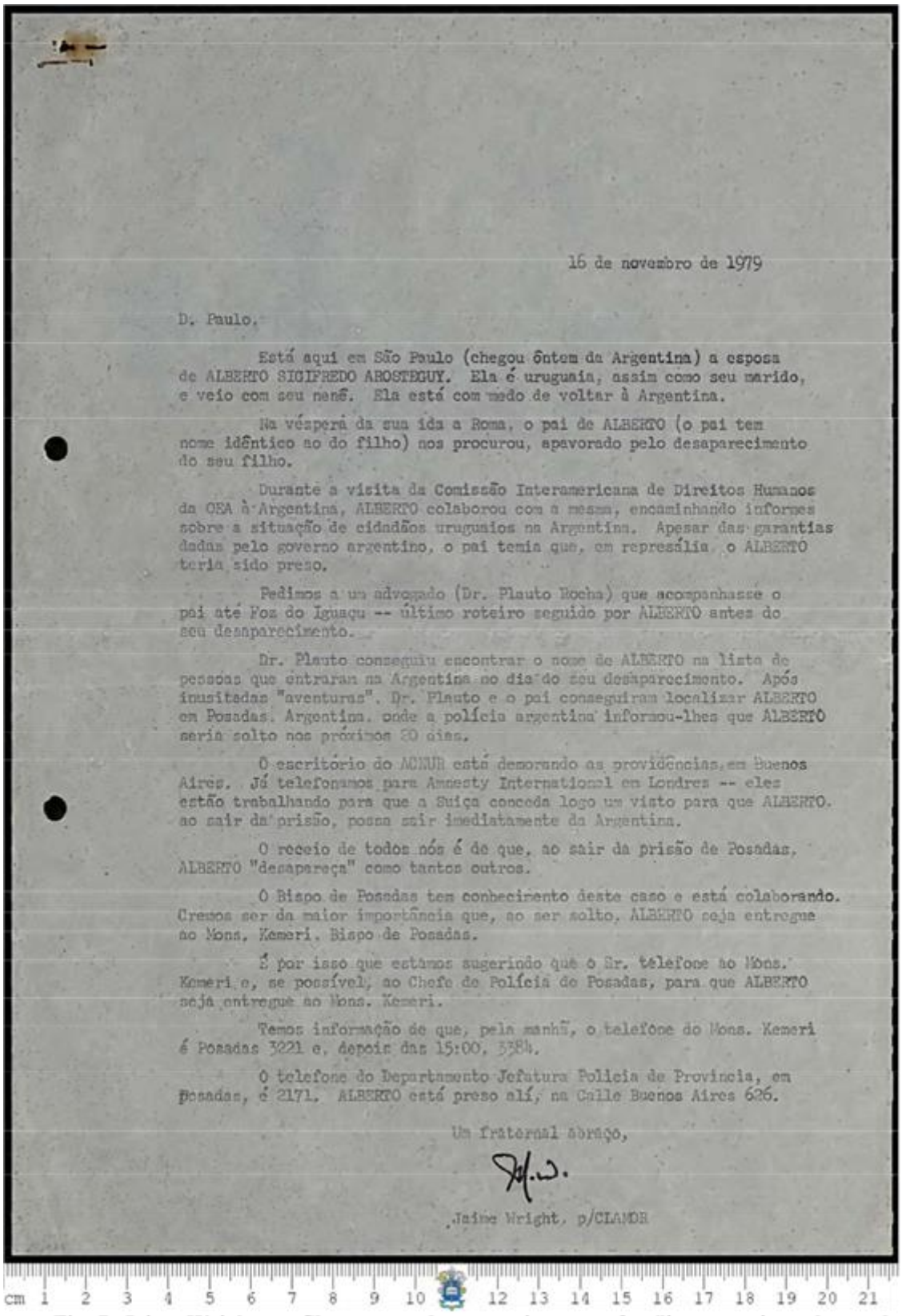
cc: Diretoria da CESE
Cardeal Aloisio Lorscheider
Sra. Ruud van Noogevest
Comissão Justiça e Paz de São Paulo
ACNUR

jmw

relataram as torturas nas audiências. Os juízes militares, seguindo uma burocracia interna, mandavam

[327] LIMA, op. cit., p. 210.

Figura 15



16 de novembro de 1979

D. Paulo,

Está aqui em São Paulo (chegou ôntem da Argentina) a esposa de ALBERTO SIGIFREDO AROSTEGUY. Ela é uruguaia, assim como seu marido, e veio com seu nenê. Ela está com medo de voltar à Argentina.

Na véspera da sua ida a Roma, o pai de ALBERTO (o pai tem nome idêntico ao do filho) nos procurou, apavorado pelo desaparecimento do seu filho.

Durante a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA à Argentina, ALBERTO colaborou com a mesma, encaminhando informes sobre a situação de cidadãos uruguaios na Argentina. Apesar das garantias dadas pelo governo argentino, o pai temia que, em represália, o ALBERTO teria sido preso.

Pedimos a um advogado (Dr. Plauto Rocha) que acompanhasse o pai até Foz do Iguaçu -- último roteiro seguido por ALBERTO antes do seu desaparecimento.

Dr. Plauto conseguiu encontrar o nome de ALBERTO na lista de pessoas que entraram na Argentina no dia do seu desaparecimento. Após inusitadas "aventuras", Dr. Plauto e o pai conseguiram localizar ALBERTO em Posadas, Argentina, onde a polícia argentina informou-lhes que ALBERTO seria solto nos próximos 20 dias.

O escritório do ACNUR está demorando as providências em Buenos Aires. Já telefonamos para Amnesty International em Londres -- eles estão trabalhando para que a Suiça conceda logo um visto para que ALBERTO, ao sair da prisão, possa sair imediatamente da Argentina.

O receio de todos nós é de que, ao sair da prisão de Posadas, ALBERTO "desapareça" como tantos outros.

O Bispo de Posadas tem conhecimento deste caso e está colaborando. Cremos ser da maior importância que, ao ser solto, ALBERTO seja entregue ao Mons. Kemeri, Bispo de Posadas.

É por isso que estamos sugerindo que o Sr. telefone ao Mons. Kemeri e, se possível, ao Chefe de Polícia de Posadas, para que ALBERTO seja entregue ao Mons. Kemeri.

Temos informação de que, pela manhã, o telefone do Mons. Kemeri é Posadas 3221 e, depois das 15:00, 3384.

O telefone do Departamento Jefatura Policia de Provincia, em Posadas, é 2171. ALBERTO está preso alí, na Calle Buenos Aires 626.

Um fraternal abraço,

Jaime Wright, p/CLAMOR

**Fig. 7- Jaime Wright e o Clamor atundo em apoio a uma família uruguaia na busca do**

Para tanto o Reverendo Wright mais uma vez contatou o CMI[328], por intermédio de Philip Potter, buscando financiamento para a empreitada. Com o apoio do Cardeal Arns e do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, este último membro de primeira hora do Clamor, as três máquinas de fotocopiar começaram a trabalhar sigilosamente, reproduzindo os processos e contabilizando mais de um milhão de folhas.

O dinheiro para o projeto (o código entre os ativistas era chocolate) muitas vezes foi trazido do exterior, em espécie, pelo próprio Jaime Wright. Até o final do projeto, em 1985, que culminou com o lançamento do livro *Brasil: Nunca mais*, inspirado no homônimo argentino de 1984, foram consumidos 350 mil dólares, repassados pelo CMI.

A partir da publicação do livro, Jaime Wright "atuou como uma espécie de porta voz do *Grupo Nunca Mais brasileiro.* Concedeu inúmeras entrevistas, para veículos brasileiros e internacionais, escreveu artigos na imprensa e contou alguns detalhes de como fora possível trabalhar por tanto tempo e em sigilo absoluto."[329]

Pelo que apuramos na pesquisa documental no acervo do CEDEM-UNESP, é possível afirmar que o Reverendo Jaime Wright também atuou como ponte no repasse de recursos do mesmo CMI para a rede de solidariedade carioca Cáritas Arquidiocesana, comandada pelo Cardeal Dom Eugênio Sales e também para o CBS, rede que tinha estreita relação com o Grupo Clamor, inclusive com militantes em comum.[330]

O arraigado ecumenismo de Jaime Wright o fez também colaborar nas décadas de 1970 e 1980 com organizações não governamentais cristãs e leigas de defesa dos direitos civis e humanos, como o Instituto de Estudos da Religião-ISER, o Conselho Latino americano de Igrejas – CLAI, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs-CONIC, a Coordenadoria Ecumênica de Serviços-CESE[331], com sede em Salvador e a Comissão de Justiça e Paz – CJP da Arquidiocese de Vitória.

---

328 Organização cristã ecumênica internacional fundada em 1948 na Holanda e sediada em Genebra. Congrega mais de 340 igrejas e denominações, englobando cerca de 500 milhões de pessoas, em 120 países.

329 LIMA, op. cit. p. 212.

330 Em 2018 entrevistamos Jan ROCHA em São Paulo, ocasião em que a mesma confirmou a atuação de Jaime Wright na captação de recursos internacionais para o Clamor e outras entidades brasileiras congêneres. ANDRADE, 2000, p. 46, menciona a colaboração de Jaime Wright em atividades do CBS. Entretanto nossa maior evidência remonta ao "ofício enviado por Jaime Wright à Superintendência Nacional da Cáritas Brasileira no Rio de Janeir*o",* datado de 03 de junho de 1978, destacando a verba repassada pelo Conselho Mundial das Igrejas para a assistência aos refugiados em trânsito no Brasil e os repasses para os trabalhos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Fonte: Coleção CBS. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP.

331 A Coordenadoria Ecumênica de Serviços-CESE era a união da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil,

Atuou ainda no SERPAJ, fundado por Adolfo Pérez Esquivel, ativista argentino e Prêmio Nobel da Paz em 1980, do qual foi presidente, além da Fundação Samuel, onde fazia a ligação entre as igrejas reformadas europeias e as organizações não governamentais que trabalhavam com os projetos sociais nas periferias da cidade de São Paulo.

Ao final da década de 1970, já na condição de ativista do Clamor, Jaime Wright engajou-se ativamente na mobilização da sociedade civil brasileira pelo fim da ditadura civil militar e pela redemocratização, expressas nas campanhas pela anistia política, cuja coordenação e a liderança provinham dos CBA's e pelas eleições diretas para presidente da república, a partir de 1984.

Em 1976, na qualidade de representante da Missão Presbiteriana do Brasil Central – PC-USA, fundadora em 1927 do Colégio 02 de julho em Salvador, conduz o processo de negociação com vistas à nacionalização da instituição, através da formação de um conselho superior de administração Brasil-EUA, vigente entre 1966-1976, transitando para a criação da Fundação 02 de Julho, mantenedora, até os dias de hoje do Colégio e da Faculdade homônimas.

Simbolicamente desde meados da década de 2000 a Fundação-Faculdade 02 de Julho promove anualmente a "Conferência e o Prêmio Jaime Wright Promotores da Paz e dos Direitos Humanos", conferido a pessoas e entidades que contribuíram na sociedade brasileira para a promoção de uma cultura de paz e de valorização dos direitos humanos.

Alvissareiramente, a partir da documentação particular doada pela família do Reverendo, a Fundação 02 de Julho encontra-se em fase de organização e implementação do *Centro Jaime Wright de Estudos, Pesquisa e Documentação em Direitos Humanos* – CNEDHU, que pretende se transformar em referência nacional na pesquisa sobre a questão dos direitos humanos no Brasil.

Em 1995, Jaime Wright foi uma das onze personalidades da sociedade civil brasileira indicadas pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso para compor o comitê julgador para escolha do vencedor do prêmio de direitos humanos do governo brasileiro, iniciativa então pioneira na valorização de pessoas e entidades que se destacaram no trabalho humanitário. Embora tenha aceitado a indicação, não deixou de criticar o governo pela falta de empenho na aprovação congressual do projeto de lei que tipificava o crime de tortura,

---

CNBB, Igreja Episcopal do Brasil, Igreja Pentecostal Evangélica Brasil para Cristo e Igreja Metodista, em estreita ligação com o Conselho Mundial de Igrejas. Em 1978 patrocina, edita e distribui 500 mil cópias da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

destacando ainda o incômodo com a arraigada resistência das Forças Armadas ao projeto em função do envolvimento de setores das forças armadas na "guerra suja" durante a ditadura civil- militar brasileira.[332]

Dentre as lutas de sua geração pela defesa aos direitos humanos, emergiu a Lei 9.474/1997, que disciplinou o Estatuto dos Refugiados no Brasil, a primeira lei nacional específica sobre refugiados, pioneira na América do Sul, que criou ainda o Comitê Nacional Para Refugiados – CONARE.[333]

Em reconhecimento à trajetória humanitária do Reverendo, tramita atualmente na Câmara Federal brasileira o projeto de lei - PL nº 1836/2015 do Deputado Fábio Sousa, PSDB-GO, para "inscrição do nome de Jaime Wright no livro dos heróis da pátria e no panteão da liberdade e da democracia"[334].

O Frei Leonardo Boff, contemporâneo de Jaime Wright nas lutas em defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas bem como de uma visão-ação religiosa ecumênica na sociedade, nos oferece um testemunho do legado do Reverendo, na plenitude de suas dimensões cristã e política:

> O pastor Jaime Wright foi uma pessoa corajosa, que denunciou os torturadores, defendeu torturados e desaparecidos, recolhendo testemunhos sobre a tortura na ditadura militar, com outras pessoas que também arriscaram suas vidas para esse mesmo fim. Jaime Wright era movido por uma profunda fé. Acho que o caminho dele não era unicamente uma dimensão política, cívica. Era a partir da fé cristã, juntamente com Dom Paulo Evaristo Arns, dizendo, os dois, que os opressores estavam tratando mal a imagem de Deus e o único caminho que temos de acesso a Deus é o ser humano. E quando violentamos e desfiguramos esse ser humano, nós perdemos a noção de Deus. Jaime será lembrado por isso. Dias atrás, numa sessão aberta da Comissão da Verdade, junto com representantes do Grupo Tortura Nunca Mais, ele foi reverenciado por sua importância nessa luta, ao não deixar que a verdade fosse afogada pela injustiça. [335]

Jaime Nelson Wright faleceu em 29 de maio de 1999, na cidade de Vitória do Espírito Santo, de infarto no miocárdio, aos 71 anos. Olhando retrospectivamente foram quase cinco

---

[332] Disponível em: https://f2j.edu.br/institucional/fundacao/

[333] Vinculado ao Ministério da Justiça, o CONARE é um órgão que, entre outras atribuições, analisa pedidos e decide sobre o reconhecimento da condição de refugiado, a partir do mandato e do estatuto do ACNUR, orientando e coordenando ações de proteção, assistência e integração dos mesmos, atuando sob a forma de colegiado, disponibilizando um assento para as organizações da sociedade civil que se dediquem ao trabalho de suporte a refugiados

[334] https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5B3EDE7F2422ED8E973D8BC99549FFF1.proposicoesWebExterno1?codteor=1586836&filename=Avulso+-PL+1836/2015

[335] DASILIO, op. cit., 7-8.

décadas de uma trajetória de militância cristã ecumênica, humanitária, com forte inclinação política e democrática, de opção pelos pobres e de busca pela justiça social.

Missionário, pastor, educador, editor, jornalista, administrador, teólogo renovador do protestantismo brasileiro, ativista dos direitos humanos e defensor das liberdades democráticas. Uma vida de lutas contra a opressão, generosamente dedicada aos necessitados e perseguidos.

## 4.2 "Era o que tinha que ser feito": a solidariedade como uma escolha política

> "Encontrei muita solidariedade do povo brasileiro. Eu era um filho de papai no Paraguai. O exílio me fez ver a vida. Viver na periferia de São Paulo fortaleceu a minha ideia de solidariedade com os necessitados. Amadurecer a consciência política, descobrir a identidade com os desfavorecidos, a minha identidade" (Félix Sanchez, exilado paraguaio em São Paulo, militante do CBS)

"Era o que tinha que ser feito. O que dava para fazer".

Esta frase lapidar do jornalista Hamilton de Souza, que militou simultaneamente no Clamor e no CBS, sintetiza uma das conclusões a que a tese chegou: a solidariedade e o apoio humanitário das redes brasileiras à massa de exilados do Cone Sul que transitaram em fuga pelo Brasil nas décadas de 1970 e 1980 foi uma escolha política.

Escolhida em meio a um cenário particular: organizar redes de proteção e de acolhimento em um país ainda sob uma ditadura, com controles de vigilância e censura, embora em gradativo processo de distensão, iniciado com o governo do General Ernesto Geisel em 1974.

Determinação que aglutinou diferentes. Brasileiros e outros sul americanos. Homens e mulheres, de origens de esquerda, da militância estudantil, liberais, cristãos católicos e protestantes, leigos, colaboradores da sociedade civil de várias matizes. Uma solidariedade política, de defesa dos direitos humanos, não necessariamente ideológica.

Homens do mundo religioso, com grande projeção nacional e internacional, como os Cardeais Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Eugênio Sales e o Reverendo presbiteriano Jaime Wright. Outros não necessariamente famosos, mas não menos atuantes, como o padre canadense Robert Grandmaison e o Frei João Xerri.

Ativistas dos direitos humanos, como a jornalista Jan Rocha, os advogados de presos políticos Luiz Eduardo Greenhalgh e Fermino Fecchio. Os professores Cândido Feliciano da Ponte Neto e Thereza Brandão, a psicóloga Maria Auxiliadora Arantes, a Dodora, colaboradoras da Arquidiocese de São Paulo, além de Maria Aparecida Horta, ex-presa política. Realidade de cárcere político, por longos 9 anos, também experimentada por outro militante: Aton Fon Filho.

E também os jornalistas Hamilton de Souza, Carlito Maia e Maurício Maia, a cientista social Fernanda Coelho, a ex-militante de esquerda Suzana Lisboa e a estudante Mara Luz. Além do aspecto original do engajamento dos *exilados militantes*, com todos os ricos inerentes ao ativismo no *espaço exopolítico*, empreendido pelos os argentinos Amélia Uzin, Júlio Raffo e o casal Marisa e Gustavo Piérola, os uruguaios Luiz Romero, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores, e Abayuba Grassi e o Paraguaio Félix Sanchez, entre muitos outros, que a pesquisa provavelmente não conseguiu mapear.

Para essa geração de brasileiros, que vinham se engajando desde a segunda metade da década de 70 nas lutas pela redemocratização e pelo retorno das liberdades no país, passar a 'olhar' para o que estava acontecendo no Cone Sul e na América Latina e começar a militar em entidades e redes de defesa dos direitos humanos como a Cáritas Arquidiocesana, o Clamor e o CBS, foi uma experiência enriquecedora e transformadora.

Como foi o caso da então estudante de ciências sociais da PUC de São Paulo Mara Luz, militante do CBS, que por sinal foi quem levou o jovem e recém chegado exilado paraguaio Félix Sanchez para o Comitê. Mara e Félix se conheceram na PUC, em uma circunstância que não foi incomum na época, a saber, a intermediação de Dom Paulo Evaristo Arns para que os exilados pudessem estudar em instituições vinculadas à Igreja Católica, ainda que indocumentados e, muitas vezes, clandestinos.

Registramos a ocorrência desse mesmo expediente também no Rio de Janeiro, por intermédio da rede de Dom Eugênio Sales, abrindo portas para trabalho e o estudo dos exilados (e indocumentados) em instituições como PUC-Rio, a Universidade Santa Úrsula e a Universidade Cândido Mendes, como foi o caso, que relatamos no capítulo 3, do professor argentino Júlio Raffo, que lecionou nas citadas instituições na primeira metade da década de 80. Amparo educacional que se estendeu, em alguns casos, aos filhos dos exilados, acolhidos pelo Instituto Metodista, em meio à teia solidária cristã, tanto católica como protestante.

Retornando à trajetória da militante Mara Luz, fica a reflexão acerca da enriquecedora experiência humanística vivida e de percepção da então realidade política de uma América

Latina povoada por ditaduras e de participar da construção coletiva de um esforço de solidariedade política continental e de defesa dos direitos humanos:

> O CBS foi um espaço muito importante em São Paulo de acolhida às pessoas exiladas do Cone Sul que buscaram o Brasil. Mas também um exemplo de solidariedade a muitos brasileiros e brasileiras. Aos que haviam militado na campanha pela anistia; aos que se moviam por seus valores religiosos de amor ao próximo; aos que, como eu, estavam abrindo os olhos para a realidade da América Latina tendo nascido apenas três anos antes da ditadura no Brasil. Como estudante e, na efervescência da redemocratização, foi muito importante ter os olhos abertos para a realidade além das fronteiras brasileiras e das lutas mais imediatas. Seja nos intercâmbios, nos churrascos regados a muito "mate", nas manifestações, o que se produziu foi uma escola de solidariedade internacional na prática do apoio cotidiano, do compartilhar de sofrimentos, perdas, mas também de sonhos[336]

Escolhas políticas que conduziram, por exemplo, à formação, no Rio Grande do Sul, especificamente em Porto alegre, de uma das mais importantes redes ou sub redes do transnacionalismo humanitário da época, o Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH), liderado por Jair Krischke. Grupo que consideramos pesquisar mais cuidadosamente na presente tese, como uma *quarta rede de solidariedade brasileira*, mas que a sinceridade nos obriga a dizer que não tivemos fôlego para tanto. Pelo menos para agora.

O MJDH operou em estreita cooperação com o Clamor e foi a mão acolhedora de centenas de exilados que fugiram pela estratégica fronteira sul, em maioria argentinos e uruguaios, estabelecendo relações de cooperação com a representação do ACNUR em Buenos Aires nos anos 80, na figura de sua representante legal, a uruguaia Belela Herrera, nascida em 1927.

Krischke lembra as dificuldades em materializar essa opção política pela defesa dos direitos humanos, uma vez que "no Rio de Janeiro tinha Dom Eugênio Sales; em São Paulo tinha Dom Paulo Arns e aqui em Porto Alegre não tínhamos o cofre do Bispo."[337] E também os perigos inerentes, visto que:

> O Brasil, como ditadura mãe, foi uma válvula de escape, pois tiramos do cenário político os inconvenientes das ditaduras. Trabalhamos muito na ajuda aos refugiados e na resistência. Muitos refugiados (exilados) não oficializavam o refúgio. Ficavam clandestinos, operando politicamente. E a proteção dos exilados muitas vezes vinha pela denúncia.[338]

---

336 Depoimento concedido ao autor por Mara Luz, brasileira, militante do CBS. São Paulo, via e-mail, em 18 de maio de 2021.

337 Entrevista de Jair Krischke, via google meet, em 30/04/2022

338 Idem

Conforme descrevemos detalhadamente no capítulo 3, a atuação política das redes humanitárias brasileiras contou com a grande participação do que conceituamos como *exilados-militantes*, que fizeram do espaço geográfico e político do exílio uma nova e atuante esfera pública de luta antiditatorial, com alcance transnacional.

Krischke e outros protagonistas das tramas das redes brasileiras que entrevistamos convergem no relato que um número significativo dos exilados optou em não formalizar a solicitação de refúgio junto ao ACNUR, o que poderia acarretar o reassentamento em outro país, afastando-os da família. Por isso, preferiam ficar na clandestinidade.

Por outro lado, tal postura deixava-os vulneráveis, o que demandava das redes uma atenção constante para os preservar da exposição, por isso "os estrangeiros militantes do CBS não participavam das manifestações públicas, com receio de fotos. Os brasileiros que iam a campo, podiam 'colocar a cara'. Os exilados estavam clandestinos, sem documentos."[339]

O cotidiano do trabalho de acolhimento, proteção e de denúncia do Clamor e do CBS, segundo o que apuramos em diversas entrevistas, tinha como marca a descentralização e a horizontalidade democrática, caracterizando-se como um "espaço onde os iguais se encontravam e não havia distinção entre os exilados e os brasileiros nas tarefas."[340]

Condução democrática e colegiada da luta antiditatorial que, por outro lado, em sua coordenação, não estava isenta de dificuldades, especialmente as inerentes à comunicação, em meio à pluralidade de nacionalidades e os diferentes perfis de engajamento político-ideológico e de militância que os exilados traziam para o ativismo nas redes.

Ao contrário do Clamor e do CBS, o trabalho realizado pela rede Cáritas tinha como marca o centralismo no Dom Eugênio e do seu executivo Cândido Feliciano da Ponte Neto. Outro ponto interessante desta oposição é que a Cáritas conduziu o seu trabalho com os exilados especificamente na frente assistencialista, provendo principalmente suporte material e jurídico; ou seja, dedicando-se aos dois primeiros objetivos do trinômio acolher, proteger e denunciar. Direcionamento assistencialista que vemos como um reflexo natural da conduta pastoral e política do conservador Dom Eugênio durante o período ditatorial, marcada por relações ambíguas com o poder, estabelecendo canais de diálogo com o regime brasileiro em concomitância com a discrição no trabalho de acolhimento e suporte aos exilados.

---

339 Entrevista com Hamilton de Souza, brasileiro, jornalista, militante do Clamor e do CBS, em 03/11/21

340 Entrevista com Félix Sanchez, paraguaio, militante do Clamor e do CBS, em 27/10/21. Félix escolheu ficar no Brasil onde reside há 40 anos.

A estratégia de promoção das denúncias foi de fato um dos pontos fortes da atuação do Clamor e do CBS, de conexão com a (s) rede (s) transnacional (ais) de direitos humanos dos anos 70 e 80. Relatos de violações que foram coletados pelos *exilados militantes* a partir dos contatos com as fontes estabelecidas nos seus países de origem, a despeito de todas as barreiras de censura inerentes às ditaduras. Que tiveram como vetores as diversas edições seus boletins.

A parceria Clamor-CBS na confecção dos boletins talvez tenha sido uma das iniciativas mais bem sucedidas na militância das redes. Coube ao jornalista brasileiro Hamilton de Souza a responsabilidade editorial pelos mesmos. Colaboração entre redes que atingia mais frentes atuação, como atos de rua, debates, panfletagens, entre outras.

Nesse sentido, ainda é sintomático registrar que migraram do CBS para o Clamor o prestigiado casal argentino Marisa e Gustavo Pierola, que estiveram à frente do meticuloso trabalho de confecção da lista de cidadãos e cidadãs argentinas desaparecidas, ponto de partida para o trabalho da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas-CONADEP, iniciado em 1983-1984, no governo Raul Alfonsín.

Para ilustrar a aludida diversidade cultural contida nas redes, propomos um levantamento do perfil das nacionalidades desses sul-americanos militantes, destacando, por exemplo, a constituição dos exilados engajados no CBS:

Argentinos: Grupo majoritário e mais ativo. Em sua maioria eram jovens, homens e mulheres, pertencentes às organizações peronistas de diversas tendências, trotskistas e de luta armada;

Uruguaios: Predominavam os militantes políticos experimentados, de partidos de esquerda, como os Tupamaros e anarquistas;

Paraguaios: Destacavam-se os ativistas de movimentos sociais (estudantis, de bairros, sindicatos). Não identificamos vinculação desses militantes com as organizações políticas e partidárias paraguaias. Segundo o relato de alguns entrevistados, esse fato deve-se, talvez, à longevidade e radicalização da ditadura Stroessner, iniciada em 1954;

Chilenos: Contingente menor, comparado aos argentinos, uruguaios e paraguaios. Alguns deles ligados à Unidade Popular de Salvador Allende, dizimada com o golpe de estado pinochetista de 1973. Infelizmente não conseguimos efetivar entrevistas com cidadãos chilenos do Comitê, apesar das tentativas empreendidas;

Outros: Não encontramos registros da participação de bolivianos no CBS, apesar de na análise das correspondências depositadas no CEDIC e no CEDEM, verificarmos que cidadãos e grupos sociais e entidades políticas daquele país estabeleceram contato com o CBS e, sobretudo, com o Clamor.

Basicamente solicitando ajuda, face à violência dos diversos regimes ditatoriais estabelecidos no país desde 1964, principalmente nos casos de desaparecidos, encarcerados, vítimas de torturas e solicitantes de refúgio, às vezes em trânsito. Tanto o CBS como o Clamor dedicaram matérias em seus boletins à situação da Bolívia ditatorial.

### 4.3 "Valeu à pena!": entre o ônus pessoal e a opção pelos direitos humanos

> "Acho que demos uma contribuição razoável no Brasil para mostrar ser possível construir solidariedade na América Latina, que éramos separados. A dor nos uniu e aproximou na solidariedade. Foi um sacrifício pessoal, mas valeu a pena" (Hamilton de Souza, militante brasileiro do Clamor e do CBS)

Os ativistas das redes de solidariedade brasileiras seguiram caminhos diversos a partir da segunda metade da década de 80, período em que gradativamente as ditaduras de segurança nacional do Cone Sul foram se desestruturando: Bolívia (1982), Argentina (1983), Uruguai (1985), Brasil (1985), Paraguai (1989) e Chile (1990). E, consequentemente, as redes de acolhimento foram se desmobilizando, sobretudo entre 1985 e 1988.

Os brasileiros e as brasileiras seguiram caminhos diversos, retornando para suas vidas, famílias, profissões, alguns não sem sequelas físicas e psicológicas desse "combate". Mas continuaram se inserindo nas questões políticas, econômicas, sociais e culturais prementes do país, em meios aos imensos desafios que o processo de redemocratização descortinava após 21 anos de ditadura e de despolitização.

Questões como a hiperinflação, os resquícios da censura, o arrocho salarial, o aprofundamento da desigualdade e da concentração de renda, bem como a demanda pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, entre outros, pautavam a mobilização política da cidadania recém recuperada. Agregando novos traços e significados àquela cultura política de transição para a democracia.

Entre muitos exilados e exiladas-militantes, o regresso foi um claro desejo, uma realidade. Uma expectativa de reconexão com as famílias e com os projetos pessoais e

políticos interrompidos e ou derrotados, de religação com a identidade e a cultura de origem, cujo elo foi brusca e violentamente rompido pela coação e a violência política, pelo desterro.

> Retornei a Montevideo no final de 1984, retomando minha militância e meus estudos, me formando como professor de História em nível secundário. A readaptação foi algo trabalhosa e com saudade do Brasil. Valorizo muito a solidariedade e o afeto de todos e todas os companheiros do CBS, que vivenciamos aqueles "malos buenos tiempos de lucha por los directos humanos y la libertad".[341]

Já para outros, a escolha e o desejo de permanecer no Brasil se materializaram fortemente após anos de inserção na cultura do país de acolhida e a reorganização, em circunstâncias extraordinárias, e em meio a novas relações de afeto e de solidariedade gestadas, da própria vida pessoal e familiar. Escolha que nem sempre se revelou exitosa:

> O exílio exigiu muito das relações. Com o tempo um não sabia quem era o outro. Após chegar ao Brasil em 1977, me separei do meu companheiro em 1983, já com dois filhos. Me casei com um brasileiro, em quem encontrei um grande amor. Refiz minha vida. Trabalhei com artesanato, como autônoma. Depois consegui emprego na área de marketing na Empresa Avon Cosméticos, com um bom salário, legalizada. Sempre gostei de teatro e, para surpresa, consegui passar para a Escola de Comunicações e Artes – ECA, da USP, onde cursei por alguns meses. Foi difícil conciliar trabalho, faculdade e a atenção aos meus dois filhos, ainda pequenos. Eu queria ficar no Brasil. Mas, por questões da vida, retornei à Argentina em 1993.[342]

Assim como houve aqueles cuja escolha em permanecer revelou-se bem sucedida, assumindo a cidadania brasileira e engajando-se integralmente na vida social, política e cultural do novo país:

> Em 1984 comecei a trabalhar na Fundação SEADE, fazendo pesquisas socioeconômicas. Anos depois, tornei-me professor da PUC e da UNIFESP e me envolvi demais na política brasileira. Ingressei na direção do PT e em 1994 coordenei a campanha do presidente Lula à presidência em São Paulo. Sai do PT e participei da fundação do PSOL, em 2004. Hoje, aos 63 anos, estou aposentado como professor, residindo ainda em São Paulo.[343]

Como se sabe, as escolhas acarretaram ônus pessoais e familiares, em meio à convicção pela solidariedade política e humanitária e, muitas vezes, com os inevitáveis condicionantes dos choques culturais inerentes à condição de desenraizamento do exilado:

---

[341] Depoimento concedido ao autor por Abayuba Grassi, uruguaio de Montevideo, professor, via telefone e e-mail, em 22 de abril de 2021.

[342] Depoimento concedido ao autor, por Amélia Uzin, argentina, natural de Paraná/Entre Rios, por vídeo chamada, em 26 de março e 19 de maio de 2021.

[343] Depoimento concedido ao autor por Felix Sanchez, paraguaio, jornalista, ex-professor da PUC-SP. São Paulo, via google meet, em 25 de maio de 2021.

> Em 1980 o meu casamento estava em crise. Eu Já tinha dois filhos, nascidos no Brasil, e queria trabalhar e também militar politicamente. Mas enfrentava o machismo do meu marido. Eu via o CBS como um refúgio. Me separei. Percebi que o meu marido entrou no CBS para me vigiar. A minha militância cristalizou uma crise conjugal.[344]

E também prejuízos profissionais e materiais. Um dos casos mais emblemáticos que registramos foi o do jornalista Hamilton de Souza, que já era um ativo militante político e sindical em meio às lutas pela redemocratização brasileira na segunda metade da década de 70, que esteve no núcleo de fundadores do Partido dos Trabalhadores-PT:

> Fui diretor do sindicato dos jornalistas de São Paulo entre 1975 e 1978. Acabei demitido do Estadão (Jornal O Estado de São Paulo) em função de uma greve geral realizada em 1979. Sobrevivi como freelancer e fiquei marcado como subversivo. Tive dificuldade em arranjar emprego. Colaborava com jornais alternativos, como O Movimento e Opinião. Ganhei o Prêmio Herzog por uma matéria sobre a repressão política no Uruguai, as mortes no Rio da Prata. Deixei de ganhar dinheiro, de ter uma carreira jornalística mais linear. Caí de vez na imprensa alternativa.

Uma das principais questões que propusemos aos entrevistados durante a consecução da pesquisa foi a do legado. Buscamos ouvir, refletir e registrar a percepção que esses atores de primeira hora tiveram de suas lutas políticas e humanitárias, das trajetórias pessoais e coletivas empreendidas no combate e na denúncia das ditaduras e dos seus crimes. Percepções como a da brasileira Mara Luz, refletindo que "quase 40 anos depois, posso afirmar que a experiência do CBS marcou minha vida profissional e de militância e que a causa da América Latina, da Pátria Grande, continua tão importante como naqueles anos!"[345]

Ou ainda do paraguaio Félix Sanchez, hoje radicado no Brasil, que faz um reflexivo balanço do impacto que as lutas antiditatoriais das redes tiveram no âmbito político brasileiro e do Cone Sul. O que ele sintomaticamente denominou de luta germinal:

> Minha geração experimentou o ensaio da redemocratização das sociedades, foi ponta de lança da redemocratização dos países; fomos atores de primeira linha nesse processo, Eu me comprometi com as causas brasileiras. Senadores, deputados, ministros de nossos países de origem foram influenciados por nossas lutas. Fomos um grupo germinal, que fez da tragédia do exílio um momento para o resgate da democracia. Creio que interferimos no reconhecimento dos direitos dos estrangeiros, ajudamos a forjar uma outra relação, clima, ambiente, para uma nova lei dos

[344] Depoimento concedido ao autor, por Amélia Uzin, argentina, natural de Paraná/Entre Rios, por vídeo chamada, em 26 de março e 19 de maio de 2021.

[345] Depoimento concedido ao autor por Mara Luz, brasileira, militante do CBS. São Paulo, via e-mail, em 18 de maio de 2021.

> estrangeiros no Brasil, apresentando propostas para a Constituinte de 1987, onde fui assessor na campanha pela reforma agrária.

E também a abrangente e crítica reflexão elaborada pelo brasileiro Hamilton de Souza, com um lugar de fala privilegiado, de quem viveu intensamente uma dupla militância, no CBS e no Clamor:

> Eu morava no bairro de Pinheiros e cheguei a abrigar em minha casa durante meses um casal de argentinos, com filhos, que depois conseguiram refúgio no México. E também Tupamaros e militantes do PVP, ambos uruguaios. Acabei fichado no DOPS. Mas era o que tinha que ser feito, o que dava para fazer. Como eu consegui fazer tanta coisa ao mesmo tempo? Tudo fazia sentido em várias dimensões. Luta pela liberdade de expressão jornalística, liberdade sindical, estudantil. Queríamos viver na democracia. Não estávamos sozinhos na luta pela solidariedade aos que sofriam pelas ditaduras exploradoras, tínhamos muita energia. Em 1978 foi a primeira greve dos metalúrgicos. Organizamos a solidariedade a diretoria afastada pela intervenção militar. Fizemos recursos com a venda de camisetas. Acho que demos uma contribuição razoável no Brasil para mostrar ser possível construir solidariedade na América Latina. Solidariedade com as Madres, identificação entre os povos da América Latina, que éramos separados. A dor nos uniu e aproximou na solidariedade. Hoje a solidariedade é mais tangível. Fizemos a luta contra as ditaduras, a união com várias entidades para a volta da democracia, a solidariedade aos povos da América Latina. Foi legal, não fico lembrando. A luta é agora, atual, presente: fome, miséria, exclusão, preconceito. O Brasil perdeu bondes da história. Legado depressivo? A luta não parou, o avanço foi pouco para o número de problemas. Foi um sacrifício pessoal, mas valeu a pena.[346]

Passadas quase quatro décadas do trabalho de militância política e humanitária das redes de solidariedade brasileiras aos exilados e aos refugiados do Cone Sul, de luta pelas liberdades democráticas e de defesa dos direitos humanos, fica o legado.

A trajetória e os registros materiais e documentais daqueles tempos ditatoriais e de arbítrio estão hoje preservadas nos esforços dos profissionais dos centros e instituições de documentação e informação, principalmente em instituições universitárias. O Acervo do Clamor, depositado no CEDIC-PUC-SP, por exemplo, foi reconhecido como relevante para a democracia no Programa Memória do Mundo da UNESCO.

Seus ativistas, hoje sexagenários e septuagenários, espalham-se pelas cidades brasileiras e sul-americanas. São guardiões daquelas memórias e histórias de luta generosa e solidária. E muitos deles aceitaram compartilhá-las para a consecução dessa tese, a despeito das cicatrizes, dos traumas.

Por outro lado, também tivemos reveses ao longo da pesquisa. Alguns protagonistas da militância das redes que identificamos na expectativa de formalizar uma entrevista, tanto brasileiros (as) como estrangeiros, não quiseram falar. Experimentamos desde gentis

---

346 Entrevista com Hamilton de Souza, brasileiro, jornalista, militante do Clamor e do CBS, em 03/11/21.

declinações, alegando “que o passado está no passado” até os silêncios da inércia, após reiterados contatos.

Os militantes das redes brasileiras de acolhimento, proteção e de denúncia, da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, do Grupo Clamor e do CBS foram atores políticos expressivos de um processo histórico que contribuiu para a desintegração das diversas ditaduras do Cone Sul ao longo da década de 80.

Homens e mulheres, brasileiros(as) e de demais nações da América do Sul, que colaboraram com as justiças de transição e para a formalização de culpa dos agentes estatais envolvidos em crimes de violações aos direitos humanos durante a guerra suja, em países como Argentina, Uruguai e Chile, no período da redemocratização. E que também foram bastante ativos na proposição de políticas públicas e de projetos de leis que redimensionaram o tratamento do Estado acerca de temas de grande relevância na contemporaneidade, como a migração, o refúgio e o asilo.

O Brasil ditatorial que assistiu à entrada de milhares de exilados nas décadas de 70, 80 não tinha legislação específica para a questão dos refugiados. E naquele contexto, muito menos vontade política, derivada do reacionarismo e das mistificações anticomunistas da ideologia de segurança nacional, que fundamentava o regime ditatorial desde o golpe civil militar de 1964.

Legislação que veio a ser promulgada no Brasil apenas em 1997, por intermédio da Lei 9474- *Estatuto dos Refugiados no Brasil*, originalmente a primeira lei nacional específica para a questão, pioneira na América do Sul. E que duas décadas depois legou a *Lei de Migração* 13.445/17. Antes disso, ainda nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte em 1987, o Grupo Clamor aportou diversas propostas em defesa das questões ligadas aos direitos humanos, como a criminalização da prática da tortura e a revogação da draconiana Lei de Segurança Nacional.

## CONCLUSÃO

Reconstituir a trajetória das redes de solidariedade brasileiras e de seus/suas militantes, brasileiros (as), exilados (as) foi um grande desafio, mas também uma enorme emoção. Desafio em função das dificuldades de efetivar a operação historiográfica em tempos de pandemia, com todas as limitações de deslocamento e de acesso às fontes inerentes e sob a angústia de um governo de extrema direita, que fustigou cotidianamente a democracia e menosprezou os direitos humanos.

Emoção por ter tido contato com as memórias e a história de dezenas de militantes, que emprestaram generosamente a sua juventude, tempo e recursos na defesa da liberdade, da democracia e dos direitos humanos, atuando política e solidariamente pela causa dos exilados e dos refugiados do Cone Sul, em trânsito pelo Brasil. E por ter tido o privilégio de aqui compartilhá-las, cremos, de maneira inédita no âmbito da historiografia brasileira.

Nossa fundamentação teórica obrigatoriamente centrou-se na conceituação da condição exilar como uma subcategoria das mobilidades forçadas, das migrações impelidas por razões e dissidência política, de acordo com a proposição de Coraza de Los Santos, buscando diferenciá-la de uma gama de outros fenômenos de deslocamento populacional, como o refúgio, o asilo, as migrações de motivação econômica e profissional.

Além disso, buscamos caracterizar, de maneira mais aprofundada, o exílio como uma prática comumente enraizada na cultura política latino-americana, como um mecanismo de exclusão política de dissidentes, de aniquilação de projetos políticos, como um singular modo de fazer política, utilizado desde a formação dos Estados Nacionais, nas primeiras décadas do século XIX.

Cultura política (ou culturas políticas) que em seu dinamismo histórico e sociológico foi capaz de gestar, no contexto das ditaduras de segurança nacional e em meio a uma dominante tradição autoritária e de militarização da política na região, formas de resistência e de solidariedade na sociedade civil, no contexto das lutas de redemocratização em países como Chile, Uruguai e Argentina.

Como consequência de uma ampla pesquisa, intencionamos demonstrar que esses e essas militantes fizeram em seu tempo uma clara opção, uma *escolha política* pela solidariedade aos milhares de sul-americanos fugidos de suas respectivas ditaduras de segurança nacional, que chegaram serial e massivamente ao Brasil, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, ao longo das décadas de 70 e 80. Escolha que não os isentou de ônus

profissionais, pessoais e familiares, circunstanciais e duradouros, mas que, conforme também apontamos, proporcionou o bônus da descoberta da identidade latino-americana, que histórica e culturalmente passou ao largo do Brasil.

Aqui residiu a nossa principal hipótese:

A atuação da Cáritas, do Clamor e do CBS produziram a *integração política* tentada e frustrada desde o pan-americanismo de Bolívar, porém ironicamente alcançada em meio à tragédia e ao terror de estado das ditaduras. Essas redes acolheram, protegeram, deram voz e ressonância a quem se encontrava cerceado pelas ditaduras. Bem como teceram uma teia política e humanitária, articularam-se em redes de solidariedade regionais e transnacionais de defesa dos direitos humanos, a mais heterogêneas possíveis, e com prevalência das entidades cristãs (católicas e protestantes).

Uma segunda hipótese:

Houve o protagonismo da atuação dos exilados (as) nas redes de brasileiras de solidariedade, os quais, ao longo da tese, denominamos de *exilados-militantes*. Atuação em tarefas de deliberação, planejamento e ação antiditatorial, embora com todas as precauções com a exposição pública e com o monitoramento empreendido pelos vários órgãos de segurança do regime de exceção brasileiro.

Ao longo da pesquisa, constatamos que uma parte majoritária dos exilados optou pela permanência clandestina no Brasil, seja pela preocupação com a segurança pessoal e familiar, visto que a necessidade de fuga iminente separou os parentes, temor aumentado ainda com os riscos de uma segregação ainda mais radical a partir de um possível reassentamento em outro país pelo ACNUR, já na condição de refugiado.

Exilados-militantes que transferiram para o exílio a resistência contra as ditaduras e as lutas pela redemocratização, ressignificando-a em uma nova arena política, o espaço *exopolítico,* concedendo protagonismo em nível internacional para a questão do exílio e do refúgio, angariando solidariedade política e humanitária para a causa, sobretudo a partir do golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile.

Outras duas hipóteses nos conduziram ao longo da tese. A primeira demonstrando que grupos como a Cáritas, o Clamor e o CBS, constituídos no intervalo entre 1976 e 1980, articulados como sub-redes ou nodos, em uma rede internacional de solidariedade política e de defesa dos direitos humanos, a despeito de suas especificidades, como composição e estratégias de ação, constituíram uma grande frente de reação à expansão do Plano Condor, a

articulação multinacional terrorista organizada pelas ditaduras de segurança nacional do Cone Sul. Uma América Latina que expulsa e que acolhe.

A segunda, mais desafiadora em face de limites no campo e nas fontes de pesquisa, foi de tentar laçar luz sobre a controvertida e ortodoxa figura do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, anticomunista declarado, no que tange à sua liderança da Cáritas no trabalho de acolhimento e proteção aos exilados paraguaios, uruguaios, chilenos e argentinos que passaram a procurar ajuda no Palácio São Joaquim.

Limitações na pesquisa que se estabeleceram pela impossibilidade de acessar a documentação do Cardeal e da Cáritas, que ao contrário da maior parte da experiência dos historiadores, que desfrutam de menos dificuldades para alcançar acervos públicos, se tratavam de acervos particulares, com o agravante de muitos indícios apontarem que o acervo documental produzido pelo trabalho humanitário da Cáritas do Rio de Janeiro com os exilados teria se perdido integralmente por ocasião de transferência predial da Cáritas do bairro da Glória para o do Maracanã.

A despeito de tais obstáculos, trabalhamos com uma gama de documentos digitalizados, testemunhos e bibliografia especializada que nos conduziram à necessária proposição de uma revisão das interpretações historiográficas que não conferem ao Cardeal Sales protagonismo na defesa dos exilados e perseguidos pelas ditaduras de segurança nacional do Cone Sul e do Brasil, condição justamente reconhecida a outros de seus contemporâneos, como os expoentes Cardeais Dom Helder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns, além do Reverendo Presbiteriano Jaime Wright. E muitas vezes, até de ter sido até um colaborador da ditadura, um amigo dos generais. Sua postura ambivalente e a opção de estrategicamente atuar com discrição e sem confrontar diretamente a ditadura brasileira, como por exemplo fez Dom Paulo Arns, estabelecendo, conforme a conjuntura, aproximações e distanciamentos do regime, sem dúvida contribuiu para cristalizar tal visão negativa de dom Eugênio. Mas o Cardeal envolveu-se profundamente no trabalho com os exilados e os refugiados. Acolheu e protegeu. E foi publicamente reconhecido pelo ACNUR por esse trabalho.

Expoentes que, ressalte-se, foram amigos fraternos de Dom Eugênio Sales e com os quais manteve, através de suas redes de solidariedade, como o Clamor e o CBS, estreitas relações de cooperação no trabalho de acolhimento e proteção dos milhares de exilados sul-americanos que transitaram pelo Brasil, sobretudo no que tange à troca de informações,

denúncias internacionais de violações aos direitos humanos e na captação de recursos financeiros para o trabalho das redes.

Em certo estágio da pesquisa, percebi o mais importante: a tese não era necessariamente sobre as redes brasileiras de solidariedade, mas sobre as trajetórias dos homens e mulheres, brasileiros (as) e estrangeiro (as) que escolheram se solidarizarem política e humanitariamente com outros latino-americanos, descortinando e reconhecendo identidades continentais e culturais seculares então relegadas e pouquissimamente valorizadas, em meio à dor, angústia e desenraizamento do exílio, da expatriação. E foram eles e elas que planejaram, redigiram, panfletaram, investigaram, denunciaram, protegeram, acolheram em sua militância, em meio a alegrias e tristezas, conquistas e perdas e riscos de vida, constituindo um legado político, humanitário, cultural e legislativo de valorização dos direitos humanos e de defesa das liberdades democráticas, ao longo das quase duas décadas de luta, do qual somos herdeiros hoje, na eterna vigilância da institucionalidade democrática. Um monumento à memória antiditatorial.

Trajetórias praticamente desconhecidas pela historiografia política brasileira, que possibilitaram lançar luz a uma das questões mais relevantes na atualidade: a das migrações forçadas e do próprio refúgio, tema de grande impacto nas relações internacionais e de dramáticas consequências globais, em meio a uma crise humanitária que encontra precedentes históricos somente durante o período do entre guerras do século XX.

Acentuamos que o ativismo de denúncia empreendido pelas redes brasileiras de solidariedade, em estreita conexão e colaboração com as redes continentais e transnacionais de defesa dos direitos humanos, que vigoravam desde a década de 1960, teve significativo papel no desgaste dos regimes de segurança nacional do Cone Sul ao longo dos anos 1980, com impacto inclusive nos desdobramentos inerentes aos processos de redemocratização na região, a despeito dos inegáveis limites de tutelas, pontos finais e de reconciliações.

Reproduzindo a fala de um dos militantes, “Era o que tinha que ser feito! Valeu a pena”. E foi, não sem ônus pessoais, familiares e profissionais para muitos/muitas daqueles militantes. Mas que mantiveram a chama acesa na esperança da retomada da democracia e da liberdade no subcontinente. Como bem simbolizava a logomarca do Grupo Clamor.

Terminamos a tese com o sentimento de ter conseguido comprovar, em linhas gerais, as hipóteses então formuladas. Mas provavelmente também incorremos em omissões e limitações na abordagem de outras questões pertinentes ao tema. Dentre elas nos ocorre a relevância de uma investigação mais minuciosa dos processos de volta do exílio, o desexilio,

dos que fizeram do Brasil o seu refúgio, com todas as dificuldades inerentes a crise de identidade de quem se desenraizou forçadamente e, quando retornou à pátria, possivelmente já não era a mesma pessoa ou o seu país imaginário tinha ruído.

**REFERÊNCIAS**

ALÓ, Walter Angelo Fernandes. *As batalhas da cidadania: formas de luta e resistência civil no Chile da ditadura de segurança nacional (1983-1998).* Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro UERJ/CCS/PPGH, 2000.

_____. *Solidariedade não tem fronteiras: a trajetória do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos Para os Países do Cone Sul - CLAMOR (1978-1991). Jornadas de Trabajo Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX.* Argentina, La Plata, 2012.

_____. *Teologia das brechas: a atuação do reverendo Jaime Wright na defesa dos direitos humanos durante as ditaduras de segurança nacional no Cone Sul (1976-1988)*". In CRUZ, Ana Célia Navarro & ANDRADE, Ana Célia Navarro de (Org.) - Clamor e Ditaduras no Cone Sul; documentação, memória e pesquisa. São Paulo: EDUC- Editora da PUC-SP, 2021

_____. *A Rede de proteção carioca aos exilados sul americanos durante as ditaduras de segurança nacional (1976-1982). VII Encontro de Pesquisa em História da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG.* Maio de 2018.

*ANDRADE, Ana Célia Navarro. Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul.* Dissertação de mestrado. São Paulo, USP, 2000.

ARAUJO, Rahra Carvalho de. *Solidariedade ou reconhecimento? –Perspectivas de Richard Rorty e Axel Honneth.* Cadernos do PET Filosofia, Teresina, Universidade Federal do Piauí. v. 12, nº12, 2021.

ARNS, Paulo Evaristo Dom. *Da esperança à utopia: testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

BARBOSA, Raul Felix e RODRIGUES, Viviane Mozine. *Categorização de Refugiados: alguns limites das abordagens atuais*. p. 148-149. In: JUBILAT, Liliana Lyra; FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; LOPES, Rachel de Oliveira (Org.) – *Migrações forçadas: conceitos e contextos*. Boa Vista, UFRR, 2018.

BAUER, Caroline Silveira. *O controle sobre argentinos no Brasil e brasileiros na Argentina: vigilância e repressão extraterritoriais*. In: *Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina*. Buenos Aires, Vol. 1, nº 1, outubro de 2012.

_____. *As ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e o conceito de "fronteiras ideológicas".* In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; THOMPSON

FLORES, Mariana Flores da Cunha; AVILA; Arthur Lima de. (Org.). Fronteiras Americanas: teoria e práticas de pesquisas. Porto Alegre: Editora Suliani, 2009.

BERNSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BIEDEGAIN DE URÁN, Ana Maria. *Nacionalismo, militarismo e dominação na América Latin*a. Petrópolis: Vozes, 1987.

CAMPANHOLO, Bárbara Geromel – *Antes do refúgio: a história não contada da Cáritas Arquiodicesana do Rio de Janeiro (1976-1982).* Dissertação de Mestrado. UFF/PPGH. Niterói, 2019

CARVALHO, Ricardo. *O Cardeal da resistência*: *as muitas vidas de D. Paulo Evaristo Arns*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013.

CASTELA, Ludmila. *Não haverá flores no túmulo do passado: As experiências de reconstrução de mundo dos familiares de desaparecidos na Argentina*. Dissertação de Mestrado. IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, 1999.

CASTELLS, Manuel e CARDOSO, Gustavo- "*A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Ação Política".* Conferência promovida pela Presidência da República, Centro Cultural de Belém. Belém, 4 e 5 de março de 2005.

CATOGGIO, María Soledad- *La trama Religiosa de las Redes Humanitarias y del Activismo Transnacional en las Dictaduras del Cono Sur de América Latina*. In: JENSEN, Silvina e LASTRA, María Soledad (Orgs.) – *Exilios, militancia y represión*: Nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta. Argentina, La Plata: EDULP, 2014.

CHIRICO, Selva López. *Forças Armadas e democracia: um olhar para o passado recente a partir do final do século.* p.181. In: D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 2000.

COIMBRA, Cecília. *Guardiães da ordem*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia de segurança nacional*: *O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique- *¿Qué hablamos cuando nos referimos a las movilidades forzadas? Una reflexión de la realidad latinoamericana. Revista Estúdios Políticos*- nº 57. Universidad de Antioquia, Colômbia, 2020.

_____. *Migraciones Forzadas en América Latina en Perspectiva Comparada*. Projeto História, nº 53, maio-agosto. PUC, São Paulo, 2015.

CRUZ, Heloísa de Faria. *Preservação e Patrimonialização do acervo do Comitê de Direitos Humanos.* CLAMOR - 1978/1990. *Revista Memória em Rede*, v. 5. Pelotas, 2015.

D' ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. *Democracia e forças armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

DAHÁS, Nashla. *O movimento de esquerda revolucionaria do Chile e a construção de uma memória radical para a América Latina*. In: CORDEIRO, Janaína Martins, LEITE, Isabel Cristina, SILVEIRA, Diego Omar da e REIS, Daniel Aarão (Org.). *À Sombra das Ditaduras: Brasil e América Latina.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

DASILIO, Derval. *Jaime Wright: o pastor dos torturados*. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2012.

DELICH, Francisco. *Teoría y Práctica Política en Situaciones de Dictadura*. In: *Revista Crítica y Utopía*. CLACSO, nº 8. Buenos Aires, 1982.

DINGES, John. *Os Anos do condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

DREIFUSS, René Armand. *Sociedade política armada ou força armada societária?* In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo... [et. al}. *As Forças Armadas no B*rasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987 .

DUARTE, Mônica e ANNONI, Danielle. *Migração Forçada em âmbito internacional e a questão dos refugiados.* In: JUBILAT, Liliana Lyra; FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; LOPES, Rachel de Oliveira (Org.) – *Migrações forçadas: conceitos e contextos*. Boa Vista, UFRR, 2018.

FERNANDEZ, Jorge Christian. Anclaos em Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989). Tese de Doutorado, UFRS/PPGH. Porto Alegre, 2011.

FICO, Carlos e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FIGUEREDO, Darío Salinas. *El golpe de Estado en Chile (revisitado) y los desafíos políticos actuales en el contexto latinoamericano*. In: CASTRO, Ana Buriano, BIELOUS, Silvia Dutrénit, VALENCIA, Daniel Vázquez (org.) - *Política y memoria; a cuarenta años de los golpes de Estado en Chile y Uruguay*. México: FLACSO/Instituto Mora, 2015.

FLIER, Patrícia (Coord.) – Histórias detrás de las memórias: um ejercicio colectivo de história oral. Argentina, La Plata: UNLP/FaCH. 2018.

*FRAGA, Guilherme Barboza. Clamores contra as ditaduras do Cone Sul: O Grupo Clamor e a solidariedade em defesa dos perseguidos políticos e seus familiares.* Dissertação de Mestrado, UFRS/PPGH. Porto Alegre, 2020.

FRANCO, Marina. *A "Solidariedade" ante os exílios dos anos 1970: reflexões a partir do caso argentino na França*. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos* Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

FREI BETTO. *Batismo de Sangue*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2006.

GASPARI, Élio. As Ilusões armadas: a ditadura envergonhada. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. As Ilusões armadas: a ditadura escancarada. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. *O Sacerdote e o Feiticeiro: a ditadura derrotada*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

_____. *O Sacerdote e o Feiticeiro*: a ditadura encurralada. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

GOMES, Paulo César. *Os Bispos Católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem (1971-1980)*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

GROPPO, Bruno. *Os Exílios Europeus no Século XX. Revista Diálogos*, DHI/PPG, v.6. Universidade Estadual de Maringá. Paraná. 200.

IZQUIERDO, Gabriela V. – *Gobiernos de facto y movimientos sociales por los derechos humanos;* el movimiento organizado de las Madres de Plaza de Mayo em Argentina. Mauritius: Editorial Acadêmica Espanhola. 2018.

JELIN, Elizabeth- *Los Trabajos de La Memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2001.

JENSEN, Silvina- *Agendas para una historia comparada de los exilios masivos del siglo XX: Los casos de España y Argentina*. *Revista Pacarina del Sur*. Ciudad de México, 2011.

JUBILAT, Liliana Lyra; FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; LOPES, Rachel de Oliveira (Org.) – *Migrações* forçadas: conceitos e contextos. Boa Vista, UFRR, 2018.

LECHNER, Norbert (org.). *Cultura política y democr*atización. Santiago: CLACSO, 2000.

LIMA, Samarone. Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

MARIANO, Nilson. Montoneros no Brasil: terrorismo de estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos. Dissertação de Mestrado, PPGH, PUC-RS. Porto Alegre, 2006.

MARQUES, Tereza. C.S.- *Militância política e solidariedade transnacional; a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França* (1968-1979*).* Tese de Doutorado, PPGCP/UFRS. Porto Alegre, 2011.

MARTINI, Carlos. *Paraguai: O fim da era Stroessner: militares, partidos e a rota para a democracia*. In D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 2000.

MARTINS FILHO, João Roberto- *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, v. 23, n. 67. São Paulo, 2008.

MENDES, Ricardo Antônio Souza. *Ditaduras civis-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia*. *Revista Tempo e Argumento*, v. 5, n.10, jul./dez. Florianópolis, 2013.
MOISÉS, José Álvaro. *Cultura política, instituições e democracia; lições da experiência brasileira*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, nº 66. São Paulo, 2008.

_____. *Sociedade Civil, Cultura Política e Democracia: descaminhos da transição política.* In: COVRE, Maria de Lourdes M. (Org.). *A Cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense. 1986.

MOREIRA, Júlia Bertino. *Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)*. Tese de Doutorado, Unicamp/IFCH. Campinas, 2012.

MOREIRA, Júlia Bertino e SALA, José Blanes. *Migrações Forçadas: categorização em torno dos sujeitos migrantes.* In: JUBILAT, Liliana Lyra; FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; LOPES, Rachel de Oliveira (Org.). *Migrações forçadas: conceitos e contextos*. Boa Vista: UFRR, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A História Política e o Conceito de Cultura Política. Revista de História*, nº 6. Mariana, 1996.

_____. *Cultura Política na História: Novos Estudos. Revista Argumentum*. Belo Horizonte, 2009.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *A prisão de Pinochet na Inglaterra e a repercussão no Brasil*. São Paulo: Memorial da América Latina, 2006.

_____. *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

OLIVEIRA, Luciano. *Direitos humanos e cultura política de esquerda*. *Lua Nova -Revista de Cultura e Política*- CEDEC. São Paulo, 1992.

PADRÓS, Enrique Serra (org.*). As Ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul; para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça*. Porto Alegre: Corag, 2006.

_____. *Clamor: a solidariedade contra o terrorismo de Estado e a Operação Condor*. *Revista Projeto História*, PUC-SP, v. 50. São Paulo, 2014.

_____. *A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional*. Revista Varia História, vol. 28, n. 48, jul. /dez., PPGH/UFMG. Belo Horizonte, 2012.

_____ e SILVA, Hélio. *A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional. Revista Tempos Históricos*, PPGH, v. 10, Unioeste. Paraná, 2007.

PEZZONIA, Rodrigo. *Exílio em português; política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982).* Tese de Doutorado, USP/PPGHS. São Paulo, 2017.

QUADRAT, Samantha Viz (Org). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

_____. *Caminhos e Descaminhos do Exílio Argentino no Brasil*. NEC/UFF, Niterói, 2006.

_____. *Memórias do Exílio Argentino no Brasil. In: X Encontro de História Oral- Testemunhos: História e Política*. Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Recife, 2010.

_____. *Solidariedade no Exílio: os laços entre argentinos e brasileiros.* In: IV Jornadas de História Recente. Universidade Nacional de Rosário. Argentina, Rosário, 2008.

_____. *Operação Condor: o "Mercosul" do terror*. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, v. XXVIII, junho, PUCRS. Porto Alegre, 2002.

RAFFO, J. C. A. *Meditación del Exilio*. Buenos Aires: Editorial Nueva américa, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *À Sombra das* ditaduras: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Mauad X. 2014.

REMOND, Rene (org.) - *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV. 1996.

RIBEIRO, Denise. F. *A Anistia Brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil militar à democracia.* Dissertação de Mestrado, PPGH- UFF. Niterói, 2012.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *As redes políticas de solidariedade na América Latina*. *Revista Tempo e Argumento,* v. 8, n. 17, jan./abr. Florianópolis, 2016.

RICO, Álvaro. *Revisiones sobre la caracterización del golpe y la dictadura en Uruguay*. In: CASTRO, Ana Buriano, BIELOUS, Silvia Dutrénit, VALENCIA, Daniel Vázquez (org.) - *Política y Memoria: a cuarenta años de los golpes de Estado en Chile y Uruguay*. México: FLACSO/Instituto Mora, 2010

RIZ, Liliana de. *De la movilización popular al aniquilamiento (1973-197*6). In: LIDA, Clara E.; CRESPO, Horacio; YANKELEVICH, Pablo (Comp.). *Argentina, 1976*: *Estudios en torno al golpe de Estado*. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2007.

ROCHA, Jan. Solidariedade não tem fronteiras: a história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras sul-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor. São Paulo: Outras Expressões. 2018.

RONIGER, Luís. *Reflexões Sobre o Exílio Como Tema de Investigação: avanços Teóricos e Desafios.* In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). Caminhos Cruzados; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

SADER, Emir. *A Transição no Brasil*. São Paulo: Atual, 1990.

SAIN, Marcelo Fabián. *Democracia e Forças Armadas: entre a subordinação militar e os "defeitos civis".* In: D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso- *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2000.

SALES, Dom Eugênio; ARNS, Dom Paulo Evaristo. *A história não contada do refúgio no Brasil antes da Lei nº 9.474/97*. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). *Refúgio no*

*Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas.* Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

SANCHEZ, Maria Antônia. *Exilados paraguaios na* Argentina: 1976, antes e depois. In QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos Cruzados; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 2011.

SANJURJO, Liliana L. *Narrativas do exílio argentino no Brasil: nação, memória e identidades*. Dissertação de Mestrado, PMAS/FFCH, Unicamp. Campinas, 2007.

SANTOS, Miguel Sousa- *A construção Discursiva de Refugiados e Migrantes na Crise Migratória de 2015*-16: uma análise à luz do conceito de solidariedade em jornais portugueses e ingleses. Tese de doutorado, Escola Internacional de Doutoramento. Universidade de Vigo, Espanha, 2020.

*SARMIENTO, Érica. Migrações Forçadas, resistências e perspectivas: América Central, México e Estados Unidos (2016-2020).* São Paulo: Editora Intermeios, 2021 .

SCAVO, Nello. *A Lista de Bergoglio*. São Paulo: Editora Paulinas & Loyola, 2013.

SEOANE, Maria e MULEIRO, Vicente. *El Dictador*; *La história secreta y pública de Jorge Rafael Videla*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2001.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. *Revista Sociedade e Estado*, Departamento de Sociologia, v. 21, n.1, jan./abr. UNB. Brasília, 2006.

SILVEIRA, Diego Omar. *Das Catacumbas: os homens da Igreja e a renovação do catolicismo durante a ditadura civil-militar no Brasil.* In: CORDEIRO, Janaína Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar e REIS, Daniel Aarão (Org.). À Sombra das ditaduras: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

SORBILLE, Rosana Núbia. *No olvidamos, no perdonamos, no reconciliamos; a constituição e atuação das organizações de familiares de desaparecidos políticos na Argentina e Brasil (1973-1975).* Dissertação de Mestrado, PROLAM-USP. São Paulo, 2002.

SZNAJDER, Mario. *Os Exílios Latino Americanos*. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

VALLADÃO, Haroldo T. *Asilo territorial y asilo diplomático*. In: Comitê Jurídico Interamericano. *XII Curso de Derecho Internacional*. Washington: Ediciones Jurídicas de las Américas, 1986.

VICÁRIO, Guido e MAIRA, Luis. *Militares y política en América Latina*. Santiago: Fondo de La Cultura,1991.

VIEIRA, Jessie Jane. *Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil. Passagens: Revista de História Política e Cultura Jurídica*, vol. 3, n. 2, maio/agosto, LCP/PPGH/ICHF/UFF. Niterói, 2011.

WASSERMAN, Cláudia e GUAZZELLI, César Augusto (org.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

YANKELEVICH, Pablo- *Estudar o Exílio*. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos* Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

**FONTES**

**CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO**

1. Centro de Documentação e Informação Científica Prof. Casemiro dos Reis Filho - CEDIC, da Pontifícia Universidade Católica-PUC-SP. Fundo Clamor

2. Centro de Documentação e Memória-CEDEM, da Universidade Estadual Paulista-UNESP. Acervo Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa- CEMAP, Coleção Comitê Brasileiro de Solidariedade-CBS

**JORNAIS E REVISTAS**

*1. Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro

06/79; 08/79; 02/82; 11/82; 02/84; 09/85; 11/86; 04/98; 05/2000 e 07/2012

*2. Jornal O Globo*, Rio de Janeiro

08/79; 11/81; 05/83; 12/83; 01/84; 02/84; 09/85; 03/2008

3. Jornal O Estado de São Paulo, *São Paulo*

08/79; 08/81; 11/82; 01/83; 02/84; 09/84; 11/94

4. Jornal Folha de São Paulo, *São Paulo*

06/77; 08/79; 04/81; 03/82; 09/84

5. Jornal O São Paulo (Arquidiocese de São Paulo), São Paulo, 08/79; 01/83; 02/83; 06/83; 06/84; 08/84; 11/84; 03/85; 07/85

6. *Revista Carta Capital*, 18/10/13- www.cartacapital.com.br/revista

7. *Revista História Viva*. Temas brasileiros-Igreja. 2013. www.historiaviva.com.br.

8. *Revista Aventuras na História*. "Igreja e ditadura: do apoio ao combate". 2014. http://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/terra-brasilis/igreja-e-ditadura-do-apoio-ao-combate

**VÍDEOS**

1. "90 Anos de Dom Eugênio Sales". Globonews Dossiê. 10/2010. https://www.youtube.com/watch?v=QgIObdnM0Wc

2. "Especial Cardeal Dom Eugênio Sales". Rede Vida. 11/2010. https://www.youtube.com/watch?v=Qi-mAbbGN5U ;

3. "Os Refugiados e a ação de Dom Eugênio Sales". Arquidiocese do RJ. 15/07/12. https://www.youtube.com/watch?v=vh292BNsNU0;

4. Muros e Pontes: memória protestante na ditadura, 2014. https://www.youtube.com/watch?v=ycWCn7qAOo4&t=131s.

5. Os Pastores contra a politização das igrejas. TV GGN. 14/10/22 https://www.youtube.com/watch?v=aGTP7hO6xlk

**SITES**

1. www.domeugeniosales.webnode.com.br

2. www.abuelas.org.br

3. www.desaparecidos.org.ar

4. www.derechos.org/serpaj

5. www.hijos.org

6. www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br

**ENTREVISTAS**

1. Abayuba Grassi, uruguaio, estudante secundarista, exilado em São Paulo, militante do CBS, residente em Montevidéu. Entrevista via telefone, em 22/04/2021.

2. Amélia Uzin, argentina, estudante de medicina, exilada em São Paulo, militante do CBS e do Clamor, residente na cidade de Paraná, Entre rios, Argentina. Entrevista via google meet, em 26/03 e 19/05/2021.

3. Ana Célia Navarro Andrade, historiadora e arquivista, organizadora do Fundo Clamor,
CEDIC/PUC/SP. Entrevista concedida ao autor em 24 e 28/07/2010, São Paulo.

4. Anita Wright, brasileira, filha do Reverendo Jaime Wright. Entrevista concedida em 06/05/2018, no Rio de Janeiro.

5. Cândido Feliciano da Ponte Neto, Procurador da Arquidiocese do Rio de Janeiro e Diretor da Cáritas Arquidiocesana nas décadas de 1970 e 1980. Entrevista concedida no Rio de Janeiro, em 19/07/2016.

6. Félix Sanchez, paraguaio, jornalista, exilado em São Paulo, militante do CBS, naturalizado brasileiro, residente em São Paulo. Entrevista via google meet, em 25/05 e 27/10/21.

7. Fernanda Coelho, brasileira, cientista social, fundadora e militante do CBS, residente em São Paulo. Entrevista via telefone, em 17/04 e 14/05/2021

8. Hamilton de Souza, brasileiro, jornalista, militante do CBS e do Clamor, residente em São Paulo. Entrevista via google meet, em 03/11/21 e 17/05/2022.

9. Jair Krischke, brasileiro, ativista brasileiro dos direitos humanos no Brasil e no Cone Sul, Fundador da ONG Movimento de Justiça e Direitos Humanos em Porto Alegre, residente em Porto Alegre. Entrevista concedida via google meet, em 30/04/2022.

10. Jan Rocha, inglesa-brasileira, jornalista, fundadora e militante do Clamor, residente em São Paulo. Entrevista concedida em 06/2018, na cidade de São Paulo.

11. Júlio César A. Raffo, argentino, advogado, exilado no Rio de Janeiro entre 1976 e 1984, ex-assessor do ACNUR na cidade, residente em Buenos Aires. Entrevista concedida via e-mail, em 29/04/2013.

12. Manoel Dias, brasileiro, colaborador da Rede Cáritas RJ, ex Secretário Geral do PDT e

13. Presidente do PDT de Santa Catarina. Entrevista concedida em 26/09/2019, na cidade de Florianópolis.

14. Mara Luz, brasileira, militante do CBS, residente em São Paulo. Entrevista concedida via e-mail, em 18/05/2021.

**APÊNDICE A:** Panorama das conjunturas nacionais que possibilitaram a ocorrência dos golpes de estado e a irrupção das ditaduras de segurança nacional no Cone Sul (1954-1976)

A ditadura paraguaia, personificada pelo General Alfredo Stroessner (1912-2006), politicamente pode ser identificada mais com as históricas latino-americanas de perfil caudilhesco, embora com a estreita vinculação e colaboração com as congêneres de segurança nacional, sobretudo a partir da formação do pioneiro regime de exceção brasileiro, em 1964 e mais diretamente atuando no Operativo Condor[347], desfechado em meados da década de 1970, a partir de proposta chilena.

Stroessner chegou ao poder em 15 de agosto de 1954, liderando um violento golpe de estado que derrubou o presidente constitucional Federico Chaves. Constituiu um governo sui generis, de perfil militar partidário, sob a hegemonia política do Partido Colorado, em estreita aliança patrimonialista com a corporação castrense:

> Essa aliança entre o Partido Colorado e as Forças Armadas constituiu-se, a partir de então, em eixo fundamental para se entender a evolução política paraguaia até o presente. No Paraguai de Stroessner não houve uma ditadura militar tradicional. O poder autoritário fundamentado nas Forças Armadas obteve legitimação social através de um partido de patronagem que administrou o sistema de benefícios e privilégios e assumiu a forma de um regime patrimonialista sultanista.[348]

Esse pacto guaranítico de dominação comandado pessoalmente por Stroessner ensejou uma verdadeira ação de cooptação e de depuração das forças armadas, chegando às raias de expurgos graduais ao longo da década de 1950, alcançando quadros identificados como liberais, legalistas e até progressistas. Em 1955 Stroessner não deixou margem de dúvida em relação a essa unidade guaranítica ao estabelecer a afiliação compulsória dos oficiais militares aos Partido Colorado, ação indispensável para a construção de uma elite militar disciplinada e organicamente fiel ao regime.

Nessa lógica de sustentação do regime por intermédio de uma aliança civil-militar, Partido Colorado-Forças Armadas, o loteamento dos quadros governamentais foi a tônica, aprofundando-se, entretanto para o próprio aparelhamento das instituições civis do Estado

---

[347] Aliança operacional, informacional e repressiva estabelecida entre as ditaduras militares sul americanas, formalizada em 1975, com o objetivo de combater a subversão comunista, em âmbito continental e até internacional.

[348] MARTINI, Carlos. *Paraguai: O fim da era Stroessner*: militares, partidos e a rota para a democracia. In D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 2000. p. 160.

paraguaio, entranhando-se também pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da república:

> Ambas as instituições (Partido Colorado e Forças Armadas) e seus principais dirigentes participaram do governo. Dos 11 ministros do Poder Executivo, nove eram membros da Junta de Governo (órgão máximo de poder no partido); o presidente do Poder Judiciário pertencia à cúpula partidária, e também os primeiros níveis decisórios das maiores empresas descentralizadas eram ocupados por autoridades do Partido Colorado. Três ministérios estavam nas mãos de generais de-divisão das Forças Armadas; das 12 empresas autárquicas, sete eram controladas por representantes das Forças Armadas, que, ademais, tinham funções de segurança nas demais unidades do Estado.[349]

O regime ditatorial paraguaio, autodenominado "democracia sem comunismo", foi consolidando o seu autoritarismo e assistencialismo com a anuência do governo norte-americano. Em tempos de Guerra Fria, fundamentou-se na doutrina de segurança nacional e o seu corolário anticomunista e contra insurgente, de expurgo dos "inimigos internos" da nação, adeptos à subversão internacional.

Stroessner governou boa parte do tempo sob estado de sítio, em meio à proscrição dos partidos oposicionistas, tolerados apenas próximo aos estertores do regime, em meio a uma sociedade civil debilitada e politicamente desarticulada, com suas liberdades civis cassadas e acossada pela violência e o Terror de Estado, onde as violações aos direitos humanos foram frequentes, com prisões arbitrárias, assassinatos e a prática de torturas pelos agentes das forças de segurança.

Estima-se em 1.000 o número de desaparecidos políticos[350] e em cerca de 400 mil o contingente de exilados expatriados pela ditadura, cujos destinos majoritários foram a Argentina e o Brasil[351], especialmente na década de 1970, números bastante expressivos para um país de população pequena como o Paraguai.

A longa ditadura Stroessner, conhecida como "El Stronato" durou até 1989, quando o general foi retirado do poder por um levante militar, que o conduziu ao exílio e ao asilo no Brasil. Paradoxalmente, quando experimentávamos os primeiros anos da redemocratização da Nova República, que já amadurecida, desconsiderou no ano de 2000 um pedido de extradição do ditador efetivado pelo governo paraguaio. Stroessner viveu em uma confortável mansão em Brasília, onde faleceu e foi sepultado em fevereiro de 2006.

---

349 Ibid., pp. 160-161.

350 D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. Democracia e Forças Armadas no Cone Sul. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 2000. p.314.

351 SANCHEZ, Maria Antônia. *Exilados paraguaios na Argentina: 1976, antes e depois*. p. 141 e 142. In QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos Cruzados*; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 2011.

Constatamos em nossa pesquisa um contingente considerável de exilados paraguaios que transitaram e ou ficaram pelo Brasil durante as décadas de 70 e 80, notadamente de forma clandestina, inclusive com a intensa militância política e humanitária de alguns deles em pelo menos uma das redes brasileiras de solidariedade formadas em acolhida e proteção a esses expatriados, o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina-CBS, cuja trajetória apresentaremos no capítulo 3.

O **ciclo ditatorial boliviano** situado entre 1964 e 1982 teve uma singularidade em relação aos outros regimes de exceção sul-americanos implementados no contexto da Guerra Fria e sob a égide da ditadura de segurança nacional. Em suas estreitas vinculações civis militares não constituiu um único e contínuo projeto ditatorial e nem mesmo um programa político-econômico coeso. Na prática esse ciclo ditatorial dividiu-se em três etapas distintas, com os governos de René Barrientos (1964-1969), Hugo Banzer (1971-1979) e Luís Garcia Meza (1980-1981).

Em comum as ações contrarrevolucionárias, a repressão política e a desarticulação das organizações dos trabalhadores, como a Federação Sindical dos Trabalhadores Mineradores Bolivianos-FSTMB e a Central Obrera Boliviana-COB, além dos partidos políticos, tanto os de orientação liberal e social democrata, como o Movimento Nacionalista Revolucionário-MNR, e os de esquerda, tais como o Partido Obrero Revolucionário-POR, o Partido da Esquerda Revolucionária-PIR e o Partido Comunista Boliviano.

Os antecedentes desse período ditatorial descontinuado encontram-se na primeira metade do século XX, quando a intervenção capitalista internacional, em sintonia com os interesses socioeconômicos das elites locais, concentrado nas atividades mineradora e petrolífera, acentua o grau de exploração da classe trabalhadora. Surgem reações das forças sociais e políticas, manifestas em propostas reformistas e, sobretudo, nacionalistas, cuja culminância foi a Revolução Nacionalista de 1952, cujo veículo político foi o Movimento Nacionalista Revolucionário-MNR:

> Na revolução nacionalista de abril de 1952, diversos segmentos políticos uniram-se para levar Víctor Paz Estenssoro e seu vice, Hérnan Siles Zuazo, ambos do MNR, ao poder. Com a implementação do sufrágio universal, de uma profunda reforma agrária e com o afastamento político e o desarmamento das Forças Armadas, a "revolução" nacionalista boliviana, em um determinado período, foi comparada à Revolução Mexicana (1910-1920) e, posteriormente, à Revolução Cubana (19531959)[352]

[352] https://paineira.usp.br/memresist/?page_id=281

No início da década de 60, as forças populares e nacionalistas bolivianas, ancoradas no MNR, mostram sinais de intenso enfraquecimento em meio à polarização política, agudizada pela injeção de recursos econômicos assistencialistas norte-americanos. Em meio à expansão da doutrina de segurança nacional e da propaganda anticomunista e dos inimigos internos, além do intenso investimento na reestruturação das forças armadas e da retomada ideológica de sua "missão" salvacionista no sistema político.

Em 1964 o nacionalista Vítor Paz Estenssoro (1907-2001) foi reeleito, sofrendo, em novembro do mesmo ano, um golpe liderado pelo seu vice, o comandante da Força Aérea, General René Barrientos (1919-1969), em articulação com o Exército. Assim, ele se mantém no poder reprimindo os movimentos dos trabalhadores e as forças políticas de esquerda, sendo responsável pelo massacres de mineradores em meio às greves que eclodiram no período imediatamente posterior ao golpe e do controle militar sobre as minas de estanho. Barrientos falece em 1969 ao sofrer um desastre de helicóptero, abrindo vacância que seria suprida com a eleição em 1970 do general progressista Juan José Torres (1920-1976).

Com o apoio internacional dos EUA e do Brasil, em meio a um intenso radicalismo político e ideológico, respaldado pela direita boliviana e por grupos paramilitares, Torres é retirado do poder em agosto de 1971, em mais uma ruptura golpista, comandada dessa vez pelo Coronel Hugo Banzer (1926-2002). Ele deflagra o momento de maior repressão e Terror de Estado do ciclo ditatorial civil-militar boliviano, colocando na ilegalidade partidos políticos, sindicatos e associações e impelido dezenas de dissidentes ao exílio.

Em 1977, com a eleição do democrata Jimmy Carter (1924-), a política externa norte- americana para a América Latina sofre uma guinada, mais precisamente pressionando os vários regimes de segurança nacional a uma distensão política e ao fim das cotidianas violações aos direitos humanos.

Nesse contexto forças oposicionistas bolivianas, lideradas por Hernán Siles Zuazo (1913-1996), com o apoio de segmentos majoritários da Igreja Católica nacional, conseguem se articular em candidatura para as eleições presidenciais de 1978, que termina com a vitória do candidato apoiado por Banzer. Em meio às denúncias internacionais de fraude, o ditador renuncia, impedindo entretanto a ascensão de Zuazo e entregando o poder a uma junta militar, dando margem a sucessivos governos provisórios politicamente instáveis.

Em julho de 1980, mais um golpe militar é desferido contra a débil institucionalidade boliviana, dessa vez liderado pelo general Luís Garcia Meza (1929-2018), apoiado pelos cartéis de narcotraficantes, no breve governo conhecido como "narco-ditadura" ou "ditadura

da delinquência."[353], emblematicamente aconselhado politicamente pelo criminoso de guerra nazista Klaus Barbie (1913-1991), ex-comandante da Gestapo na ocupação da França, radicado no país. Fecha o congresso, governando, sob a inspiração do modelo brasileiro erigido em 1964, com a edição de atos institucionais, acentuando a repressão e a violência política, sendo responsável pelo assassinado do oposicionista Marcelo Quiroga, líder do Partido Socialista. E provoca mais uma onda de exilados políticos e refugiados bolivianos.

Em 1981, Luís Garcia Meza é deposto pelas próprios forças armadas, se refugiando no Brasil, onde será preso e extraditado para a Bolívia em 1995, sendo julgado por um tribunal civil e condenado a prisão por trinta anos em função de diversos crimes contra os direitos humanos.

Em retrospectiva, estima-se que cerca de 156 bolivianos (as) foram vítimas de desaparecimento político forçado[354] e que o referido ciclo ditatorial de segurança nacional entre 1964 e 1982 impeliu aproximadamente 3.000 cidadãos ao exílio e ao refúgio pelo subcontinente e pelo mundo.

Em nossas pesquisas nos arquivos do Centro de Documentação e Memória-CEDEM, da Universidade do Estado de São Paulo e no Centro de Documentação e Informação Professor Casemiro dos Reis Filho- CEDIC, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo constatamos, na análise das correspondências emitidas por famílias de bolivianos ao Grupo Clamor, um fluxo desses nacionais em fuga e em trânsito/permanência pelo Brasil no final da década de 1970 e início da de 1980.

Entretanto entrevistas com militantes das redes de solidariedade brasileiras nos indicaram que os bolivianos foram com certeza o grupo nacional de menor expressão numérica de exilados no país, inclusive sem a comprovação de que nenhum deles tenha atuado como exilados-militantes em uma das três redes brasileiras em foco, realidade distinta de outros sul-americanos aqui exilados, como veremos ao longo da tese.

Uma das principais características do **sistema político uruguaio** no século XX foi a estabilidade institucional, fundamentada sob o arranjo de uma democracia liberal, onde os dois partidos políticos majoritários, Colorados e Blancos, foram capazes de construir consensos sociais garantidores da governabilidade e da estabilidade política. Ao contrário dos

---

353 D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso, op. cit., p. 315.

354 Ibid., p. 314. Dados da Igreja Católica boliviana atuando junto a Comissão Nacional da Verdade, instalada em 2017, registram, somente na ditadura Banzer, 1.392 assassinatos políticos, 486 desaparecidos e 2.808 exilados.
http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/ultimas-noticias/292bolivia-instala-comissao-daverdade-para-investigar-crimes-de-ditaduras

arraigados traços predominantes na cultura política de outros países da América do Sul, como a Argentina, a Bolívia e o Brasil, por exemplo, onde as Forças Armadas se imbuíram historicamente de um papel moderador e tutelador no sistema político, no Uruguai a corporação castrense pautou-se por um comportamento civilista, de estrito respeito aos ditames constitucionais.

Em meados da década de 1960 um cenário de instabilidade econômica e social, marcado pela alta inflação e o progressivo endividamento externo, em meio à pressão do Fundo Monetário Internacional-FMI para a adoção de medidas e ajustes econômicos ortodoxos, passaria a afetar de maneira corrosiva a institucionalidade política e os consensos socialmente pactuados até então.

Nesse contexto em 1967, foi eleito presidente da república o Colorado Jorge Pacheco Areco (1920-1998), cujo governo foi caracterizado por uma trajetória de progressivo autoritarismo e de violência política. Esta foi direcionada contra estudantes, organizações políticas e sindicais, jornais alternativos e lideranças políticas de oposição, censurando a imprensa, reprimindo greves e proibindo manifestação públicas. Deu início ao chamado terrorismo de estado, com suas práticas de execuções, sequestros e torturas, que seriam radicalizadas a partir da ditadura instituída em 1973.

Dentre essas organizações e lideranças oposicionistas mais combativas alvos da repressão estatal destacou-se, na via institucional, a Frente Ampla Uruguaia, uma coligação de partidos e agremiações de esquerda e do campo progressista, liderada pelo general dissidente Líber Seregni Mosquera (1916-2004), candidato presidencial derrotado nas eleições de 1971 e preso político, torturado, mantido encarcerado entre 1973-1984.

Paralelamente, ocorreu a ascensão de grupos esquerdistas radicais de atuação guerrilheira, no meio urbano, principalmente o Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, fundado ainda na década de 1960. Sabidas foram suas ousadas ações de sequestros de autoridades, agentes políticos e de diplomatas, forçando negociações com o governo para a libertação de companheiros encarcerados, bem como realizando assaltos a bancos para angariar fundos para a causa.

Uma ação em especial do Grupo Tupamaro é considerada como inflexiva para a radicalização e o tensionamento irreversível do sistema político uruguaio: o sequestro em

julho de 1970 do agente norte-americano Dan Mitrioni e do cônsul do brasileiro em Montevidéu, Aloísio Dias Gomide (1929-2015)[355].

O fracasso das negociações entre o governo e os Tupamaros pela libertação de mais de uma centena de presos políticos, que culmina com a execução de Mitrioni, desencadeou, com base nos preceitos da ditadura de segurança nacional de inimigo interno. Uma brutal onda de repressão estatal, que mediante poderes extraconstitucionais e a reorientação das Forças Armadas, de maneira inédita na cultura política uruguaia, para o combate frontal a subversão, conforme destaca Chirico:

> As Forças Armadas uruguaias exibiram um perfil institucional um tanto apagado durante quase todo o século, até que a crise dos anos 1960 alterou sua presença discreta no sistema político. Até aquele momento, tanto as funções externas quanto as internas das Forças Armadas mostravam-se enfraquecidas pelas peculiaridades do processo histórico uruguaio. A localização geopolítica do Uruguai, bem como seu território acanhado e seus escassos recursos minimizaram extremamente a função externa da instituição militar e predispuseram prematuramente o país a buscar a solução pacífica das controvérsias e a promover uma política externa baseada na afirmação da ordem jurídica internacional e no princípio da não-intervenção[94]

Perfil que vai se transformar por completo a partir de 1973, quando as Forças Armadas uruguaias, sob a influência da doutrina de segurança nacional, assumirão um papel tutelador das instituições estatais, controlando formalmente o Conselho de Estado ou da Nação, órgão diretivo supremo do regime ditatorial:

> Por volta de 1973 já haviam mudado os parâmetros de relacionamento das Forças Armadas com o sistema político e as próprias características da instituição militar, que se afirmou "de fora para dentro" na luta antissubverssiva que se encerrara em 1972. As depurações prévias e posteriores ao golpe preservaram a coesão corporativa da instituição militar, cuja gestão colegiada do poder, combinada à pouca visibilidade de fissuras internas, converteu-se num traço distintivo do regime militar uruguaio.[356]

E foi em meio a esse clima de crise econômica, insatisfação social, confrontação política e ideológica e de acentuada repressão que ocorreu a eleição presidencial de 1973, vencida por Juan Maria Bordaberry (1928-2011), do Partido Colorado. Em poucos meses de mandato, Bordaberry decreta Estado de Guerra Interna e "rasga" a Constituição, criando o Conselho de Segurança Nacional, aproximando o regime à cúpula militar, solapando os

---

[355] Dan Mitrioni era um agente da Central de Inteligência Americana-CIA, enviado ao Uruguai a fim de garantir a qualificação repressiva das forças de segurança uruguaias local através da transmissão de técnicas de tortura. [94] CHIRICO, Selva López. *Forças Armadas e democracia*: um olhar para o passado recente a partir do final do século. p.181. In: D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. Democracia e Forças Armadas no Cone Sul. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 2000.

[356] - CHIRICO, Ibidem, p. 184.

poderes legislativo e judiciário, com o Conselho de Estado ou Conselho da Nação assumindo o papel de órgão legislador por intermédio da edição de atos institucionais, sob a inspiração da ditadura brasileira de 1964.

A onda de repressão e de violência política passa a atingir cotidianamente os sindicatos, as organizações estudantis, os líderes políticos oposicionistas, intelectuais, jornalistas, religiosos, através de prisões arbitrárias, assassinatos, desaparecimentos forçados, sequestros de filhos de militantes encarcerados e de centros clandestinos de detenção e de torturas. Os partidos políticos oposicionistas foram colocados na ilegalidade e os mandatos cassados, com os Tupamaros e o Partido Comunista Uruguaio brutalmente desmantelados.

Em seu arranjo civil-militar, se comparada às ditaduras contemporâneas da América do Sul, o regime uruguaio se diferenciou pela permanência de líderes civis na presidência da república, embora tutelados pela cúpula das Forças Armadas, por intermédio do Conselho da Nação, em sintonia com os preceitos da ideologia de segurança nacional, em sua concepção anticomunista:

> En comparación con la dictadura chilena y otras dictaduras implantadas no Cono Sur em la misma época histórica, una de las características específicas del golpe de Estado y del régimen dictatorial implantado en el Uruguay fue su naturaliza cívico-militar, al menos hasta el año 1981.[357]

Este arranjo que demonstrou a sua funcionalidade ao destituir Bordaberry do poder, a fachada civil do regime, em junho de 1976, nomeando para a presidência outro membro do Partido Colorado, o advogado Alberto Demichelli (1896-1980), que após um curtíssimo mandato, que durou de junho a setembro do mesmo ano, foi descartado, também devido a divergências internas com a cúpula militar, sendo substituído por Aparício Mendez (19041988), do Partido Nacional.

O governo Mendez deu continuidade aos mecanismos de censura e de repressão política, inclusive com a edição do Ato Institucional nº 4, que cassa os direitos políticos de milhares de cidadãos uruguaios por quinze anos, cuja negativa em endossar tal ato é considerada como a causa da destituição de Demichelli.

Em 1980, o governo realizou o plebiscito sobre a proposta de reforma constitucional, que visava legitimar os poderes continuístas da ditadura e a missão fundacional das Forças Armadas de luta contra a subversão comunista. Tal proposta ditatorial, rechaçada pela maioria

---

[357] RICO, Álvaro. *Revisiones sobre la caracterización del golpe y la dictadura em Uruguay*. p. 47. In: CASTRO, Ana Buriano, BIELOUS, Silvia Dutrénit, VALENCIA, Daniel Vázquez (org.)- *Política y Memoria*; a cuarenta años de los golpes de Estado em Chile y Uruguay. México: FLACSO/Instituto Mora, 2015.

dos uruguaios, representou um decisivo marco no processo de distensão e de abertura política no país:

> La estrategia fundacional de las FF.AA. finalmente no prosperó ante la derrota, em noviembre de 1980, del intento de la dictadura de legitimarse a través de una consulta plebiscitaria a la ciudadanía: 56,7% de la población le dijo No! al proyecto de reforma constitucional que imponía una dictadura tutelada o dictablanda, abriéndose así el proceso de transición a la democracia em el Uruguay (1985).[358]

Distensão cuja condução coube a um general, Gregório Álvarez (1925-2016), ex- comandante do exército e figura destacada no golpe de 1973, indicado pelo Conselho da Nação em substituição a Mendez. O esquema de repressão da ditadura uruguaia distinguiu-se pela utilização do mecanismo da prisão em massa, inclusive por períodos extensos, sofrendo maus tratos e torturas. Visto em perspectiva per capta chegou a constituir um dos maiores contingentes de presos políticos encarcerados do mundo[359], que passou a identificar o país como um enorme campo de concentração:

> Según los resultados de las investigaciones históricas y arqueológicas de la Presidencia y de la Universidad de la República sobre detenidos-desaparecidos, asesinados políticos y terrorismo de Estado em el Uruguay (1973-1985), el universo de víctimas pertenecientes a las distintas organizaciones de la izquierda uruguaya estuvo constituida por cerca de 200 ciudadanos detenidos-desaparecidos, alrededor de 250 asesinados políticos y más de 6 mil presos y presas políticas.[360]

Nessa perspectiva, a opção ou a inevitabilidade do exílio foi uma realidade marcante no universo político uruguaio, cuja primeira onda ocorreu já em meio à radicalização política e ideológica do governo Pacheco Areco, avolumando-se a partir da ditadura Bordaberry de meados de 1973. Estimativas destacam cerca de 300 mil o número de exilados uruguaios pelo mundo, sem dúvida, como já mencionado, dados expressivos para o contingente populacional daquele país.

Ao longo do nosso trabalho, mapeamos uma permanência e ou trânsito significativo de exilados uruguaios pelo Brasil durante as décadas de 70 e 80. Muitos optam pela clandestinidade e ainda outros com ativa militância política em pelo menos duas das redes de solidariedade brasileiras formadas em acolhida e proteção a esses expatriados, o Comitê

---

358 Ibidem, p. 58.

359 PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional. Varia História, Belo Horizonte, vol. 28, n. 48, p. 495-517, jul/dez 2012, p. 516.

360 RICO, Álvaro, op. cit., p. 68. D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso CASTRO, op. cit., 2000, registra 160 desaparecidos políticos, sendo 125 na Argentina nos dias posteriores ao golpe de 24 de março de 1976.

Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina-CBS e o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul- Grupo Clamor.

Em meio aos arraigados traços autoritários e militaristas da cultura política latino-americana, **o Chile** constituiu, ao lado do Uruguai. Um outro exemplo de estabilidade política e institucional e de continuidade democrática-liberal, pelo menos até meados da década de 60, sendo inclusive pioneiro na América Latina no que se refere à formação de um sistema parlamentar representativo e à instituição do voto secreto, vigente desde 1874"[361].

Historicamente, a ruptura dessa tradição democrática e de respeito aos consensos da governabilidade começou a ocorrer progressivamente em meio à radicalização e à polarização política durante o governo do democrata cristão de Eduardo Frei (1911-1982), presidente da nação chilena entre 1964 e 1970.

Eduardo Frei, expoente da centro direita chilena, foi eleito com apoio formal norte-americano, em paralelo à infiltração da doutrina de segurança nacional, com suas postulações anticomunistas e de subversão interna, na sociedade e sobretudo nas academias militares e nos quartéis. A histórica neutralidade política e partidária das forças armadas foi rompida, desrespeitando a Constituição e capturando diretamente as instituições do Estado com o golpe de 11 de setembro de 1973.

A radicalização política atingiu seu pico a partir de 1968, em meio ao crescimento e à mobilização das forças sociais populares, sobretudo as de esquerda, com suas demandas progressistas e nacionalistas. Por exemplo, as lutas pela reforma agrária e a denúncia da ativa ação imperialista norte-americana na economia chilena, fervilhando tanto nas cidades como no campo, junto ao fortalecimento do movimento sindical, culminando com uma onda de ações políticas como greves, ocupações de fábricas e de fazendas. E que se arrastou até 1970, em eleição e na própria posse, inclusive contestada, do presidente eleito, o socialista Salvador Allende (1908-1973), líder da frente política da Unidade Popular, que congregava os partidos Social Democrata, Comunista, Socialista e Radical, além do Movimento de Ação Popular Unificado-MAPU e a Ação Popular.

Eleito com 36% dos votos contra 34% do direitista Jorge Alessandri, do Partido Nacional, Allende teve a sua posse contestada, sob o argumento da obtenção de maioria relativa dos votos, inclusive com ameaça de golpe preventivo, cabendo a um pressionado

---

[361] DAHÁS, Nashla. *O movimento de esquerda revolucionaria do Chile e a construção de uma memória radical para a América Latina*, p. 177. In: CORDEIRO, Janaína Martins, LEITE, Isabel Cristina, SILVEIRA, Diego Omar da e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *À Sombra das Ditaduras*; Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

Congresso Nacional a decisão de ratificar a vitória do candidato da Unidade Popular, triunfo político até então sem precedentes na América Latina, que assistiu à chegada ao poder de um projeto político socialista pela via democrática.

Em pleno frágil arranjo político que legitimou a posse do governo Allende materializou-se a ação desestabilizadora norte-americana, calcada no financiamento da propaganda anticomunista na sociedade, alcançando a imprensa, as universidades, a Igreja e as Forças Armadas. Essas últimas em atuação mais orgânica junto à oficialidade, através da catequese contra revolucionária da doutrina de segurança nacional, ministrada nas escolas militares nacionais e nas mantidas pelos EUA. E ainda por intermédio das sabotagens econômicas, como, por exemplo, o financiamento e a organização da gigantesca greve dos caminhoneiros, redundando em um radical desabastecimento de produtos de primeira necessidade e o consequente caos social e econômico, com implicações imediatas de desgaste político. E também nas ações promovidas pelas grandes corporações norte-americanas sediadas no Chile, como a gigante International Telephone and Telegraph Corporation-ITT, conspiradora e aliada de primeira hora dos segmentos reacionários da sociedade chilena na destruição do projeto de nacionalização dos setores econômicos estratégicos, como as minas de cobre, proposta basilar do governo da Unidade Popular.

Figueredo demonstra como o plano de desestabilização do projeto político Unidade Popular esteve na antessala do golpe de estado de 11 de setembro de 1973:

> Desde el mismo instante em que produce el triunfo de la Unidad Popular se expande la guerra desestabilizadora, diseñada por la Casa Blanca y los grandes intereses de origen norte-americano afectados por las transformaciones em la economía y las decisiones del gobierno de Salvador Allende. El asecho se inicia con la campaña de pánico financiero que consistió em retiros masivos del sistema bancario, al tempo que se incrementaba la demanda por créditos lo que desde las autoridades económicas supuso un aumento de la liquidez con las consecuentes presiones inflacionarias. A todo lo cual se añadía la especulación de divisas em el mercado negro, igualmente fomentada [...] Según documentación desclasificada de la CIA, el 15 septiembre de 1970 William Colby, director adjunto de la CIA escribió que Nixon estaba furioso porque se mostraba convencido de que una presidencia de Allende potenciaría las posibilidades de propagación de la revolución cubana, no solo a Chile estratégicamente muy importante, sino al resto de América Latina[362]

Grupos paramilitares da extrema direita são financiados pela CIA, como, por o *Patria y Liberdad*, empreendendo atentados e atuando decisivamente na confrontação e na

[362] FIGUEREDO, Darío Salinas. *El golpe de Estado em Chile (revisitado) y los desafios políticos actuales en el contexto latino-americano.* p. 80-81. In: CASTRO, Ana Buriano, BIELOUS, Silvia Dutrénit, VALENCIA, Daniel Vázquez (org.)- Política y Memoria; a cuarenta años de los golpes de Estado em Chile y Uruguay. México: FLACSO/Instituto Mora, 2015.

desestabilização do governo da U.P. desde os seus primeiros dias. Radicalizando o cenário político com sua violência, ceifando a vida do Comandante em Chefe das Forças Armadas chilenas, o legalista René Schneider (1913-1970), em 25 de outubro de 1970, às vésperas da posse presidencial de Allende.

Desestabilização, radicalização e violência política que foi a tônica nos quase três anos do governo Allende, conforme Geromel:

> Em 1973, o país se encontrava dividido politicamente. A tensão política, agravada por uma forte crise econômica que elevava os índices de inflação a níveis recordes, era sentida nas ruas pelos enfrentamentos cada vez mais frequentes entre grupos de esquerda e direita. A edição de 27 de junho do jornal *El Mercurio*, clamava pela intervenção militar.[363]

Intervenção que se efetivou com o ataque ao palácio presidencial de La Moneda, em 11 de setembro de 1973, sob a liderança do General Augusto Pinochet. Também recebeu expressivo apoio dos mais variados segmentos da sociedade, como os partidos da direita e centro-direita, empresários, ruralistas, estudantes, extratos da classe média, donas de casa, religiosos e, majoritariamente, das forças de segurança do Estado, desde os carabineiros até os militares das três armas, dogmaticamente em nome da segurança nacional e do combate à subversão.

Sob a liderança do general Augusto Pinochet, aclamado como presidente da Junta Militar de Governo, implementou-se um regime "que acompanhou uma lógica que se tornaria comum na América Latina, de modernização-desenvolvimento-crescimento econômico- ao custo humano da negação pela violência do Estado"[364], pioneiro na experiência neoliberal no subcontinente.

O período imediatamente posterior ao golpe caracterizou-se por uma brutal onda de violência e de repressão ao membros do governo da Unidade Popular e aos dissidentes em geral, como estudantes, dirigentes partidários, sindicalistas, religiosos, intelectuais, jornalistas e artistas, além de simpatizantes, banalizando as prisões arbitrárias, sequestros, desaparecimentos forçados[365], fuzilamentos, a prática de torturas e a organização de campos de concentração. Um verdadeiro Terror de Estado:

---

363 CAMPANHOLO, Bárbara Geromel – *Antes do refúgio: a história não contada da Cáritas Arquiodicesana do Rio de Janeiro (1976-1982).* Niterói, UFF/PPGH. Dissertação de mestrado. 2019. p.66.

364 DAHÁS, Nashla, op. cit., p. 175.

365 D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso, op. cit., 2000, p 314, registra em 2.279 o número oficial de desaparecidos políticos, ressaltando que outras estimativas chegam a quantificar em 3.500 os mesmos.

> Os dias, semanas, meses que se sucederam ao golpe de 11 de setembro de 1973 foram de medo e terror. A repressão teve que calar não grupos sociais isolados, mas populações inteiras, envolvidas e atuantes no processo de transformação em curso. No cenário das grandes manifestações de massa, onde a população expressara suas ideias e lutava por elas, agora se viam tanques e tropas do exército a invadir domicílios e lugares de trabalho, revistando, agredindo, pilhando, prendendo, matando. Em meio ao terror, as pessoas eram assassinadas por suas posições políticas, mas também aleatoriamente. Dizia-se que os soldados recebiam ordens para não voltar aos quartéis com munição e estima-se que só na primeira semana houve cerca de trinta mil mortos, em uma população de nove milhões, ou seja, 0,33 % dos habitantes.[366]
>
> Violência política que não poupou os estrangeiros radicados no Chile, tanto os exilados[367] das ditaduras paraguaia, brasileira e boliviana como os demais militantes que foram viver em loco "experiência chilena" do socialismo democrático, "farol" para a esquerda latino- americana, cuja abrupta interrupção empresta singular desilusão ao exílio chileno:
>
> O chileno não foi um exílio ao qual foram condenados inimigos potencialmente perigosos, mas consequência da expulsão do poder de pessoas que legitimamente o estavam exercendo. […] Saíram para o exílio os sobreviventes de um governo e milhares de seus simpatizantes, à diferença dos outros casos, nos quais o exílio aparece como produto de uma atividade de dissidência ou oposição ao regime da vez.[368]

Conforme abordamos no item 1.2 do presente capítulo a experiência exilar chilena enquadra-se perfeitamente na categoria massiva, cujos maiores contingentes partiram nos meses imediatamente posteriores ao golpe, em uma diáspora que se concentrou pela Europa e a América do Sul, especialmente em direção ao México e a Argentina. Singularmente foi a mesma que alçou a questão do exílio e do refúgio dos latino-americanos à esfera pública internacional, como um problema posto na agenda mundial da democracia e dos direitos humanos.

Possivelmente, a extrema violência política empregada pelo regime pinochetista aos dissidentes foram publicizados para a opinião pública mundial. Isso estimulou o aparecimento de redes políticas e humanitárias locais, regionais e transnacionais de apoio e solidariedade aos exilados-refugiados. Estas redes eram compostas desde indivíduos até organizações não governamentais, além de instituições religiosas e partidos políticos da social democracia e da esquerda, sobretudo europeia. Redes de solidariedade que se proliferariam e acentuariam a sua atuação política com o advento do golpe civil-militar argentino de março de 1976 que, em seus níveis de violência e terror político, superou o chile de Pinochet. Uma vez que

---

366 ROLLEMBERG, op. cit., pp. 169 - 170.

367 Ibidem, p. 169, destaca que segundo a Anistia Internacional às vésperas do golpe militar de 1973 haviam entre 13.000 e 15.000 asilados no Chile, entre os quais 1.200 brasileiros.

368 YANKELEVICH, op. cit., pp. 15-16. O autor acentua ainda a composição social do exílio político chileno, que contou com os maiores segmentos populares, se comparado com os dos demais países que viveram as ditaduras de segurança nacional no mesmo período, em geral tipificados como tendo atingido mais os segmentos médios das sociedades.

multiplicou exponencialmente as ondas de exilados pelo Cone Sul e ensejou, nessa conjuntura, a criação das três redes de solidariedade brasileiras, objeto desta tese, cuja trajetória apresentamos no capítulo 3.

Estimativas apontam em cerca de 200 mil[369] o número de exilados e refugiados políticos chilenos pelo mundo durante a ditadura do general Augusto Pinochet. Espalhados por países diversos, principalmente Espanha, Itália, França, Suécia, Canadá, Austrália e Venezuela[370], entre outros.

Em nossa pesquisa identificamos um número significativo de chilenos que transitaram e ou permaneceram no Brasil durante a vigência da ditatura Pinochet, sendo inclusive a nacionalidade que em sua aflição primeiro demandou acolhida e proteção, despertando pioneiramente a atenção da sociedade brasileira para a questão dos exilados do Cone Sul e da violência das próprias ditaduras de segurança nacional na região.

Nas semanas posteriores ao golpe de 11 de setembro de 1973, o Palácio São Joaquim, residência do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, passou a ser procurado por chilenos em fuga e transitando pelo Brasil, solicitando ajuda material, enquanto buscavam o status oficial de refugiados em outro país. Mas foi apenas no início de 1976, ao receber uma carta de um padre chileno solicitando ajuda a um grupo de compatriotas perseguidos[371], que o controvertido Cardeal Dom Eugênio Sales decidiu organizar a primeira[372] das redes de solidariedade brasileiras de acolhimento e proteção aos exilados do Cone Sul, a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro.

Inegavelmente foi na **república Argentina** onde a ditadura fundamentada na doutrina de segurança nacional e o seu corolário anticomunista e de combate à subversão interna conheceu a sua face mais radical, não por acaso a experiência mais contundente de exílio

---

369 MARQUES, T.C.S.- *Militância política e solidariedade transnacional; a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979).* Porto Alegre, UFRS/PPGCP. Tese de doutorado. 2011. p. 35

370 SZNAJDER, op. cit., p. 70 -71.

371 Entrevista com o Dr. Cândido Feliciano da Ponte Neto, Procurador da Arquidiocese do Rio de Janeiro e Diretor da Cáritas Arquidiocesana, em 19/07/16. Rio de Janeiro.

372 Destacamos que o Movimento de Justiça e Direitos Humanos-MJDH de Porto Alegre (nome que apenas poderia ser oficializado, por razões de segurança, em 1979, após o fim do AI-5), liderado pelo historiador Jair Krischke. Muito provavelmente pode ser considerado como a rede de solidariedade brasileira pioneira na proteção e acolhida aos fugitivos e exilados das ditaduras de segurança nacional do Cone Sul. Krischke e seus colaboradores iniciaram suas operações de resgate de perseguidos logo após o golpe civil militar de 1964 no Brasil, ajudando compatriotas a sair do país pela fronteira sul, em direção ao Uruguai e a Argentina. Com o advento das ditaduras uruguaia, chilena e argentina entre 1973 e 1976, a repressão e o terror de estado se intensificaram no subcontinente, bem como as ondas sucessivas e massivas de exilados desses países, redirecionando o MJDH para um segundo e mais complexo momento de seu trabalho de apoio aos exilados. Estima-se que tenha salvado pelo menos dois mil sul americanos das garras das ditaduras, com muitos deles conseguindo ser reassentados em outros países como refugiados, por intermédio e sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados-ACNUR.

político massivo[373] no Cone Sul, que a partir de 1976 produziu milhares de expatriados, exilados e refugiados.

Se comparada aos demais países da região que experimentaram ditaduras contra insurgentes no contexto da Guerra Fria, e vista a partir do conceito de cultura política, o autoritarismo e a militarização da política, com a corporação militar atribuindo-se um papel moderador em face dos conflitos classistas inerentes à disputa democrática, a instabilidade política e institucional foi uma realidade na história argentina desde pelo menos a década de 30.

Os antecedentes da última ditadura civil militar argentina encontram-se justamente em mais um dos recorrentes períodos de tensão e crise no sistema político institucional argentino, com a consequente ruptura: a chamada "Revolução Argentina" de 1966, que derruba do poder os presidentes Arturo Illia (1900-1983), da União Cívica Radical do Povo, eleito em 1963. Esse capítulo de mais uma ditadura militar se iniciou com o golpe militar de 28 de junho de 1966, que teve três generais sucessivamente no poder, até 1973: Juan Carlos Onganía (19141995), Roberto Levingston (1920-2015) e Alejandro Lanuse (1918-1966).

Inspirada no modelo autoritário-modernizador do regime implementado no Brasil em 1964, o período da Revolução Argentina foi marcado pelas tensões sociais e econômicas e por disputas internas entre as facções militares pelo controle do movimento. Apesar de pouco destacado na historiografia, verificou-se já nessa fase uma onda significativa de dissidentes políticos rumo ao exílio.

Em meio ao cenário de radicalismo político e caos econômico e social, o general Lanuse convoca eleições presidenciais em 1973. Entretanto, com o impedimento de candidatura ao líder histórico do Partido Justicialista, Juan Domingo Perón (1895-1974), exilado desde a sua deposição em 1955, então recém retornado à Argentina. Em alternativa, o Justicialismo lança a candidatura de Héctor Campora (1909-1980), que uma vez eleito, renunciou juntamente com o seu vice, após um breve mandato de cerca de dois meses. Como consequência, organiza-se um novo pleito em setembro do mesmo ano, que consagra e reconduz o peronismo, na figura do próprio Perón, ao poder depois de quase duas décadas de banimento da esfera política argentina, tendo como vice-presidente a sua esposa, Maria Estela Martinez (1931-), mais conhecida como Isabelita Perón.

---

[373] FRANCO, op. cit., p. 92, alude a estimativas globais que giram em torno de 300 a 500 mil exilados entre 1976-1978

Em seu curto período presidencial, de outubro de 1973 a julho de 1974, Perón buscou viabilizar uma política de conciliação com as diversas forças políticas e sociais argentinas, sob o propósito da governabilidade, não conseguindo conter a memória e as arraigadas forças antiperonistas na cultura política argentina e tão pouco o chamado peronismo radical, principalmente por intermédio dos Montoneros e da Juventude Peronista:

> Perón no alcanzó a comprender la novedad que encerraba el fenómeno político y cultural representado por la Juventud Peronista" y más, "no alcanzó a medir la radical intransigencia, el rechazo de toda la conciliación y la impugnación del orden existente que albergaban las 'formaziones especiales' que él mismo contribuyó a crear.[374]

A morte de Perón, em 01 de julho de 1974, rompe de vez os já tênues consensos de governabilidade, que se deterioram progressivamente no governo de Isabelita Perón, que será marcado por um contínuo clima de tensão e de conflito social, potencializado pelos precários indicadores econômicos de alta inflação e de desemprego.

Caldo de cultura que culminará com uma explosão de violência política, a partir tanto da ação da extrema esquerda de fundamentação marxista, por intermédio do grupo guerrilheiro Montoneros e do trotskista-guevarista Exército Revolucionário do Povo-ERP. Além da organização de extrema direita paramilitar Triple A, criada estrategicamente com o objetivo de desestabilizar o governo Isabelita, efetivando o terror político, perseguindo subversivos e realizando assassinatos seletivos. Triple A que receberá total apoio da Junta Militar que assaltará o poder em 24 de março de 1976 para continuar as suas ações terroristas nos primeiros momentos da ditadura civil-militar.

Em meio a esse contexto de instabilidade política e de convulsão social a presidente Isabelita Perón decreta estado de sítio em fevereiro de 1975, agravando os níveis de confrontação e de violência, envolvendo tanto as forças de repressão militar estatais como os grupos paramilitares situados nas extremidades do espectro político argentino.

E mais uma vez a solução viria da caserna: um levante militar, com baixos níveis de resistência governamental e em meio a uma relativa apatia da população, depõe a presidente Isabelita e estabelece uma Junta Militar[375] de governo, iniciando a mais violenta e

---

[374] - RIZ, Liliana de. *De la movilización popular al aniquilamiento (1973-1976).* In: LIDA, Clara E.; CRESPO, Horacio; YANKELEVICH, Pablo (Comp.). *Argentina, 1976*. *Estudios en torno al golpe de Estado*. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2007, p. 41.

[375] - Junta Militar composta por líderes das três armas: General de exército Jorge Rafael Videla (1925-2013), Almirante Emílio Massera (1925-2010) e Brigadeiro Orlando Agostí (1924-1997).

transformadora ditadura civil-militar da história argentina, fundamentada no Processo de Reorganização Nacional – PRN:

> Tal ditadura implicou uma fissura na ação do poder militar, não só pela tendência auto definida e autossustentada da interferência castrense no sistema político, mas, particularmente, pela capacidade de reconstituição das condições de dominação social, pela redefinição do papel do Estado e pela reestruturação social e política provocada por essa ação, no quadro da mais cruel experiência de *terrorismo de Estado* observada no Cone Sul. Nessa ocasião, os objetivos da corporação militar no denominado Processo de Reorganização Nacional – PRN- não se limitavam exclusivamente à desarticulação coercitiva da estrutura política e social que dava sustentação à sociedade 'populista', mas se estenderam à criação de novas bases estruturais e à formação, nesse contexto, de novos sujeitos sociais dominantes, tudo isso combinando repressão política e transformação econômica e social. A intensidade da repressão revela que o terrorismo de Estado não foi uma reação lógica e proporcional à ação da 'subversão'. As características da máquina repressiva estatal e o número de vítimas desse sistema refletem a magnitude do genocídio produzido e demonstram que os objetivos do PRN iam mais além.[376]

Como as congêneres do Cone Sul, a ditadura processista argentina fundamentou-se na doutrina de segurança nacional, institucionalizando a repressão e a violência, perseguindo, sequestrando, assassinando, torturando e desaparecendo com milhares de cidadãos. Sequestros que atingiram também os filhos de dissidentes políticos, inclusive os nascidos de mães militantes em cativeiro, invariavelmente entregues para adoção de indivíduos vinculados ao regime ditatorial.

Aludindo à repressão e à guerra suja da ditadura, Franco destaca que "seu mecanismo central foi a desaparição forçada e sistemática de pessoas e um sistema de campos clandestinos de detenção, com o posterior assassinato e desaparição dos corpos. Tudo para "livrar a pátria da subversão e salvaguardar os valores fundacionais cristãos da nação".[377]

Em retrospectiva esse desaparecimento forçado de pessoas, o que Jensen[117] denominou de "nova morte política", foi assim sintetizado por Fabien:

> Entre 1976 e 1979, foram dadas como desaparecidas cerca de 9 mil pessoas identificadas. Outras 1.898 foram assassinadas, sendo seus cadáveres encontrados e identificados posteriormente, e calcula-se que entre 5 mil e 9 mil pessoas tenham desaparecido sem haver denúncia. Em suma, ao longo de toda ditadura, houve na Argentina entre 16 mil e 21 mil pessoas mortas pela repressão processista.[378]

---

376 SAIN, Marcelo Fabién. *Democracia e Forças Armadas*; entre a subordinação militar e os defeitos civis. In: D' ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. *Democracia e forças armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 22.

377 FRANCO, Marina- *A "Solidariedade" ante os exílios dos anos 1970: reflexões a partir do caso argentino na França.* In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos Cruzados*; história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2011, p. 92 117 - JENSEN, op. cit., p. 30

378 SAIN, Marcelo Fabién, op. cit., p. 22. Segundo D' ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso, op. cit., 2000, p. 314, os números oficiais de desaparecidos políticos seriam de 9.000, com os organismos de defesa dos direitos humanos estimando, entretanto, em 30.000 o número real.

A Guerra suja que desencadeou o mais expressivo dos exílios massivos no Cone Sul durante meados da década de 170 e início de 80, pois "fue entonces que la cantidad de personas que salieron al exilio aumentó aún más, de manera notable, añadiendo grandes masas de indivíduos a la diáspora argentina tanto em América Latina como en otros continentes, em particular, Europa".[379] Desterro que atingiu os mais diversos segmentos sociais, desde os militantes e os partidários políticos, sindicalistas, estudantes, jornalistas, intelectuais, homens e mulheres, jovens e maduros, oriundos da elite, das classes médias e das camadas mais baixas da população, majoritariamente urbanos[380].

Esta diáspora argentina, como as dos demais sul-americanos impactados pelas ditaduras de segurança nacional, a despeito de sua relevância, também é difícil de quantificar. Ainda mais quando se verifica implícito no fenômeno do exílio político muitas vezes à sobreposição de causas econômicas e profissionais, sobretudo em conjunturas de crises, como as que antecederam todos os golpes de estado civis-militares no sub continente entre 1954-1976.

Em geral, os números desse exílio argentino encontram alguma coincidência em suas estimativas. De acordo com Sznajder e Roniger:

> "las estimaciones varían en forma notable, entre 300.000 indivíduos (con base en censos nacionales argentinos) hasta medio millón (calculados con base en una serie de censos en los países receptores). De acuerdo con un estudio realizado por Lattes, Comelatto y Levit, en la década de 1975 y 1984 el número de ciudadanos que salieron de la Argentina sería de 334.126, que representa alrededor de la mitad de los que dejaran el país en la segunda mitad del siglo XX".[381]

Os destinos desses exilados e refugiados argentinos foram diversos. No continente europeu transitaram e ou se fixaram sobretudo em países como França, Suécia, Itália e, principalmente, na Espanha. No âmbito latino-americano, destacaram-se as comunidades radicadas na Venezuela, no México, em Cuba e no Brasil.

Brasil, que paradoxalmente também era uma ditadura de segurança nacional, embora em processo de distensão política, segundo estimativas, chegou a abrigar entre 45.000 e

---

379 - SZNAJDER, Mario e RONIGER, Luis. La política del destierro y el exilio em America Latina. México: Fundo de Cultura Econômica, 2013. p. 255.

380 - Segundo GEROMEL, op. cit., p.81, "o exílio argentino pode contar, contudo, com um dispositivo legal que permitia aos presos políticos trocar a prisão pelo desterro. Chamado "derecho de opción", este estava previsto no artigo 23 da Constituição Nacional. Foi comumente invocado durante o governo de Maria Estela Martínez de Perón, fato que conduziu alguns prisioneiros do cárcere diretamente ao exílio. A suspensão deste direito foi parte de uma das primeiras medidas adotas pela Junta Militar que assumiu o país, de modo que tal alternativa de partida ficou facultada ao arbítrio das autoridades militares

381 - FRANCO, op. cit., p. 256, endossa os mesmos números

100.000 argentinos[382]. Constituíram. sem dúvida. a maior comunidade de cidadãos do Cone Sul no Brasil durante o ciclo ditatorial de segurança nacional. E também a mais ativa politicamente, quanto militando ativamente na resistência à ditadura no exílio, no âmbito possível de sua dimensão exopolítica. Tanto na recepção e suporte às levas de compatriotas que chegavam regularmente ao Rio de Janeiro e a São Paulo, por intermédio de suas micro redes e conexões de solidariedade,

Em nossa pesquisa documental e no rol de entrevistas identificamos dezenas de argentinos (as) com intensa participação em pelo menos duas das redes de solidariedade brasileiras de acolhimento, proteção e de denúncia à ditadura processista e às demais no subcontinente, como as paulistanas Comitê de Defesa dos Direitos Humanos Para os Países do Cone Sul- Grupo Clamor e o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina-CBS.

Argentinos que, sejam legalmente, documentados, foram professores, engenheiros, psicanalistas, empresários, atuantes nos coletivos de apoio aos compatriotas ou ilegalmente, com vistos de turista expirados periodicamente, militando política e clandestinamente nas redes, como o Clamor e o CBS, integraram-se intimamente à cultura e à vida brasileira, constituindo família, naturalizando-se.

Essas pessoas vivenciaram, inclusive, uma nova ruptura ao se depararem com a difícil escolha que em algum momento atingirá todo exilado: permanecer ou regressar? Argentina que em fins de 1983 experimentava um novo período de redemocratização em sua história de sobressaltos institucionais, com a eleição presidencial de Raúl Alfonsín. Retorno ou novo exílio? Dilema inerente a uma vida de militância política e humanitária no exílio, que resgatamos no capítulo 3.

[382] FERNANDEZ, Jorge Christian- *Anclaos en Brasil; a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966 1989).* UFRS/PPGH. Tese de doutorado. 2011, p. 108.